

Proc. nº 2698014
Fis. 35
Rúbrica folma v.

Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio - FUNAI

**Relatório Circunstanciado de Delimitação e Identificação
da Terra Indígena Panambi – Lagoa Rica
(Douradina, MS)**

Atendendo as Portarias Funai nº 232/PRES, de 17 de março de
2008, e nº 1760, de 10 de julho de 2008

Katya Vietta
Antropóloga
Coordenadora do GT Panambi
e do GT Brilhante pegua

Brasília 2011

CGID/DPT
Recebido em 07/11/11
folma e.

R0

Proc. nº 2698044
 Fls. 36
 Rúbrica felma v

Sumário

Apresentação.....	12
Convenções para os termos grafados em kaiowa	16
 Primeira Parte: Dados Gerais.....	 18
I - Os Kaiowa habitantes da Bacia do Rio Brilhante (Mato Grosso do Sul)	18
II - As frentes de ocupação e exploração das terras de ocupação tradicional Kaiowa	19
II.1. A consolidação da fronteira brasileira	19
II.2. A apropriação das terras ervateiras	27
II.3. A aproximação dos ervateiros na visão dos Kaiowa que habitam as margens do rio Brilhante e seus afluentes.....	43
II.4. O início dos processos de privatização das terras da bacia do rio Brilhante	48
II.4.a) A ocupação dos municípios de Rio Brilhante e de Dourados	48
II.4.b) O PI Francisco Horta: incômodos vizinhos.....	50
II.5. A política indigenista rondoniana e os projetos estatais de "povoamento" da faixa de fronteira	57
II.6. A Comissão, o SPI e a concessão da posse de Ka'aguirusu na visão kaiowa	69
II.6.a) As territorialidades e as formas de organização social em confronto	69
II.6.b) "Funcionário de fazendeiro": uma nova categoria para as relações Kaiowa com a terra e com a produção econômica.....	78
II.7. A Colônia Nacional de Dourados: especulação fundiária, financeira e política em terras Kaiowa.....	85
II.8. O sentimento kaiowa frente à expropriação de Ka'aguirusu	111
III Terras e organização social: algumas concepções kaiowa.....	145
III.1. O contexto dos conflitos territoriais	145
III.2. As formas de organização social no confronto com os novos ocupantes	148
 Segunda Parte: Habitação Permanente	 154
I - A trajetória espaço-temporal das parentelas que hoje habitam a aldeia Panambi – Lagoa Rica e de seus ascendentes	154

ko

I.1.A parentela de Xiru Ijau'ia	157
I.2. As alianças de Xiru Jakare com Xiru Ijau'ia e Xiru Aquino.....	165
II.3. Outros descendentes de Xiru Jakare e de Xiru Pa'ito	169
I.4. A parentela de Xiru Pakova.....	181
I.5. As alianças de José Puku com Xiru Pa'ito e Xiru Aquino	191
I.6. Descendentes de Xiru Jakare e de Xiru Ijau'ia: novos desdobramentos e novos vizinhos.....	203
I.7. A consolidação da aldeia Panambi – Lagoa Rica: João Karape, Pedro Henrique e os embates finais com a CAND.....	220
I.7.a) Joãozinho Karape.....	220
I.7.b) Pedro Henrique.....	223
I.8. Outras parentelas que habitavam as margens dos rios Brilhante, Santa Maria, Carumbé e São Domingos.....	226
I.9. Considerações finais a respeito da trajetória espaço-temporal das parentelas.....	232
II - A ocupação de Panambi – Lagoa Rica.....	233
II.1. Contingente populacional.....	233
II.2. A consolidação do grupo social.....	236
II.3. A expectativa de abandonar a situação de confinamento	241
II.4. O exercício político.....	245
II.5. A população e as lideranças contemporâneas	247
II.6. A consolidação do acampamento Ita'y Ka'aguirusu aos olhos da imprensa	255
II.7. A consolidação do acampamento Guyra Kâbi'i Yvyresapa aos olhos da imprensa ...	261
II.8. Narradores e Personagens: a genealogia da população de Panambi-Lagoa Rica ...	266
I.9. Lagoa Rica - Cadastro das famílias Indígenas – casa / moradores em março 2008 (Funasa)	296
Terceira Parte: Atividades Produtivas.....	304
I - Atividades produtivas familiares.....	304
I.1. No terreiro: a roça e a criação de animais	304
I.2. Para além do terreiro e da terra habitada: a escassa oferta das matas e das águas.....	307
I.3. Venda da mão de obra: base da sustentação da economia familiar	310
Quarta Parte: Meio Ambiente.....	313
I - Meio Ambiente.....	313
I.1. Aspectos físicos.....	313
I.1.a) Hidrografia	313
I.1.b) Elementos do Clima.....	315
I.1.c) Geomorfologia.....	315
I.1.d) Solos	317

ko

I.1.e) Geologia.....	318
I.1.f) Hidrogeologia.....	319
I.1.g) Vegetação	319
I.1.h) Fauna.....	324
I.1.i) Degradação do solo: espécies indicadoras de condições ambientais	329
I.1.j) Degradação das águas.....	331
 Quinta Parte: Reprodução Física e Cultural.....	 338
I - A significação do espaço habitado e explorado.....	338
I.1. No contexto dos conflitos territoriais.....	338
I.2. Os locais de enterramento são também locais dos âguere	343
 Sexta Parte: Levantamento Fundiário.....	 347
I - A posse Kaiowa sucumbe frente à implantação dos projetos de colonização estatais..	347
II - Os municípios que abrigam as terras delimitadas para TI Panambi - Lagoa Rica	377
I.1) Douradina	377
I.1.a) Aspectos sócio-econômicos.....	377
I.2) Itaporã.....	380
I.2.a) Aspectos sócio-econômicos.....	380
I.2.b) Aspectos ambientais.....	381
III - Levantamento fundiário de identificação das propriedades rurais incidentes na proposta em estudo da Terra Indígena Panambi - Lagoa Rica	388
III.1. Metodologia aplicada no levantamento.....	388
III.2. Desenvolvimento dos trabalhos de campo.....	388
III.3. Demonstrativo dos ocupantes não-índios no interior das terras delimitadas	393
 Sétima Parte: Conclusão e delimitação, contendo a proposta de limites da área demarcada.....	 417
Considerações Finais.....	417
Ata de Reunião com as lideranças	421
Limites da TI Panambi-Lagoa Rica.....	426
Memorial Descritivo de Delimitação da TI Panambi - Lagoa Rica	427
 Bibliografia.....	 432

Rg

Mapas

Mapa 1: A região em estudo.....	13
Mapa 2 Limites propostos para a TI Panambi – Lagoa Rica	15
Mapa 3: Rotas Hidrográficas.....	20
Mapa 4: Aldeamentos Kaiowa e Guarani e Colônia Militar do Jataí	22
Mapa 5: Ervais nativos.....	28
Mapa 6: Área concedida a Matte Larangeira – 1882 – 1890	29
Mapa 7: Área concedida a Matte Larangeira – 1892 – 1895	30
Mapa 8: escoamento de produção via rio Paraguai	35
Mapa 9 Atuação da Cia Matte Larangeira próxima ao rio Brilhante	45
Mapa 10: Expedição dos primeiros títulos de Domínio – Município de Dourados.....	50
Mapa 11: Comunicação telegráfica e ferroviária	60
Mapa 12: Os limites de Ka'aguirusu e da Colônia Municipal de Dourados	68
Mapa 13: Área Reservada pela CAND.....	102
Mapa 14 – localização das bacias de drenagem	314
Mapa 15 – Nomes dos corpos d'água indicados..	314
Mapa 16 – Variação mesoclimática do Estado de Mato Grosso do Sul	315
Mapa 17 Localização da Bacia do Paraná na América do Sul	318
Mapa 18 – Mapa Geológico do Estado de Mato Grosso do Sul	319
Mapa 19 – Províncias Hidrogeológicas do Brasil.....	320
Reprodução do mapa 10: Expedição dos primeiros títulos de Domínio – Município de Dourados	348
Reprodução do mapa 12: Os limites de Ka'aguirusu e da Colônia Municipal de Dourados.....	349
Reprodução do mapa 13: Área reservada para a CAND	367
Mapa 20: Localização da Colonia Agrícola Nacional de Dourados	392
Mapa 21: FUNAI/1996 com as Terras Indígenas Panambizinho / Panambi inseridas no Loteamento da CAND.....	403
Mapa 22: Loteamento CAND	404

Imagens

Imagem 1 Google Earth - Panambi - Lagoa Rica - Limites.....	14
Imagem 2 Google Earth: Limite das terras atualmente habitadas	234
Imagem 3 Google Earth: Entorno das terras atualmente habitadas	235
Imagem 4 Google Earth: Localização dos antigos tekoha de Joãozônio Karape e de Leonel Locário de Moraes.....	238
Imagem 5 : Projeção de uso e ocupação da TI Panambi- Lagoa Rica	242
Imagem 6 Google Earth: Extensas áreas de várzea ao leste o ao oeste do Córrego Panambi	333
Imagem 7 Google Earth: Limites propostos para a TI Panambi-Lagoa Rica	345

20

Imagem 8: Antigos locais de habitação. Detalhe das cartass Rio Brilhante e Dourados....	346
Reprodução da Imagem 5: Projeção de uso e ocupação da TI Panambi- Lagoa Rica	347

Cartas

Locais de habitação Kaiowa	136
Carta Rio Brilhante	140
Carta Aroeira	141
Carta Dourados	143
Carta Glória de Dourados	142
Carta parcial Santa Sofia	143
Limites da TI Panambi-Lagoa Rica	426

Genealogias

Gráfico 1: Os descendentes de Xiru Ijau'ia	158
Gráfico 2: Os descendentes de Luís Pedro (ou Suruwi) e Italiano Juka	161
Gráfico 3: Os descendentes de Segundo Pedro	163
Gráfico 4: A aliança entre Xiru Jakare Xiru Pa'ito	167
Gráfico 5: Os descendentes de Xiru Jakare	171
Gráfico 6: Os descendentes de Xiru Miguel	174
Gráfico 7: Os descendentes de Ariano Hilton	175
Gráfico 8: Os descendentes de Xiru Galeano	176
Gráfico 9: Os descendentes de Kuati Guasu	179
Gráfico 10: Os descendentes de Xiru Pakova e Xiru Haku	182
Gráfico 11: As alianças de Ruivito Galeano Jorge	183
Gráfico 12: Os descendentes de Emílio Barbosa	185
Gráfico 13: Os descendentes de Horácio Aquino	187
Gráfico 14: Os descendentes de Ruivito Galeano Jorge	190
Gráfico 15: As alianças entre José Puku e Xiru Aquino	193
Gráfico 16: Os descendentes de Palácio	196
Gráfico 17: Os descendentes de Paulito Aquino	197
Gráfico 18: Descendentes de Xiru Tūgusu	203
Gráfico 19: As alianças de Faustino Fausto	204
Gráfico 20: Os descendentes de Metério	205
Gráfico 21: As alianças entre Pa'i Chiquito, Segundo Pedro e Faustino Fausto	206
Gráfico 22: Os descendentes de Segundo Pedro	207
Gráfico 23: Os descendentes de Pa'ito Lúcio	208
Gráfico 24: Alianças de Faustino Fausto	208
Gráfico 25: Os descendentes de Rokito da Silva	210

Rov

Gráfico 26: Descendentes de Cândia Cantero	211
Gráfico 27: Os descendentes de Guyra Xixi	212
Gráfico 28: Os descendentes de Japire Japiruse	213
Gráfico 29: Os descendentes de Parika'a	217
Gráfico 30: Os descendentes de Joãozinho Karape	221
Gráfico 31: Os descendentes de Pedro Henrique	225
Gráfico 32: Os descendentes de Nãderu Ka'agui e de Kausõ Hovi	227
Gráfico 33: Mascarenho Locário de Moraes e Mascarenho da Silva	231
Gráfico 34: Emereciana Aquino e descendentes	267
Gráfico 35: Emereciana Aquino e descendentes	268
Gráfico 36: José Gonçalves, Susana Palácio e descendentes	269
Gráfico 37: Adelina Aquino e descendentes	270
Gráfico 38: Adelina Aquino e descendentes	271
Gráfico 39: Teófilo Garcia e descendentes	272
Gráfico 40: Arnaldo Sanábria e descendentes	273
Gráfico 41: Ricardo Jorge e descendentes	274
Gráfico 42: Ricardo Jorge e descendentes	275
Gráfico 43: Ricardo Jorge e descendentes	276
Gráfico 44: Elídio Assis Moraes e descendentes	277
Gráfico 45: Os descendentes de Pedro Henrique: Damiro Martins	278
Gráfico 46: Descendentes de Pedro Henrique Teresa Geniana	279
Gráfico 47: Os descendentes de Mascarenho Locário de Moraes	280
Gráfico 48: Os descendentes de Mascarenho Locário de Moraes - Leonel Locário de Moraes	281
Gráfico 49: Os descendentes de Mascarenho Locário de Moraes: - Ramão Assis de Moraes	282
Gráfico 50: Os descendentes de Delídia Cantero	283
Gráfico 51: Ornélio e Verga	284
Gráfico 52: Os descendentes de José Barrios	285
Gráfico 53: Os descendentes de Joãozinho Karape	286
Gráfico 54: Os descendentes de Emilio Barbosa	287
Gráfico 55: Descendentes de Emilio Barbosa	288
Gráfico 56: Descendentes de Pa'i Carvalhinho e Valdomiro Gonçalves	289
Gráfico 57: Descendentes de Pa'i Carvalhinho	290
Gráfico 58: Descendentes de Manoelito Pedro	291
Gráfico 59: Descendentes de Manoelito Pedro	292
Gráfico 60: Os descendentes de Ariano Hilton	293
Gráfico 61: Descendentes de Horácio Aquino	294

ko

Fotos

Foto 1: Ritual de recepção ao GT.....	11
Foto 2: Recepção ao GT	17
Foto 3: Vista parcial do espaço residencial de Narciso Hilton.....	152
Foto 4: Terras de Jagua'igua. Ao fundo Panambi – Lagoa Rica	169
Foto 5: Ricardo Jorge	189
Foto 6: Neusa Concianza	189
Foto 7: Balbina Francisca conversando com os temĩrĩrõ ("bisnetos" e "tataranetos")	198
Foto 8: Paulito Aquino	199
Foto 9: João Aquino contando suas histórias	200
Foto 10: Homens da parentela de Pa'i Chiquito	214
Foto 11: Lauro Concianza e Dorícia Pedro.....	219
Foto 12: João Karape empunhado o mbaraka no terreiro de sua oygusu em Lagoa Rica kue	222
Foto 13: Na aldeia Panambi – Lagoa Rica, o nome dado à escola indígena homenageia João Karape	224
Foto 14: O nome dado ao posto de saúde homenageia Pedro Henrique	224
Foto 15: Espaço residencial dos filhos de Ivo Carvalhinho	239
Foto 16: Rio Brilhante visto de um sítio de pesca próximo a BR 163	243
Foto 17: Nascentes localizadas e limpas para o uso. Acampamento Ita'y Ka'aguirusu ...	243
Foto 18: Nascentes localizadas e limpas para o uso. Acampamento Ita'y Ka'aguirusu ...	244
Foto 19: Nascentes localizadas e limpas para o uso. Acampamento Ita'y Ka'aguirusu ...	244
Foto 20: Araci Pedro.....	248
Foto 21: Menina vestindo jeguaka (adorno – a princípio masculino - utilizado na cabeça) e empunhado seu takuapu (taquara empregada como instrumento de percussão – feminino – utilizado nos rituais). Reunião para discutir o processo demarcatório.....	249
Foto 22: Casa de Odilsa Aquino.....	251
Foto 23: Acampamento Ita'y Ka'aguirusu.....	253
Foto 24: Acampamento Ita'y Ka'aguirusu.....	254
Foto 25: Acampamento Ita'y Ka'aguirusu. Construção da oygusu de Mereciana	254
Foto 26: Acampamento Guyra Kābi'i Yvyresapa.....	254
Foto 27: Emereciana Aquino.....	268
Foto 28: Adelina Pedro.....	271
Foto 29: Lídia Ruivito Jorge.....	273
Foto 30: Damiro Martins.....	278
Foto 31: Ilda Jako, Leonel Locário de Moraes e o neto Tiago	282
Foto 32: Rubens Hermenegildo da Silva, Delídia Canteiro e filhos, à direita Neca Sarati..	283
Foto 33: Delfina Verga, Dalina Verga e netos.....	284
Foto 34: Brasil e Juliana Fernandes Karape.....	289

215

Foto 35: Vanísia Cida	289
Foto 36: Getúlio Jorge.....	289
Foto 37: Germinia Emília	289
Foto 38: Maria Lídia Marta.....	289
Foto 39: Anália Jorge em frente a sua casa, acompanhada do neto Renner	295
Foto 40: Um dos pés de Tibori encontrados no terreiro de Odilsa Aquino	305
Foto 41: Um dos pés de Tibori encontrados no terreiro de Odilsa Aquino	305
Foto 42: Avati moroti. A fumaça e a fuligem da fogueira conservam a qualidade da semente para um novo plantio.....	306
Foto 43: Avati moroti. A fumaça e a fuligem da fogueira conservam a qualidade da semente para um novo plantio.....	306
Foto 44: Córrego Panambi entre a foz do córrego Itaquiri e a aldeia Panambi – Lagoa Rica.....	307
Foto 45: Córrego Panambi entre a foz do córrego Itaquiri e a aldeia Panambi – Lagoa Rica.....	307
Foto 46: Mata ciliar do córrego Panambi. Vista do terreiro de Leonel Locário de Moraes.....	308
Foto 47: Ao norte a ponte do Segredo. Sítios de pesca submersos após as chuvas	308
Foto 48: Sítio de pesca junto à ponte do Segredo – sobre a MS 156	308
Foto 49: Espaço residencial de Rubem Hermenegildo da Silva	309
Foto 50: Terras de Takutidy. Ao fundo a mata ciliar do córrego Itaquiri	309
Foto 51: Vista parcial do picão branco.....	329
Foto 52 - Vista parcial do caruru em primeiro plano e ao fundo, a guanxuma	329
Foto 53: Arrozais às margens do córrego Panambi, na altura do Travessão Antonio Rosa, próximo a foz no rio Brilhante	331
Foto 54: Arrozais às margens do córrego Panambi, na altura do Travessão Antonio Rosa, próximo a foz no rio Brilhante	332
Foto 55: Levantamento Fundiário. Lideranças e "velhos" se preparando para embarcar na van da Funai a fim de realizar o reconhecimento dos limites da TI Panambi – Lagoa Rica	339
Foto 56: Levantamento Fundiário. Reconhecimento dos limites da TI Panambi – Lagoa Rica. Parada na Ponte do Segredo – ponte sobre o rio Brilhante ligando as terras de Akavari, Kaguhũ e Itako'a ou Itaku'ã	340
Foto 57: Levantamento Fundiário. Reconhecimento dos limites da TI Panambi – Lagoa Rica. Parada na Ponte do Segredo – ponte sobre o rio Brilhante ligando as terras de Akavari, Kaguhũ e Itako'a ou Itaku'ã	340
Foto 58: Rebanhos bovinos,	377
Foto 59: caprinos, suínos	378
Foto 60: e granjarias compõem a produção econômica de Douradina	378
Foto 61: Culturas do milho	378
Foto 62: e do arroz estão entre os grãos mais cultivados	379
Foto 63: Foto Promocional - Vista aérea dos tanques de cultivo Mar & Terra	280

Handwritten signature

Foto 64: Córrego Panambi na altura do Travessão 56	381
Foto 65: Arrozaís às margens do córrego Panambi, na altura do Travessão Antonio Rosa, próximo a foz no rio Brilhante	382
Foto 66: Levantamento Fundiário. Reunião com as lideranças de Panambi – Lagoa Rica	418
Foto 67: Levantamento Fundiário. Reunião em Ita'y Ka'aguirusu	418
Foto 68: Levantamento Fundiário. Reunião com as lideranças	419
Foto 69: Levantamento Fundiário. Reunião com as lideranças	419
Foto 70: Levantamento Fundiário. Reunião com as lideranças	419
Foto 71: Levantamento Fundiário. Reunião com as lideranças	420
Foto 72 : Levantamento Fundiário. Reunião com as lideranças	420
Foto 73: Encerramento da primeira e da segunda etapa de pesquisas do GT. Jerosy promovido por Ricardo Jorge	430
Foto 74: Encerramento da primeira e da segunda etapa de pesquisas do GT. Jerosy promovido por Ricardo Jorge	430
Foto 75: <i>Guahu</i> encerrando o <i>jerosy</i> promovido por Ricardo Jorge	431
Foto 76: Visita dos alunos da escola Joãozinho Karape Fernandes ao ritual de encerramento da primeira fase da pesquisa realizada pelo GT	431

Figuras

Figura 1- Caracterização da Região Norte da Área em Estudo	334
Figura 2 - Caracterização da Região Centro-Norte da Área em Estudo	335
Figura 3 - Caracterização da Região Centro-Sul da Área em Estudo	336
Figura 4 - Caracterização da Região Sul da Área em Estudo	337
Reprodução figura 1- Caracterização da Região Norte da Área em Estudo	384
Reprodução figura 2 - Caracterização da Região Centro-Norte da Área em Estudo	385
Reprodução figura 3 - Caracterização da Região Centro-Sul da Área em Estudo	386
Reprodução figura 4 - Caracterização da Região Sul da Área em Estudo	387

Desenhos

Desenho 1: A Hidrografia das terras Kaiowa	70
Desenho 2: Mapa confeccionado por Acácio Arruda indicando o acampamento de Armando Campos Belo e "aldeias" da parentela de Pedro Henrique	93
Desenho 3: Lotes ocupados pelas famílias do <i>tekoha</i> de Pa'i Chiquito Pedro	130
Desenho 4: Posição e matérias-primas dos esteios (<i>okyta</i>) para a construção de uma <i>oygusu</i> do tipo Irüdyoga	149
Desenho 5: Tekoha de Ricardo Jorge	151
Desenho 6: Tekoha de Adelina Pedro	151
Desenho 7: Braço morto do rio Brilhante	164
Desenho 8: Travessão Antônio Rocha	173
Desenho 9: Morada de Perdito Barbosa e morada de Kiha	216

Ror

Desenho 10: Os "patrões" nas terras de Santa Teresinha	229
Desenho 11: Aldeia Panambi – Lagoa Rica em abril 2008	240
Reprodução do desenho 2: Mapa confeccionado por Acácio Arruda indicando o acampamento de Armando Campos Belo e "aldeias" da parentela de Pedro Henrique ...	358

Quadros

Quadro 1: Demonstrativo de ocupantes não-índios	394
Quadro 2: Demonstrativo de ocupantes de lotes da CAND	399
Relação de pontos de coordenadas geográficas coletada com GPS durante o trabalho de campo	410

Foto 1



Ritual de recepção ao GT. 03/2008

20

Rúbrica
Fls.
Proc. nº
Proc. nº 76980/11
Fls. 49
Rúbrica [assinatura]

Apresentação

Ao atender as Portarias Funai nº 232/ PRES, de 17 de março de 2008, nº 791, de 10 de julho de 2008 e nº 1760, de 16 de novembro de 2010¹, este relatório objetiva fundamentar a identificação e a delimitação da Terra Indígena (TI) Panambi - Lagoa Rica, terra tradicionalmente ocupada pelos Kaiowa. A referida TI está inclusa na Grande Área denominada Brilhante pegua e as portarias mencionadas acima nomeiam a antropóloga Katya Vietta como coordenadora do Grupo de Trabalho – GT, também formado pelo ecólogo Mario Vito Comar, pelo engenheiro agrônomo Luiz Antonio de Araújo (CR de Cuiabá / FUNAI), pelo engenheiro José Henrique Sempio Flores (CR de Cuiabá/Funai) e pelo técnico em Agricultura e Pecuária José Augusto da Silva, (CTL Porto Real do Colégio/FUNAI/AL).

Em campo, as pesquisas histórico-antropológicas, ambientais e fundiárias contaram com a participação de uma equipe Kaiowa, composta pelo historiador Izaque João e pelas lideranças Reseno Jorge, Maria de Fátima Fernandes, Joel Hilton e pelo desenhista Júlio Jorge. A interlocução com esta equipe foi fundamental para aprofundar e agilizar as pesquisas em campo, bem como para otimizar as diversas discussões levadas a cabo com as lideranças dos *tekoha* de Panambi – Lagoa Rica, tendo em vista esclarecer os processos técnico-jurídicos envolvidos no processo demarcatório, bem como alcançar a correta compreensão dos limites reivindicados para a TI.

A conclusão do processo demarcatório da TI Panambi – Lagoa Rica é uma antiga reivindicação dos Kaiowa que atualmente habitam o município de Douradina, MS. Como se pode observar a partir das narrativas indígenas, da documentação produzida pelo SPI e por outros organismos estatais, analisadas ao longo deste estudo, a busca do reconhecimento da TI teve início em 1949, quando, à revelia dos dispositivos constitucionais vigentes na época, inúmeras famílias foram pressionadas a abandonar a quase totalidade das suas terras de ocupação tradicional. Desde 1949 as “Terras do

¹ A Portaria 232/2008 Constitui o Grupo Técnico com a finalidade de realizar estudos complementares necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Panambi – Lagoa Rica, localizada no município de Douradina. A Portaria Funai 791/2008, constitui Grupo Técnico com o objetivo de realizar a primeira etapa dos estudos de natureza etnohistórica, antropológica e ambiental necessários à Identificação e Delimitação de terras tradicionalmente ocupadas pelos Guarani na região que compreende a Bacia denominada Brilhante pegua, localizada nos municípios de Dourados, Douradina, Rio Brilhante e Maracaju (MS), portanto incluindo as demandas da aldeia Panambi – Lagoa Rica.

[assinatura]

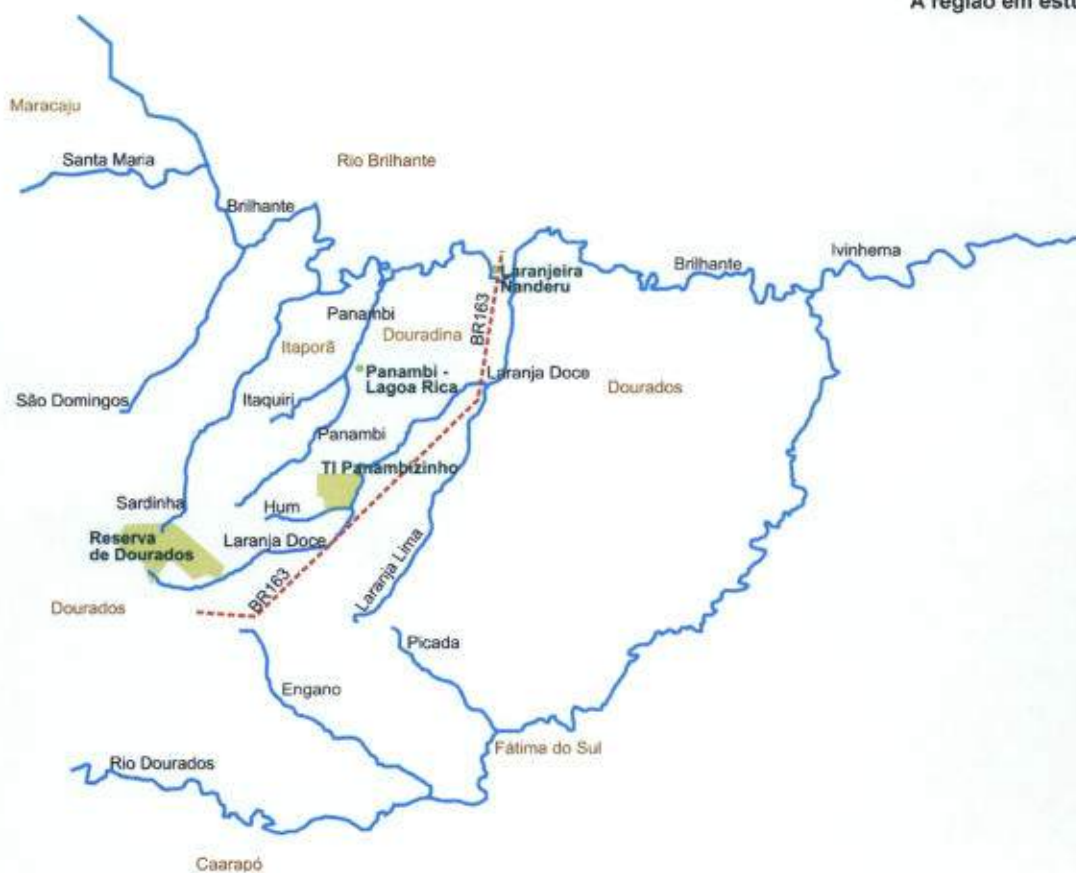
Panambi” – termo que figura em alguns dos documentos produzidos pelo SPI e pela Funai – foram objeto de vários processos demarcatórios inconclusos²,

Proc. nº 26980/11
Fls. 47
Rúbrica felma

² Refiro-me aos Processos: SPI - 3.433/49 e 2.995/51; Funai - 1.439/71 e 1148/82. Em 2005 tem início uma nova tentativa, mais uma vez sem êxito, voltada para a identificação e delimitação da TI Panambi – Lagoa Rica.

ko

Mapa 1
A região em estudo



[Assinatura]

Proc. nº 2698du
Fls. 49
Rúbrica Belmo V.

Imagem 1 Google Earth

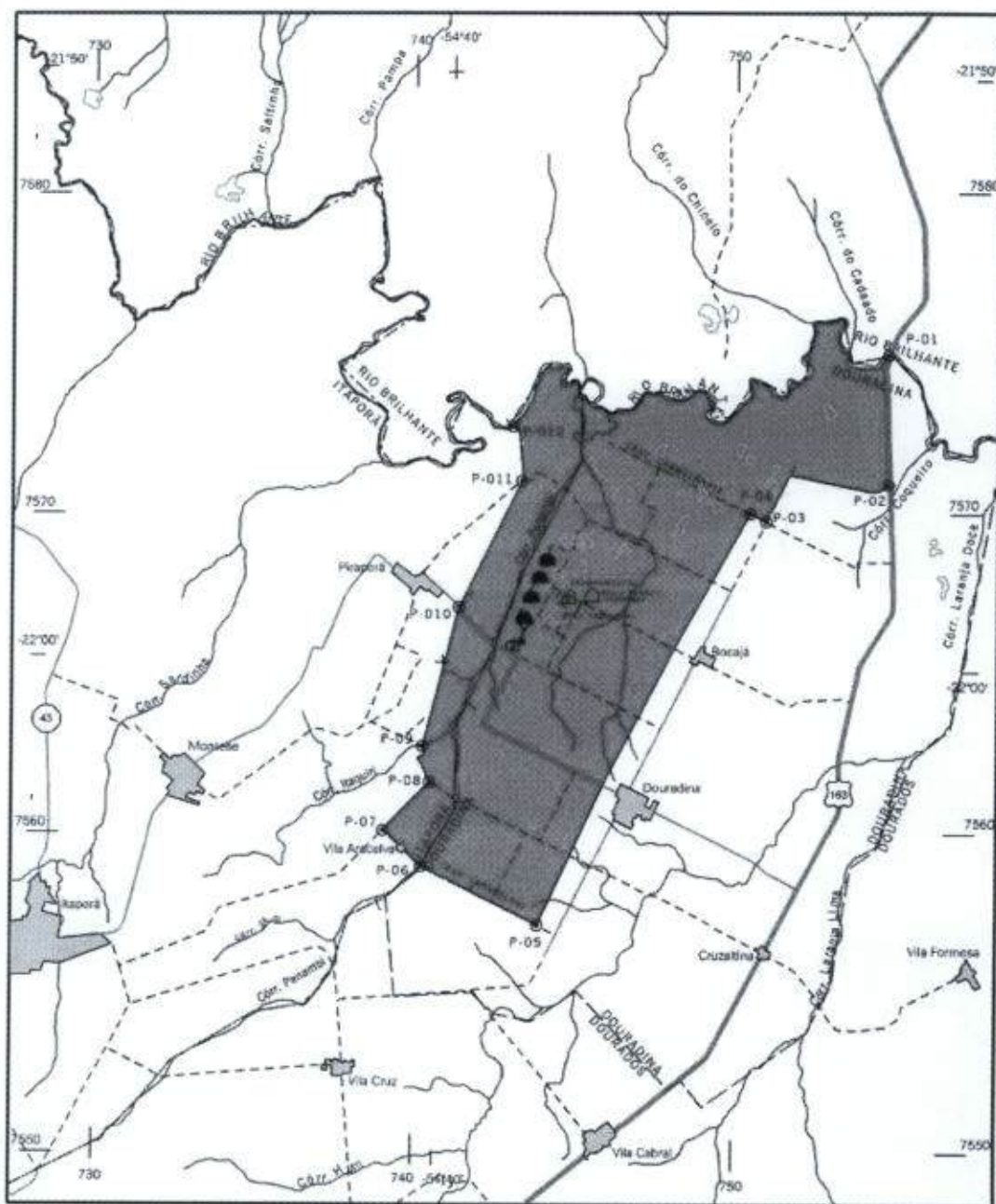
Panambi - Lagoa Rica - Limites



- Panambi – Lagoa Rica - Limites das terras em posse dos Kaiowa
- Panambi – Lagoa Rica - Limites da TI delimitada

Abaixo: Mapa 2 Limites propostos para a TI Panambi – Lagoa Rica

ko



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA EM ESTUDO
- PONTO DEFINIDOR DE LIMITE
- PONTOS BASTEADOS — MARCOS DE CONCRETO
- ALDEIA INDÍGENA, ALDEIA ABANDONADA
- PEÇA, PEÇA
- COCA
- RODOVIA FEDERAL PAVIMENTADA
- ESTRADA PAVIMENTADA
- ESTRADA DE TERRA
- CURSO D'ÁGUA

Be

Tendo em vista compreender a consolidação da ocupação kaiowa das terras hoje denominadas Panambi - Lagoa Rica e a reivindicação desta população para a sua demarcação, parte do estudo aqui apresentado se volta para o registro e a análise da história recente kaiowa em terras sul-mato-grossenses, mas também paranaenses e paraguaias, tendo em vista caracterizar a parcela desta população que atualmente habita a bacia do rio Brilhante, da qual a população de Panambi - Lagoa Rica e seus ascendentes são parte integrante. A questão territorial Kaiowa é complexa, porque está marcada por diversos conflitos de interesses, muitas vezes contrapondo direitos territoriais legalmente conquistados, interesses do estado ou, ainda, interesses de caráter particular.

Este relatório foi produzido conforme o disposto no Decreto 1775/96 e a sua redação segue as normas estabelecidas pela Portaria/MJ 14/96, tendo o seu conteúdo organizado a partir dos seguintes grandes temas: Primeira Parte - Dados Gerais; Segunda Parte - Habitação Permanente; Terceira Parte - Atividades Produtiva; Quarta Parte - Meio Ambiente; Quinta Parte - Reprodução Física e Cultural; Sexta Parte - Levantamento Fundiário; Sétima Parte - Conclusão e Delimitação. Tendo em vista apresentar o conteúdo de cada uma destas partes de forma consistente e com a devida coerência, as informações estão organizadas em forma de texto corrido.

Convenções para os termos grafados em kaiowa

A ausência de amplos estudos lingüísticos contemporâneos deixa para o pesquisador a difícil tarefa de definir alguns caminhos para grafar expressões kaiowa. Para esta arbitrariedade busco dividir alguma responsabilidade com professores indígenas, que com alguma frequência pegam a minha a caderneta para conferir e corrigir a minha forma de registrar os termos kaiowa. Porém considerando que os Kaiowa habitam a fronteira entre Brasil e Paraguai, e que esta fronteira também divide diferentes povos que falam a língua guarani, seus pesquisadores e suas formas de grafar esta língua, entre os professores kaiowa do Mato Grosso do Sul, não há um consenso quanto ao tema. Some-se a isso, o fato de muitos deles ter a sua formação inicial em escolas criadas pela Missão Caiuá, as quais utilizam os métodos e a grafia difundida pelo SIL. Nesta diversidade, busco adotar uma grafia próxima daquela oportunizada pelas valorosas correções dos professores. Desta forma:

- As vogais: a (ã), e (ê), i (ĩ), o (õ) u (ũ) soam como na língua portuguesa, enquanto o y (ÿ) se diferencia do "i" pelo som gutural;
- A maior parte das consoantes soa como em língua portuguesa, porém utilizo apenas "x" para os sons "x" e "ch"; "k" para os sons "c" e "qu", enquanto "ñ" indica o som "nh";
- As exceções são: o som "dj", que está grafado apenas com "j" e o som de "r" ("fraco") que está grafado com "h". Contudo, as expressões *ru* (pai) e *rusu*

RO

(grande, maior, mais velho), embora o “r” apresente o som “fraco”, elas estão grafadas desta forma;

- Embora suprima o uso de acentuação indicativa de tonicidade, a grande maioria das palavras kaiowa é oxítone;
- Destaco as expressões kaiowa em *itálico*, excetuando os nomes próprios, sejam eles atribuídos aos homens, aos deuses ou aos locais de habitação. Também destaco em *itálico* algumas expressões em português que são incorporadas pelos Kaiowa;
- Os nomes dos povos indígenas são grafados tendo a primeira letra maiúscula, a menos que se trate de forma adjetivada.

Foto 2



Recepção ao GT 12/2009

Ro

Primeira Parte
Dados Gerais

- a) informações gerais sobre o(s) grupos(s) indígena(s) envolvido(s), tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição;
 - b) pesquisa sobre o histórico de ocupação de terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;
 - c) identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais;
-

I - Os Kaiowa habitantes da Bacia do Rio Brilhante (Mato Grosso do Sul)

De acordo com o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi – Funasa/MS 2009), a população indígena Kaiowa e Guarani¹ que habita o Mato Grosso do Sul é de 46.675 indivíduos, dispersos em 33 “aldeias”, ou seja, 33 aldeias, TIs, Reservas e acampamentos. Todos localizados na parte meridional do estado, mais precisamente nas regiões: Grande Dourados, Iguatemi, Baixo Pantanal e Nova Andradina. Em terras Kaiowa e Guarani também vivem 2.470 índios de outras etnias, sendo que os Terena concentrados na Reserva de Dourados (Dourados), composta pelas “aldeias” Jaguapiru e Mbororo representam imensa maioria deste contingente². Ainda de acordo com o Siasi, em 2009, a população indígena de Panambi – Lagoa Rica, que habita o município de Douradina e é objeto deste estudo é composta por 832 pessoas.

Estudos realizados por historiadores, arqueólogos e antropólogos apontam os povos indígenas falantes da língua guarani e, portanto, integrantes da família linguística tupi-guarani³, atualmente formadores das etnias Kaiowa, Nandeva (ou Guarani) e Mbya, como tradicionais habitantes das florestas tropicais e subtropicais da parte meridional do Brasil (regiões Sul e Sudeste, além do estado do Mato Grosso do Sul), noroeste do Uruguai, nordeste da Argentina e sul e leste do Paraguai. Portanto, ao longo de cinco

¹ No Mato Grosso do Sul os Nandeva se autodenominam Guarani e por isso serão aqui designados desta forma.

² A estes números ainda precisa ser acrescentado a população que vive em diversos acampamentos erguidos às margens de rodovias federais e estaduais, onde devem viver centenas de índios sem o benefício das políticas públicas implementadas pela Funai, Funasa ou por outros órgão públicos.

³ A família linguística tupi-guarani consiste em um dos ramos do Tronco Tupi

20

séculos, por incentivo ou por anuência do Estado, estes povos conviveram com diferentes frentes de ocupação e exploração de seus antigos territórios, que ao longo deste período foram responsáveis por redefinir as suas territorialidades.

Como detalho a seguir, no interior da atual fronteira sul-mato-grossense, desde a margem esquerda do rio Vacaria até a fronteira sul do estado, pelo menos até as primeiras décadas do século XX, eram terras ocupadas pelos Kaiowa e Guaraní, sendo a bacia do rio Brilhante predominantemente habitada pelos primeiros. No entanto, especialmente a partir do século XIX estes índios passaram a conviver com diferentes frentes de ocupação e de exploração, promovidas ou apoiadas pelo Estado. Fatos que os levaram a produzir vários deslocamentos em espaços cada vez mais exíguos. A última grande frente de ocupação ocorreu em meados do século XX, quando as terras banhadas pelos rios Ivinhema, Dourados e Brilhante foram entregues a diferentes projetos públicos e privados de colonização, os quais foram responsáveis por reduzir as terras dos Kaiowa que ali viviam a diminutas porções, cercadas por pequenas e grandes propriedades rurais.

Estes índios informam que até o final da década de 1940 eles e/ou seus ascendentes angariaram o direito de ocupar pelo menos 50.000 hectares, os quais já consistiam em uma parcela de suas antigas terras, cuja posse, no início da década de 1920 lhes foi concedida por Cândido Mariano Rondon em troca de serviços prestados à Comissão de Linhas Telegráficas, durante a implantação da linha no trecho rio Brilhante – rio Dourados. Neste período Rondon respondia tanto pela Comissão, como pelo SPI e de acordo com os Kaiowa e com o próprio registro de Rondon em suas memórias, ele acompanhou pessoalmente pelo menos parte dos trabalhos realizados pela Comissão e pelo SPI junto a estes índios, como trato a seguir.

II - As frentes de ocupação e exploração das terras de ocupação tradicional Kaiowa⁴

II.1. A consolidação da fronteira brasileira

As terras habitadas pelos Kaiowa enfrentaram diferentes formas de ocupação e exploração não indígena, desde o século XVII, quando bandeirantes palmilharam a região entre os rios Paraná, Paraguai, através dos rios Ivinhema, Brilhante, Santa Maria e Apa, em busca de índios a serem aprisionados. Conforme Corrêa Filho, a perseguição

⁴ Parte da discussão apresentada neste item esta embasada em Vietta 2007: capítulo 1 e capítulo 2.

Joelma V.

bandeirante produziu a dispersão de muitos índios de língua guarani em direção sul ou pelas florestas menos acessíveis (1925: 52 apud Monteiro 2002: 19). Durante os séculos XVIII e XIX, Brasil e Paraguai buscaram ampliar suas fronteiras, cujos limites foram fixados somente após a guerra entre os dois países (1865-1870). A disputa pela faixa de fronteira, respaldada pelo princípio de *uti possidetis*⁵, levou ambos a promover a construção de fortificações militares associadas a colônias de povoamento. Do lado brasileiro, as iniciativas para o controle dos Campos de Vacaria⁶, ganharam êxito com a instalação do forte de São José de Monte Alegre (1855), à margem do rio Brilhante; a Colônia Militar de Dourados (1861), à margem direita do maior dos três braços que formam o rio Dourados (Almeida 1951, apud op cit: 203); a Colônia Militar de Miranda, na cabeceira do rio Miranda (1860) (Guimarães op cit: 113). Estas fortificações foram beneficiadas e beneficiaram as fazendas instaladas na região desde o final do século XVIII.

Mapa 3

Rotas hidrográficas



⁵ O Tratado de Madri, assinado por Portugal e Espanha em 1750 e anulado em 1761, instituiu o princípio de *uti possidetis* – isto é, que a terra pertence a quem de fato a ocupa. Apesar da anulação do tratado, tal princípio seguiu sendo mencionado em negociações posteriores (veja Corrêa 1999: 180; Esselin 2003: 202-205; Guimarães 1999: 45; 62-65; Doratioto 2002: 24).

⁶ Os Campos de Vacaria compreendem uma ampla região, a noroeste, limitada pela Serra de Maracaju e banhada pelos rios Miranda, Aquidauana e Nioaque; ao norte pelo Anhanduí e ao sul pelo rio Dourados, tendo ao centro os rios Brilhante e Vacaria. A região é disputada por portugueses-brasileiros e espanhóis-paraguaios durante séculos (veja Esselin, op. cit.: capítulo 1). Uma das vias de acesso para as expedições provenientes do lado português-brasileiro era pelo rio Paraná, rio Ivinhema e rio Brilhante, enquanto a via de acesso usada pelos espanhóis-paraguaios era o rio Paraguai (Guimarães 1992: 11).

O foco de atração para estes e outros fazendeiros foi a presença de rebanhos de gado bovino semi-selvagem, oriundos das frustradas tentativas de ocupação espanhola através da cidade de Santiago de Xerez e das Missões Jesuíticas do Itatim (século XVI e XVII) (Esselin op. cit.: 12-15). Com o fim do regime de sesmarias⁷ em 1822, por três décadas no Brasil não havia legislação que regulamentasse o acesso a terra. Assim, o interesse no povoamento de regiões estratégicas para a economia e para a defesa, motivou o governo a conceder títulos gratuitos⁸. Na província de Mato Grosso, o acesso ao latifúndio é garantido àqueles que conseguiram enfrentar os obstáculos naturais e os índios (Saboya 1995: 122).

Tal contexto atraiu os irmãos José, Gabriel e Joaquim Francisco Lopes. Em 1831, eles se fixaram às margens do rio Paranaíba, região que serve de trampolim para a exploração de novos caminhos fluviais e para a identificação de novas posses a serem vendidas aos fazendeiros (Rodrigues 1984: 57). Em 1839, os irmãos Francisco Lopes chegaram aos Campos de Vacaria, trazendo os primeiros fazendeiros a ocupar as terras às margens dos rios Brilhante e Vacaria (idem: 73-76 e 88), onde encontraram alguma resistência kaiowa, mas insuficiente para impedir estas e novas ocupações (Guimarães 1992: 15). Depois disso, Gabriel e José se fixaram em suas fazendas. José ainda prestou serviços ao governo da província e do império, dando seqüência à exploração dos Campos de Vacaria, bem como durante a guerra com o Paraguai. Joaquim, juntamente com outro sertanista, João Henrique Elliot⁹, se associou ao Barão de Antonina¹⁰.

A província do Paraná, desmembrada de São Paulo em 1853 (Mota 1994: 143), foi o cenário político em que o Barão de Antonina ganhou destaque. Tropeiro e depois fazendeiro, sócio atuante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹¹, conhecedor dos sertões, dos índios e dos meandros da política imperial, em 1843 tornou-se barão e em 1854, senador pela província do Paraná¹². Mas antes disso, Antonina solicitou o apoio do governo imperial para a criação de aldeamentos indígenas voltados à "catequese e civilização". A proposta enviada ao imperador em 1842 é criada a partir de investigações feitas pelo barão a respeito das antigas ocupações espanholas, com destaque para as reduções jesuíticas guarani, incluindo a antiga cidade de Santiago de Xerez. Porém, na sua nova versão, o "projeto de civilização" estava submetido às ordens do império e calcado nos trabalhos dos frades da Ordem Menor dos Capuchinhos (Wissenbach op. cit.: 144 e 149). No entanto, a relação de Antonina com os povos de língua guarani parece ter início em 1830, quando os Oguauíva, oriundos da

⁷ O regime de sesmaria, implantado no período colonial consistiu na doação gratuita de terras em abundância a quem possuísse os meios para cultivá-la, também prevendo a apropriação de grandes extensões de terra para explorações futuras. O aumento de exigências para a concessão de sesmarias, gerou a insatisfação de colonos que se opuseram à administração imperial. Visando punir os revoltosos, em julho de 1822, o príncipe regente decreta o fim do regime (Osório Silva 1999:1-2).

⁸ Veja Osório Silva idem; Moreira 2002: 157.

⁹ O cartógrafo e agrimensor Elliot, antes de se associar a Antonina, atuou na marinha norte-americana (veja Rosa op. cit.: 35 e Amoroso 1998: 54).

¹⁰ Por iniciativa do barão foi consolidado o porto de São José de Monte Alegre, às margens do Brilhante (Rodrigues idem e Guimarães op. cit.: 19 e 97), junto ao qual, posteriormente é fundado o forte de São José de Monte Alegre.

¹¹ Vários registros das expedições comandadas por Lopes e Elliot estão publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Wissenbach 1995: 139).

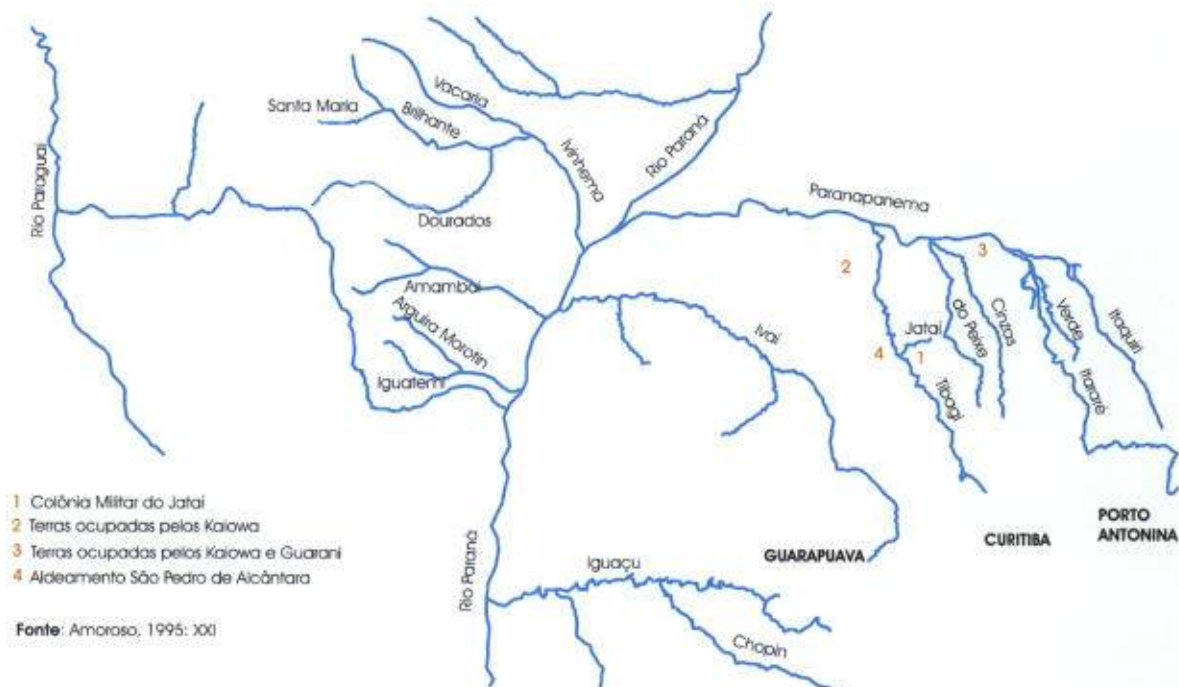
¹² A respeito da biografia do Barão de Antonina, veja Rodrigues op. cit.: 99 e Amoroso op. cit.: 51-52 e Wissenbach op. cit.: 139-40.

20

região do rio Iguatemi se deslocam em direção ao Paraná e se instalam em uma de suas fazendas (Nimuendaju: 1987: 8-12)¹³.

Mapa 4

Aldeamentos Kaiowa e Guarani e Colônia Militar do Jataí



A Constituição Imperial, outorgada em 1824, não fez menção explícita aos índios, contudo, a Constituinte analisou o projeto de autoria de José Bonifácio: *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bárbaros do Império do Brasil*, onde, entre outras propostas consta a criação de missões para a catequização, conduzidas por missionários católicos apoiados em instituições militares¹⁴. De acordo com Amoroso,

¹³ Movidos pela busca da *Terra sem Mal*, os Tañyguá, seguidos dos Oguaúva e dos Apapokuva, percorreram a margem do Iguatemi, alcançando o rio Paraná e seus tributários. Os Oguaúva, em 1830, se fixaram próximo aos rios Taquari e Itararé, em uma das fazendas de Antonina. Este grupo foi a base da Missão de São João Baptista, criada após a intervenção do barão em 1845, junto ao rio Verde. Os Tañyguá, em 1837, receberam do governo terras junto aos rios do Peixe e Itariri. Os Apapokuva viveram por algum tempo no Jataí, depois se dividiram entre os rios das Cinzas e Verde (Nimuendaju idem: 8-12). Amoroso registrou a presença dos Apapokuva mencionados por Nimuendaju no Aldeamento de São Pedro de Alcântara, associado à Colônia Militar do Jataí, na década de 1860 (Amoroso op. cit.: 139).

¹⁴ Veja Carneiro da Cunha 1987: 64-65 e Gagliard 1989: 30-31.

Re

pautado na proposta de conversão, educação e assimilação branda, o projeto de Bonifácio deu a base para a política indigenista imperial, na qual aldeamentos associados a colônias militares, atrelando atribuições bélicas e civilizatórias foram estrategicamente dispostos ao longo dos rios Tibagi e Paranapanema, eixo de comunicação entre as províncias de São Paulo, Paraná e Mato Grosso, contando com verbas destinadas à defesa da fronteira em litígio.

Em 1866, das treze colônias militares mantidas pelo exército, nove estavam garantindo a comunicação com a fronteira no eixo que compreende os atuais estados de Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, e Mato Grosso do Sul. A distribuição de verbas dava absoluta prioridade às colônias localizadas nestes dois últimos. O esforço do governo para a criação e manutenção de colônias militares e de aldeamentos indígenas, mostrava que o objetivo da política indigenista não estava exatamente na catequese, mas na perspectiva de garantir um suporte para a comunicação com a fronteira em conflito. É neste contexto que se inseriu a criação dos aldeamentos kaiowa e guarani, associados à colônia militar de Jataí, instalada junto ao rio Tibagi. A colônia militar foi implementada em 1850, mas sob a responsabilidade de Francisco Lopes, desde 1848 os aldeamentos kaiowa e guarani se consolidavam no local. De acordo com Lopes, estes índios eram originários “dos matos do lado direito do rio Paraná, desde o rio Ivinhema até o Igatemi” (Amoroso op. cit.: 34-36 e 41-45)¹⁵.

O projeto de “catequese e civilização” de Antonina teve nas expedições comandadas por Francisco Lopes e Elliot, a partir de 1845, uma das suas bases. Além de atrair os kaiowa e os guarani para os aldeamentos, as expedições visavam identificar caminhos fluviais através dos rios Paraná e Paraguai que ligassem o porto de Antonina à Cuiabá¹⁶. Nos registros das expedições consta:

“Oito léguas abaixo da barra do Vaccaria com o Avinheima, encontrámos muitos vestígios de índios na margem direita: n’este mesmo dia, dobrando uma volta, os avistámos de repente lavando-se no Rio: Seriam cinquenta, e correram para o mato da barranca, ficando alguns mais corajosos por verem somente uma canôa com quatro pessoas dentro. Confiados na fortuna que nos têm seguido passo a passo em todas estas explorações, nos aproximámos à praia, e saltando em terra os abraçámos, e os brindámos com mantimentos, muitos anzóis, facas, e alguma roupa que trazíamos de resto. Eram Caiuás da mesma família d’aquelles que encontrávamos nas margens do Rio Ivahy em 1845, tinham o lábio inferior furado, e traziam dentro do orifício um batoque de rezina, que à primeira vista alambre, cobriam as partes que o pudor manda esconder com panno de algodão grosso; os cabellos eram compridos e amarrados para traz... Suponho que elles têm relações com a gente do estado do Paraguay, porque tendo elles no pescoço e nos braços alguns fios de missangas, e pegando eu n’ellas, responderam-me – castilhano – e apontaram par o rumo S.O. Fallei algumas palavras de língua guarany, e entenderam-me perfeitamente... Estes índios pareciam de boa índole, fáceis de reduzir, e podem ser muito úteis aos navegantes: resta que o governo dê

¹⁵ A respeito das colônias militares e dos aldeamentos indígenas fundados na província do Paraná, veja também Boutin 1979.

¹⁶ A respeito das expedições veja Amoroso op. cit.: 53-56 e Monteiro op. cit.: 22-23. A fazenda Boa Vista, de propriedade do sogro de Gabriel Francisco Lopes, localizada na altura do rio Santa Maria, foi usada como base para estas expedições (Guimarães 1992: 18).

kw

boas providências a respeito, para que não hostilize, matando uns, capturando outros, e afugentando o resto (Elliot 1848: 173 apud Monteiro op. cit: 23-24).

Em outro relato mencionando os Kaiowa:

“Os terrenos que habitam vão até o Iguatemi junto a Serra de Maracajú, que tem d’aqui um caminho por terra que vai ao Paraná, ao qual se deve seguir sempre pela terra firme e boa, desviando os pântanos; pela margem do Ivinheima tem muitos capinzaes, e que d’aqui em quatro dias se sahe n’uma grande água, mas que encontrando por ahí os índios cavalleiros, de quem se temem e com quem têm guerra aberta, não têm ido lá mais vezes.” (Lopes 1850: 320-321 apud Monteiro, idem).

Em seus registros de Elliot também escreve:

“Viveram muito tempo dispersos e errantes, e por fim tomaram por paradeiro as matas que se estendem desde o Rio Iguatemy até o Ivinheyma ou Iguary, e desde os campos de Xerez até o grande Paraná. Naturalmente pacíficos, vivem por isso rodeados de inimigos, e circunscriptos a essas matas, seu único asylo. Ao sul tem os Paraguayos, ao oeste os Guaycurús, Terenas e Laihanas, que de tempo em tempo invadem seus esconderijos, arrebatam-lhes as mulheres e levam os filhos para o cativo; ao norte vagueiam os índios Coroados, e a leste tem o grande Paraná, e as hordas ferozes dos sertões dos Rios Ivahy e Iguassú.” (Elliot 1856: 434 apud Monteiro, op. cit: 17).

Amoroso, analisando Telêmaco Borba (1908), Keller (1865 e 1866) e Bigg-Wither (1974), concluiu que o potencial de atração dos aldeamentos está na sua capacidade provedora: fartura de plantações, fornecimento de mercadorias de difícil acesso, como ferro, sal, mercúrio doce, tecido, armas, ao mesmo tempo em que representavam um lugar seguro frente aos conflitos entre “etnias ou frações inimigas” (idem)¹⁷. Tais aspectos, acrescidos da ênfase na “mão protetora e generosa” de Antonina figuraram em um dos relatos de Elliot (1852: 441 apud Monteiro: 57), no qual ele descrevia os argumentos utilizados em um de seus discursos para os Kaiowa - na margem direita do Ivinhema, em 1847 -, ao apresentar os planos do barão relativos ao aldeamento anexo à Colônia Militar do Jataí.

No entanto Lopes e Elliot não eram exatamente unanimidades entre os Kaiowa e os Guaraní. No ano de 1848, durante uma expedição, três companheiros de viagem - entre eles Francisco Barbosa, pertencente a uma das “famílias pioneiras” a se instalar as margens do rio Brilhante - foram assassinados de maneira violenta pelos Kaiowa¹⁸ (Lopes 1872: 321 apud Wissenbach op. cit.: 148). Monteiro cita os depoimentos de dois Guaraní encontrados por José Francisco Thomaz do Nascimento, em 1855, durante sua

¹⁷ Além dos eventuais confrontos com outros povos indígenas, tais como os Terena e os Guaikuru, os Kaiowa estavam cada vez mais prensados em suas terras devido à crescente incursão dos exploradores. Em outro trecho, a autora analisa uma carta do diretor do aldeamento associado à Colônia do Jataí, frei Timotheo de Castelnovo, onde este afirmava que: muitos índios vêm se dirigido para o aldeamento por estarem sendo “afugentados pelos paraguaios”, e que para atendê-los tem “mandado canoas e gentes, que os coadjuvasse na passagem do Paraná e na subida do Paranapanema e Tibagi” (Franco 1936: 207 apud Amoroso op. cit.: 164-165).

¹⁸ As famílias Babosa Gonçalves e Francisco Lopes, unidas por laços de casamento, estavam entre os primeiros fazendeiros a se instalar na região entre os rios Brilhante e Vacaria (Guimarães 1999: 73).

viagem pela região de Guarapuava (província do Paraná). Estes Guarani se diziam originários da região do Iguatemi, de onde, para não se deixarem prender "pelas gentes de Lopes", fugiram pelos "mattos do Iguassú" (Nascimento 1886: 278 apud Monteiro op. cit.: 26).

A preocupação com a defesa da fronteira canalizou para as colônias militares e aldeamentos indígenas da província do Paraná, o apoio financeiro do governo imperial para a abertura e a manutenção de estradas e para o reconhecimento de vias fluviais. Verbas destinadas a propósitos estratégico-militares, mas também servindo aos interesses de Antonina que, através de tais propósitos, encontrou formas para agilizar a comercialização do gado de suas fazendas (Amoroso op. cit.: 51-53) e para obter o registro de novas posses de terra. Este foi outro fator ligado à associação com Francisco Lopes, que durante as expedições também se dedicava a localizar posses a serem adquiridas pelo barão. Para a obtenção dos registros de venda e de cessões de direitos Lopes contou com o apoio de parentes e amigos da sua família.

Após a morte do barão, seus herdeiros buscaram regularizar tais posses que abrangiam a região meridional do Mato Grosso do Sul, englobando o antigo município de Nioaque e o antigo município a Ponta Porã, ou seja, grande parte das terras habitadas pelos Kaiowa e Guarani¹⁹. Conforme Rodrigues, pelo menos nove daquelas posses localizavam-se às margens dos rios Dourados, Apa, Miranda, Amambai, Iguatemi, Cruzes, Pedra de Cal, Santa Maria e São Domingos, na época uma "região selvagem", habitada apenas pelos Kaiowa, onde o governo brasileiro antes da guerra havia proibido o apossamento a fim de evitar atritos com o governo paraguaio (op. cit.: 100). Em 1931 o pleito dos herdeiros de Antonina foi definitivamente negado, sob a alegação de que tais posses nunca foram habitadas por eles²⁰. Mas, a disputa por estas terras também envolveu os interesses da Cia Matte Larangeira, empresa exploradora de erva mate nativa que atuou na região durante a tramitação do processo judicial.

Entretanto, ao contrário dos herdeiros do barão, a família Francisco Lopes e muitas outras regularizaram as terras empossadas ao longo dos Campos de Vacaria. Tais regularizações, muitas vezes, foram sustentadas por pontos difusos da Lei 601, conhecida com Lei de Terras, editada em setembro de 1850 e regulamentada em outubro de 1854. Entre as determinações da nova lei tem-se: - a distinção entre terras públicas e devolutas; - a criação do registro de terras possuídas; - a fixação de regras para a revalidação de sesmarias e para a legitimação de posses, exigindo a comprovação de ocupação através do cultivo e da habitação; - a proibição de formação de novas

¹⁹ A respeito das posses adquiridas por Antonina em Mato Grosso do Sul e o processo judicial visando a sua regulamentação veja: Guimarães 1992: 32; 1999: 91; Rosa op. cit.: 34-36, Rodrigues op. cit.: 99-102, Saboya op. cit.: 129-132 e Wissenbach idem. O total das posses registradas em nome do Barão de Antonina foi calculado em cerca 90.000 km² (veja Penço 1980 apud Amoroso op. cit.: 52 e Wissenbach op. cit.: 138).

²⁰ De acordo com o que estabeleceu a Lei 601, das terras pretendidas a única de "posse legítima" era a fazenda Sete Voltas (Maracaju, MS), que estava sob os cuidados de Pedro Nolasco, filho de Antonina. Porém, em 1875, depois da morte do barão, ela foi vendida a Cia Matte Larangeira (veja Rodrigues: op. cit.: 102, Rosa op. cit.: 35 e Guimarães 1992: 40).

R2

posses, definindo a apropriação apenas mediante a compra²¹. No Mato Grosso, a aplicação da Lei de Terras teve início no final da década de 1850, com a criação da Repartição de Terras, incumbida de regulamentar às poses já instituídas e impedir o desordenado e violento processo de ocupação de terras. No entanto, sem dificultar a legalização de terras para os novos fazendeiros, os títulos continuaram sendo produzidos com a mesma facilidade com que as terras eram ocupadas (Salsa Corrêa 1999: 166 e Esselin op. cit.: 170).

De acordo com Osório Silva, tal situação se repete em todo o país, uma vez que a lei deixou a cargo dos ocupantes a iniciativa de delimitar e demarcar as suas terras. Além disso, não se mostrou suficientemente clara ao referir-se à comprovação de ocupação, através do cultivo e da habitação, deixando subentendido que qualquer posseiro, mesmo tendo ocupado a terra por um período indistinto, pudesse requerê-la. Assim, a lei serviu muito mais à regularização das poses do que ao seu estancamento. Efeito ampliado pela passagem do domínio das terras devolutas às províncias, cujos governos não investiram em políticas de colonização voltadas para contrabalancear a proliferação dos latifúndios improdutivos, justamente pelo fato de as oligarquias locais terem nestes um importante sustentáculo (Osório Silva op. cit.: 2)²².

Em relação aos Campos de Vacaria ainda se faz necessário destacar que a experiência dos aldeamentos capuchinhos na província do Paraná estimulou a criação do Aldeamento Indígena Antonina, fundado na confluência do rio Santa Maria com o Brilhante e associado à Colônia Militar de Dourados. O aldeamento foi organizado por frei Ângelo Caramonico, que apoiado em lideranças indígenas envolveu alguns Kaiowa e Guaraní em seus trabalhos de evangelização a partir de 1863²³. Porém, o novo aldeamento, assim como a Colônia Militar de Dourados foi destruído pelo exército paraguaio durante a guerra (Moutinho 1869: 135 apud Monteiro op. cit.: 28-29). Os Campos de Vacaria foram um dos palcos onde a guerra se travou de forma mais intensa. As fazendas e as fortificações foram saqueadas, queimadas e abandonadas. Sem seus novos vizinhos, muitos Kaiowa reocuparam a região, contudo, o fim da guerra permitiu o retorno dos fazendeiros, que mais uma vez deslocaram os Kaiowa, para reconstruir as suas propriedades (Guimarães 1999: 166 e 212).

A partir de 1889, “promover a catequese e civilização dos índios” se tornou uma competência dos governos locais, pelo menos até 1906, quando a política indigenista retornou ao governo central como atribuição do Ministério da Agricultura (Carneiro da Cunha op. cit.: 78), porém, dentro de uma nova conjuntura, largamente influenciada pela experiência da Comissão de Linhas Telegráficas. A guerra com o Paraguai deixou

²¹ Estas regras não se aplicam às terras situadas na fronteira internacional, cuja aquisição é proibida em uma faixa de 10 léguas, ou 66 km. A respeito da Lei de Terras, veja Saboya op. cit.: 122; Osório Silva 1999: 2-3, Moreira 158-159 e 167 e Pacheco 2004: 51-55 e 70.

²² Veja Saboya op. cit.: 122, Osório Silva op. cit.: 2-3 e Moreira op. cit.: 58-159. A sustentação oferecida pela Lei de Terras aos interesses oligárquicos também esteve na criação de uma série de dificuldades para que os trabalhadores livres (frente à crise do escravismo aqueles que viessem a se tornarem livres) tivessem acesso à propriedade das terras que habitavam. Desta forma, a população menos abastada se manteve como mão de obra nas fazendas, sem direito formal à terra ocupada. Os governos provinciais também eram favorecidos, pois se, em tese, a terra só poderia ser obtida através da compra, o valor das terras devolutas passou a ser equiparado ao valor das terras particulares (Saboya idem).

²³ Veja: Relatório de Presidente da Província de Mato Grosso 1863: 88 apud Monteiro op. cit.: 26-27.

R.O.

uma certeza ao governo brasileiro, a necessidade de criar condições para manter a fronteira conquistada. Para tanto era preciso povoá-la, mas também agilizar formas de comunicação entre a província de Mato Grosso e o governo central, bem como com o exterior, e, ainda, criar novas alternativas econômicas.

Tanto o governo imperial, como o republicano, investiram em ferrovias, na navegação fluvial pelos rios Paraná e Paraguai, e na implantação da linha telegráfica. No entanto, se a aposta do governo central e mesmo do governo local voltou-se para o incremento da ocupação da faixa de fronteira, este também se empenhou na defesa de interesses pessoais e oligárquicos, dando sustentação a Cía Matte Larangeira. A atuação comercial e política desta empresa exploradora de erva mate nativa desempenharam um papel decisivo na história da região centro-meridional do Mato Grosso do Sul, bem como da história recente Kaiowa, e ainda, explicitou a contravenção do Estado no tocante aos direitos kaiowa às terras que ocupavam.

II.2. A apropriação das terras ervateiras

Ao final da guerra, o Paraguai deixou de ser o maior produtor de erva mate da América Latina. A nova linha divisória trouxe parte significativa dos ervais para o território brasileiro²⁴ e a sua demarcação ficou a cargo da Comissão de Limites (1872-1874), dirigida pelo coronel de engenheiros Rufino Enéas Galvão e guarnecida pelo destacamento militar comandado por Antonio Maria Coelho. A Comissão trouxe para a província de Mato Grosso, Thomaz Larangeira, escalado como provisionador²⁵. Pelos serviços prestados ele recebeu uma quantia em dinheiro e três carretas, recursos que utilizou para ingressar na exploração dos ervais²⁶. Em 1874, ou seja, 20 anos após a regulamentação da Lei de Terras, Larangeira tomou posse de terras entre o rio Dourados e o arroio Estrela, onde montou uma fazenda, a fim de abastecer seus ranchos ervateiros²⁷ (Guimarães 1992: 46 e Rosa op. cit.: 20). Sediado na região de fronteira, ele passou a explorar os ervais em território paraguaio e brasileiro²⁸. Mas, como estes se encontravam em terras consideradas devolutas, para tanto, se fazia necessário uma concessão imperial. Em 1882, ao assumir a presidência da província de Mato Grosso,

²⁴ Veja Bianchini 2000: 87; Arruda 1986: 211 e Doratioto op. cit.: 39.

²⁵ Para o abastecimento da Comissão de Limites foi contratada uma casa de comércio de Porto Alegre, RS, que escalou Thomaz Laranjeira e Ernesto Paiva para o trabalho (Gressler e Swensson op. cit.: 28).

²⁶ Veja Corrêa 1999: 40 e Corrêa Filho, 1939 apud Pacheco, 2004: 31. A respeito da biografia de Thomaz Larangeira e da Comissão de Limites veja Arruda 1989: 38; Corrêa idem: 40; Gressler e Swensson op. cit.: 28; Rodrigues op. cit.: 119; Guimarães 1999: 211 e 217; Rosa op. cit. 18-19; Melo e Silva 1947: 63-72.

²⁷ Local de colheita e beneficiamento da erva, o rancho era erguido em uma clareira próximo ao erval a ser explorado (Arruda idem: 89).

²⁸ Veja Corrêa 1985: 71 e 1999: 40; Rosa idem; Melo e Silva 1989: 64; Arruda idem: 207.

Ra

Rufino Enéas Galvão intermediou o pedido de concessão, permitindo a consolidação da Companhia Matte Larangeira²⁹.

Mapa 5

Ervais nativos



● Ervais nativos em território sul-mato-grossense

Fonte: Sodré, Nelson Werneck. O Oeste . spc, sd p 29 apud Arruda 1986 : 213

O início do regime republicano conduziu Antonio Maria Coelho à presidência do Mato Grosso e transferiu para os estados a competência de legislar sobre as terras devolutas, o que permitiu a Larangeira assinar um novo contrato de arrendamento, por 10 anos a contar de 1890, no qual consta uma considerável ampliação da área explorada³⁰ em regime de monopólio (Arruda idem: 212 e 39-40). A queda de Deodoro

²⁹ A concessão garantiu a exploração, por 10 anos, de um perímetro compreendendo os morros do Rincão do Julho e as cabeceiras do Iguatemi, ou entre os rios Amambai e Verde, e pela linha que desses pontos for levada para o interior, na extensão de 40 km. (Cláusula I - Decreto nº 8.799, de 9 de dezembro de 1882, apud Arruda 1986: 276).

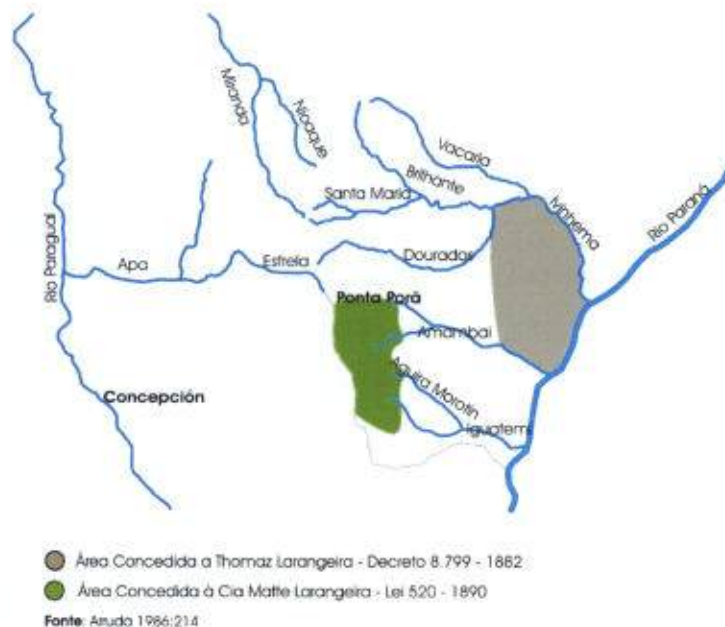
³⁰ O novo arrendamento abrange a foz do rio Dourados, no rio Brilhante, e por este até a sua foz no Ivinhema, por este até a sua foz no Iguatemi, fechando-se uma área com uma linha reta deste ponto até a foz do rio Dourados no Brilhante (Arruda 1986: 39).

[Assinatura manuscrita]

da Fonseca leva, em 1892, Manoel José Murtinho à presidência do estado³¹. No cenário nacional, a reforma implantada por Rui Barbosa desencadeou uma crise financeira. Desprovido de capital para investir em sua empresa e com uma concessão definida em contrato como intransferível, em 1891, Larangeira contraiu um empréstimo junto ao recém criado Banco Rio - Mato Grosso, presidido por Joaquim Murtinho, irmão do presidente do estado. No ano seguinte, o banco compra 97% das ações da companhia, cabendo o restante a Joaquim Murtinho, Thomaz Larangeira e outros. A Cia Matte, transformada em sociedade anônima, transferiu sua sede geral para o Rio de Janeiro³².

Mapa 6

Área concedida a Matte Larangeira - 1882 - 1890



Ainda em 1892, o governo do estado abriu concorrência pública para a exploração dos "terrenos devolutos" ao sul do rio Iguatemi³³, vencida pelo Banco Rio -

³¹ A respeito do contexto político e as disputas pela presidência do Mato Grosso veja Corrêa 1995: 67-69 e 82-88 e 1999: 52-56; Queiroz op. cit.: 135-137; Arruda 1986: 39-41.

³² A respeito do início da associação da Cia Matte com o Banco Rio - Mato Grosso e com a família Murtinho, veja: Corrêa 1999: 62-63; Arruda 1989: 40-43 e 1986: 215-217 e 234-237; Bianchini op. cit.: 88-90.

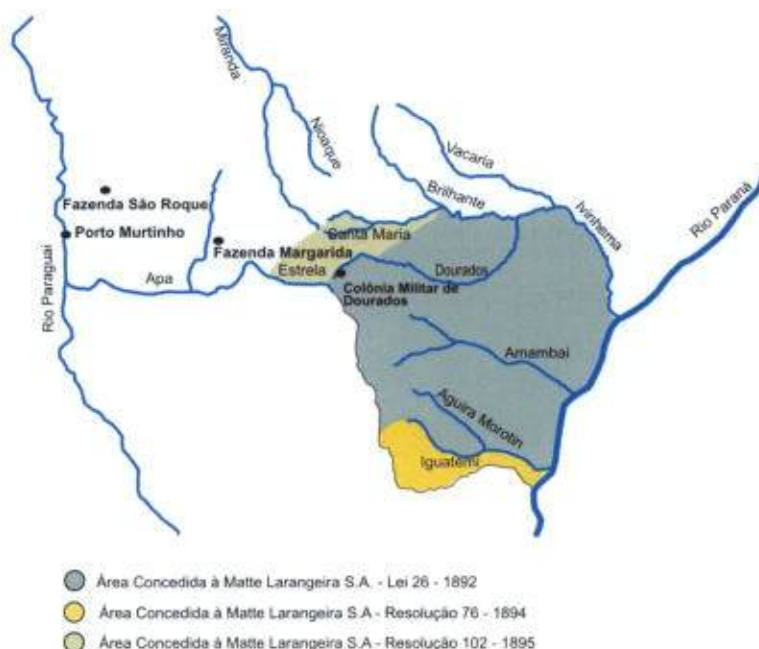
³³ Para esta concorrência o governo disponibilizou a exploração de erva mate e de outros produtos vegetais na área compreendida pelos rios Iguatemi e Paraná, até a linha de fronteira com o Paraguai, na cabeceira principal do Iguatemi (Lei 26, de novembro de 1892 apud Arruda 1986: 217).

Ro

Mato Grosso. Em 1894, a área arrendada foi novamente ampliada, o que se repetiu no ano seguinte³⁴, garantindo aos concessionários a exploração de 5.000.000 de hectares,

Mapa 7

Área concedida a Matte Larangeira - 1892 - 1895



Fonte: Arruda 1986: 220 - 222 e Guimarães 1999 - mapa encarte

abrangendo a totalidade dos ervais disponíveis na região. A erva-mate se tornou o produto mais lucrativo do estado (Arruda 1989: 40-43 e 1986: 206 e 218)³⁵. Para além dos negócios de família, Manoel Murtinho teve um importante suporte para seu governo nos impostos gerados pela sua exportação, em contrapartida, fortaleceu a companhia do ponto de vista político e econômico. (Corrêa 1999: 88). A expansão da

³⁴ Em 1894, o arrendamento compreendeu desde a cabeceira do ribeirão das Onças, na Serra do Amambai, pelo ribeirão São João e rios Dourados, Brilhante, Ivinhema e Paraná, até a serra da Maracaju, e pela crista de ambas as serras até a cabeceira do ribeirão das Onças (Resolução 76, de 13 de julho de 1894 apud Arruda 1989: 42). A concessão definida em 1895 estendeu o arrendamento até o rio Santa Maria, afluente do Brilhante (Resolução 102, de 15 de julho de 1895 apud idem: 43).

³⁵ A renda obtida pela Matte Larangeira, em diversos anos superou em cerca de seis vezes o orçamento total do Mato Grosso (Arruda 1986: 200). Dos produtos exportados pelo estado entre 1901-1911, a erva representou o de maior valor até o ano de 1906, oscilando entre um mínimo de 44,4%, em 1905, e um máximo de 63,2 %, em 1901 (Queiroz 1997: 119).

br

Cia Matte Larangeira S.A. envolveu a compra da fazenda Três Barras, onde foi instada a sua administração local³⁶. Por determinação contratual ou por interesse comercial, foram realizados vários investimentos de infra-estrutura: - construção do porto Murtinho (1893); - construção de uma ferrovia com 22 km, ligando o porto à fazenda São Roque (1906); - abertura de estradas carreteiras³⁷.

As vias de comunicação tenderam a ampliar a sua extensão na medida em que os ervais foram sendo destruídos (Arruda 1986: 237-239). Embora os contratos de arrendamento determinassem a sua manutenção e conservação, bem como limites para a quantidade de erva colhida e prazo de alternância entre as colheitas, tais determinações não foram cumpridas nem fiscalizadas pelo estado. (Arruda 1989: 43-44 e 1986: 212). O coletor de impostos, Alferez Luiz Perrot, ao inspecionar, em 1885, os ervais próximos a Ponta Porã, relatou que, em sua ganância de ampliar a produção, os ervateiros cortavam toda a ramagem, incluindo os brotos de menos de um ano, aventando a possibilidade de que os ervais sejam aniquilados em um período bastante curto, à semelhança do que ocorreu no Paraguai³⁸. Em 1896, o presidente do Mato Grosso também manifestou sua preocupação frente aos incêndios criminosos, provocados pelos ervateiros independentes (*changay*) como represália a Matte Larangeira (Salsa Corrêa op. cit.: 26).

O monopólio de extração da erva inviabilizou a concorrência legal, mas não impediu o *changay* de coletá-la e contrabandeá-la através dos comerciantes locais. Para detê-los, a empresa investiu na desarticulação das casas de comércio e dos povoados onde elas se instalavam³⁹. No interior dos arrendamentos, quem não trabalhava para a companhia era tido como "intruso" e "perturbador da ordem". Com base em cláusula contratual, a Cia Matte estava autorizada a expulsá-los, podendo recorrer ao estado para tanto. Mas, para controlar os "intrusos", bem como a fuga de seus trabalhadores, ela dispunha dos *comitaveiros*. Uma milícia própria, descrita como violenta e cruel com seus perseguidos⁴⁰ (Arruda 1989: 39-43 e 50-51). Para Corrêa, a Matte Larangeira ilustrou a relação entre produção, latifúndio e violência. Os métodos utilizados para a exploração da mão de obra tornaram a miséria, a violência e a morte companheiras de

³⁶ Uma área de 3.660 hectares da fazenda foi doada ao estado, mas destinada à acomodação dos funcionários da empresa, posteriormente dando origem ao município de Porto Murtinho (Rosa op. cit.: 21 e Melo e Silva op. cit.: 149).

³⁷ Entre elas estava a estrada ligando a ferrovia e o Distrito de Vacaria (de onde se desmembram os municípios de Campo Grande e de Rio Brillante, entre outros), que, ao rumar pela cabeceira do Apa, pelo divisor Dourados, Santa Maria, descendo a serra da Limeira, buscando o apartador das águas do Apa e do Miranda, cruzava a fazenda Margarida (Corrêa Filho apud Arruda 1986: 239). Neste período, a Cia Matte mantinha pelo menos nove fazendas próximas ao porto Murtinho, onde ficavam os depósitos e as oficinas de marcenaria que fabricavam as carretas, as chalanas e os instrumentos usados pela empresa. São elas: Três Barras (na margem esquerda do rio Paraguai), Margarida (à margem do rio Caracol, município de Bela Vista - v. mapa 5), Santo Thomaz (picada Chirigüelo, município de Ponta Porã), Limeira (próximo à Colônia Militar de Dourados), São Roque (v. mapa 5), Perdido, Concórdia e Sete Voltas (município de Maracaju - vendida a Cia Matte pelos herdeiros do Barão de Antonina, como dito acima). Veja: Rosa op. cit.: 21; Rodrigues op. cit.: 100 e Arruda idem: 83.

³⁸ Manuscrito. Lata 1885C. Documentos avulsos do APMT, Cuiabá-MT apud Salsa Corrêa op. cit.: 26.

³⁹ Veja ocorrências registradas em 1898 em Arruda 1989: 46-50.

⁴⁰ Entre os grupos armados que agiam de forma paralela à lei, na fronteira, nos anos 1930-40 também estava os *bochinheiros*, que tanto se colocavam "a serviço" da Cia Matte, como agenciavam a venda de erva mate clandestina (veja Corrêa 1985: 165 e 1999: 80). Os *bochinheiros* trocavam bebidas alcoólicas por erva junto aos ranchos da companhia (Lenharo 1986: 61).

ko

um número incalculável de homens empregados no árduo trabalho da extração de erva (Corrêa 1985: 50). Situação apoiada na falta de oferta de trabalho na região, restrita, justamente, a elaboração clandestina da erva e a escravidão por dívida (Guillen 1999: 156).

Entre as formas de aliciamento da mão de obra estava o *conchavo*, promovido por recrutadores pagos pelo número de pessoas que eram capazes de atrair (Arruda 1989: 144)⁴¹. De acordo com Puiggari, o *conchavador* chegava a um povoado, onde “avultasse a pobreza e a falta de recursos” e, articulado com o comissário de polícia local, organizava um “baile”, onde a cachaça “corresse sem conta e sem medida”. Nesta ocasião, descrevia os ervaais “com as mais belas cores”, destacando a possibilidade de “fazer fortuna”. Mas o argumento decisivo era o adiantamento concedido ao futuro trabalhador. Ao final do “baile” todos os “homens válidos” estavam “engajados para os ervaais de Ponta Porã” (Puiggari 1933: 25 apud Arruda 1989: 150-151)⁴².

Prática usual da Cia Matte, o adiantamento atrelava o trabalhador aos ervaais, através de uma dívida impagável, mediante um baixíssimo investimento, calculado com base no valor do salário e no preço dos produtos consumidos: alimentos roupas, utensílios, etc., exclusivamente adquiridos junto à *comissaria* da companhia e invariavelmente supervalorizados. O sustento da família ampliava a despesa, assim, não raro esposa ou filha(s) eram entregues para outros trabalhadores, a fim de transferir ou amenizar a dívida (Lenharo 1986: 63)⁴³. Mas outros expedientes garantiam a dívida de um trabalhador, entre eles: alterar a balança para minimizar a pesagem da erva colhida; a promoção de festas, onde eram oferecidas cachaça e mulheres⁴⁴. A fuga era a única possibilidade de quebrar este ciclo, porém, uma vez aprisionado, castigos físicos e a morte eram as penas atribuídas a quem tentasse se desvincular da companhia sem “pagar” a sua dívida (Arruda idem: 154- 156 e 159-165).

No entanto, paulatinamente, o domínio da Matte Larangeira passou a ser questionado pelos novos colonizadores, que, em sua maioria, deixaram o Rio Grande do Sul fugindo de guerras, conflitos políticos locais e crises econômicas. Eles chegaram à região meridional da província do Mato Grosso a partir do final do século XIX interessados em adquirir posses em Ponta Porã e Bela Vista, ou seja, parte das terras disponibilizadas à Cia Matte. Em 1903, autoridades de Ponta Porã se mostravam preocupadas frente aos crescentes conflitos, entre os novos ocupantes e a companhia, pois aqueles que tentavam se tornar proprietários eram tratados como “intrusos”. Noção respaldada pelo Poder Judiciário que, invariavelmente, negava as solicitações de regularização de posses, baseado nas alegações da Matte de se tratavam de terras

⁴¹ Corrêa também menciona o seqüestro como forma de aliciamento dos trabalhadores (1985: 150).

⁴² Sobre o *conchavo* veja também Bianchini op. cit.: 172-175.

⁴³ Lenharo ainda menciona a exploração das filhas dos trabalhadores através da prostituição precoce (idem).

⁴⁴ Na região do Alto-Paraná, Wachowicz (1982: 48 apud Arruda idem:152) menciona o *antecipo*. O adiantamento, ou *antecipo* era concedido antes de uma *feira* oferecida enquanto os trabalhadores esperavam o barco para levá-los aos ervaais, o qual propositadamente demorava três dias, período em que gastavam o dinheiro com bebidas, mulheres e outras diversões, acumulando uma enorme dívida mesmo antes de embarcar. A Cia Matte também se utilizava do *sereno* para controlar seus trabalhadores. Pessoa especializada em criar desavenças e rivalidades nos ranchos, facilitando as delações e traições, de modo a aterrorizar os trabalhadores, mantendo-os desunidos (Wachowicz idem: 54-55 apud Lenharo 1986: 63).

20

concessionadas. Como os limites dos arrendamentos não eram demarcados ou fiscalizados pelo estado, ela os fazia flutuar de acordo com seus interesses. Impedidos de regularizar as suas posses, e reprimidos na exploração da erva, os novos ocupantes buscavam formas para desequilibrar o poder da Matte e das instâncias políticas que o legitimavam⁴⁵.

Em 1902, o então ministro da fazenda, Joaquim Murtinho assinou um convênio com o estado do Mato Grosso criando a *guarda aduaneira*, designada a combater o contrabando na faixa de fronteira. Políticos de oposição contestaram, seja denunciando a inconstitucionalidade do convênio, pois o Congresso não foi consultado para tanto; seja por sua intenção de proteger os interesses da companhia, acusada de ser a maior responsável pelo contrabando, a partir de seu porto. Também se faz necessário registrar que a *guarda aduaneira* era mantida com recursos da Cia Matte. No entanto, a sua destituição veio de outro foco de resistência: um grupo armado, composto por mais de 200 moradores da região, liderados por Bento Xavier e Francisco Brum, enfrentou e depôs a *guarda aduaneira*. Xavier e Brum, ex-combatentes sul-rio-grandenses, viviam no Mato Grosso desde o início do século XX e, de diferentes formas, enfrentaram o poder da companhia (Arruda 1989 51-53 e 67-68; Corrêa 1999: 67). Este foi o primeiro, mas não o único conflito promovido pelos "gaúchos"⁴⁶.

Ainda em 1902, o Banco Rio - Mato Grosso declarou falência⁴⁷. O patrimônio da Cia Matte foi adquirido por Thomaz Larangeira e por Francisco Mendes Gonçalves e Cia, empresa argentina, responsável pela industrialização e distribuição da erva produzida pela Matte Larangeira, em seu país. A nova versão da empresa, com sede na Argentina e escritórios no Brasil e no Paraguai, passou a compor a Larangeira, Mendes e Cia⁴⁸, tendo Francisco Mendes Gonçalves como acionista majoritário (Bianchini op. cit.: 92). Ao se tornar uma empresa estrangeira, situada na faixa de fronteira, a nova versão da Matte Larangeira acirrou a sua oposição política no Mato Grosso⁴⁹ (Queiroz op. cit.: 135-137 e Arruda 1989: 51-54).

Em 1907, visando aproveitar a conjuntura política favorável, a Cia Matte antecipou a proposta para a obtenção de novo contrato de concessão, no qual, entre outras vantagens, constava: - vigência até 1930; - ampliação da área arrendada; - redução de impostos; - constituição de uma milícia própria, reconhecida e autorizada pelo estado; - liberação de uma área não inferior a 2.000.000 hectares de "terrenos devolutos" para venda, a serem destinados a fazendas de criação de gado. Como explicitado no contrato, a criação da milícia visava reprimir os conflitos "provocados por intrusos"; enquanto a disponibilidade de terras para venda buscava "proibir o

⁴⁵ Sobre a ocupação "gaúcha" da região meridional do Mato Grosso, veja Arruda 1989: 54-57 e 66-68, Salsa Corrêa op. cit.: 204; Corrêa 1985: 42 e 88-89; Weingartner op. cit.: 73.

⁴⁶ Veja Arruda 1989: 75-79; Corrêa 1999: 71-72; Lenharo 1986: 61; Guillen 1999: 160; Weingartner op. cit.: 69-78; Rodrigues op. cit.: 137-145 e Rosa op. cit.: 48-50 e 96-99.

⁴⁷ A respeito das controvérsias relativas à criação, gestão financeira e falência do Banco Rio - Mato Grosso, veja Bianchini op. cit.: 89; Queiroz 2004: 136; Corrêa 1999: 62 e Arruda 1986: 245.

⁴⁸ Entre os acionistas da Larangeira Mendes e Cia está Francisco Murtinho, irmão de Joaquim e Manoel Murtinho (Arruda 1989: 54).

⁴⁹ A ausência ou o desaparecimento de instituições nacionais, aliados à forte presença de populações estrangeiras na faixa de fronteira, deu margem, a uma série de outros eventos considerados pelas autoridades brasileiras absolutamente inconvenientes, qualificados como certo esmaecimento dos limites políticos e um predomínio da influência cultural estrangeira (Queiroz idem: 137)

povoamento da região". Apesar da interferência de Manoel Murinho, agora Ministro do Supremo Tribunal Federal, a Assembléia Legislativa recusou a proposta, apoiando a posição de Pedro Celestino, vice-presidente do Mato Grosso e consolidando o primeiro êxito da oposição governamental contra a Matte Larangeira. Outro pedido de antecipação para a renovação do contrato, em 1912, também encontrou o veto da Assembléia⁵⁰, desencadeando um polêmico debate, envolvendo a imprensa e a opinião pública, conhecido como "A questão da Matte".

A polêmica abriu caminho para, em 1915, ser publicada a Resolução Estadual 725⁵¹, definindo os procedimentos para a aquisição de dois lotes de 3.600 hectares cada, para aqueles ocupantes de terras de lavoura e pastagens, desde que comprovassem cultura efetiva e moradia anterior a 1914. Apesar de a Matte contestar, com êxito, uma parte considerável das requisições de posse, em Ponta Porã entre 1915 e 1924 foram expedidos 356 títulos provisórios de propriedade, totalizando 620.702 hectares (Corrêa Filho 1925: 91 apud Arruda 1989: 73). Na década de 1920, a erva proveniente das pequenas propriedades começou a figurar entre as exportações mato-grossenses (Corrêa Filho 1925 apud Queiroz op. cit.: 418). Contudo, sem dispor da infra-estrutura para o escoamento e o comércio de seus produtos, os pequenos proprietários foram obrigados a negociá-los com a Cia Matte, a partir de preços pré-fixados (Alves 1984: 53 apud Queiroz op. cit.: 419).

A Resolução 725 também limitou a área total para a concessão de arrendamentos em 1.440.000 hectares, a ser escolhida pelo arrendatário, e fixa em 10 anos como tempo máximo para a concessão. Regras incorporadas ao contrato de 1916, dando a Cia Matte dois anos para informar a área de sua preferência, a ser demarcada pelo estado⁵², o que foi feito somente em 1919 e oficializado em 1921 (Bianchini op. cit. 102 e Arruda 1989: 74), porém a área demarcada, abrangendo uma considerável parte da região meridional do estado, a partir do rio Brilhante, apresentou um excedente de quase 400.000 hectares⁵³. Em 1924, os limites da área arrendada sofreram uma nova restrição. De acordo com a Resolução 911, ficou o poder executivo autorizado a arrendar, em concorrência pública e pelo prazo não excedente de 10 anos, uma área de até 1.000.000 hectares das "terras ervateiras do estado". Esta foi a base para o contrato firmado em 1926, porém a Lei 694 de 1927 revogou a Resolução 911, possibilitando que em 1928 a área fosse acrescida por mais 900.000 hectares (Arruda 1986: 218-219 e Bianchini op. cit.: 111).

A conjuntura política desfavorável, associada ao barateamento do escoamento pelas vias fluviais, levou a Matte a direcionar a sua atuação também para o estado do Paraná. Em 1909, mediante solicitação ao governo do Mato Grosso, a Companhia teve

⁵⁰ O falecimento de Manoel Murinho, antes deste evento, contribuiu para o enfraquecimento político da Cia Matte (Corrêa 1999: 68).

⁵¹ Veja Arruda 1989: 54-56 e 69-72; Corrêa 1999: 68 e Bianchini op. cit.: 102 e 106.

⁵² Ao que parece, outro fruto das negociações que antecederam a assinatura deste contrato foi a alteração da estrutura da companhia, que passou a ser designada Sociedade Anônima Empresa Matte Larangeira, uma empresa binacional (capital brasileiro e argentino), com sede no Rio de Janeiro, porém a maioria das ações permaneceu com os sócios argentinos (Arruda 1986: 246 e Bianchini op. cit.: 92 e 102). Em 1929 foi efetuada a divisão da Cia Matte, criando uma empresa brasileira e outra argentina. No entanto, por intermédio de convênio, as duas voltaram a se fundir em 1935 (idem: 138 e 151).

⁵³ Além da área arrendada, a empresa era proprietária de mais de 300.000 hectares (Guillen: 1999: 159).

permissão para realizar exportações por um porto a ser construído na foz do rio Iguatemi, no Alto Paraná, e para navegar pelos rios Iguatemi, Amambai, Ivinhema e Paraná, acima e abaixo do salto de Sete Quedas⁵⁴. No mesmo período se expandiu para Guairá, enquanto a partir da fazenda Campanário organizava o transporte fluvial pelos rios Amambai, Iguatemi, Dourados, Ivinhema e Brilhante⁵⁵.

Mapa 8



Fonte: Bianchini: 2000: 185⁵⁶

⁵⁴ Decreto 232, de 1 de setembro de 1909, apud Arruda 1986: 239.

⁵⁵ Veja Arruda 1989: 142-144; 1986: 205-206 e 239-240; Bianchini op. cit.: 93-94; Rosa op. cit.: 21-22. Segundo Bianchini, a cidade de Guairá foi construída pela Matte Larangeira, onde a companhia dispunha de inúmeros imóveis (Bianchini op. cit.: 93-94). A fazenda Campanário (Caarapó, MS), construída em 1918, exclusivamente para abrigar a administração local da empresa e as famílias de seus altos funcionários, foi transformada, no dizer de Bianchini, em uma "metrópole sertaneja", onde moravam cerca de 2.000 pessoas, sendo vetada à circulação daquelas que não trabalhavam ou residiam nela. Entre os recursos disponibilizados aos seus moradores estava: eletricidade, telefone, escolas, hotel, pista de pouso, quadras de esporte, pequenas fábricas, incluído a de gelo, etc. (veja Melo e Silva op. cit. 178-180; Bianchini op. cit.: 214; Arruda 1989: 19; Moreira 1990: 35-42 e A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais. Campo Grande. Arquivo Público Estadual do MS, 2000).

⁵⁶ No mapa apresentado por Bianchini não constam os portos Novo e Vilma, ambos largamente mencionados pelos Kaiowa.

20

Por questões financeiras e políticas, a década de 1930 marcou o declínio da empresa. O mercado argentino, maior consumidor da erva mate brasileira, apostando no plantio da erva, alcançou a sua alto-suficiência (Arruda 1986: 201 e 208). Em 1933, durante o Congresso Nacional da Herva Matte realizado em Ponta Porã, foram propostas medidas para suavizar a crise enfrentada pelos ervateiros (idem: 248). Nesta oportunidade foi criado o Instituto do Matte que tinha como objetivos: conquistar novos mercados, propor pesquisas e servir de órgão consultor ao governo⁵⁷. Desde então, a política implementada pelo governo de Getúlio Vargas foi outro fator a promover o desgaste da Cia Matte. Entre as medidas tomadas estavam: - a criação, em 1931, da Delegacia Especial de Terras e Obras Públicas visando, entre outras questões, simplificar o processo de aquisição terras no sul de Mato Grosso (Bianchini op. cit.: 163); - a sobretaxação da exportação da erva mate *cancheada*⁵⁸, associada ao incentivo da produção industrializada de Santa Catarina e Paraná, (Lenharo 1986: 66); - a proteção ao trabalhador brasileiro.

Em dezembro de 1930, a Lei de Nacionalização do Trabalho determinou que dois terços do contingente de funcionários das empresas exploradoras de concessões públicas fossem brasileiros. Portanto, cabendo a Matte substituir uma parcela considerável de seus trabalhadores "paraguaios", e, de acordo com os seus dirigentes, onerando os gastos com mão de obra. A empresa contou com a colaboração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para recrutar trabalhadores nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro, porém, poucos dos novos contratados suportaram as condições de trabalho, permitindo a Matte sustentar seu argumento a respeito da adaptação "paraguaia" à exploração dos ervais e escapar da lei, com relativo sucesso. Em 1931 foi aberto o precedente para a contratação de estrangeiros que morassem a pelo menos 10 anos no Brasil, e, em 1940, foi permitida a contratação de latino-americanos originários dos países da fronteira (Bianchini 176-177 e Arruda 1989: 22-23). No entanto, se faz necessário questionar de onde, ao longo desses quase 60 anos, a Cia Matte vinha recrutando seus trabalhadores.

No final do século XIX e início do século XX, o Mato Grosso possuía uma população rarefeita, não oferecendo o contingente necessário de mão de obra para o trabalho nos ervais. O estado também não apresentava meios ágeis para atrair esta mão de obra de outras regiões, devido à carência de vias de comunicação e de transporte. Entre os historiadores que discutem a atuação da Cia Matte Larangeira, há um consenso quanto à origem paraguaia de seus trabalhadores, o que, segundo Bianchini, pode ser confirmado na leitura dos documentos da empresa, entre os quais destaca as correspondências internas explicitando a preocupação dos dirigentes com a Lei de Nacionalização do Trabalho (Bianchini op. cit.: 172 - 176).

Em geral, as análises historiográficas associam o uso (ou abuso) da mão de obra paraguaia, à sua ociosidade no país de origem, no contexto do pós-guerra ou dos sucessivos golpes de estado e crises econômicas presentes desde o final do século XIX,

⁵⁷ Ata do Congresso Nacional da Herva Matte apud Bianchini p.162. Segundo Bianchini o Congresso foi realizado no estado do Paraná. No contexto da política centralizadora de Vargas, em 1938, o Instituto do Matte foi federalizado, passando a ser designado Instituto Nacional do Mate.

⁵⁸ A Cia Matte fazia apenas o primeiro beneficiamento da erva, exportando-a *cancheada*, isto é, ela era apenas seca, no barbaquá.

Re

em um país sem perspectiva de desenvolvimento a curto e médio prazo⁵⁹. Porém, este argumento se fragiliza ao considerar os efeitos a guerra em relação às perdas humanas. Segundo Doratioto, há cifras discrepantes, mas a “versão revisionista” mais conhecida indica que o Paraguai perdeu acima de 70% de sua população, sendo que a mortalidade masculina atingiu em torno de 99% (Chiavenatto 1979: 150-151 apud Doratioto op. cit.: 456)⁶⁰.

Portanto, se o argumento quanto à ociosidade da mão de obra paraguaia parece evidente, o seu contingente precisa ser relativizado⁶¹, pois se ela foi importante para a Matte Larangeira, não foi a única e nem parece ser a mais expressiva. Segundo Brêa Monteiro, a leitura dos relatórios e avisos de Postos Indígenas (PIs) expedidos por funcionários do SPI, mostra que, no Mato Grosso, o órgão serviu como agenciador da mão de obra kaiowa, o que pode ser demonstrado pela “visita de muitos proprietários de ervais ou administradores de companhias como a Matte Larangeira em busca de mão-de-obra” (Monteiro op. cit.: 31).

Ao que parece, a referência à utilização da mão de obra paraguaia escamoteia o uso da mão e obra indígena, bem como do arrendamento de suas terras, como trato a seguir, questão vetada pela legislação vigente no período. Entre os documentos apresentados por Brêa Monteiro consta o Relatório de Genesio Pimental Barbosa, trazendo um quadro bastante rico, ao evidenciar a relação da Matte Larangeira com os Kaiowa e o arrendamento de suas terras⁶². Na introdução do relatório, Barbosa afirma destacar assuntos que são do interesse do SPI, para em seguida dizer:

“Dentre eles me ocuparei com maiores detalhes, por ser o que se me apresenta mais importante, da situação em que se encontra as duas grandes tribus habitantes das margens do rio Paraná e seus tributários, no Estado de Matto-Grosso (...)

Estas tribus são: dos Caiuás, que habitam os valles dos rios Brilhante, pela margem direita, Dourados, Guaimbé-pery, Amambay, Paunduhy, Yjouy e Iguatemy, até a foz desses no Paraná, e a tribus dos Chavantes, que habitam as margens do Rio Pardo, Bahia Grande, Ivinheima e seus afluentes da margem esquerda. (...)

Entretanto, ha uma razão altamente patriótica que colloca essas tribus no mesmo plano de merecerem, com a mesma igualdade, todo o apoio e amparo dessa Inspetoria: libertal-as do dominio dos hervateiros paraguayos, fazendo cessar o

⁵⁹ Veja Corrêa op. cit.: 1999: 40-41; Salsa Corrêa op. cit.: 118 e 202; Bianchini op. cit.: 192; Esselin op. cit.: 238-239. Melo e Silva também menciona a presença de paraguaios descendentes de Guaraní entre os trabalhadores da Cia Matte (Melo e Silva op. cit.: 172).

⁶⁰ Embora destaque a importância da mão de obra paraguaia para a Matte Larangeira, em outra passagem Corrêa, ao referir-se ao fato desta população buscar refúgio em terras sul-mato-grossenses, menciona os “bandos de mulheres paraguaias com meninos de 10 a 14 anos, numa referência clara ao quase extermínio da população masculina” (idem: 34).

⁶¹ Esta questão é levantada por Tschikel Júnior, 2005: 287-35.

⁶² Relatório do auxiliar Genesio Pimental Barbosa referente ao ano de 1927, encaminhado para Antonio Martins Viana Estigarribia – Diretor da 5ª Inspetoria Regional – SPI (IR 5), Campo Grande, 14 de dezembro de 1927 apud Monteiro op. cit.: 67-107.

ba

regime de escravidão em que vivem⁶³, por meio de uma fiscalização eficiente, instituindo núcleos em terras que o Estado lhes reserve (...)

E é nessa faixa de terra, riquíssima e, herveas, que vivem os índios Caiuás, cujos maiores núcleos são: 'Posto Francisco Horta', Aldeia do Tehy-Cuê, hoje transformada no esperançoso 'Posto José Bonifácio', 'Aldeia do Patrimônio União', 'Aldeia do Serro Peron', 'Aldeia do Ibera-Moroty', 'Aldeia do Ipehum', 'Aldeia do Ypuitan' e 'Aldeia da Invernada Tujá'.

Além dessas aldeias onde os agrupamentos são maiores, ha em toda a extensão de terra citada, espalhados pelos herveas, sem residencia fixa, uma quantidade immensa de índios Caiuás, vivendo exclusivamente da insignificante remuneração recebida nos trabalhos de elaboração da herva.

E é esse serviço de herval, ao qual se dedicam exclusivamente, offerecendo vantagens que nenhum outro operário poderia offerecer, pela resistencia, aptidão e reduzido salario, que lhes absorve o tempo para qualquer outra actividade, lhe não deixando cuidar, siquer, de pequenas lavouras, como as fazem e cultivam os índios que vivem aldeados.

O systema empregado nas transações entre os patrões hervateiros e índios, no pagamento do preparo da herva e no fornecimento de mercadorias, é absolutamente desonesto.

Não há um índio, por economico que seja, que possa receber qualquer importancia, em dinheiro, como saldo de contas.

Antes de encetar o serviço para o qual é contractado é-lhe facultado o armazem de fornecimentos do proprio patrão, armazém cujas mercadorias são adquiridas de bolicheiros da companhia, que, por sua vez, já as adquiriram na praça de Ponta Porã, por preço quase irrisorio.

O indio nesse armazem assume um compromisso do qual jamais se libertará a não ser pela fuga, se submeter quizer à perseguição de seu patrão que não trepida em organizar uma escolta, as mais das vezes apoiada pelo inspetor de quartirão, que lhe irá no piso e, capturado que seja, será sua dívida acrescida das despesas na diligencia, despesas que lhe serão debitadas à vontade e de acordo com a generosidade ou malvadez do seu patrão.

Em diversos ranchos ervateiros têm me sido apresentadas contas de índios, que sobem às vezes a cinco contos de reis.

Nem se diga que examinando-as se poderá capacitar de sua origem, das compras que foram feitas e dos trabalhos recebidos.

A maior parte das vezes ellas se subordinam a um só titulo 'despesas feitas' sem discriminação de quantidade, preços ou nome dos artigos adquiridos. Isto quando se não vê, relacionado dezenas e dezenas de litros de aguardente, ao preço de 15\$000 e 20\$000 por litro.

⁶³ Barbosa não caracterizou a relação dos Xavantes com a exploração dos ervais.

bo

Ainda não encontrei, em poder de um só índio hervateiro, sem ser aldeado, a menor parcella de economia, quer representada em dinheiro, quer em animaes.

Como fructo e producto de seu trabalho pesadissimo apenas trazem sobre o corpo um terno de tecido ordinarissimo do qual faz parte, indefectivelmente, um lenço de seda de cor vermelha, distinctivo que lhes custa nunca menos de trezentos pesos, ou seja, cincoenta mil reis da nossa moeda.

Dest'arte o índio Caiuás é, nos hervaes de Matto-Grosso, uma propriedade do hervateiro paraguayo, que sem nenhum escrupulo o explora, moral e materialmente.

Em minha recente excursão às aldeias da fronteira, visitei varios estabelecimentos hervateiros, verificando que a quantidade de indios que nelles trabalham é sempre superior ao trabalho paraguayo.

Notadamente, nos serviço de elaboração do Snr. Ricardo Isnardi, no lugar denominado 'Mangahy', ha uma população indigena superior a duzentos indios, distribuidos pelos ranchos Potreirito, Jihá e Administração.

Esse ervateiro, cujo movimento de elaboração da herva é superior ao de qualquer outro daquelle meio, por isso que trabalha a própria Empresa Matte Larangeira, nos hervaes que foram excluidos do atual arrendamento, mas que continuam sob o dominio do antigo habilitado da zona, não nega que sem o auxilio dos indios seria forçado a abandonar sua habilitação⁶⁴ porque não encontraria pessoal resistente, dedicado e trabalhador, como a turma de caiuás que lhe serve.

Procurei examinar a escripturação desse hervateiro, na parte referente aos indios. Como sempre, encontrei-a deficiente, sem nada esclarecer quanto ao valor das mercadorias compradas. Segundo informações que me prestou o encarregado desse estabelecimento, também os indios que trabalham para o Snr. Isnardi não tem residencia fixa. Vivem dos serviços de elaboração de herva e residem, estacionam onde o corte e o Barbaquá estão em atividade.

Dentre os indios que constituem essa turma alguns fazem serviços de transporte, com carretas para os portos do Iguatemy e Yjouy. Informa, ainda, o encarregado, que esses indios são de optimo comportamento, ordeiros e respeitadores sendo raro se verificar desintelligencias entre elles e que quando isso raramente se dá a origem é sempre o álcool, conduzido por mascates para lhes vender no local dos serviços em que se encontram.

Em companhia do hervateiro Sr. Jeronymo Belmonte, também preposto da Empresa Matte, trabalha outra grande turma de indios Caiuás. Esses indios não estão aldeados por serem hervateiros não havendo lugar certo para serem encontrados, razão porque não os pode visitar. (...)

A montante do Porto Sossoró, e acima desse cerca de 12 kilometros, visitei uma grande aldeia, nas terras de propriedade do Snr. Coronel Modesto Dauseker, administrador da Empresa Matte.

⁶⁴ A habilitação consiste no contrato entre o ervateiro e a Cia Matte para a exploração um determinado local.

bo

Essa aldeia está situada entre o correço Ibera-Moroty e o rio Yjouy, pouco acima da confluência de ambos. Infelizmente não me foi possível encontrar todos os índios dessa aldeia, por se acharem ausentes, em serviços de elaboração de herva. Achando-se esses índios em terras particulares, legalizadas, de 3.600 hectares, em a qual possam residir e trabalhar. (...)

Na região de Sacarão, hoje denominada 'Patrimônio de Iguatemy', como já disse, ha muitos índios dispersos pelos hervease que necessitam de terras onde possam se localizar e cuidar de suas lavouras.

(...) na região de Ipehum, outra area de terras destinadas aos índios, que em numero superior a quinhentos, vivem nas margens dos rios Pirajuy, Taquapery, Aguará e outros. Esses índios estão a serviço de herva de Marcelino Lima e não têm aldeia propriamente dita. Formam pequenos nucleos, espalhados, que reunidos em uma só propriedade formarão um numero elevado talvez mais de mil, se reunidos forem todos. (...)

A totalidade desses núcleos, acrescidos os da região de Iguatemy, Sossoró e Ipehum, deve constituir uma tribu de mais de cinco mil almas.

Isso não levado em conta os índios hoje aldeados no 'Posto Francisco Horta' e 'José Bonifacio'. (...) Creio ter sido a criação desse Posto uma das melhores providencias que a vossa clara visão poz em pratica em beneficio do indio.

Sinto-me desvanecido por ter sido quem, em 1924, vos fallou primeiro da existencia desse grande nucleo de caiuás, dentro das matas de Juty, arrendadas, todas, à Empresa Matte Laranjeira.

Era a situação desses índios naquella época de simples intrusos naquellas terras que ocupavam desde tempos remotos, como a própria denominação da Aldeia deixava significativamente: - 'Aldeia Tehy-Cuê' (...)

O relatório de Barbosa mostra que, pelo menos em 1927, a mão de obra kaiowa utilizada pela Cia Matte era bastante superior à paraguaia e submetida à escravidão por dívida, na mesma condição de desrespeito e violência apresentada acima para o conjunto dos trabalhadores. Brand, ao analisar o mesmo relatório, registrou os comentários de alguns Kaiowa e Guarani que, quando jovens, trabalhavam para a Cia Matte, permitindo perceber outros aspectos da relação entre os índios e a companhia. João Aquino, guarani, hoje residente na Terra Indígena (TI) Takuara (Caarapó, MS), informou ter havido resistência por parte dos índios à exploração dos ervais localizados próximos às terras habitadas. De acordo com João, o esforço de convencimento era demorado e envolvia "presentes": roupas, machetes e machados, mesmo assim, "o índio brigava para não entregar o erval dele", mas os ervateiros ofereciam mais "presentes", até conseguirem convencê-los. Porém, quando os "presentes" não se mostravam suficientes "eles davam susto pro índio", ou seja, de diferentes maneiras os ameaçavam até alcançarem o seu objetivo (Brand 1997: 65-66).

Quanto à relação com a *comissária*, Ambrósio Martins afirma que se um trabalhador tinha saldo, o patrão o pagava,

"Mas aí já manda esperar lá na saída, lá na estrada, não sei aonde. E já vai pergunta: - Você, aonde vai? Se alguém falava: - Eu vou embora! - Você não

quer mais trabalha? Perguntava. - Não, não quero mais não! Ai, mandava espera lá, aí ele mandava mata, e tomava o dinheiro de volta outra vez.” (idem: 70).⁶⁵

Como pode ser observado, as terras arrendadas pela Matte Larangeira eram, essencialmente, terras habitadas pelos Kaiowa. Portanto, de acordo com a legislação da época, elas não deveriam ser caracterizadas como devolutas, nem disponibilizadas a terceiros. De acordo com a interpretação de João Mendes Jr., a Lei de Terras, ao definir terras devolutas em seu artigo terceiro, excluiu desta categoria as terras possuídas pelos índios, uma vez que preservou o reconhecimento da propriedade indígena dos territórios ocupados, por não necessitarem de legitimação de posse, pois o seu título legítimo é o indigenato, já instituído pelo Alvará de 01 de abril de 1680. Portanto neste caso, não havia posse a legitimar, mas havia domínios a reconhecer⁶⁶. Por outro lado, a regulamentação da Lei de Terras (1854) em seu artigo 72 determinava a reserva das terras necessárias para colonização e aldeamento de indígenas “nos distritos onde existirem hordas selvagens”. Os procedimentos para tanto estão definidos no artigo 73 e 74:

“Os inspetores e agrimensores, tendo notícia da existência de tais hordas nas terras devolutas que tiverem que medir, procurarão instruir-se de seu gênio e índole, do número provável de almas que elas contêm e da facilidade ou dificuldade para seu aldeamento (...) indicando o lugar mais azado para [seu] estabelecimento (...).

De posse destas informações, (...) o Diretor Geral (das Terras Públicas) proporá ao governo a reserva de terras necessárias para os aldeamentos.”⁶⁷

O artigo 75 determinava, ainda, que as terras reservadas para colonização de indígenas fossem destinadas ao seu usufruto, podendo ser alienadas apenas por decisão do governo imperial. No entanto, em muitos casos, fosse pela incompreensão da lei ou pela defesa de interesses pessoais, as terras indígenas foram tidas como devolutas. Situação agravada com a transferência para os estados do trato das terras devolutas,

⁶⁵ Sintetizo aqui uma narrativa descrevendo o envolvimento de uma família kaiowa com a Matte Larangeira. Na tentativa de se livrar das impagáveis dívidas, um casal e seus dois filhos, ainda jovens, fugiram de um dos ranchos da companhia. Na perseguição, os *comitiveiros* mataram o casal, que se expôs, para que seus filhos pudessem se esconder na mata. Porém, sem a possibilidade de localizar os parentes de seus pais, uma vez que os vínculos entre eles nunca foram atualizados, e sem ter onde se refugiar os rapazes voltaram ao rancho, assumindo a dívida da família. Anos depois, ainda trabalhando para a Matte, um deles se casou e constituiu família. Com dois filhos, ainda crianças, este rapaz foi assassinado por um *comitiveiro*, interessado em tomar a sua esposa. Ao descobrir o fato, o filho mais velho agrediu o *comitiveiro* e fugiu, sendo acolhido por um capataz de uma das fazendas da Cia Matte que o “tratava como filho”. No entanto, depois de algum tempo ele descobriu o incentivo, por parte deste capataz, para a prática de violência sexual com índias. Frente a este fato, o rapaz fugiu novamente, posteriormente associando-se ao exército brasileiro e mais tarde ao SPI, onde trabalhou como auxiliar em PIs. (Síntese de dois relatos de Valdelice Veron feitos em novembro de 2000 e em julho de 2004).

⁶⁶ J. Mendes Jr. “Os indígenas no Brasil, seus direitos individuais e políticos”. São Paulo, pp. 59-60 apud Carneiro da Cunha op. cit.: 66-67.

⁶⁷ Regulamento 1.318 de 1854 apud Azanha 2001: 2. No caso do Mato Grosso, deve-se ainda acrescentar o fato de a legislação estadual que vigorava entre 1892 e 1897, no tocante as terras ocupadas pelos índios, tão somente copiava os termos do Regulamento da Lei de Terras (Lei 20, de 09.11.1892; Regulamento 38 de 15.02.1893 e Decreto 75 de 04.08.1897 apud idem: 9).

pela Constituição de 1891 (Carneiro da Cunha op. cit.: 74-76)⁶⁸. Entretanto, no Mato Grosso, a garantia dos direitos indígenas continuaram a ser desrespeitados, mesmo com a publicação do Decreto 5.484, de 1928, que fixava a cessão das terras do Patrimônio Nacional, necessárias para a implantação de "postos e povoações indígenas". Tais terras deveriam ser cedidas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio⁶⁹, juntamente com as

"terras devolutas pertencentes aos Estados, que se acharem ocupadas pelos índios, bem como a das terras das extintas aldeias, que foram transferidas às antigas Províncias pela lei de 20 de setembro de 1887".

1º - As terras cedidas serão delimitadas em zonas correspondentes à ocupação legal já existente, sendo respeitada a posse dos índios, assim como o uso e gozo por eles das riquezas aí encontradas.

2º - Respeitada essa posse, poderá o Governo Federal empregar as ditas terras para a fundação de povoações indígenas, ou qualquer outra forma de localização de índios (art. 10, Decreto no 5.484/1928. Anexo nº 1 apud Lima 1995: 214).

As duas primeiras Constituições promulgadas durante o governo de Getúlio Vargas também não produziram efeitos. As Constituições de 1934 e 1937 determinaram o respeito à posse indígena de suas terras, vetando a sua alienação. O mesmo pode ser dito em relação ao Decreto Federal, assinado em abril de 1936, que incumbiu o SPI de "impedir que as terras habitadas pelos silvícolas sejam tratadas como se devolutas fossem" (Carneiro da Cunha op. cit.: 76).

Além dos interesses locais pelas terras ervateiras, a não observância destes dispositivos legais, também repercutiu a política proposta por Vargas, especialmente durante o Estado Novo, instaurado 1937 e marcado pelo absoluto centralismo federal. No Mato Grosso a proposta de Vargas voltou-se para minimizar a expressão das oligarquias regionais, restringindo os espaços políticos ocupados pela Matte Larangeira, além de promover o povoamento da faixa de fronteira brasileira. A partir de 1938, o Instituto Nacional do Matte, agora voltado para estimular a criação de cooperativas ervateiras, na região de Dourados, Amambai, Iguatemi e Ponta Porã, garantiu a ampliação e a qualificação da concorrência à Cia Matte, tanto no tocante às terras exploradas, quanto ao poder econômico.

A Constituição de 1937 submeteu o arrendamento de áreas superiores a 10.000 hectares na faixa de fronteira à aprovação do Senado e do Conselho de Segurança. Porém, a Cia Matte ainda conseguiu manter, mediante decreto estadual, o uso provisório das terras exploradas (Corrêa 1999: 105 e Arruda 1986:218). Situação mantida até 1941, quando, atendendo as recomendações do Conselho de Segurança Nacional, Vargas negou a renovação do contrato de arrendamento e determinou que as terras disponíveis a Cia Matte fossem entregues para colonização. Paralelo a isso, trouxe para a guarda federal as vias férreas, portos, povoados e cidades pertencentes a ela (Queiroz op. cit.: 179).

⁶⁸ Ficam reservadas à União apenas as terras necessárias para a defesa das fronteiras, fortificações e construções militares e para a construção de estradas de ferro federais (idem).

⁶⁹ Ministério ao qual o SPI estava submetido.

225

Mediante o argumento de que as terras na faixa de fronteira estavam em mãos de companhias estrangeiras - e no Mato Grosso a Matte não era a única -, colocando em risco a segurança nacional, ao dificultar o seu povoamento, em 1943 foi criado o Território Federal de Ponta Porã, com governo local próprio, mas sob jurisdição federal (Lenharo 1986: 66). Não por coincidência o Território Federal de Ponta Porã incidia sobre as terras ervateiras (e, portanto, terras kaiowa e guarani). Nesta oportunidade foi igualmente criado o Território Federal de Iguaçu, abarcando o oeste do Paraná, também incidindo em terras ervateiras⁷⁰. Em 1944 a Cia Matte foi encampada pelo governo e transformada em Autarquia Federal Serviço de Navegação da Bacia do Prata. (Bianchini op. cit.: 244). Os territórios de Ponta Porã e Iguaçu foram extintos pela Constituição de 1946, voltando a compor respectivamente os estados do Mato Grosso e do Paraná.

Contudo, o esforço de Getúlio Vargas para promover o "povoamento" da faixa de fronteira, não se encerrou com a encampação da Matte Larangeira. Fora do alvo principal da atuação da companhia, as terras entre os rios Dourados e Brilhante apresentavam-se mais vulneráveis a outras formas de intervenção. Este foi local escolhido por Vargas para criar a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e para o incentivo de outros projetos públicos e particulares de colonização. Embora Vargas tenha tido de enfrentar a resistência kaiowa, ele contou com muitas das brechas deixadas pela Comissão de Linhas Telegráficas e pelo SPI e pelo SPI.

II.3. A aproximação dos ervateiros na visão dos Kaiowa que habitam as margens do rio Brilhante e seus afluentes

A disposição da Matte Larangeira em reservar para si as terras ervateiras do estado, aponta mais para uma precaução em dificultar a concorrência, do que para o seu interesse ou capacidade de explorar esse potencial de forma intensiva. Apesar do monopólio de exploração das terras da margem direita do rio Brilhante e do rio Santa Maria ser concedido em 1894 e 1895, aqui, a presença da Matte se mostrou menos expressiva do que a evidenciada mais ao sul do estado. Da mesma forma, parece não ter havido conflitos quando, ainda na virada do século, produtores rurais se fixaram em terras concedidas à companhia. Para atendê-los, assim como aos ervateiros autônomos, o governo estadual com base na Resolução 725, pressionou com sucesso a Cia Matte para abrir mão de parte das terras arrendadas no interior do patrimônio de Dourados (Corrêa Filho, 1920 apud Bianchini op. cit.:104). Entretanto, os portos Novo (ou Bocajá), Guasu (ou Iguaçu) e Vilma às margens dos rios Brilhante e Dourados, denunciam as atividades da companhia. Melo e Silva, depois de visitar a região, na década de 1930, afirmou que no município de Dourados havia cerca de 80 ervateiros

⁷⁰ Além de Ponta Porã e de Iguaçu, neste momento Vargas também criou os Territórios Federais de: Guaporé, Amapá e Rio Branco.

br

autônomos, mas uma grande parte dos ervais disponíveis estava arrendada à Matte Larangeira (op. cit.: 144).

De acordo com os Kaiowa, a empresa detinha vários pontos de extração e ranchos ao longo do Brilhante e seus tributários, onde a mão de obra indígena foi largamente utilizada. Às margens dos rios Brilhante e Santa Maria, em terras hoje pertencentes aos municípios de Maracaju, Itaporã e Douradina, os ervais eram de responsabilidade do capataz Arlindo Ferreira. No braço morto do rio Brilhante (Rio Brilhante) e no Bocajá (Douradina) o capataz era João Velasques⁷¹, e em Guyraka'i (Douradina) o capataz era Martim Velasques. Próximo ao rio Dourados atuava o capataz Salino.

Os ranchos localizados em: - Aracelva (Itaporã), junto ao córrego Itaquiri; - próximo ao córrego Laranja Doce, antes de chegar a onde é hoje Cruzaltina (Douradina); - no córrego Laranja Azeda (Dourados); - onde hoje é a vila Vargas (Dourados); - onde hoje é Indápolis (Dourados) atraíram os ascendentes dos Kaiowa que atualmente, entre outras TIS habitam: Panambi, Panambizinho, Sukury'i, Laranjeira Ñanderu, Aroeira. Embora fora da área de arrendamento da Cia Matte, os ervais em Rio Brilhante também foram explorados pela empresa, utilizando a mão de obra kaiowa, pelo menos entre a segunda metade da década de 1910 e a primeira metade da década de 1920⁷².

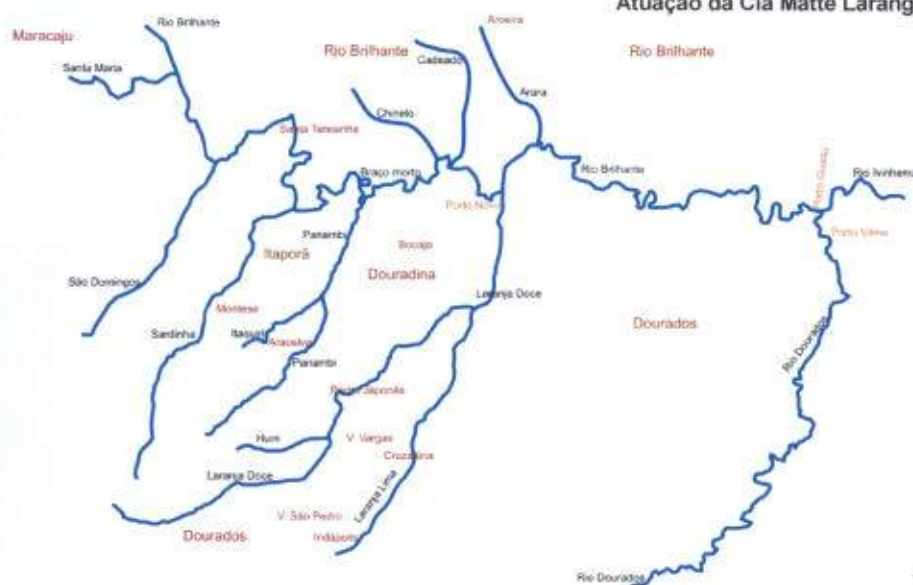
As narrativas dos kaiowa que habitam a bacia do rio Brilhante indicam que a relação de seus ascendentes com a Matte Larangeira se iniciou na primeira década do século XX e se estendeu até meados da década 1940, portanto coincidindo com a sua expansão para o estado do Paraná pelos rios Ivinhema e Paraná. A produção da companhia era escoada para um grande depósito construído ao norte de Bocajá, próximo ao porto Novo. Neste local também havia um acampamento, onde viviam os trabalhadores (*mineiros*) que não eram originários da região. Como analiso mais a frente, nesta região, os Kaiowa continuaram habitando com suas parentelas, portanto sem ingressar nos acampamentos da companhia. Porém, isto não significa que o engajamento no trabalho dos ervais deixou de desencadear significativas transformações nas formas de organização social destas populações.

⁷¹ Nas falas de João tanto o nome de Arlindo Ferreira, como o nome de João Velasques estão associados aos trabalhos de extração realizados próximos ao Bocajá.

⁷² Como dito acima, as estradas carreteiras e ferroviária também anunciam a movimentação da companhia no distrito de Vacaria (que dá origem ao município de Rio Brilhante e Campo Grande). Na época Vacaria é um dos pólos econômicos mais importantes da região meridional do atual estado do Mato Grosso do Sul.

Mapa 9

Atuação da Cia Matte Larangeira próxima ao rio Brilhante



Fonte: João Aquino e Ricardo Jorge e outro

ko

Marcando a pouca expressão dos ervateiros autônomos nesta região, pelo menos no tocante ao emprego da mão de obra kaiowa, apenas um depoimento registra a presença deles, durante os anos 1940 em Ka'atigue (Dourados), próximo a vila São Pedro. Os Kaiowa associam a exploração ervateira prioritariamente a Cia Matte, como pode ser observado nos trechos de duas diferentes falas de João Aquino:

"Tudo era da Matte Larangeira! Todos [os Kaiowa, pelos menos com os quais João convivia] trabalhavam para a Matte Larangeira. Quem não ganhava papel branco, com o ervateiro, eles prendiam. Tinha que pegar papel, para poder juntar peão para trabalhar. Se não tinha o papel não podia entregar a erva.

Eles [ervateiros] trabalhavam aqui para o lado de Maracaju. De Maracaju para cá era tudo erva do paraguaio⁷³. Até a beira do [rio] Paraná! Em cada ponto colocava um fiscal. Ele trabalhava com o cavalo, ficava com o cavalo para cuidar. Até que morreu um paraguaio. Mataram o paraguaio aqui em Guyrapo kue. É que ele estava roubando a erva. Ai o fiscal o matou!..."

Os Kaiowa descrevem o trabalho árduo dos ervais em troca de uns poucos produtos manufaturados, mas não mencionam a escravidão por dívida, a comissária, ou capatazes e comitiveiros violentos, como descrito acima para outras regiões do estado. Por seu trabalho, estes índios ganhavam do "patrão", ou seja, daquele capataz que contratou o seu serviço, uma espécie de ficha (ou "botão"), a ser trocada pelos produtos que lhes interessavam ou por aqueles disponíveis. Para os Kaiowa, assim como para outras populações indígenas, o interesse pelos bens manufaturados, como roupas, mantimentos, mas especialmente produtos de metal - machados, machetes, espingardas, enxadas, anzóis, panelas - era um forte motivador para o oferecimento da mão de obra. Assim, os ervateiros, como também aos fazendeiros e aos mascates que gradativamente se estabeleceram na região facilmente atraíram o trabalho kaiowa. Para estes a mão de obra indígena era, como ainda é, qualificada e absolutamente barata.

Entretanto, por mais desequilibrada que possa parecer a relação de troca instituída pelos Kaiowa com estes primeiros os "patrões", elas ainda se mostravam mais vantajosas do que as longas viagens anteriormente realizadas para Concepción, justamente, com o intuito de obter produtos manufaturados, igualmente trocados pela mão de obra, ou ainda por peles de animais. A cidade paraguaia de Concepción (v. mapa 2), fundado em 1773, seja através do comércio legal ou de contrabando, desde o final da guerra entre Brasil e Paraguai se consolidou como o centro de comércio mais importante para a parte meridional da província de Mato Grosso. Os Kaiowa, assim como outros sul-mato-grossenses os Kaiowa mantiveram esta rota comercial até as primeiras décadas do século XX⁷⁴.

⁷³ Eventualmente pela sua nacionalidade, mas principalmente devido ao domínio da língua guarani, muitos Kaiowa identificam os trabalhadores da Cia Matte como paraguaios. Em geral, estes paraguaios são ditos originários da região de Ponta Porã, localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai, onde a língua guarani era bastante utilizada. No Paraguai, até poucas décadas atrás a língua guarani era reconhecida como língua nacional. (veja Vietta op. cit.: 62 - 80 e 154 - 159).

⁷⁴ O porto de Concepción, situado à margem esquerda do rio Paraguai, ligava as principais rotas paraguaias e argentinas ao extremo sul de Mato Grosso. Com os acordos de livre comércio firmados entre Brasil e Paraguai após a guerra, o porto ganhou relevo, se convertendo em "empório comercial", num

Handwritten signature

O Kaiowa antigo estava sempre pescando... Eu pescava com arame. Pegava o arame, dobrava, depois fazia uma ponta. Tinha que deixar a ponta bem afiada. Usava o itaky. Itaky é uma pedra igual a um esmeril. A ponta ficava bem fininha, parecendo uma agulha. Então dobrava o arame, e na outra extremidade amarrava a linha. A linha era feita da folha do mbokajiry'i [bocajá]. Você precisa cortar o talo e retirar aquele miolo, até ficar só o fiozinho. Esse fiozinho verde, você pode puxar que ele não arrebenta. Era assim que eu pescava!...

Para fazer anzol, tinha que andar muito! Dormia muitos dias na estrada até chegar ao Paraguai. Ia lá ao Paraguai para buscar o arame para fazer o anzol. (Paulito Aquino⁷⁵)

###

Chiquito e o pai dele [Suruwi] foram lá no Paraguai. Eles iam lá para buscar roupa, machete, buscar prato, machado. Tinha um bolicho lá em vila Concepción. Viajava três anos para chegar lá.

Quando Chiquito e o pai dele estavam voltando, já estavam aqui bem pertinho, eles pararam numa roça, [localizada a noroeste da vila São Pedro]. Pararam para descansar, na casa do cacique... que era o dono da roça.

Quando eles resolveram continuar o caminho deles, o cacique queria acompanhá-los. Porque, aqui era muito perigoso, era mato alto, tinha muito bicho, muita onça. Mas Suruwi disse que não precisava. Só que quando eles pararam no córrego Hum para beber água, uma onça atacou-os. Pegou assim Suruwi... na cabeça dele... Chiquito veio avisar a família. No outro dia voltaram lá no córrego para enterrá-lo. (Nelson Concianza⁷⁶)

Para os Kaiowa, o ingresso dos paraguaios e brasileiros em suas terras, inicialmente, não parecia representar problemas, contudo esta situação se inverteu radicalmente quando os novos ocupantes começaram a definir os limites de suas terras, das quais os Kaiowa passaram a ser sistematicamente excluídos.

intercâmbio caracterizado por "permutas diretas", pelas quais os brasileiros entregavam gado bovino em troca de gêneros importados. Esse intercâmbio continuou após o final da vigência dos acordos comerciais, em 1889, contudo, pelo menos parcialmente sob a forma de contrabando (Queiroz 2004: 366-367). Até 1893 a erva produzida pela Matte Larangeira teve o seu escoamento a partir do porto de Concepción (Arruda op. cit.: 234). Quando esteve em Ponta Porã, em 1905, Rondon destacou a importância comercial de Concepción, cujo acesso ainda se dava através da picada Chirigüelo, localizada em Ponta Porã (Viveiros 1958: 200).

⁷⁵ Paulito nasceu onde hoje é a cidade de Douradina, morou até os anos 1970 na TI Panambi e faleceu 2002, com mais de 100 anos, na TI Panambizinho.

⁷⁶ Tem 70 anos, nasceu em Iguasu (Dourados) e reside em Panambizinho.

II.4. O início dos processos de privatização das terras da bacia do rio Brilhante

II.4.a) A ocupação dos municípios de Rio Brilhante e de Dourados

Como já mencionado, durante a guerra entre Brasil e Paraguai, as fazendas e as fortificações localizadas nos Campos de Vacaria foram abandonadas, permitindo aos Kaiowa se reorganizarem em suas antigas terras, ou pelo menos naquelas que não foram atingidas pelos conflitos armados. Neste sentido, a sua presença não pode ser dita de desconhecimento público, pois, no mesmo ano em que teve início os trabalhos da Comissão de Limites, o presidente da província afirmou: “desde que se povoem os terrenos ao sul de Miranda, é muito provável que se estreitem as nossas relações com os Caiuás...”⁷⁷. Mesmo assim, igualmente atraídos pela disponibilidade de terras e de gado semi-selvagem, o fim da guerra trouxe para os Campos de Vacaria os antigos, bem como novos fazendeiros, levando os Kaiowa a realizar novos deslocamentos.

O distrito de Paz de Vacaria, localizado entre os rios Brilhante e Vacaria, com sede no povoamento Entre Rios e jurisdicionado a Campo Grande, foi criado em 1912. Em 1943, o povoado recebeu a denominação Caiuás, mas atendendo a parte descontente da população, em 1948 o povoado foi elevado a município de Rio Brilhante (Guimarães 1999: 258). Na margem esquerda do rio Dourados, as primeiras fazendas começaram a se instalar a partir de 1885. A abertura da estrada ligando a região ao Porto 15, em 1907, favoreceu a chegada dos novos fazendeiros⁷⁸. Nos primeiros anos do século XX a população ali residente era de cerca de 50 pessoas. Em 1914 o povoado passou a Distrito de Paz de Dourados, jurisdicionado a Ponta Porã⁷⁹, para em 1935 ser elevado a município. O crescimento de Dourados esteve associado a uma economia calcada na pequena propriedade embasada na produção agro-pastoril e ervateira (Melo e Silva op. cit.: 142-144).

As fazendas se consolidavam nas margens dos grandes rios, como Vacaria, Brilhante, Santa Maria, Dourados, Ivinhema, dando início à formação de núcleos populacionais mais ou menos espontâneos. Porém, isto não pareceu suficiente para acalmar os anseios do governo central em garantir o controle da faixa de fronteira recém conquistada. Para tanto ele apostou na construção de alternativas mais ágeis de comunicação entre o então Mato Grosso, o restante do país e o exterior, visando

⁷⁷ Relatório de Francisco José Cardozo Júnior, presidente da província de Mato Grosso, em 4 de outubro de 1872: 18 apud Monteiro 2003: 63.

⁷⁸ Consolidada a partir de uma antiga estrada boiadeira, fazendo a ligação Porto 15 - Campo Grande, em certa altura se destaca o ramal para Entre Rios - Ponta Porã, passando por Dourados. Anos mais tarde esta estrada interliga estes municípios ao porto Iguaçu (rio Brilhante) e a estação ferroviária Itahum (veja Queiroz 2004: 372).

⁷⁹ Veja Moreira 1990: 11-15 e Pompeu 1965 apud Gressler e Swenssom 1988: 61.

fomentar ondas de ocupação e incrementar a produção econômica. Ainda no período imperial foi desencadeada uma série de iniciativas, as quais se consolidaram apenas no início do governo republicano. Entre elas estavam: - a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil; - o incremento da navegação comercial pelos rios Paraná e Paraguai; - a implantação da Rede Telegráfica Nacional.

Desde a livre navegação pelo rio Paraguai, instaurada no pós-guerra, Corumbá, se consolidou como um pólo comercial importante e uma das portas de entrada para os novos ocupantes. Importância esta, acrescida com a construção da ferrovia⁸⁰. A Noroeste do Brasil, através da linha Bauru (SP) – Porto Esperança (Corumbá, MS), concluída em 1914, ligou o sudeste brasileiro às margens do rio Paraguai, intensificando o povoamento e o comércio local. Em 1918, a conclusão do trecho da linha Porto Esperança – Campo Grande estabeleceu um novo eixo econômico (Queiroz op. cit.: 25-27), transformando Campo Grande no centro comercial mais importante do sul do estado, finalmente suplantando Concepción (Corrêa 1985: 111; Gressler e Swensson 1988: 32).

No final da década de 1930, a ferrovia se expandiu para o sul, em 1949 chegou a Itahum e em 1953 foi inaugurado o trecho Itahum - Ponta Porã (Queiroz op. cit.: 65). Por onde passava, a ferrovia exercia uma forte atração populacional ao viabilizar a divisão das terras em pequenos lotes, na sua maioria, destinados à produção agrícola. Em todo o seu trajeto, ela criou oferta de empregos diretos e indiretos e promoveu a urbanização (Corrêa 1985: 111). O estímulo à pecuária trazido através da ferrovia garantiu a valorização das terras e um considerável aumento nos pedidos para a sua aquisição, ainda na primeira década do século XX (idem: 421).

A comunicação criada pela Ferrovia Noroeste do Brasil também propiciou o incremento do transporte fluvial através do rio Paraná. Em 1912, a Companhia Viação São Paulo - Mato Grosso iniciou a navegação comercial regular pelo Alto Paraná, com uma rota fluvial ligando Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo, a partir dos rios Vacaria, Brilhante e Paraná. Um dos armazéns da companhia foi construído em Entre Rios, colocando o porto Iguaçu⁸¹ na rota comercial. Para Carvalho, o “povoamento” dos municípios de Rio Brilhante e de Dourados esteve ligado à associação entre ferrovia e hidrovia, pois a partir do porto Iguaçu, Dourados deixou de ser “um pequeno povoamento em terras ervateiras” para ganhar vida comercial (Carvalho 1942 apud Queiroz op. cit.: 384-385). Este panorama viário só foi alterado no final da década de 1940, com o incremento das rodovias, agilizando ainda mais a comunicação entre os municípios do extremo sul do estado (Queiroz op. cit.: 393).

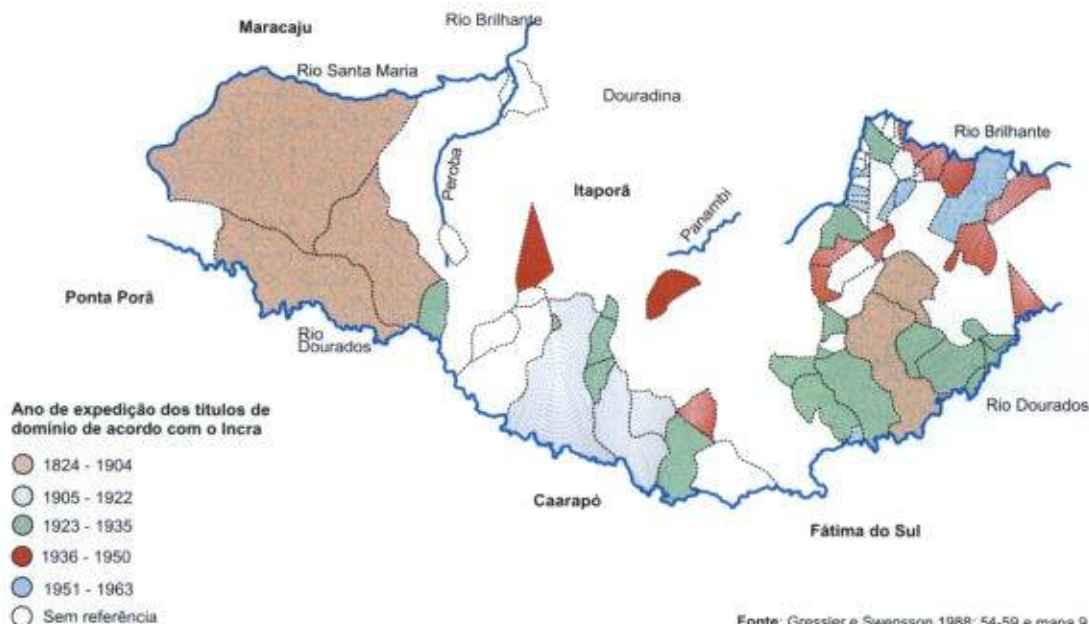
⁸⁰ Veja Salsa Corrêa op. cit.: capítulo 2 e Corrêa 1999: 35-41. Desde o final do século XIX, as viagens regulares, ligando Corumbá, Asunción, Montevideu e Buenos Aires garantiam o afluxo de comerciantes à região (Esselin op. cit.: 267).

⁸¹ Ou porto Guasu, localizado junto à foz do rio Brilhante (v. mapa 9).

h2

Mapa 10

Município de Dourados - Expedição dos primeiros títulos de domínio



II.4.b) O PI Francisco Horta: incômodos vizinhos

Entretanto, os novos douradenses se sentiam desconfortáveis, frente alguns dos “costumes” da população Kaiowa. Situação, aparentemente equacionada através da criação do PI Francisco Horta (ou Reserva de Dourados). As terras do PI foram reservadas em 1915, pelo decreto 401⁸² e o PI foi fundado em 1925, quando o então inspetor Major Nicolau Horta Barbosa iniciou os trabalhos de demarcação (Gressler e Swensson op. cit.: 47). De acordo com os Kaiowa, dezenas de parentelas que habitavam ao sul do córrego foram visitadas por Major Nicolau e seus funcionários a fim de

⁸² Decreto 401, de setembro de 1915, assinado por Caetano Manoel de Faria Albuquerque, então presidente do Estado do Mato Grosso: art. 1º – Fica reservada no Município de Ponta Porã e para a colônia de índios do distrito de ‘Dourados’, uma área de terra de 3.600 hectares, confinando pelo Sul, com o córrego ‘Saltinho’, que separa outra área reservada para o patrimônio de ‘Dourados’, e as mais confrontações com terras devolutas situadas nas matas de ‘São Domingos’ (Gressler e Swensson 1988: 47-48).

[Assinatura]

pressioná-las a se transferirem para as terras agora jurisdicionadas pelo SPI. Referindo-se ao fato, Pimental Barbosa informou:

“A fundação desse Posto, nas terras reservadas para os índios Caiuás, junto ao Patrimônio de Dourados demonstrou, bem cedo, que muito se pode obter da disciplina e regeneração dos costumes do índio, com uma assistência a elle feita, em a qual se procure conduzi-lo ao trabalho e bom comportamento.

Antes da fundação do Posto Francisco Horta era comum ver-se índios embriagados perambulando pelas ruas do povoado, principalmente aos domingos⁸³.

Pouco mais de um anno que aquelle Posto foi instalado e, entretanto, já não se vê a reprodução de facto tão lamentável.

Por outro lado, as medidas que me determinastes por em prática, referente ao policiamento, proibição de transações, quasi prejudiciaes sempre aos índios, sem previa annuência do encarregado, vieram trazer absoluta garantia ao trabalho produzido por elles, desaparecendo aquelle costume de cobranças, sob allegação de dividas phantasticas, na maioria das vezes originadas da compra de alcool ou de supposto adeantamento para compra de herva matte.

Collocado, assim, sob um regime de garantias que jamais tivera, é a pessoa do índio, sua propriedade, sua familia, realmente hoje respeitada em Dourados e suas immediações...⁸⁴

Em entrevista a Silva, em 1977, Loide de Andrade, na época juntamente com o Reverendo Orlando Andrade, responsável pelo trabalho desenvolvido pela Missão Presbiteriana Caiuá⁸⁵, informou que no mesmo período em que se deu a criação do PI Francisco Horta, entre os Kaiowa habitantes da região de Dourados, registrou-se um alto índice de óbitos, provocados, principalmente, pela desnutrição, tuberculose e DSTs (Silva 1982: 16). Schaden esteve no PI Francisco Horta entre 1949-1951, e afirma: “a população [kaiowa] tem diminuído drasticamente, sobretudo em consequência da tuberculose e de outras doenças” (Schaden 1974: 9).

De acordo com Reverendo Orlando⁸⁶, sem encontrar atendimento junto às instâncias públicas os Kaiowa doentes passaram a buscar o apoio da Missão, bem como “deixavam” em suas dependências muitas das crianças órfãs. O excessivo número de crianças cujos pais haviam falecido dificultava a sua absorção por parte de outros casais no interior da parentela. Tais fatos estão na origem da construção de um orfanato e de um hospital, por parte da Missão. Especializado no atendimento aos portadores de tuberculose, o hospital da Missão, localizado em terras lindeiras à Reserva de Dourados, até hoje atende aos índios. Ainda de acordo com Loide, a taxa populacional kaiowa só começou a mostrar índices de recuperação na década de 1960, quando o número de

⁸³ À tarde de domingo era tida como período de folga no trabalho dos ervais (Arruda 1989: 160).

⁸⁴ Relatório do auxiliar Genesio Pimental Barbosa. IR 5 – SPI, 1927 apud Monteiro op. cit.: 97-98.

⁸⁵ A Missão Presbiteriana Caiuá, ou simplesmente Missão Caiuá é fundada em 1928, tendo com propostas de atuação evangelizar e prestar assistência aos Kaiowa. Em Dourados, a sua sede localiza-se em um terreno contíguo a Reserva de Dourados (ou PI Francisco Horta).

⁸⁶ Reverendo Orlando e Loide assumiram a direção da Missão Caiuá em, 1943. Em agosto de 1998, com mais de 80 anos, Reverendo Orlando me concedeu uma entrevista (v. Vietta op. cit. Anexo 4).

Re

crianças foi bastante superior ao de adultos com mais de 40 anos (Silva: *idem*). Então há de se perguntar, quais são as noções de Pimentel Barbosa em relação a “regime de garantias” e ao respeito à pessoa, à família e à “propriedade” kaiowa.

Ainda, de acordo com Barbosa:

“A demarcação das terras do Posto, cujos limites até então eram duvidosos, senão desconhecidos, pela referência vaga na parte da mata de Jaguaperu, veio facilitar a fiscalização e ocupação dos herveiros pelos índios, os quaes davam lugar a constantes reclamações, quase sempre justas, de estarem sendo prejudicados por hervateiros, que lhes cortavam a melhor porção da herva.” (Barbosa, *op cit*: 98).

No entanto, apesar desta menção, no ano de 1927 particulares ainda disputavam as terras reservadas para O PI Francisco Horta, e dos 3.600 hectares destinados a ele, apenas 3.467 estão em posse dos Kaiowa⁸⁷. Conforme Estigarribia:

P.I. Francisco Horta

“É o mais antigo dos nossos postos hervateiros e está situado nas proximidades de Dourados, cujo patrimonio se limita (Município de Ponta Porã). Na sede do posto foi feita uma boa casa para residencia do encarregado e escola e, em arruamento fronteiro, diversas casas para índios em pequenos lotes demarcados. Aliás esses, em geral, habitão em sítios espalhados pela area cuja medição já foi feita, faltando apenas a apresentação dos documentos e consequente aprovação. Infelizmente um Senhor Marcos Fioravante, escudados na política local, pretende obter por compra, ao Estado um dos melhores pedaços dos arredores e, segundo os limites que enumera, sua pretensão virá prejudicar o patrimonio dos índios e o da própria povoação de Dourados. Em tempo o Sr. Engenheiro Nicolau Horta Barbosa, encarregado da medição dos dois patrimônios, tendo descoberto a manobra da medição de Fioravante, feita clandestinamente, para não chamar atenção dos índios, apelou para a Secretaria de Terras, directamente e por intermedio desta Inspectoria, ficando, graças a actuação directa de Dr. Carlos Gomes Borralho, então Secretario da Agricultura, o negocio já em via de conclusão, parado até a aprovação da medição dos referidos dois patrimoios para então nas sobras ser provido o Sr. Fioravante. Com a retirada de Borralho, pode ser que tudo se altere, porque os pedido telegraphicos se succedem e ahi o que se expõe não é justiça da pretensão, mas sim a qualidade de “correligionario”, que tem por si o espoliador. O parentesco do Sr. Francisco Ibiapina da Fonseca, encarregado do Posto com aquelle Senhor, determinou-lhe a transferência para o subposto União, em Nhu-Verá, afim de tiral-o da situação moral embaraçosa que a injusta pretensão do seu sogro o collocou⁸⁸

De acordo com os Kaiowa, Marcos Fioravante é sogro de Francisco Henrique Ibiapina da Fonseca, primeiro agente a assumir o PI Francisco Horta, e, como mostra o documento transcrito acima, ele permaneceu no posto até 1927. No início dos anos 1950

⁸⁷ Em 1965, o PI Francisco Horta detinha o título provisório de uma área de 3.600 hectares, porém de acordo com o relatório de Ney Land, produzido a partir de uma viagem realizada em 1966-67, em 1965, o referido PI dispunha de título definitivo sobre uma área de 3.569 hectares (apud Monteiro *op. cit.*: 39-40). Hoje, a Reserva de Dourados possui 3.467 hectares (Rolla e Ricardo 2004: 639-641).

⁸⁸ Estigarribia, Relatório Anual – 1927 – IR 5. SPI: 57-58 apud Monteiro *op.cit.* e Moreira *op. cit.*: 33.

hcr

Fonseca assumiu a chefia da IR 5⁸⁹. Marcos Fioravante também, é pai de Arnulfo Fioravante e de Alaor Fioravante, ambos funcionários do SPI atuando junto ao PI Francisco Horta. Como, igualmente, pode ser observado na documentação analisada mais adiante, Arnulfo Fioravante assumiu o PI em 1947, defendendo posições mais interessantes à condução dos projetos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, do que aos interesses dos Kaiowa. Alaor assumiu o PI Francisco Horta no início dos anos 1950, mas no cumprimento desta função recebeu críticas tanto por parte dos índios, quanto da direção da IR 5, como mostra os documentos transcritos abaixo. Ainda é importante registrar que, neste mesmo período, Marcus Fioravante está à frente do Cartório de 2º Ofício do município de Dourados.

Campo Grande – MT

OF 113/ Em 30 de abril de 1956

Ao: Chefe da I.R.5

: ao Sr. Major Delegado Especial de Polícia do Sul do Estado

Assunto: Solicitando tomada de declarações de pessoas de Dourados

Tendo o jornal “O Democrata” do dia 12 de fevereiro ultimo, publicado trecho de uma carta de um seu leitor em Dourados, fazendo serias acusações contra o Sr. Alaor Fioravante Duarte, agente encarregado do Posto Indígena “Francisco Horta”, situado nas proximidades da referida cidade, e no mesmo jornal do dia 26, publicou que um grupo de índios se preparava para ir ao Rio de Janeiro fazer queixas motivando esta chefia a designar a um funcionário desta inspetoria ir ao posto e Dourados – fazer uma sindicância a qual feita, conclui-se de que existe na aldeia de índios do referido posto, um grupo de índios insuflados por elementos que deve ser comunista daquela cidade que, da forma como tenha procedido, tem concorrido para a desarmonia, entre esse grupo de índios, a se rebelarem contra a administração daquele posto, havendo aprestamentos de ataque do posto, o que felizmente não se deu, mas que poderá se dar si não for tomada uma providencia enérgica, e isso ficou esclarecido com a sindicância feita, cujo processo envio para a diretoria deste serviço, no Rio de Janeiro, que pela leitura das declarações dos índios existe na cidade de Dourados, algumas pessoas que estão instigando índios, sendo eles: Maria de tal que diz ser filha do Sr. Marechal Rondon, casado com o João de tal; Honório Arce e Marco de tal, os quais poderão ser informados suas casas rua e numero, pelo Sr. Alaor Fioravante Duarte, pessoa essa que esta chefia solicita dessa Delegacia determinar ao Sr. Delegado de Dourados ouvir e tomar por termo as suas declarações pede sejam enviados por vosso intermédio, a fim de serem entregues a esta chefia, para anexação das mesmas ao processo.

Pelo que declara o índio Marçal de Souza, o móvel de toda a trama que, o quanto parece, e feita pela tal Dona Maria, é com o intuito de pleitear para seu marido João, o cargo de encarregado do posto, e seus comparsas serem também funcionários do mesmo.

Se o Sr. Delegado de Dourados achar que deve ouvir alguns índios para melhor elucidação, poderá mandar chamar por intermédio do agente Alaor Fioravante

⁸⁹ Como pode ser visto em diferentes documentos analisados mais a diante, quando analiso os conflitos de interesse envolvendo a CAND, o SPI e os Kaiowa.

kan

Duarte que providenciará o comparecimento dos índios, acompanhado, e assistido por eles os termos que o Sr. Delegado julgar necessário.

Agradecendo de antemão pela atenção dispensada, reitero os protestos de elevada consideração com votos de

Saúde e felicidades

Deoclesiano de Souza Nenê
Chefe da I.R.5⁹⁰

###

Ministério da Agricultura
Serviço de Proteção aos Índios
I.R.5

Sr. Diretor

Esta chefia compreendendo que não se pode administrar, sem conhecer o que administra, foi que ao assumir a chefia desta I.R.5, iniciou a sua tarefa de inspeção aos postos, ao mesmo tempo que aproveitando efetuou o pagamento do pessoal assalariado lotado nos postos visitados, e referente a 1º semestre de 1952...

P.I. Francisco Horta – sua situação é idêntica á dos postos do Buriti, Taunay e Benjamin Constant. Índios sem assistência, desinteresse do seu encarregado, agente 22 Alaôr Fioravante Duarte, absoluto desinteresse pelo progresso do Posto. Casa em Ruínas, um pequeno plantio de mamona existente no P.I. encontra-se no mato. Finalmente, tudo desorganizado...

Campo Grande, 18 de Julho de 1952
Iridiano Amarinho Oliveira
Chefe da I.R.5⁹¹

Poucos meses após a entrega deste relatório, Iridiano Oliveira é substituído por Francisco Ibiapina da Fonseca. Os eventos associados à CAND, nos quais Iridiano encabeça uma ferrenha oposição ao projeto de colonização efetuado em terras kaiowa, pode ter alguma relação com seu afastamento da IR 5.

⁹⁰ Museu do Índio. Microfilme 008. Planilha 82.

⁹¹ Relatório de inspeção feito nos postos indígenas: Buriti – Capitão Vitorino – Taunay – Ipegue – Cachoeirinha – Lalima – Benjamin Constant – José Bonifácio – Francisco Horta e Aldeias: Limão Verde-Moreira – Passarinho (Museu do Índio. Microfilme 023. Planilha 230).

RO

Entretanto, os Kaiowa informam que assim como os Fioravante, que disputaram e, efetivamente, ocuparam as terras reservadas para o PI, na sua parte sudoeste, outros particulares fizeram o mesmo com as terras localizadas ao norte do PI. As famílias kaiowa que ali habitavam foram obrigadas a se deslocar, e muitas delas ainda vivem na Reserva de Dourados. Os documentos apresentados a seguir explicitam com mais detalhes como se constituiu a redução das terras destinada ao PI Francisco Horta.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Departamento Nacional de Povoamento
Serviço de Proteção aos Índios
Numero 11
Posto Francisco Horta, 15 de Outubro de 1933.
Protocolo de entrada n-362
Em 8 de (ilegível) de 1933
Ass: Arthur Bandeira

Inspetor Regional do Departamento Nacional de Povoamento.
Serviço de Proteção aos Índios.

Em adiantamento aos meus telegramas n. 22, de 13 de Março de 1933, e 24, de 23 de Abril, comunico-vos que o cidadão João Ferreira Lima, residente neste distrito de Dourados, já possui o título provisório de terras requerido á respectiva Repartição, dentro deste Posto, com o perimetro de 200 hectares, mais ou menos.

Assim os cidadãos Onofre de Mattos e Marcus Fioravanti já requereram igualmente terrenos dentro da área deste Posto.

Todos esses ambiciosos senhores e inimigos do Serviço Índios lançam mão de engenhoso ardil: com o intuito de dispistarem aquelles que podem protestar as suas pretensões e requerimentos, a respectiva Repartição de Terras, não fazem referencia alguma a limites com as terras dos índios e sim-terrenos devolutos.

[Ilegível], em seus requerimentos de pretendentes á aquisição das terras, os limites das mesmas - alias todos dos índios - e dão propositalmente as divisas Norte e Sul como terras devolutas, quando sabem que não só as que requerem, como essas além das divisas Norte e Sul são todas dos índios.

Argumentam, em conversas com outrem, que as alludidas terras são demasiadas para os 300 índios que alli residem, sem se lembrarem, todavia, que não são terras todas cultivaveis. Nada disso porém, é procedente ou prevalece.

O que deve prevalescer é o que foram e devem continuar a pertencer aos índios, que foram doados por decreto do Governo Estadual, medidas e demarcadas, e que deverão ser sempre respeitadas, como o foram até agóra. Onde a autoridade do Governo Estadual?

Será possivel que ao pobre, ao verdadeiro, ao guerreiro brasileiro não assista ao direito de possuir o seu palmo de terra e viver, socegradamente, quando aqui já viveu a 100, 200 e 300 anos?

br

Junto á presente um mappa deficiente, mas que vos dará alguma noção sobre o caso.

Faço-aos esses esclarecimentos com o intuito humanitario e obrigação tambem, de vos fornecer dados seguros para o necessario protesto ahi em Cuyabá.

Fiz igual comunicação á Inspetoria em São Paulo, a quem está subordinado este Posto, mas como parece que os papeis ou titulo de terras deste Posto estejam nessa Inspectoria, apresso-me em vos dirigir este.

A esta data o possuidor de titulo provisorio não (ilegível) a direção deste Posto que protestará energicamente, quando o fizer, pelos meios ao seu alcance aqui.

Saudações
Antonio Rocha⁹²

###

Ministério do Trabalho, Industria e Comércio.
D.N.P.
Posto Indigena Francisco Horta
Dourados
Mato Grosso 000161
Campo Grande, 10 de Julho de 1934.
Ao protocolo (ilegível)
TTLm-Snr. Alvaro Duarte
Auxiliar da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Indios
Protocolo de Entrada n-443
Em ao de 9 de abril de 1934
O porteiro-arquivista
Ass. (ilegível)

Remeto-vos junto o documento pedido por telegrama, devidamente registrado.

O agronomo que foi indicado pela Repartição de Terras para fazer a medição foi o Sr. Bandeira Teixeira, entretanto, quem a fez foi o Sr. Waldomiro de Souza. A medição cortou as terras do Posto em sentido transversal, ficando em terrenos de um e de outro lado. Até esta data os indios residentes no perimetro medido, não foram encomodados.

Consulto se devo fazer algum protesto ainda, na ocasião em que porventura, o possuidor do titulo quizer enxotar os indios e tomar posse das terras; e a quem, si á autoridade policial, ou a autoridade civil-o juiz de paz. Finalmente, aguardo instruções sobre o assunto.

Saude e Fraternidade
Ass. Antonio Rocha
Enc. Do Posto⁹³

⁹² Museu do Índio. Microfilme M-029. Planilha 007.

20

Acompanha o documento a seguinte declaração:

Declaro que o Sr. Antonio Rocha, encarregado do posto indígena "Francisco Horta" [ilegível] contra a demarcação do lote "Santo Antonio" comprado do Estado pelo Sr. José Ferreira de Lima, em presença dos senhores Nelson de Araújo, Ester de Araújo e Marcus Silva.

Dourados, 18 de junho de 1934

Valdecir de Souza
Eng. agrônomo

Como previram Antonio Rocha e Valdemir de Souza os Kaiowa que habitavam as terras registradas em nome de Marcus Fioravante e José Ferreira de Lima foram "enxotados", vindo a se instalar nos novos limites do PI, que como já dito foram regulizado apenas em meados dos anos 1960.

Embora se afirme com alguma frequência que a implantação do PI Francisco Horta tinha em vista atrair "uma população de índios kaiowá dispersa trabalhando na extração da erva-mate"⁹⁴, na verdade ela se insere em um conjunto muito mais amplo de ações implementadas pelo governo federal, através do SPI e da Comissão de Linhas Telegráficas. A política proposta pelo governo visava à liberação de parte significativa das terras habitadas pelos Kaiowa para projetos de colonização e de exploração econômica. Para a população indígena da Reserva de Dourados que hoje vive os resultados mais dramáticos destas políticas públicas de caráter unilateral, resta lidar com as consequências de atingir o patamar de 11.248 habitantes⁹⁵. Deste contingente, cerca de 300 famílias nucleares construíram suas casas em terreiros de terceiros, portanto dispõem de um local para habitar, mas não possuem terras disponíveis para cultivar as suas roças.

II.5. A política indigenista rondoniana e os projetos estatais de "povoamento" da faixa de fronteira

O conjunto de práticas levadas a cabo pelo SPI junto aos Kaiowa se inseria em uma proposta estatal muito mais ampla e complexa, no qual foram concomitantemente definidas as políticas indigenistas e de ocupação da faixa de fronteira brasileira, cenário onde a o telégrafo desempenhou um papel fundamental. A construção da Rede Telegráfica Nacional foi um dos grandes projetos federais a incluir o Mato Grosso. Em 1888, a preocupação com a preservação da faixa de fronteira recém demarcada, trouxe

⁹³ Museu do Índio. Microfilme M-029. Planilha 008.

⁹⁴ Pereira Neto, Antonio. Relatório sobre a situação de Dourados, 1976: 1 apud Silva 1982: 17. Veja também Estigarribia, Relatório Anual – 1927 – IR 5. SPI apud Monteiro op.cit. e Moreira 1990: 13.

⁹⁵ Fonte: Disei/Funasa MS, 2007.

Re

à província uma força militar e uma equipe de engenheiros a fim de viabilizar a comunicação telegráfica, mas o trabalho foi suspenso com o fim do governo imperial. Porém, a idéia de interligar via telégrafo o interior à capital do país foi encampada e ampliada pela república, que em 1890 criou a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, chefiada por Ernesto Gomes Carneiro e integrada por Cândido Mariano Rondon, ainda no início de sua carreira militar. (Gagliardi 1989: 139-140). Temendo conflitos com as populações indígenas, uma das condutas determinadas por Gomes Carneiro a sua equipe foi proibir que índios fossem mortos ou afugentados em seu território. Estratégia que evitou o conflito com os Bororo⁹⁶ e passou a dar corpo ao mito da "pacificação".

Rondon, ao chefiar as Comissões subseqüentes pautou-se em conduta semelhante, mas imprimindo o seu próprio estilo no trato da questão indígena. Entre as normas por ele instituídas estava a proibição de violar de objetos indígenas, enquanto deixava em malocas, locais de emboscada ou onde houvesse vestígios da presença destes povos, "artefatos da civilização": machados, foices, fâcoes, miçangas, meadas de linha, etc. Com este recurso, pretendia uma inversão às experiências comumente vivenciadas pelos índios, onde o saque e o conflito armado eram as marcas mais comuns. (Gagliardi op. cit.: 55).

Para Oliveira, enquanto discípulo de Comte, e com o pensamento calcado nos ideais iluministas, Rondon se contrapôs radicalmente às práticas de extermínio desenvolvidas pelas elites regionais, ao passar a preconizar uma postura fraternal e pacífica frente aos índios, incorporando às argumentações oficiais o raciocínio de que são os não índios os naturais invasores das terras ocupadas por aqueles. A pesar da rígida formação filosófica (sua e de seus colaboradores, em geral engenheiros, militares e positivistas), há também uma dimensão ética e humanitária em sua postura, que no plano das motivações pessoais não deixa de se uma espécie de "consciência culpada" do processo de conquista. (Oliveira 1999: 200).

No entanto, como enfatiza Lima, se contrapor às práticas genocidas não representou, de fato, uma ruptura em relação ao modelo político vigente. De acordo com o autor, a república trouxe com Rondon - paradigma do moderno "desbravador dos sertões", um dos mitos da história oficial do Brasil republicano -, a "redenção positivista" do índio, marcada por um poder tutelar governamentalizado e sustentada por um código jurídico único para o território nacional (Lima op. cit.: 70-72). Para Lima a ação do SPILTN⁹⁷, de certa forma um prolongamento da proposta instaurada pela Comissão de Linhas Telegráficas, propôs uma espécie de rotinização da "guerra de conquista". Órgão articulado a outras esferas estatais, o SPILTN deteve funções estratégicas na mediação das relações entre índios e não-índios, de forma a assegurar o domínio do estado no tocante às políticas fundiárias no país (idem: 132-133).

A partir do ideário rondoniano, o governo republicano, especialmente apoiado no exército, instituiu uma política indigenista, de cunho positivista, na qual coube ao estado, tanto o papel de orientar o processo de "civilização" dos povos indígenas, como

⁹⁶ Idem: 157. Veja também Viveiros 1958: 67.

⁹⁷ O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais - SPILTN foi criado em 1910, e passou para a história como SPI a partir de 1918 (idem: 11).

br

protegê-los, dentro de ações norteadas pela amizade, brandura e assistência (Gagliardi op. cit.: 56-57). Mais do que estabelecer a comunicação telegráfica, a Comissão teve um caráter militar, político, científico e tecnológico, servindo de porta para a conquista, agora política e econômica dos “sertões”: regiões distantes do poder central, tidas como imensos espaços vazios ou territórios habitados por populações “arredias à civilização”, eram limites a serem transpostos. Assim, a Comissão se transformou em parte de uma estratégia militar, definida no interior do Ministério da Guerra e conduzida por oficiais do exército. Telégrafo, ferrovia e rodovia foram transformados em veículos para dar visibilidade ao poder e à autoridade do governo, concretizando o sonho da “integração nacional”. (Maciel 1999: 168-171).

Chefiada por Rondon, em 1900 a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso iniciou a sua primeira fase (1900-1906), incumbida de estender a rede telegráfica do sul ao noroeste do Mato Grosso (hoje Rondônia), e, em uma segunda fase (1907-1915), ao extremo sudoeste do Amazonas (hoje Acre), portanto, faixa de fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Porém, a Comissão manteve seus trabalhos até dezembro de 1930, quando foi formalmente extinta (idem: 168 e 176). Entre as suas atribuições também estava a construção de estradas e pontes, como parte dos trabalhos para a interligação das estações da linha telegráfica, e, ainda a produção de mapas, gráficos e relatórios. Documentação voltada, sobretudo, para subsidiar as análises do potencial de cada região em relação à defesa militar e a produção econômica, especialmente, a produção agro-pastoril e a extração mineral⁹⁸. Aspectos que permitiram vislumbrar perspectivas para a promoção tanto dos projetos de “colonização”, como aqueles relativos à assistência aos povos indígenas (Maciel op. cit.: 174-178). Este foi o contexto em que se inseriu a “localização” das populações indígenas e tradicionais promovida pelo SPILTN em 1910.

Assim sendo, uma vez concluídos os trabalhos de “atração” e “aldeamento”, e, portanto de distensão dos conflitos entre as populações indígenas e os novos ocupantes, parte das terras anteriormente ocupadas por aquelas podiam ser disponibilizadas para a especulação e exploração econômica (Arruda 2005: 2). Como argumenta Maciel foi atribuída à Comissão uma competência no reconhecimento geográfico, no inventário do potencial econômico e no trato da questão indígena, que a qualificou a exercer a administração do território “descoberto” e a definição das estratégias para seu ordenamento, a partir das políticas definidas pelo Ministério da Guerra (op. cit.: 178 e 80)⁹⁹. No dizer de Lima, o SPI - mas também a Comissão - “criava terras” destruindo territorialidades histórica e culturalmente diferenciadas (op. cit.: 133).

De acordo com as normas do SPI:

“O Serviço [de Proteção aos Índios] começa pondo fora toda a possibilidade de litígio a posse das terras em que esses índios moram, plantam as suas lavouras e criam os seus animais e aves domésticas. Cerca-os, depois, de cuidados para que não sejam lesados nas suas transações de venda e compra com os negociantes e

⁹⁸ Coube a Comissão também o levantamento de dados para a produção de uma carta de Mato Grosso, além de cartas para ilustrar os trabalhos de botânica, zoologia, geologia, etnografia (Viveiros op. cit.: 444 e 451).

⁹⁹ Veja também Arruda 2005: 04-05.

ko

particulares. Em seguida fornece-lhes sementes, instrumentos, máquinas e outros meios adequados à melhoria e valorização dos produtos de seu trabalho; reforma-lhes as habitações; inculca-lhes hábitos de higiene, substitui-lhes a medicina e conhecimentos mais indispensáveis à vida civilizada.”¹⁰⁰

Parte da “ação civilizatória”, a “atração” envolvia uma promoção de mudança espacial e de aspectos sócio-culturais, a partir, essencialmente, de duas estratégias: - o deslocamento dos índios para a proximidade de PIs, liberando as terras restantes; - a gradativa promoção ao abandono das práticas indígenas em diversos planos de vida social, induzindo-os pouco a pouco a trabalharem em atividades junto aos PIs; - construção de uma infra-estrutura local: casas, barracões de beneficiamento agrícola, picadas e estradas, etc. O projeto implícito era a transformação do índio em um pequeno produtor, dotado de uma porção de terra (Lima: op. cit.: 178 e 187). Desta forma, a atuação da Comissão, e depois do SPI, pode ser pensada em termos de um processo de conquista e ampliação do território nacional capaz de gerar homogeneidades culturais inexistentes antes de sua intervenção (Maciel op. cit.: 185).

Mapa 11

Comunicação telegráfica e ferroviária



Como é praxe em expedições exploratórias, coube a Comissão identificar e registrar acidentes geográficos, aos quais eram deliberadamente atribuídos novos nomes. Por esta via, interferia na memória e no conhecimento produzido pelas

¹⁰⁰ “Orientação sobre a pacificação”, p.5, 1918. Fotograma 1233, Museu do Índio/Funai-RJ apud Arruda 2005: 4.

28

populações indígenas e tradicionais a respeito de seus territórios e, ao mesmo tempo, ao imprimir a sua marca nestes “espaços vazios”, a Comissão incorporava-os ao estado. Tal procedimento não passava em branco àqueles interessados em grilar ou alienar terras tidas como devolutas (idem: 171-173)¹⁰¹.

Em 1905, durante a primeira fase dos trabalhos, a Comissão, atuando em terras hoje sul-mato-grossenses, implantou a linha telegráfica no trecho Aquidauana – Porto Murtinho – Bela Vista (Viveiros 1958: 176-180). Depois, seguiu em expedição de reconhecimento dos terrenos no trecho Bela Vista – Ponta Porã – Campo Grande, utilizando a estrada carreteira aberta pela Matte Larangeira. Durante os registros de viagem uma vaga e rara menção aos Kaiowa: “Na barra do Dourados achavam-se localizados os índios Caiuá, da nação Guarani, índios pacíficos e empregados nessa zona de extração da erva mate”¹⁰² (idem: 199-201).

No entanto, o ramal Campo Grande – Ponta Porã, assim como a construção da estrada ligando as suas estações, só entrou na agenda do Ministério da Guerra em 1921 (idem: 458). Em 1922, em uma das viagens de inspeção dos trabalhos da Comissão, Rondon inaugurou o trecho Ponta Porã – Entre Rios (idem: 486) e, em 1927, durante a sua primeira campanha a frente do Serviço de Inspeção de Fronteiras, entregou a rodovia Campo Grande – Ponta Porã. Aqui a segunda e última menção aos Kaiowa, apresentada em suas memórias: “proveitei a oportunidade para visitar o posto indígena dos índios caiuás e a estação telegráfica deste nome” (idem: 532).

Porém estas rápidas menções não correspondem à expectativa dos Kaiowa que hoje vivem em Panambi, Panambizinho, Laranjeira Nanderu, Sukury'i, Aroeira e na Reserva de Dourados, os quais se consideram descendentes daqueles que “ajudaram Rondon a construir a linha telegráfica” no trecho rio Brilhante – rio Dourados, em troca da posse Ka'aguirusu. Antigas terras habitadas pelos kaiowa, com pelo menos 50.000 hectares, Ka'aguirusu, na época já consistia em uma parcela das terras de ocupação tradicional kaiowa. O direito de posse conferido por Rondon, embora nunca registrado ou de qualquer forma viabilizado, ainda hoje, o coloca numa posição de referência no discurso kaiowa, no contexto da disputa pela terra¹⁰³.

Os documentos produzidos pelo SPI mostram que a atuação do órgão junto aos Kaiowa sul-mato-grossenses iniciou no ano de 1919, portanto no bojo da construção da linha telegráfica. Os registros também indicam que as terras habitadas pelos kaiowa excediam em muito Ka'aguirusu, como pode ser observado na sequência de documentos transcrita abaixo:

Ministerio da Agricultura Industria e Comercio
Serviço de Proteção aos Índios
Telegrama de Serviço
Corumbá 19 de Setembro de 1919
Sr. Horta Barbosa

¹⁰¹ Os relatórios produzidos apresentaram várias referências quanto à substituição de termos nativos por termos empregados por fazendeiros, seringueiros e outros, ou, ainda mais comumente, por nomes atribuídos por Rondon a fim de homenagear datas, personagens históricos, amigos ou familiares (idem).

¹⁰² Referência semelhante consta em Rondon 1949: 101.

¹⁰³ Veja Vietta 2007, capítulo 2 e Silva op. cit.: 16-17.

RJ

Diretor Proteção Índios
Rio

Nº176 – Em consequência missão auxiliar Dantas aqui estiveram de[ilegível] índios um cayuá outro Guaraní pt este de nome Ubiratã letrado trazia uma estatística de grande numero de aldeãs de índios campos sul Estado zona margem direita linha estrada de ferro pt segundo elle entre guaranis, terenas e cayuás foram recenseados dois mil e quatrocentos e dezesseis indígena pt Antonio Pedro Vicente [ou Antonio Vicente]¹⁰⁴ chefe cayoas que se acha inspetoria vindo de Campo Grande informa que estas aldeãs são somente metade dos existentes sem levar em conta os índios que ainda não pacificados – cordeaes saudações.

Humberto de Oliveira
Inspetor Serviço de Proteção Índios¹⁰⁵

###

Anexo nº 12

Serviço de Proteção aos Índios
Inspetoria no Estado de Mato Grosso
Informação
Ao Sr. Dr. Smuel Henriques da Silva Lobo
D.D. Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios.

Dando cumprimento a vossa ordem verbal de 26 de novembro findo, para em companhia do senhor Manoel de Oliveira Cravo, auxiliar do serviço, dirigir-mo-nos ao Posto do café, fazenda situada à margem direita¹⁰⁶ do Rio Brilhante, no distrito de Entre Rios, comarca de Campo Grande, a fim de proceder, não só a pesquisas na região e necessidades dos "Índios caioás", naquele local, como também colher informações de vista, sobre o fundamento de proteção pedida a inspetoria, pelo índio Antonio Pedro Vicente, e, sua gente que se dizia perseguida pelos moradores da fazenda do café.

Depois de indispensável demora, por falta de um mesário para as despesas de viagem, o que foi recebido a 4 do corrente, partimos no dia seguinte pela manhã, para a fazenda do café, onde chegamos às 12 horas percorrendo de Campo Grande, ao ponto terminal, 36 léguas de boas estradas, sendo: 30 até Entre Rios e 6 de Entre Rios AP. p Posto do café a margem esquerda do Rio Brilhante.

No dia seguinte pela manhã, partimos em companhia do índio Antonio Pedro Vicente, depois de atravessarmos o rio Brilhante, montados em cavallos, pertencentes ao Sr. Felipe Nicomedes Valdez, generosamente emprestados, para nossa excursão á aldeia dos índios caioás, que Antonio Pedro Vicente, dizia morarem alli por perto.

¹⁰⁴ Entre os antigos Kaiowa um adulto acumulava diferentes nomes pessoais e apelidos, os quais podiam ser utilizados concomitantemente (v. Vietta op. cit. capítulo 4). Antonio Vicente é pai do pai (FF) de Joãozinho Karape, importante liderança de Panambi, como se verá a seguir.

¹⁰⁵ Museu do Índio. Microfilme – 001 – A. Fotograma 000037

¹⁰⁶ Logo abaixo Manoel Silvino Bandeira de Melo situa o mesmo local na margem esquerda do rio Brilhante. Neste sentido também se deve considerar que o distrito Entre Rios situa-se na margem esquerda do rio Brilhante.

25

Qual não foi a nossa surpresa, depois de andarmos de Dourados, como também por um miserável paraguayo, Mercês Morales que se diz seo chefe e suga o suor dessa gente indigena e laboriosa, na exploração de herva-matte.

Contrista-nos o coração de dor, ver o desamparo, a nudez, a ganância que sofrem esses nossos irmãos escravizados e enganados na sua boa fé, na terra que lhes foi doada e que de facto lhes pertence. Torna-se uma necessidade urgente, imprescindível, que a inspetoria, funda já, naquele patrimônio um posto de proteção, debaixo da direção de um funcionário enérgico e dedicado para derramar naquelles corações angustiados de tanto sofrimento, o bem estar necessário, fructo do trabalho persistente que trará consequentemente, abundancia e sobretudo confiança na ação da inspetoria, tão bem confiada vossa pessoa.

No aldeamento propriamente dito, existem 129 pessoas, de ambos os sexos e muito poucas casas, a maior parte dos indios acham-se dispersos pela matta fora de seu patrimônio, em pequenos grupos, sob a direção de parentes. Não pescam porque não tem rio perto, pouquíssimas roças e muito mal feitas, a falta de ferramentas é a maior parte, deste povo, vive perambulando de lado para lado. Animaes cavallar, muar, suínos, etc, nada ou quase nada. No entretanto é de justiça, fazer menção que a nossa palavra de trabalho e ordem encontrou echo no coração daqueles cento e tantos indios que nos ouviram com visível satisfação comprehendido, bem que se faz mister o trabalho e muito trabalho, pois está tudo por fazer. É este exagero e temos a consciência da verdade e de havermos com dedicação cumprido o nosso dever. Cumpre agora ao Snr. Inspetor, espírito patriótico e clarividente julgar as necessidades dos indios caioás.

Entre Rios 14 de Dezembro de 1919.

Assignado: Manoel Silvino Bandeira de Melo diarista servindo de ajudante – Manoel de Oliveira Cravo auxiliar.¹⁰⁷

Ainda em 1919, Rondon agradece a seus superiores o apoio dedicado aos Kaiowa habitantes do rio Brilhante e seus afluentes:

Copia_telegrama n-861-Urgente-Major Pedro Cavalcante de Albuquerque.

Campo Grande - acabo receber vosso telegrama de 27 de agradecendo vivamente ao interesse tomastes pela sorte Indios Cayoas abitantes rio brilhante e seus affluentes etc informo-vos tomei providencias não só junto Ministro Agricultura como Snr. Prezidente Matto Grosso no sentido manter os pobres indios nos terrenos legitimos donos.

Por minha vez peço continuardes do mesmo apoio e [ilegível] deste Chefe índio tribu, apello para vosso alto Posto e austeridade militar região permitido sustentar em meu nome podeis tomar esta attitude vosso [ilegível] rada Rondon Rio 30-8-919.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Museu do Índio. Microfilme 040. Fotograma 1295/1296 e Microfilme 040. Fotograma 1295/1296.

¹⁰⁸ Museu do Índio. Microfilme: 001-A. Fotograma 000024

ko

Contudo, em um radiograma da IR.5, uma rara menção do SPI à reserva das terras de Ka'aguirusu, informa dimensões bastante inferiores daquelas negociadas com os kaiowa:

Ministério da Agricultura de Industria e Comercio
Serviço de Proteção aos Índios
Telegrama de serviço
Corumbá, 19 de setembro de 1919

Índios Cayoas vindos de Campo Grande não tinham estado Inspectoria Pt trata-se agora de Beruviehã Antonio Pedro Vicente e seu irmão Santo Ygnacio [ou Inácio Puku] Pt Habitam Cem cerca de quatrocentas pessoas Immemorialmente terras emprehendidas entre córregos Laranja Doce e S Domingos que deságua no rio Brilhante- Pt Aproximadamente nove leguas quadradas [ou 32.400 hectares] Pt Em tempos de Manoel Caetano Faria de Albuquerque sete n 401 de 3 de Setembro de 1917 reservou uma légua quadrada [ou 3.600 hectares] dentro de Suas terras para fundação de uma colonia de Índios Pt Em consequencia os intrusos pretendem que os Índios desocupen posse immemorial ameaçando-os com bando de gente armada Pt Rogo autorisar-me fazei-es acompanhar um auxiliar que prepare fundação posto bem como recursos necessarios fundação próximo exercício Pt Conto com um dos diaristas por vir para este serviço Pt

Cordeaes Saudações
Assinatura [ilegível]¹⁰⁹

Em 1923, Estigarribia arrolou as terras de ocupação tradicional kaiowa, localizadas entre os rios Brilhante e Dourados. Neste documento, entre outras providências, menciona a necessidade da reserva de pelo menos mais um PI na região.

Cayoas...

Uma tribo numerosa espalhada nos distritos de Dourados e Nhu-Verá no Município de Ponta Porã, nos agrupamentos principais seguintes:

- 1: Aldeia na cabeceira do Laranja Doce a 3 kilometros de Dourados.
- 2: Aldeia na cabeceira do Sardinha a 9 kilometros da mesma povoação; Ao longo desse ribeirão, foram muitos índios dispersados.
- 3: Aldeios de Santa Maria, Uorinbé [ou Carumbé], São Domingos e cabeceira do Panamby, todos dentro de um raio de 10 leguas de Dourados, sendo Santa Maria a mais afastada.
- 4: Aldeia do Córrego do Engano na Fazenda da Revolta, a margem do rio Dourados.
- 5: Aldeios de Iguassú (ou Guassú), Capão Ralo e outros ao longo do Rio Dourados, até a sua confluencia com o Brilhante afluente do Evinhema.
- 6: No Soty as Aldeias de Taê-cuê, Poê-cuê e Laranjany.

¹⁰⁹ Museu do Índio. Planilha 15, Microfilme 001 – A - Documento 000038 N 177.

20

7: Aldeios nos logares denominados Serrito, São Domingos, e São Francisco.

8: Aldeia do Aquino no lugar chamado Bocajá; há ainda muitos grupinhos.

Parece-me que quasi todos os cayuas se localizam na Bacia dos Rios Dourados e Brilhantes até a confluencia do Evinhema, habitando tambem um pouco as margens desse rio.

Ha quem avalie em 6000, outros suppõe são apenas 4.000.

Em companhia do Capitão Vicente Vasconcelos, da Comissão Rondon. Visitei algumas aldeias em Junho Ultimo verificando serem trabalhadores e ordeiros mas carecem de auxilios para prosperar.

É indispensavel não só a medição dos dois lotes concebidos, um em Dourados e outro em Nhú-Vera, com á obtenção de terras em outros pontos.

As terras destas paragens são de heruaes entregues a exploração. Da onipotente companhia Mate-Laranjeira, que apesar da Argentina dispões, graças a imensa riqueza, mais de 20000 contos liquidos annuaes que extrahe dos heruaes que o Paupérrimo Estado arrenda por uma migalha de 380 contos por ano, de inauditar facilidades inclusive a de entregal-os a proporção que vae explorando, encontrando sempre entre os representantes do Estado e funcionarios que trabalham no Sul defensores accerrimos qualquer pessoa que passe pelos heruaes entregues a companhia vê que para a extração das folhas, os troncos são decepados á machado...¹¹⁰

No entanto, estes e outros Kaiowa, sem dispor de terras regulamentadas continuaram se dispersando pela região enfrentando uma sucessão de expulsões, como igualmente registrado nos documentos expedidos pelo SPI.

Ministério de Agricultura
Posto I. Francisco Horta
Em 20 de Abril de 1961
Sr. Erico Sampaio
Chefe da I.R.5. Campo Grande MT.

Apresente é para dar enformação, que o senhor solecito-me, a respeito da queixa que os indios Levinho Mariano [ou Livino Mariano de Lima, ou Divino Mariano, etc.] e Floriano [ou Floriano Dias Pedro ou Floriano Mariano], que os grileiros quiriam tomar as terras deles, ou melhor da colonia, que eles ocupão. Em 18 de Novembro de 1960, o indio Levinho, esteve neste P.I. afim de pedir-me que fissece uma carta para os fasendeiros, pediando a elles que deixace elles colher as plantas, para poder retirar-se só agora eles voltaram, mas não compriram o que eles pediram amim, que fis acarta, Levinho levou. As terras que estão, e de particular, e de Dona Delia Cruz Martins, titulada pelo Estado, ficou assentada juntos aos indios Levinho Mariano, e o Sr. Delegado de Policia do Rio Brilhante, para que o Senhor Delegado de uma ordem dele ficar lá nas terras ate terminar

¹¹⁰ Estigarribia, Antonio Martins Viana. Relatório Anual IR 5, Cuyabá, 31 de dezembro de 1923. Museu do Índio Microfilme – 040. Fotograma 1472/1473. Planilha 84

Re

suas colheitas, para mudar-se para este P.I. ou para José Bonifacio; sobre estas terras, quem pode dar-lhe bem todas enformações, ai e o Sr. Neder;

Saudações
Agente de Posto¹¹¹

Estes Kaiowa, os quais foram obrigados a deixar suas terras de habitação tradicional, no início da década de 1960, quando os dispositivos legais impediam tal prática, ainda informam que já haviam pago pelo direito de nelas permanecerem, contudo nem isso foi suficiente:

Ministério da Agricultura
M/m - 46
Campo Grande, Mt
Em 16 de janeiro de 1961

Ao agente Alaor F. Duarte
P.I. Francisco Horta

O portador deste, índio Floriano Mariano segue a esse posto, a fim de resolver a situação das demais famílias que estão sob a responsabilidade do índio "Caiua" Devino Mariano, conforme sua portaria s/nº datado de 11 de junho de 1959.

Deveis unificar in-loco o que há sobre a alegação do capitão que afirma ter comprado de um tal de Mauricio Canhete, no lugar denominado 15 de agosto nas margens do rio Brilhante.

Deveis outrossim, tomar todas as informações possíveis sobre essas terras. Se são reservadas as colônias federal, Estadual ou de alguém que já os adquiriu por compra ao Estado.

Depois dessas informações e outras que julgar de conveniência para elucidação de assunto, faço um relatório a respeito ou cheque até esta sede para esclarecimento do assunto.

Esta chefia responsabilizará pelas despesas decorrentes da viagem.

Saudações
Ass: Erico Sampaio
Chefe da I.R.5¹¹²

Os fatos analisados acima permitem concluir que a aplicação da "Orientação sobre a pacificação" definida pelo SPI em 1918, transcrita anteriormente, não se aplicou a todas as populações indígenas atendidas pelo SPI. De seu conteúdo, o que mais interessava aos Kaiowa era o afastamento da possibilidade de litígio quanto à posse de suas terras, mas este direito lhes foi negligenciado, mesmo que para acessá-lo

¹¹¹ Museu do Índio. Microfilme 008. Planilha 083.

¹¹² Museu do Índio. Microfilme 008. Planilha 83.

20

a Comissão lhes cobrasse o engajamento nos trabalhos de implantação da linha telegráfica¹¹³. Mas nem isso foi suficiente, pois como pode ser lido nos depoimentos Kaiowa apresentados a seguir, a concessão da posse de Ka'aguirusu, feita pessoalmente por Rondon, não passou de um ato de irresponsabilidade e de desrespeito a esta população.

Parte significativa da linha telegráfica implantada em território sul-mato-grossense corta terras que no período da sua construção, ou imediatamente anterior a ela, eram terras ocupadas pelos Kaiowa. Contudo aqui, a Comissão de Linhas Telegráficas teve uma atuação bastante singela frente à observada nos atuais estados do Mato Grosso, Acre e Rondônia. Disso se pode inferir que no contexto das terras sul-mato-grossenses, a incumbência da Comissão se restringia a viabilizar a comunicação telegráfica e viária, pois os Kaiowa, assim como a ocupação não indígena de suas terras não compartilhavam das mesmas condições dos povos indígenas situados mais ao norte.

Os Kaiowa, por sua vez, já estavam "localizados", não podendo ser considerados "arredios". Por outro lado, os processos de "colonização" vinham se consolidando por vias independentes do SPI e da Comissão, bem como a linha de fronteira, com o Paraguai estava definida em tratado desde o pós-guerra. Assim, o foco dos trabalhos da Comissão, em sua segunda fase, foi desviado para o norte do país. De acordo com Arruti, o quadro ideológico do SPI foi formulado para ter como objeto os povos indígenas "arredios", muitas vezes beligerantes, os quais era preciso seduzir através de presentes e ações "heróicas", portanto, procedimentos que não se aplicavam aos índios do nordeste (Arruti 1995: 41), assim como ao Mato Grosso do Sul.

Na segunda década do século XX, a Comissão passou a enfrentar desgastes, principalmente na contraposição a outros interesses políticos nacionais, mas também associados às críticas a respeito de seus excessivos gastos, especialmente, frente ao fato de o telégrafo ter se tornado uma tecnologia ultrapassada. Por outro lado, embora tivesse mantido a frente da Comissão de Linhas Telegráficas, Rondon igualmente se envolveu em projetos paralelos, tais como: - presidência do SPI (1910-1930), - direção de engenharia do Ministério da Guerra (1919-1925); - Inspeção de Fronteiras (1927 - 1934)¹¹⁴. A partir da análise de suas memórias, registrada por Viveiros, percebe-se que ao assumir novas funções, Rondon passou exercer um papel mais administrativo da Comissão, cuja presença em campo era quase que restrita à inspeção e à inauguração de obras, portanto distinto do apresentado durante as campanhas de 1900-1906 e 1907-1915, quando se envolve intensivamente com os trabalhos.

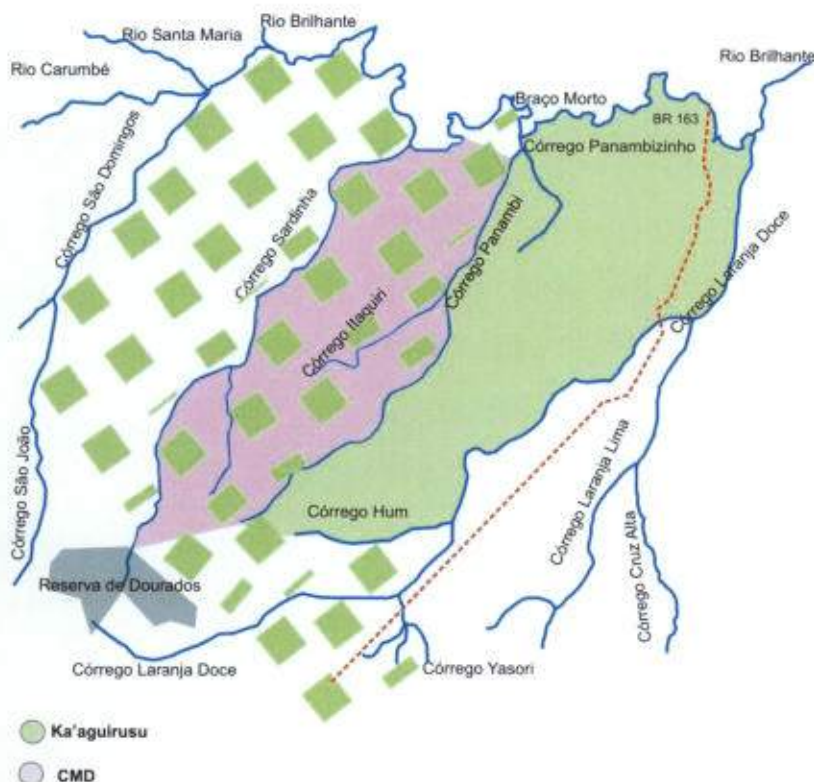
No entanto, as diferentes funções assumidas por Rondon entre as décadas de 1910 e 1930 mantiveram objetivos comuns, voltados para a realização do mapeamento geográfico e populacional da fronteira, bem como para implementação da infra-

¹¹³ Segundo os relatos kaiowa, eles também integram expedições para o reconhecimento e o mapeamento da região.

¹¹⁴ De acordo com Maciel, Rondon assume o Serviço de Inspeção de Fronteiras, para, utilizando-se do conhecimento adquirido nas longas permanências no sertão, comandar as incursões para proceder a minuciosa inspeção das fronteiras e estudar as condições para o seu povoamento e segurança. (op. cit.: 182-183).

28

estrutura necessária para a ocupação do interior do país. Portanto tais funções, além de possuírem um caráter complementar, podem ser tidas como desenvolvimentos dos trabalhos iniciados pela Comissão¹¹⁵. Para Arruda, que analisa a segunda campanha da Comissão, coube a esta proceder a “localização” das populações indígenas, repassando ao SPI os trabalhos de “atração” (Arruda 2005: 2).



Mapa 12
Os limites de Ka'aguirusu e da Colônia Municipal de Dourados

Entre os Kaiowa não há consenso quanto aos limites sul e oeste de Ka'aguirusu, a área pontilhada indica esse dissenso.

Fonte:
Para a CMD: Carli op. cit. 128; para Ka'aguirusu: relatos kaiowa

Este foi o quadro político em que se definiu a delimitação de Ka'aguirusu, mas também o seu esfacelamento, frente à prioridade dada pelos governos federal e estadual, aos projetos de colonização. O Decreto 616, de 20 de janeiro de 1923, assinado pelo então presidente do estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, reservou no município de Ponta Porã, uma área de 50.000 hectares entre o rio Brilhante e o córrego Panambi, para colonização. Em 1935, com a criação do município de Dourados as terras reservadas passaram a integrar este município¹¹⁶. Embora estas terras estivessem

¹¹⁵ Na expressão de Rondon, a função desempenhada junto à Inspeção de Fronteiras, permite dar seguimento aos trabalhos previstos a partir da Comissão “por ser ela filha dileta da antiga Comissão Telegráfica, como já o havia sido o SPI”. (Viveiros op. cit.: 573)

¹¹⁶ Veja Relatório IBGE 1958 apud Gressler e Swensson op. cit.: 197; Carli 2005: 47e 56.

h25

parcialmente ocupadas por posseiros, desde 1926, somente em 1946, João Augusto Capilé, então prefeito de Dourados, através do Decreto 70, regulamentou a criação da Colônia Municipal de Dourados – CMD nas terras anteriormente reservadas¹¹⁷.

Devido ao seu rápido desenvolvimento produtivo, em 1953, a CMD foi elevada à categoria de município, com a designação de Itaporã. Este desenvolvimento foi largamente favorecido pela política de “marcha para o oeste” proposta por Getúlio Vargas, que entre outros aspectos criou e incentivou projetos de colonização a partir de iniciativas públicas e privadas rapidamente transformando a maior parte da região meridional do atual Mato Grosso do Sul em terras particulares.

II.6. A Comissão, o SPI e a concessão da posse de Ka'aguirusu na visão kaiowa

II.6.a) As territorialidades e as formas de organização social em confronto

Aos 12 anos, Paulito Aquino começou a prestar serviços para a Comissão de Linhas Telegráficas, distribuindo água entre os trabalhadores¹¹⁸. Como pode ser lido em seu depoimento, as narrativas dos Kaiowa indicam que quando Rondon e a Comissão chegaram entre eles não havia núcleos populacionais não indígenas nas terras localizadas entre os rios Brilhante e Dourados, bem como a presença dos fazendeiros era ainda muito rarefeita.

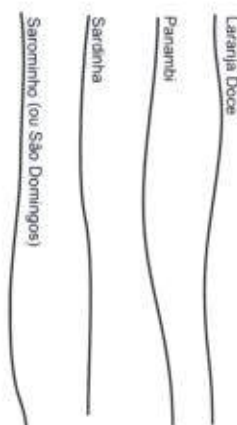
“Aqui era tudo mato! Kaiowa só andava nu, porque naquela época não tinha branco. Do [córrego] Yasori, para cá era tudo mato nosso. Por isso fizeram aquela estrada ali¹¹⁹, porque do outro lado era para deixar para os brancos... A estrada foi feita pelos Kaiowa! Só os Kaiowa trabalhavam, cortavam o mato, arrancavam os tocos.

¹¹⁷ De acordo com o decreto, os lotes as Colônia são destinados à fixação de agricultores nacionais e estrangeiros, tendo em vista a formação de um centro permanente de produção agrícola, num regime de pequena propriedade (Carli op. cit.: 61).

¹¹⁸ Todo homem kaiowa jovem ou adulto foi engajado nos trabalhos propostos pela Comissão.

¹¹⁹ Paulito se refere à estrada rodoviária construída pela Comissão, como parte dos trabalhos de implantação do trecho da linha entre os rios Dourados e Brilhante. Segundo os Kaiowa seu traçado coincide com o da BR 163.

R2



Desenho 1

A Hidrografia das terras Kaiowa

– desenho de Paulito Aquino

Laranja Doce, Panambi, Sardinha, Sarominho [Paulito, com sua bengala, desenha no chão o traçado dos córregos, enquanto fala – veja ao lado. Ao finalizar, bate com a bengala ao centro do desenho e diz:] - Aqui era só Kaiowa! Aqui era mato dos Kaiowa! Para os Kaiowa caçar. Tinha muito bicho: macaco, cutia, paca, tatu. Às vezes encontrava onça, às vezes tinha que matar onça!

Morávamos todos aqui, na mesma aldeia. Porque, antes de chegar os brancos, tudo isso era uma aldeia só! No mato era cheio de estradinhas, parecia estrada de preá.

Quando fizeram a estrada, colocaram capitão para cuidar. Foi major Nicolau¹²⁰ que colocou capitão. [A cidade de] Dourados não tinha, era só mato! Não havia branco morando. O capitão chamava Hilário Aquino¹²¹, índio Kaiowá puro. Kaiowa puro porque tem tẽbeta¹²². Aqui só tem Kaiowa puro!”

[Maria Aquino, filha de Paulito, que acompanha a conversa intervém dizendo:] Aí está o machete dele! Até hoje ele tem, esse machete que foi usado para fazer a estrada! Antigamente Paulito o usava, mas agora está muito velhinho, então ele não trabalha mais!

...Rondon veio aqui, ele veio a cavalo. Quando Hilário estava vivo, general Rondon vinha aqui. Ele deixou cavalo aqui, para os Kaiowa, para poder andar no mato, para poder cuidar a nossa aldeia...

Hoje fazendeiro coloca fogo, coloca veneno no mato! Não deixa mais o Kaiowa pescar. Não pode ir ao rio pescar, porque o fazendeiro não deixa. Nãderu¹²³ deixou o peixe livre no rio, deixou o peixe para o Kaiowa.” (Paulito Aquino).

¹²⁰ Paulito se refere a Nicolau Horta Barbosa. Nicolau Horta Barbosa passa a dirigir os trabalhos de locação da linha, junto a Comissão de Linhas Telegráficas em 1911 (Viveiros 1958: 359).

¹²¹ Hilário Aquino é o primeiro capitão kaiowa designado pelo SPI/Comissão para atuar em Ka'aguirusu. Ele era pai classificatório de Paulito.

¹²² Enfeite labial que um homem kaiowa deve receber durante o ritual de passagem para a fase adulta.

¹²³ Importante divindade do panteon kaiowa.

20

Lauro Concianza tinha cerca de 10 anos quando a Comissão encerrou seus trabalhos, entre os Kaiowa, mas guarda as lembranças das histórias contadas por seu pai, pelo pai deste e por outros homens de sua família¹²⁴.

"Aqui é terra dos Kaiowa legítimos! Da barra do córrego Hum, no Laranja Doce, da barra do córrego Hum para cá, até o córrego Panambi, Itaquiri, não mexe não, não mexe não! Essa terra é dos Kaiowa! Mariano Candido falou: - É terra dos Kaiowa! Porque, esta terra foi deixada por Mariano Cândido. Os Kaiowa ganharam essa terra! Isso foi no tempo do vovô. Meu vovô, vovô tudo ganhou essa terra, porque ajudou Mariano Cândido, Mariano Cândido Rondon. Nesse caminho [BR 163], até o [rio] Dourados arrancaram toco, carpiram, para puxar o telégrafo. Muito Kaiowa ajudou!

Quando acabou esse serviço, Mariano Cândido Rondon foi embora. Ele foi puxar o telégrafo até Ponta Porã, até o Paraguai! Eu sei, eu sei tudo, porque meu avô ajudou, meu pai o ajudou!

Então, Mariano Cândido falou: - Na barra do córrego Hum, para dentro, é terra dos Kaiowa. Essa ninguém pode mexer! Nem fazendeiro, nem Colônia, ninguém pode mexer. De [córrego] Panambi, até a barra do Itaquiri, Mariano Cândido deixou para nós!...

No tempo de Mariano Cândido não tinha nem sal, não tinha macarrão, não tinha vaca, não tinha porco, não tinha roupa. Fazendeiro não tinha nenhum, nenhum! Não tem fazendeiro, nem fazendeiro porquinho magrinho, nem fazendeiro guaxo, não tem aqui! Era só o mato, só Kaiowa, só índio, índio, índio, até o rio Brilhante. Não tem Terena, não tem Guarani, só tem Kaiowa! Kaiowa, furado assim! Só Kaiowa que é furado assim! [aponta para o *têbeku'a*¹²⁵]. Quando acabou o serviço de Mariano Cândido, ele foi embora e deixou o Kaiowa morando aqui!

Isso tudo era mato kaiowa, desde o tempo de Mariano Cândido! Aqui não tinha nem fazendeiro, nem brasileiro! Não tinha nenhum brasileiro, no tempo de Mariano Cândido. Naquele tempo tinha anta. Kaiowa comia anta, comia queixada, cateto, veado, comia quati, tatu. Fazia mûdeu¹²⁶! Pegava mel! Não tinha açúcar, então pegava mel no mato: mādaguari, mābuka, europa¹²⁷, furava para comer.

Mariano Cândido fez o Posto! Naquela época tinha só três postos. Mariano Cândido fez o Posto de Dourados, fez posto em Caarapó, em Takuapery. E fez esse [apontando para o chão]! Então fez quatro!

Kuãde, Xĩdaku, José Ki, Manuel, é tudo daqui. Eles trabalharam com Alvirante. Alvirante era capitão, Alvirante mandava aqui! Porque Mariano Cândido falou: - Alvirante Aquino tem que ficar como capitão, para cuidar das pessoas aqui! Então

¹²⁴ Lauro nasceu próximo da foz do córrego Laranja Lima (Douradina) e faleceu em Panambizinho, em fevereiro de 2008, com 96 anos.

¹²⁵ Furo no lábio inferior onde é colocado o *têbeta*.

¹²⁶ Um dos tipos de armadilha utilizada para caçar animais de pequeno e médio porte.

¹²⁷ Refere-se a três espécies de abelhas.

Re

ele ficou como capitão. Lá em baixo ficou outro capitão! Capitão Elário Rauno¹²⁸ cuidava mais em baixo!

Xukaro ajudou, meu pai ajudou, meu vovô ajudou! Os meus dois vovôs: Miguel Barbosa e Karão ajudaram. O meu outro vovô: Luís Guasu, Suruwi. Suruwi é do tempo de Yrutau, Pedro Segundo. Cipirino também ajudou. Cipirino, Joseka, Joseka Fernandes. Então, Xiru Aquino¹²⁹, João Aquino¹³⁰, capitão [Hilário] Aquino, Pa'ito, Osório Guasu, Osório, Soltero. Soltero ajudou o Mariano Cândido a puxar o telégrafo! Pakova, Carrinho, Carrinho também ajudou, Carrinho Taguato¹³¹.

Ao norte, Ka'aguirusu era limitado pelo rio Brilhante, ao leste, pelo córrego Laranja Doce, mas parece não haver um consenso quanto à fronteira sul e oeste, como pode se observar nas falas de Paulito e Lauro ou em outros depoimentos. Lauro define como divisa a barra do córrego Hum e o córrego Itaquiri, enquanto para Francisco Severino¹³² e para Leonel Locário de Moraes¹³³ o limite é o córrego Panambi, para Paulito é o córrego São Domingos, para Getúlio Juca de Oliveira¹³⁴ é o rio Carumbé e para o cacique Júlio é o rio Santa Maria¹³⁵. Para João Aquino e Paulito Aquino, a fronteira sul não é a barra do córrego Hum, mas o córrego Yasory. Porém, creio ser Elza Pedro¹³⁶ quem mostra com melhor clareza como se dá a dinâmica da definição dos limites de Ka'aguirusu, ao dizer: "O fazendeiro começou a morar perto de nós, começou a mexer no mato para fazer divisa".

Como foi dito acima, o trecho Ponta Porã – Entre Rios da linha telegráfica foi inaugurado em 1922 e o trecho da estrada Ponta Porã – Campo Grande em 1927. Então, é possível supor que neste período se encerrou o compromisso de trabalho entre a Comissão de Linhas Telegráficas e os Kaiowa. Como também já foi mencionado, em 1923, o governo do estado reservou terras para a CMD, portanto, parte significativa do entorno de Ka'aguirusu estava reservado para projetos de colonização, ou apropriado por fazendeiros, ou, ainda, sendo beneficiado por hidrovias, rodovias e ferrovia. Assim, a delimitação de Ka'aguirusu apresentada aos Kaiowa pela Comissão e pelo SPI parece irrelevante, pois na medida em que não se investiu na sua regularização, a alienação da posse kaiowa foi uma questão de tempo. No entanto, estes índios se mostram

¹²⁸ Outro nome para Hilário Aquino.

¹²⁹ Entre seus vários significados, a expressão *xiru* (ou *xe ru*: *xe* = meu; *ru* = pai) identifica um *hexakara*, quando agregado ao nome de uma pessoa. Ainda retomo este conceito.

¹³⁰ Refere-se ao filho de Xiru Aquino que, por sua vez é ascendente do João Aquino, cuja fala foi transcrita acima.

¹³¹ Em diferentes relatos constam longas listas de pessoas que teriam "ajudado Rondon".

¹³² Tem 76 anos, nasceu onde hoje é a vila São Pedro e reside em Panambizinho.

¹³³ Tem 73 anos, nasceu onde hoje é a vila Formosa e reside em Panambi.

¹³⁴ Nasceu ao norte de onde hoje é a Reserva de Dourados e reside na Reserva de Dourados.

¹³⁵ De acordo com o cacique Júlio, o rio Santa Maria limita Ka'aguirusu e Cerrogui, outro território Kaiowa. Júlio é originário de Cerrogui, ele nasceu em Ita Vera'i, durante muitos anos habitou fazendas ou às margens da rodovia MS 267 (no trecho Maracaju – Guia Lopes da Laguna), recentemente Julio passou a habitar na TI Sukury'i (v. também Pereira 2006: 72).

¹³⁶ Tem 62 anos, nasceu onde é hoje a vila São Pedro e reside em Panambizinho.

Re

condescendentes com Rondon, não atribuindo as suas perdas territoriais a uma simples quebra de palavra, pois, segundo Aurora Catarina¹³⁷:

"A primeira pessoa do governo que veio aqui, para ajudar os Kaiowa foi general Rondon. Foi ele que deu essa terra para nós. Rondon mandou os Kaiowa fazer aquela picada, aquela estrada que passa na vila São Pedro.

Eles foram fazendo a picada do [rio] Brilhante até o [rio] Dourados. Depois que vieram os Guarani e os Terena para ajudar. Estão os Kaiowa ficaram nessa terra, os Guarani e os Terena ficaram lá em [na Reserva de] Dourados¹³⁸ ...

General Rondon faleceu, então veio outro governo. Por isso que o líder da Colônia já fez esse movimento para entrar aqui! Porque já tinha feito a picada, então deixou o caminho aberto para os outros entrarem..."

E, de acordo com João Aquino:

"Aroeira, Bocajá, Laranja Doce [entre outros], esses nomes colocaram no tempo do general Rondon, quando ele acampou aqui na barra [do córrego Hum]. General Rondon quem deu os nomes! Gravaram tudo, depois registraram no cartório lá em Campo Grande.

Mas o cartório queimou. Queimou a casa todinha, toda a papelada queimou! Mas a gente sabe que tinha documento, porque foi o Kaiowa que mediu...

Valdomiro¹³⁹ foi várias vezes lá [na sede da Funai em Campo Grande]. Mas eles disseram que queimou, não tem mais os documentos porque queimaram tudo! Acho que foi por isso que Rondon não demarcou a terra para nós!"

Para Valdomiro Aquino:

"Parece que general Rondon deu parte dessa terra aqui, para não deixarem invadir. Mas falaram para nós que os documentos foram queimados... O delegado da FUNAI disse que não tinha mais documento, porque foi tudo queimado... Parece que o escritório deles pegou fogo!"

É sabido que o prédio que abrigava o SPI passou por um incêndio nos anos 1970, portanto os funcionários da Funai poderiam estar se referindo a este fato. Aliás, dado que deixaria Rondon em uma posição confortável, não fosse as histórias kaiowa e

¹³⁷ Tem 90 anos, nasceu próximo à margem do córrego Yakãju (Dourados) residiu em Panambi até o início da década de 1980, hoje vive em Panambizinho.

¹³⁸ De acordo com João Machado, Rondon trouxe um grupo de homens jovens terena para trabalhar na abertura de picadas visando à implantação da linha telegráfica. Deste grupo, quatro homens foram levados para residir na Reserva de Dourados. No entanto, neste período Rondon já havia promovido a vinda de outros Terena para a Reserva, e, posteriormente, outras famílias se juntaram a estas (Meihy op. cit.: 150). João Machado tem 47 anos e é filho de Sofia e Nicolau Machado. Sofia nasceu onde hoje é Douradina e, na década de 1950, acompanhando a sua mãe, se transferiu para a Reserva de Dourados. Em 1959 ela casou com Nicolau. O pai de Nicolau é Terena e sua mãe é Kaiowa.

¹³⁹ Valdomiro Aquino, filho de João e liderança em Panambizinho desde a década de 1970. Valdomiro tem 49 anos, nasceu próximo ao córrego Laranja Doce, onde hoje é Douradina. Ele reside em Panambizinho.

20

um relatório escrito por Darcy Ribeiro, em 1949, tendo em vista justamente dar conta da situação dos Kaiowa da “aldeia Panambi”. Na época Ribeiro era etnólogo da Seção de Estudos (SE) do SPI e em seu relatório consta:

“Panambi constituiu sempre um sério problema para a IR 5... Antes de informar o presente processo, realizamos uma vistoria de todos os documentos referentes aquela Inspeção arquivados na S.E., a fim de verificar se sua demarcação e legitimação não havia sido ao menos tentada. O resultado desta investigação foi negativo: nada consta a respeito... Não havendo, pois, documentos de cessão, concessão, doação, ou reserva daquelas terras aos índios...”¹⁴⁰

Assim, parece que de fato Rondon não cumpriu a sua parte no acordo proposto aos Kaiowa, como também não cumpriu “Orientação de Pacificação”, formulada pelo SPI. Porém, isso não impediu a Comissão de Linhas Telegráficas encerrar a sua estada junto aos Kaiowa com a promoção de uma “reunião”, em meio a um “churrasco”, onde Rondon proferiu um longo discurso antes de “dar” as terras àqueles. Narrar este evento ainda evoca a emoção dos Kaiowa mais velhos, como é o caso de Dorícia Pedro¹⁴¹.

“Mariano Cândido fez um acampamento ali no córrego Hum, ali na barra. Quando terminou todo o trabalho deles, ele fez uma reunião com os Kaiowa e discursou. Ele disse: - Essa terra aqui eu dou para os Kaiowa, porque os Kaiowa me ajudaram a abrir o travessão!...”

Quando Mariano Candido andava aqui eu era criancinha. Essa é a história que a minha mãe me contou... A minha mãe contava que quando eu era pequenininha, criança de colo, ainda, eles fizeram esse travessão para ligar Douradina a [vila] Panambi, a Bocajá, e que fizeram essa reunião, ali na barra, e chamaram os Kaiowa para participar. Eles mataram 10 vacas para nos oferecer. Fizeram isso para comemorar, porque o trabalho tinha terminado.”

Ao encerrar seus trabalhos a Comissão permitiu uma maior visibilidade à atuação do SPI. Contudo, as falas Kaiowa mostram que as suas ações estavam essencialmente relacionadas à redução das terras ocupadas e, conseqüentemente, à criação de facilidades para crescente fixação de fazendeiros no entorno de Ka'aguirusu. De acordo com João Aquino:

“Foi depois que entregou aquela estrada federal que entrou a primeira pessoa do SPI aqui. E deixaram Hilário, que é o meu avô [classificatório], comandando. Meu avô comandava tudo aqui. Ele morava ali na foz do [córrego Panambizinho no] braço morto [do rio Brilhante] e comandava dali até lá para o lado de Caarapó.

Ele comandava essa região toda, porque foi o SPI que deixou para ele esse serviço. Ele tinha um cavalo, eles deram carabina para ele, também. Andava armado para poder defender os Kaiowa, para não deixar os brancos invadirem a nossa terra. Foi o general Rondon que deu para ele todo esse equipamento.”

¹⁴⁰ Relatório elaborado em 15.10.1949, p.01. Anexo ao Processo Administrativo Funai/BSB/- 1.439/71.

¹⁴¹ Tem 95 anos, nasceu próximo à barra do Córrego Hum (Dourados), reside em Panambizinho.

João

“Do outro lado da estrada [e do Laranja Doce] ficou para os fazendeiros e para cá ficou para os Kaiowa. Hilário era o capitão, então, ele foi chamando os Kaiowa para este lado. Mas muita gente que não quis vir, porque os fazendeiros diziam que a terra era grande, que índio podia ficar trabalhando na terra dele...

Do outro lado do [rio] Brilhante era mais campo, ali se criava tamanduá, guará. Por isso que deixaram para os fazendeiros...

Mas no braço morto [do Brilhante] eles nos tomaram a terra. Ali no braço morto morava Sapery Soco, Kanio era o *hexakara*¹⁴². Vicente [Puku], Haku Garcia [ou Akãdare], Vilhermo, Portoso Cavalheiro também moravam para aquele lado. O fazendeiro tirou todo mundo de lá. Sabe por quê? Trem de ferro! O trem de ferro Campo Grande – Maracaju – Itahum – Ponta Porã. Por causa dessa estrada que eles requereram aquela terra para eles¹⁴³.

Meu pai [Paulito Aquino] dizia que lá para o lado de Maracaju mataram muitos Kaiowa. Eles queriam levar as meninas para criar, para ser a mulher deles. Então, entravam na aldeia esparramando tudo! Matavam os homens, matavam as velhas e pegavam as meninas... As pessoas que trabalhavam na estrada de ferro. Eles ficavam 2, 3 anos sem mulher, então iam roubar as mulheres dos Kaiowa... Eles eram Terena. A [empresa] Continental era quem empreitava a trabalho deles. Empreitava os Terena para matar os Kaiowa. Terena já matou muito Kaiowa! Terena era mbaja [inimigo]¹⁴⁴.

“Queriam trazer os Kaiowa de Potreiro Guasu¹⁴⁵ para cá, mas eles não quiseram vir! Porque ninguém obriga! Se quisessem vir aproveitar, aquilo que o Rondon deixou para nós. O Rondon queria que eles viessem, mas eles não quiseram vir! Então deixa para lá!”

Nesta fala de João se percebe que as terras habitadas pelos Kaiowa extrapolavam Ka'aguirusu. Até a intervenção da Comissão e do SPI eles reconheciam a ocupação de Kanideju¹⁴⁶, território cujas fronteiras não aparecem claramente explicitadas e é possível que não haja uma clara delimitação para elas. Embora considerando que o recuo temporal dá uma conotação mais fragmentária aos fatos narrados, dificultando a compreensão de tais fronteiras territoriais, por outro lado Kanideju parece simplesmente

¹⁴² Ser um *hexakara* é ocupar a posição mais importante do xamanismo kaiowa. No passado, a liderança política era uma função desempenhada por um *hexakara*.

¹⁴³ Como dito acima, entre o final da década de 1930 e início da década de 1950, a ferrovia se expandiu para o sul do estado.

¹⁴⁴ Nimuendaju conta que os Guaraní que cruzavam o rio Paraná reconheciam os Guaikuru como inimigos, e acrescenta: “Estes inimigos foram chamados de *mymbá* (animal doméstico) *jára* (senhores), abreviado para *mbajá*, i.e., ‘criadores de animais’, porque se dedicavam a criação de cavalos em grande escala” (Nimuendaju op. cit.: 101).

¹⁴⁵ Potreiro Guasu, amplas terras ocupadas pelos Kaiowa na confluência dos rios Dourados, Brilhante e Ivinhema. Esta região foi largamente explorada pela Cia Matte Larangeira.

¹⁴⁶ Kanideju: Arara Amarela (Kanide = arara; ju = amarelo, iluminado, brilhante, resplandecente). Tipo de arara identificada como “mensageira” dos *ñãdejara* (ou nossos donos; nossos criadores; deuses).

28

se tratar de uma porção de terras onde os Kaiowa eram capazes de habitar e circular. Com isso, quero dizer que a percepção kaiowa de fronteira, assim como de outras populações indígenas, se constrói a partir da territorialização das relações sociais.

Desta forma, a expansão dos limites de Kanideju se equivale à capacidade de expansão daqueles que são parentes (*te'y*), ou seja, às terras habitadas por aqueles com quem se compartilha alguma relação social, política e ritual¹⁴⁷. Assim sendo, as fronteiras de Kanideju ou os limites territoriais da expansão destes grupos de parentes kaiowa parecem ter envolvido as terras da margem esquerda do Dourados até as terras da margem esquerda do Brilhante, daí se estendendo até a altura do rio Santa Maria, pois de acordo com o cacique Júlio, a partir deste ponto tem início as terras de Cerroguí. Como detalho na segunda parte deste relatório, se percebe que os espaços de circulação mencionados pelos Kaiowa originários desta região se dão no interior destes limites.

De qualquer forma, seja em Kanideju, em Ka'aguirusu ou em Cerroguí, os *te'y jusu* kaiowa se dispersavam, especialmente, pelas nascentes dos córregos e pelas margens das inúmeras lagoas ali existentes¹⁴⁸. Um *te'y jusu* consistia em uma forma de organização bastante complexa, formada por vários *tekoha*. Estes, por sua vez, eram compostos por quatro a seis *oygusu* (casa comunal), consistindo, portanto, em um grupo articulado através das relações de consangüinidade e de afinidade, aglutinado a partir da habilidade política e xamânica de um *tekoahuvixa*. A partir destes mesmos pressupostos um *tekoahuvixa* (ou *tekoahuvixa guasu*) é reconhecido como liderança de *te'y jusu*, ou seja, daqueles *tekoha* que é capaz de aglutinar em torno de si. Um *te'y jusu* apresenta um grande contingente populacional e uma forte estabilidade no tempo e no espaço, podendo permanecer por décadas em uma mesma "região"¹⁴⁹. Contudo, os *tekoha* que o compõem produzem pequenos deslocamentos, motivados por interesses econômicos ou sociais. A liderança de um *tekoha* e de um *te'y jusu* só podia ser almejada por um *hexakara*.

Ao instituir a função de *capitão*, inicialmente, o SPI não gerou significativas transformações nas formas de organização social daquelas parentelas que habitavam Ka'aguirusu. O posto administrativo do órgão indigenista estava instalado no PI Francisco Horta, servindo como uma referência para as famílias dispersas ao longo da bacia do Brilhante, como pode ser observado nos documentos transcritos acima. Por outro lado, a escolha de Hilário parece ser um consenso entre os *hexakara* que habitavam Ka'aguisusu. As narrativas mostram que ele é visto como uma liderança importante, aparentemente autônoma à estrutura do SPI, que, como já visto pouco se infiltrava na política kaiowa. Hilário se manteve na função até a sua morte, no início dos anos 1940.

¹⁴⁷ Veja também Vietta op. cit. 271-272; 281-289; 459-466.

¹⁴⁸ De acordo com os Kaiowa várias lagoas, nascentes e pequenos córregos desaparecem nas últimas décadas. Fato associado ao desenfreado desmatamento realizado pelos sitiantes e fazendeiros locais.

¹⁴⁹ Utilizo a expressão "região" na forma como é empregada pelos Kaiowa, isto é, nomeia genericamente um amplo espaço, no interior do qual há diversos locais de habitação e/ou para exploração de recursos. Embora uma parentela ou um conjunto delas, possa permanecer por um longo período em uma mesma "região", ela tende a habitar e explorar diferentes locais, no seu interior. (veja Vietta op. cit.: capítulos 3 e 4).

[Handwritten signature]

Em uma das falas de João, transcrita acima, como em outras dele, de Paulito e de Lauro aparece como atribuição do *capitão* Hilário “comandar” a região até Caarapó ou, ainda, “em direção a Amambai”. Do ponto de vista da política do SPI ou da organização social kaiowa, não consigo compreender o significado da extensão sócio-espacial desta capitania. No entanto, se pode pensar que coube a Hilário atender aqueles Kaiowa que ainda viviam fora dos Pls, entre as margens dos rios Brilhante e Dourados, e que a intenção do SPI era gradativamente concentrá-los em Ka’aguirusu. Afinal, o *capitão* Hilário “foi chamando” os Kaiowa que habitavam a margem esquerda do Brilhante, bem como, Rondon tinha a intenção de “trazer” os Kaiowa de Potreiro Guasu. Assim, se o projeto do SPI era promover em Ka’aguirusu o confinamento das famílias Kaiowa que estavam em seu entorno, pode-se entender a estratégia de definir Hilário como *capitão* de uma vasta região, pois ingressar em Ka’aguirusu significa reconhecer a sua liderança.

Para além da inserção da função de *capitão*, são raras às menções a respeito da atuação do SPI. Entre elas ainda cabe destacar a exigência quanto à erradicação dos enterramentos no interior ou próximo às habitações e prol da criação de cemitérios ou *pavê* (= aquilo que é comum; que é de todos). Até então era comum os kaiowa enterrarem os seus mortos no interior ou a poucos metros da casa onde o falecido residiu. Após o enterramento a casa era incendiada, enquanto a família construía outra, não muito longe, tendo em vista manter alguma proximidade com a roça e com o grupo ampliado de parentes. Entretanto, cabe destacar que o padrão entre estes Kaiowa não era propriamente efetuar o enterramento no interior ou próximo às habitações, mas sim no local onde ocorreu o falecimento, que em muitas circunstâncias se dava no interior da habitação. Também há um incalculável número de Kaiowa enterrados na mata, por terem sido vítimas, principalmente, de ataques de animais, entre os quais a onça é o mais mencionado.

Mas se os Kaiowa passaram a adotar o *pavê*, para cada um deles continuou valendo a regra acima, isto é, um cemitério foi constituído no lugar onde foi enterrado (e, portanto onde morreu) o primeiro habitante daquele local de habitação. Assim em Ka’aguirusu foram definidos alguns grandes cemitérios, entre eles: Oyhũ kue (Bocajá), Yãgua, Jagua’igua (ambos em Douradina), Pikĩrayry (vila Vargas, próximo ao córrego Yakãju), Aracelva (córrego Itaquiri, Itaporã), Yakãjusu (próximo à barra do córrego Hum), Xiru Karai (TI Panambizinho)¹⁵⁰. Portanto, é preciso repensar a supervalorização dada em muitos processos judiciais à presença de enterramentos nas terras em litígio. Pois além de pouco informar a respeito dos locais de habitação, tal atitude tem promovido a depredação de inúmeras sepulturas kaiowa. Pois temerosos quanto à possibilidade de questionamento dos direitos de propriedade, muitos dos novos ocupantes, se utilizando de tratores violam e arrasam os cemitérios indígenas. Procedimentos deste tipo são fartamente descritos pelos Kaiowa, mas também informados por fazendeiros e sitiantes.

¹⁵⁰ Veja mapas em anexo na Parte II. Com o confinamento nas atuais TIs, o procedimento para a constituição de um *pavê* se manteve, isto é, o cemitério se define a partir do local do primeiro enterramento, ou seja, do primeiro falecimento.

la

Na fala de João transcrita mais acima, ele informa que as terras localizadas próximas ao braço morto do Brilhante foram tomadas dos Kaiowa. Portanto, João também indica o quanto a fronteira norte de Ka'aguirusu, ou seja, as margens do rio Brilhante é penetrável, bem como os efeitos da construção da Ferrovia Noroeste na rotina e na expropriação das terras kaiowa. Assim, pode-se concluir que os projetos governamentais voltados para a promoção do "povoamento" da faixa de fronteira estavam rendendo seus frutos. Mas estes não são os únicos indicativos neste sentido, como mencionado mais acima, a exemplo dos ervateiros, os fazendeiros buscavam a mão de obra kaiowa, e através desta relação é possível mapear a sua crescente aproximação. A experiência dos Kaiowa que habitavam próximo do córrego Laranja Lima era, essencialmente, com este tipo de *patrão*, a ponto de alguns dos antigos habitantes desta região desconhecer o trabalho com os ervais.

II.6.b) "Funcionário de fazendeiro": uma nova categoria para as relações Kaiowa com a terra e com a produção econômica

Ao se converter em "patrão", os fazendeiros marcam o início das relações de proximidade entre os brancos (ou *karai*) e os Kaiowa que habitavam próximo ao rio Brilhante e seus afluentes, pois não é incomum, entre eles, ouvir observações deste tipo:

"Apareceu aquele fazendeiro, a fazenda dele ficava lá para o lado da estrada federal [BR 163], pra lá, ainda, na beira do [rio] Dourados. Aquele fazendeiro chamava Olivar, chamava Xiru Oliverio, Elizário, ele foi o primeiro branco que apareceu aqui falando português... Aí que meu pai aprendeu a falar português. Porque, chamaram o meu pai para trabalhar com ele, para derrubar o mato. Aí começou a aprender aquela linguagem. Então eu também aprendi a falar, porque eu ia junto com o meu pai!... Não, naquela época não tinha branco aqui! A gente não conhecia branco ainda!... Esse patrão [que trabalhava com erva] era opupuhũ!... Opupuhũ é paraguaio!" (João Aquino)

###

"Quando eu era criança, eu não sabia o que era branco. Ninguém aqui sabia o que era branco! Depois é que colocaram esse nome: *karai*." (Pedro Perito¹⁵¹)

Os mascates e os bolicheiros¹⁵² que trocavam bens manufaturados por peles e penas de animais silvestres também são descritos pelos Kaiowa como uma categoria de

¹⁵¹ Pedro Perito nasceu próximo de onde é hoje a TI Panambizinho e falece em 1998, com 87 anos, em Panambizinho.

¹⁵² Bolicho é uma designação para um pequeno armazém, cujo dono é identificado como bolicheiro. Como afirma Salsa Corrêa, entre os produtos silvestres exportados para outros estados e para o exterior em 1920 estavam: o couro de onça, de veado e de lontra, além do casco de tartaruga, penas de garça e

20

“patrão” Inicialmente eles são figuras eventuais. Porém, como afirma Moreira, na segunda década do século XX, o comércio começou a se organizar na região de Dourados, dispensando parte considerável das viagens comerciais para Rio Brilhante ou Ponta Porã (Moreira 1990: 21)¹⁵³.

Estes primeiros “patrões” – ervateiros, fazendeiros, ou bolicheiros –, assim como a Comissão de Linhas Telegráfica¹⁵⁴, aparecem nas falas kaiowa como exploradores cordiais e parceiros de trocas, agindo como provedores de bens que eram do interesse kaiowa. Esta percepção também parece se atrelar ao fato de que, a princípio, eles não impunham qualquer forma de cerceamento à circulação dos índios. A distinção entre “patrão” e “invasor” está diretamente atrelada à relação que os novos ocupantes propuseram aos Kaiowa, enquanto aqueles os atraíam para as suas terras oferecendo trabalho em troca de bens manufaturados, estes cerceavam a sua circulação, demarcando os limites das terras tornadas particulares.

“O primeiro que mexeu na nossa terra foi Raquixo... Ele é branco, ele veio de Dourados... Raquixo entrou do outro lado, lá na outra ponta, e mandou os Kaiowa embora. Marcou a divisa dele, pegou um pedaço de terra bem grande para ele e marcou a divisa! Chegou usando uma carabina e, ameaçou os Kaiowa. Mandou-os embora! Eles tiveram que vir mais para o lado de cá... Eles moravam no Sarominho [ou córrego São Domingos], mudaram para perto do [córrego] Sardinha... Manõ morreu de susto, porque ele ficou com medo. Morreu perto da divisa da aldeia... Guaroso, Marcelo, Guyra Puku, Luisinho foram embora. Deixaram tudo! Eles tinham casa, roça, galinha, cachorro. Deixaram tudo ali!” (Paulito Aquino)¹⁵⁵

###

“O bolicho de Teca ficava perto do [córrego] Sardinha... na direção de Santa Teresinha. Ali perto morava meu vovô, João Haku [ou João Ñakirã]. Ele morreu

outras peles silvestres (Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, ao instalar-se a sua sessão ordinária da 12ª Legislatura, em 7 de setembro de 1921, por D. Francisco Corrêa, Bispo de Prusade, Presidente do Estado. Cuiabá, 1922. Anexo, apud Salsa Corrêa 1999: 27-28.) De acordo com Corrêa (1999: 168), nos momentos de baixa dos preços do gado, leite e derivados, a alternativa do criador pantaneiro era a exportação de peles de animais silvestres. João Leite de Barros registrou que, somente pelo porto de Corumbá, anualmente, eram exportados mais de 1.000.000 de peles provenientes do pantanal, na maioria de capivaras, caiteteus, queixada. Seu destino era os curtumes norte-americanos (Artigo Chaco Brasileiro de João Leite de Barros, publicado na revista “A pecuária” de São Paulo apud Barros, Carlos Vandoni de p. 12).

¹⁵³ Os Kaiowa mencionam a troca de mercadorias nos bolichos: - do Salim, localizado em Rio Brilhante, o trajeto era feito a pé, levando cerca de quatro dias entre a saída e o retorno, sendo que para atravessar o rio Brilhante era usada uma balsa; - da Teca, localizado próximo à foz do córrego Sardinha (Itaporã); - do Xicuta (ou Emílio Rosa, ou Elia Bitã, ou, ainda, Pernambuco)-, localizado onde é hoje é a praça central de Dourados; - do Manoel, localizado próximo ao Pedro Japonês (Dourados); - da vila São Pedro (Dourados); - de Montese (Itaporã). Na vila Vargas (Dourados), ainda tinha *comprador de couro* com os quais era possível trocar couro de animais silvestre por mercadoria ou por dinheiro.

¹⁵⁴ Rondon e Major Nicolau Horta Barbosa não são designados como *patrões*, mas nas narrativas kaiowa fica implícita esta relação.

¹⁵⁵ Paulito informa que este incidente ocorre quando ele era um “meninote”, com cerca de 10, 12 anos, portanto entre o final da década de 1910 e o início da década de 1920.

20

de susto quando a Colônia entrou... Eles [os invasores] se aproximaram das casas gritando, correndo e atirando [com armas de fogo]. Nós ficamos com medo e começamos a correr... Na região do Sardinha era tekoha pyahu [novo]¹⁵⁶... Do rio Brilhante para cá não tinha fazenda, ali morava só Kaiowa!..." (Ilda Davi¹⁵⁷)

Rondon Locário de Moraes¹⁵⁸, filho de Ilda acrescenta:

"Lá no Sardinha saiu porque chegou alemão ali, mandando todo mundo embora."

###

"A minha mãe conta que a mãe dela [Kerenita da Silva] morreu de susto quando os colonos chegaram... A minha mãe nasceu do outro lado do [ou na margem esquerda do rio] Brilhante. Ela conta que a mãe dela morreu de susto... Ela morreu de susto, porque os colonos chegaram atirando. Eles estavam lá no fundo, na roça colhendo arroz. A oygusu ficava lá para frente. Eles vieram passando da direção da casa gritando e mandado embora... Eles diziam: - Pega o que vocês têm que pegar e sai daqui! Vai saindo tudo daqui! Vai saindo! Eles saíram correndo!... Os homens estavam armados Eles saíram só com a roupa e o ña'e (panela de barro)... O arroz que eles estavam colhendo ficou para traz. A mãe diz que era mais de 100 sacos! Ficou tudo para trás. Ficou semente tudo, semente de milho, de abóbora! Tudo que eles tinham ficou para traz... Eles tinham guardado semente para plantar quatro alqueire de roça. Foi tudo queimado. Eles tocaram fogo nas casa e em tudo que tinha por ali. Foi nessa correria que a minha avó morreu. Diz que ela morreu por causa do susto!" (Jonas Pedro¹⁵⁹)

###

"Havia uns poucos fazendeiros por perto e a gente se dava bem (...) eles davam alguma coisa que a gente precisava (...) foi bom enquanto eles ficaram para lá, e nós para cá (...) Tudo mudou bastante (...) os brancos começaram a vir para a terra dos índios e houve muito problema (...) Depois a terra foi encolhendo... Depois que se acertou a linha da Reserva [de Dourados], melhorou um pouco, mas mesmo assim o branco não deixa os índios em paz na sua terra" (Ireno Isnard¹⁶⁰. In. Meihy 1991: 41).

¹⁵⁶ De acordo com Getúlio Jorge, neto de João Ñakirã, este local é denominado Akavari ou Sinuca. Getúlio tem 61 anos, nasceu em Douradina e reside na TI Panambi.

¹⁵⁷ Ilda refere-se a "Colônia", mas pelo período em que se deu o incidente deve se tratar de ocupantes independentes. Nesta ocasião Ilda tinha cerca de 10, hoje ela tem 81 anos, portanto este incidente ocorreu no final da década de 1920, muito antes de ter início os trabalhos de implementação da CMD. Ilda já residiu na TI Takuara, na Reserva de Dourados e hoje habita a TI Panambi.

¹⁵⁸ Rondon nasceu na Reserva de Dourados e reside em Panambi.

¹⁵⁹ Jonas tem 42 anos. Jonas nasceu na Reserva de Dourados e habita a TI Panambi.

¹⁶⁰ Ireno Isnard faleceu na primeira metade da década de 1990, com mais de 90 anos. Ele nasceu e viveu até a fase adulta em Ka'aguirusu, mas, acompanhando um grupo de parentes busca novos "patrões" na margem direita do rio Dourados. Durante algum tempo ele viveu em Lima Campo, porém retornou para Ka'aguirusu como colaborador do SPI nos trabalhos de medição do PI Francisco Horta. Ireno é nomeado como primeiro capitão de Mbororo (uma subdivisão Reserva de Dourados).

ho

Expropriações violentas parecem ter sido o legado deixado pela Comissão e pelo SPI. Manõ, João Haku e Kerenita talvez não tenham sido os únicos a “morrer de susto” em decorrência das truculentas invasões promovidas pelos novos ocupantes. A única menção que os Kaiowa fazem a respeito da guarnição das fronteiras de Ka'aguirusu é o fato de o capitão Hilário Aquino ter recebido uma arma e um cavalo para zelar por elas, como consta nas falas de Paulito e João transcritas acima. Entretanto, após definir uma série de facilidades para a ocupação das terras kaiowa, munir um índio com um cavalo e uma arma e conferir-lhe a função de zelar pela integridade de terras não regularizadas é no mínimo uma irresponsabilidade administrativa. Como era de se esperar, desde então, as fronteiras de Ka'aguirusu não pararam de ser restringidas.

A expansão da Ferrovia Noroeste do Brasil – ramal Campo Grande – Itahum – concluída no início dos anos 1930, promove a rápida expansão da ocupação urbana e rural de Maracaju, Rio Brilhante e Dourados. Assim, muitos outros fazendeiros, a exemplo de Raquixo, puderam marcar as suas divisas e expulsar os Kaiowa. Áurea e Reseno, em uma conversa comigo afirma:

*Áurea Oliveira*¹⁶¹: Florinda [Locário] morava no [ou próximo ao rio] Santa Maria. Diz que primeiro ela morou lá no Santa Maria... Eu ouvi falar história do Santa Maria!... Me falaram que era pra lá do [rio] Carumbé. Mas só o nome dele eu ouvi o Santa Maria eu não vi não!... Finado meu marido que me contava essa história. Diz que no Santa Maria tinha muito peixe! Falou! É Santa Maria é pra lá do Carumbé! Prá lá diz que era aldeia mesmo! Tinha muito Kaiowa que morava lá! Santa Maria e mais pra lá no Carumbé... Lá no Carumbé entra na cidade também o índio que morava lá! Acabou agora! Fechou tudo, os fazendeiros entraram, agora é só fazendeiro. Tempo, tempo era na época mesmo! Aí foi empurrando para cá!

*Reseno Jorge Concianza*¹⁶²: Alguns [Kaiowa] estão na aldeia, mas algum também está [morando] em fazenda!...

Mas permanecer em terras transformadas em fazenda tem o seu custo, pois é necessário dar conta de uma série de trabalhos, em troca de bens manufaturados ou de algum pagamento em dinheiro. Barbosa da Silva registra o depoimento de Nelson Cabreira, nascido em Karûbe (Itaporã) em 1952, onde vivia, com a parentela de seu avô. Nelson e seus familiares foram expulsos de Karûbe em 1975, depois da venda de parte da fazenda onde viviam. Hoje ele e sua família vivem na Reserva de Dourados:

“Ele [fazendeiro] tinha carreta de boi. Foi pra um lugar onde só tinha matão. Aí depois foi visitar os índios: ‘Eu quero viver aqui com vocês, compro mandioca, frango, arroz de vocês. Eu vou precisar de vocês; quero que me roça um pedaço aqui’. Aí já pagou, aí o karai já gostou. Aí já foi indo. Eu lembro que meu vô¹⁶³, trazia cobertor, corte de tecido, aí pedia pra o velho e a velha [patrões] trazer

¹⁶¹ Áurea tem 70 anos, nasceu onde hoje é Douradina, local em que morou até a instalação da CAND. Áurea reside em Panambi.

¹⁶² Reseno não tem mais que 20 anos. Ele e sua esposa Fátima foram os meus anfitriões. Reseno me acompanhou em parte significativa das visitas realizadas em Panambi.

¹⁶³ Refere-se a Juvêncio Cabreira que nasceu e faleceu em Karûbe (Itaporã).

Ker

essas coisas; e também enxada, foice. Trabalhava, aí já pagava [os bens que o branco trazia, em troca do trabalho do índio]. " (Barbosa da Silva 2007: 137).

Em um de seus Relatórios, o auxiliar de Inspetoria Genésio Pimentel Barbosa descreveu as relações de algumas famílias Kaiowa com os novos "patrões", agora proprietários das suas terras de ocupação tradicional:

... A tribu dos índios Caiuás

Somente dois índios caiuás encontrei no Laranjalzinho, no lugar denominado Porto Baguy, Na Margem do Ivinhema, a cerca de cinco kilometros da foz do Laranjalzinho, em casa de Domingos, um dos pretendidos guaranys apontados por D. Ramon e que sua presença declarou não se considerar indio, pois nasceu na Vacaria¹⁶⁴, alli se creou, foi vaqueiro, etc.

Esses dois índios estão juntos com João Costa, na photographia que figura na página que trata dos Guaranys.

Um deles, o nome de Agostinho, no momento em que eu visitava áquella habitação, cortou-se gravemente com um machado, rompendo um grande vaso, e com muita difficuldade consegui fazer cessar a hemorragia.

Esses índios vivem, ora em Laranjalzinho, ora fazenda próximas, trabalhando em custeio de gado. Tambem desejam ter terras e pergutaram-me com muito interesse sobre o terreno que esperam conseguir do Governo.

Informaram-me que vivem em fazendas diversos, vários caiuás, homens e mulheres, empregados como jornaleiros que, como elles, esperam a legalisação de terras para trabalharem.

Nessa casa encontrei, igualmente, um indio boliviano de nome João de Jesus, já em adiantado estado de impaludismo e verminose, vindo a fallecer quatro dias depois. Esse veio da Bolívia em companhia de Ramon, e com elle viveu longos annos. Depois passei a visitar os índios caiuás, que me informaram acharem-se em companhia do sehor Octaviano Pinto, ex-fornecedor de gado da povoação indigena do Laranjalzinho.

Em companhia desse Snr. Encontrei seis índios, sendo um homem, duas mulheres e trez crianças, ou um casal com trez filhos e uma mulher solteira. O casal reside proximo da casa do fazendeiro e a mulher, de nome Eugenia que nasceu em Dourados, está residindo em companhia da familia do mesmo nome desde 1920.

Na parte deste relatório "contas a pagar", falarei mais demoradamente sobre a pessoa de Octaviano Pinto.

Da fazenda "Paraizo", de propriedade do Sr. Octaviano Pinto, segui para a "Bahia Grande", a fim de visitar os índios caiuás, que vivem em companhia do habilitado da Empresa Matte, de nome Joaquim Nogueira, ou como geralmente é conhecido, coronel Quinca Nogueira. Foi nessa Bahia que aportou em 1922 o então tenente, hoje Capitão Vicente de Paulo Vasconcelos, vindo do braço ou bocca da

¹⁶⁴ Refere-se ao distrito de Paz de Vacaria.

20

Samambaya, para proceder a exploração e fazer escolha do lugar onde devis ser fundado o posto Indígena do Ivinhema.

A fazenda ou povoação, pois conta já mais de quarenta casos, em que reside o Snr. Joaquim Nogueira, fica a 12 kilometros da Bahia Grande alli encontrei uma turma de caiuá, que, segundo declaração do Snr. Coronel J. Nogueira, já mora em sua companhia a muitos annos, desde o Paraná, de cujo Estado trouxe para Mato Grosso, e, 1919, esses dedicados servidores. Dentre os índios que tem sua companhia, alguns vivem com elle desde criança, ou foram por si creados.

São aquelles os seus melhores auxiliares nas grandes lavouras que mantem por necessidade de serviço, dado ao numero e lavrado de empregados que mantem para os serviços do herval e a falta de um centro próximo onde possa se abastecer. Nas roças só emprega os indios e pela escripturação de fornecimentos feitos, de viveres para alimentação de varios departamentos da Empresa, só em milho, vi lançada a soma total de 36:000, que lhe deve aquella Empresa. O Snr. Joaquim Nogueira parece não ser um máo homem e os indios servem-lhe de boa vontade.

Mostrou interesse em que lhes fosse dada a área de terra para garantia de seus esforços e diz estar a disposição da Inspetoria para auxiliar em tudo em que for possível, qualquer iniciativa em favor dos indios, de quem se diz amigo dedicadissimo, estimando como filhos seus a muitos delles, aos quaes é reconhecido e grato.

Percorri as casas onde vivem esses indios e notei muito capricho, muito asseio, nessas habitações. Tem deposito de fornecimento com perfeita escripturação, feita por guarda-livro, onde se suprem de roupas e viveres, tudo feito em lançamentos regulares e claros.

Infelizmente não pode ver varios indios, que a serviço, tinham sabido, os que encontrei estavam vestidos, bem dispostos parecendo satisfeitos com a vida que levam. Notei que os indios tem grande quantidade de milho, recebido numa certa proporção sobre a colheita a que trazem em deposito esse milho, sem distinção de propriedade, como se a um so pertencesse. Visitei o paiol que construíram, perto de Samambaya, onde é cerca de 10 carros de milho em deposito, pertencentes aos indios.

Tem o Sr. Joaquim, uma pequena Ambulância, da qual fornece medicamentos aos indios, sempre que elles necessitavam. Informaram-me alguns dos indios que ha uma outra tribu de caiuás distante daquelle local 23 leguas, no rio Amambahy, delles muito conhecida, e cujos membros pouco ou nada faltam de portuguez. Elles, disseram-me, poderão, também, vir nas terras que o governo pretende reservar aos caiuás, tão logo esteja legalizada essa reserva. A impressão que me deixou a visita que fiz aos indios que alli se achavam, tinha sido dos indios que com elle esteve em Laranjalzinho, que depois para alli se refugiaram, por perseguições feitas pelos filhos do Snr. Domingos B. Martins. Lá, porém, perguntado ao Snr. Nogueira, em sua presença, sobre o numero de indios que elle tinham trazidos do Paraná e o numero dos que foram a sua procura, sahidos dos Laranjalzinho, respondeu-me que os indios que com elle estavam não conhecia o Laranjalzinho pois todos tinham vindo do Paraná. Ramon ouviu essa affirmativa e se conservou silencioso. Além das gentilezas com que fui distinguida pelo Snr. Nogueira, tomou elle muito interesse para que eu pudesse prosseguir minha exploração e para isso me ofereceu canoas e pessoal para fiscalisacão de minha

br

excursão, no Samabaya, Tres Barras. Também me ofereceu animais por exploração e guias conhecedoras, em grande parte, da região...¹⁶⁵

Analisando situações deste tipo, João Aquino faz uma reflexão interessante a respeito do trabalho kaiowa em fazendas e define a categoria "funcionário de fazendeiro".

Ali no Guanandi¹⁶⁶... hoje é uma fazenda encostada no [rio] Dourados, tinha Kaiowa. Ali na barra também. Tem outra [fazenda] ali para o lado, para lá um pouco, de Fátima do Sul. Ali pro lado de Iguaçu, é tudo parente de índio, era tudo Kaiowa que morava ali...

Era assim óh! Por exemplo, a Sra. ficou dona daquela terra, então eu fico trabalhando com a Sra. Eu trabalho mais ou menos um ano, seis meses, não sei! Dependendo do trabalho, depois eu mudo dali, para poder trabalhar para outro fazendeiro, depois vou para outro, para outro!

Só que quando fica na fazenda você perde o seu direito. Só tem o direito de vestir roupa, calça, calçado, só! Não tem mais outro direito, porque a terra não é mais sua. Então, isso aconteceu com os Kaiowa que moravam do outro lado da estrada federal [BR 163]. Do lado de lá, era cheio de Kaiowa. Nós sempre os encontramos quando vamos para Dourados. Ainda tem parente nosso morando ali.

Depois que Rondon repartiu, que ele fez esta estrada para o telégrafo, teve Kaiowa que ficou para lá... É ficou trabalhando em fazenda. Ele mora só em fazenda. Mais é desse jeito que eu estou falando! Ele trabalha um ano, às vezes o fazendeiro o deixa ficar trabalhando por um ano, então diz: - Olha! Agora não tem mais serviço para você! Você tem que ir embora! Então, é por isso que pode mandar qualquer pesquisador ali, que ele vai dizer que não existe invasão de terra, porque o índio virou funcionário do fazendeiro. O fazendeiro que é o dono agora!

Por exemplo, aqui em Itaporã, já é o branco que manda na nossa terra. Ali, para lá de Itaporã tem o córrego, que chama Piraju'i¹⁶⁷. Ali era nossa aldeia... E hoje o que é ali? Colônia, Colônia de Itaporã. Essa Colônia também veio acabando com a terra dos índios! Ali, chegando no Sardinha, no Panambi, Laranja Doce. Hoje você pode perguntar para qualquer líder ali, que ele vai responder que não conheceu índio, que nunca viu índio ali. Só que eles até mataram Kaiowa ali!

Horácio [Aquino], esse é antigo, é de antes da Colônia chegar. Ele que morava ali no Sardinha. Então, é por isso que eu falo, o Kaiowa é o mais antigo! Ali naquelas matas você só via caçador. Nessa mata toda do [rio] Brilhante pra cá, tudo matão! E hoje, me responde o que a gente vê! Só vê gado, só vê roça!

¹⁶⁵ Relatório do auxiliar de Inspectoria Genésio Pimentel Barbosa s/data Museu do Índio. Microfilme 040. Fotograma 1555/1556/1557/1558/1560/1561.

¹⁶⁶ Próximo ao córrego de mesmo nome.

¹⁶⁷ Piraju'i e Sarominho são designações para o rio São Domingos.

20

Mas além da invasão espontânea dos fazendeiros, as terras Kaiowa ainda foram alvo da política de “marcha para o oeste”, implementada por Getúlio Vargas, especialmente no contexto do Estado Novo. A partir do incentivo de projetos públicos e privados de colonização, até o final de seu governo, Vargas garantiu a privatização da maior parte da região meridional do Mato Grosso do Sul. Assim, o que ainda restava de Ka'aguirusu foi integrado a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND.

II.7. A Colônia Nacional de Dourados: especulação fundiária, financeira e política em terras Kaiowa

Os projetos voltados para o “povoamento” da faixa de fronteira se mantiveram como um dos motores da estratégia política federal. Porém, inserida no ideário nacionalista trazido por Vargas, através da “marcha para o oeste”, a ocupação da faixa de fronteira internacional ou dos “sertões brasileiros” ganhou a égide de solução para os conflitos urbanos e rurais - os quais não incluíam as populações indígenas. A proposta de Vargas era criar uma nova ordem social, calcada na pequena propriedade e no cooperativismo, transformando o oeste conquistado em um suporte para as políticas urbanas. Neste período, mais de 90% da população brasileira concentrava-se na região litorânea, ocupando cerca de um terço do território nacional (Garfield 2000: 3). Portanto era preciso definir políticas para conduzir parte dessa população para o interior do país, ampliando o seu potencial produtivo, além de desmobilizar as oligarquias regionais e os grupos estrangeiros, a exemplo da Cia Matte Larangeira. Como analisado anteriormente esta e outras empresas detinham grandes propriedades e/ou concessões na faixa de fronteira e o governo federal, a partir de uma política absolutamente centralizada criou e aplicou dispositivos legais, tendo em vista controlar as terras disponibilizadas para estas empresas.

Calcado na criação de colônias para incrementar o “povoamento dos sertões” e no incentivo à industrialização, Vargas propôs uma nova noção de brasilidade, ou como prefere, o “imperialismo brasileiro”: um país capaz de realizar a conquista de si mesmo ao promover a sua integração, ligando suas ilhas econômicas através do alargamento do mercado interno (Lenharo 1986: 17-26). Em 1939 foram criadas colônias militares e de fronteira (idem: 46-49) e, em 1940 foi regulamentada a criação de núcleos coloniais a serem promovidos a partir das esferas federal, estadual e municipal, além da iniciativa privada, mas sempre sob a supervisão da Divisão e Terras e Colonização – DTC, órgão do Ministério da Agricultura¹⁶⁸.

Porém, um programa mais amplo e audacioso, totalmente subordinado ao Ministério da Agricultura, foi lançado em 1941, com a criação das Colônias Agrícolas Nacionais – CAN, através do decreto 3.059. A proposta previa um número ilimitado de colônias, pontos avançados de penetração impulsionando a “marcha para o oeste”,

¹⁶⁸ “Da organização dos núcleos coloniais”. Decreto-lei federal de 09 de fevereiro de 1940.

Re

capaz de, a partir de uma rápida expansão, promover o “desenvolvimento” das regiões “desabitadas e improdutivas”¹⁶⁹. Cada colônia era pensada de forma a gerir o seu auto-abastecimento através da produção hortifruticultora e da criação de animais, além de tornar-se um pólo de produção voltado a outros mercados. As glebas deveriam ser demarcadas no entorno de um núcleo, planejado para, em 10 a 15 anos, se tornar um centro urbano. O projeto ainda propunha a oferta de apoio técnico especializado e de cursos de formação aos novos colonos, além da implementação de indústrias de beneficiamento de gêneros alimentícios, serrarias, olarias, etc., portanto, futuras cidades indústrias lançadas no vazio (Lenharo op. cit.: 46-48).

No entanto, frente à expectativa e ao investimento realizado, Vargas não colheu o retorno político esperado, pois foram enormes as dificuldades geradas essencialmente pela ausência de vias de acesso às terras selecionadas para a instalação das colônias. Era difícil criar a infra-estrutura necessária para a realização dos trabalhos, bem como para a instalação dos colonos. Neste sentido, a exceção foi a colônia paraense, que deveu o seu sucesso aos trabalhos anteriores realizados por imigrantes japoneses. Por outro lado, na contra mão do discurso político, após a implantação dos núcleos pioneiros, as terras supervalorizadas, eram facilmente transformadas em objeto de especulação por parte de companhias colonizadoras, mas também pelo próprio estado, a exemplo da colônia goiana - caracterizada por Lenharo como um grande fracasso -, e a colônia de Dourados. Contudo, ainda foi Dourados que rendeu alguma propaganda ao governo, sendo divulgada como um exemplo de seu projeto de colonização (Lenharo op. cit.: 55-57).

A Colônia Nacional de Dourados - CAND foi criada pelo decreto 5.941, de 28 de outubro de 1943, prevendo a demarcação de uma área não inferior a 300.000 hectares e respeito aos títulos de domínio e aos direitos adquiridos por terceiros, outorgados pelo estado. O decreto é assinado um mês após a criação do Território Federal de Ponta, assim, tendo a sua instalação prevista em terras da União. Com a extinção do Território de Ponta Porã, a área reservada foi mantida pelo estado de Mato Grosso através do decreto 87, de 20 de julho de 1948, nos mesmos termos do decreto federal¹⁷⁰. Como determinado pela regulamentação do projeto, o estado reconheceu o

¹⁶⁹ Conforme o Decreto nº 3.059, os lotes - de 20 a 50 hectares - se destinavam aos cidadãos brasileiros acima de 18 anos, “reconhecidamente pobres”, não detentores de propriedades rurais ou de cargos públicos federais, estaduais ou municipais. Aos estrangeiros abria-se precedente àqueles que possuísem “um conhecimento agrícola qualificado”. Os lotes, casas e outras benfeitorias eram concedidos gratuitamente, e o novo colono também estava apto a receber: - salário ou empreita em obras e serviços da colônia, pelo menos durante o primeiro ano; - assistência médica, farmacêutica e serviços de enfermagem, até a emancipação da colônia; - empréstimo, durante o primeiro ano, de máquinas, instrumentos agrícolas e animais de trabalho; - transporte de estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede da colônia. O colono que não cultivasse ou que desvalorizasse seu lote, ou ainda, que devido a sua “má conduta” se tornasse “elemento de perturbação para a colônia”, deveria ser desempossado, sem direito a indenização (Revista de Imigração e Colonização, 3 -2-, abril de 1942: 129-133 apud Lenharo op. cit.: 52-53; veja também Bezerra 1994: 78-82). Entre 1941 e 1944, Vargas decretou a criação de sete CAN: Goiânia (GO), Bela Vista (AM), Monte Alegre (PA), Barra do Corda (MA), General Osório (PR) Dourados (MS), Oeiras (PI) (Bezerra 1994: 77).

¹⁷⁰ Contudo, a Lei 87 sofreu alterações em 16 de novembro de 1948 e em 9 de dezembro de 1949 (Gressler e Swensson op. cit.: 89-93). A Lei Estadual 187, de 16 de novembro de 1948, determina em seu art. 1º - “o artigo 3º da Lei nº 87, de 20 de julho de 1948 passa a ter a seguinte redação: A área a ser demarcada terá os seguintes limites: partindo da confluência do córrego da Picada, no rio Dourados, pela margem esquerda subindo pelo referido córrego da Picada até a sua cabeceira, deste ponto segue pelas

Bo

direito de terceiros, concedendo títulos de propriedade à população não indígena instalada no interior das terras demarcadas para a CAND¹⁷¹. Conforme Paul Thiry, topógrafo contratado pela Colônia no início dos anos 1950, na época Dourados era apenas uma pequena vila, porém, ao circular a notícia que o governo estava oferecendo terras, a região passou a ser alvo de uma grande "invasão espontânea" (Silva op. cit.: 18).

Inicialmente foram medidos e demarcados 409.000 hectares das terras para a CAND, indicando um excedente de 109.000 hectares da porção mínima determinada pelos decretos federal e estadual, as quais foram reservadas pelo decreto 1.031, de setembro de 1950 (Gressler e Swensson op. cit.: 92-93). Porém, o governo do estado, respaldando a ação dos especuladores, destinou mais de 130.000 hectares daquele montante a particulares, restando a CAND uma área inferior à definida em decreto¹⁷². Não obstante às providências e precauções tomadas por diferentes administrações do Instituto Nacional para a Imigração e Colonização - INIC¹⁷³, o governo do estado ainda titulou 20.000 hectares, no interior das terras da colônia, gerando áreas de litígio que foram desapropriadas em 1980, quando da conclusão da regularização das terras relativas à colônia de Dourados (idem).

A matéria publicada pelo jornal *O Progresso*, em 1951, com a manchete: *Grande aquisição de terras neste município...*, dá uma noção do impacto da invasão desordenada desencadeada a partir dos inícios dos trabalhos da CAND:

"Repentinamente, da noite para o dia, iniciou-se a grande procura de terras que teve seu clímax nos anos 1948 e 1949 e atingiu a tal ponto que, em pouco tempo não mais havia terras devolutas no município.

divisas das propriedades de Ciro Melo e outros até encontrar a cabeceira do córrego Laranja Lima, pelo córrego Laranja Lima abaixo até a barra com o córrego Laranja Doce; daí, pelo Laranja Doce abaixo até a sua confluência com o rio Brilhante, pelo Brilhante acima até a barra do córrego Panambi, pelo córrego Panambi acima, dividindo com terras da Colônia Municipal de Dourados, até a sua cabeceira, daí pelas divisas das terras de Aral Moreira até a confluência dos córregos Barreirinho, daí pelo Saltinho, daí pelo Saltinho acima até encontrar a linhas do patrimônio de Dourados e seguindo por esta divisa até a cabeceira do córrego Engano, pelo córrego Engano abaixo até a sua barra do rio Dourados, daí pelo Dourados abaixo até a confluência do córrego São Francisco, pela margem direita, daí segue pelo córrego São Francisco acima até o entroncamento dos córregos Bovari e Oculto e por este último acima, até a sua cabeceira e daí por uma linha seca até encontrar a cabeceira do arroio Formoso, daí, por este arroio abaixo até a sua barra com o arroio 14 de Maio, deste ponto, pelo rio Guirai abaixo até a Barra do arroio Pirajuí, acima até a sua cabeceira por uma linha seca até encontrar a cabeceira do arroio Pirabêbê [ou Piravevê], por este abaixo até a sua confluência com o rio Ivinhema acima até a sua confluência com o rio Brilhante, pelo rio Brilhante acima até a sua confluência com o rio Dourados, pelo rio Dourados acima até a barra do córrego Picada, pela margem esquerda, ponto de partida" (idem: 91 - veja mapa 13).

¹⁷¹ Informação prestada por Paul Thiry, em depoimento a Joana Silva (Silva op. cit.: 18).

¹⁷² Em julho de 1953 o decreto 1.031 foi revogado (idem). O jornal *O Estado de Mato Grosso* publicou uma carta da bancada udenista, dirigida ao deputado Gerson de Oliveira, onde figura a negociação a respeito de seu apoio a projetos do governo do estado em troca de terras, entre as quais estavam parte das terras tidas como excedente após a demarcação da CAND (Lenharo 1986: 55 apud Brand op. cit.: 86).

¹⁷³ O Instituto Nacional para a Imigração e Colonização - INIC foi criado em 1954. Entre outros órgãos, o INIC incorpora a Divisão de Terras e Colonização - DTC e conseqüentemente a CAND, que passou a ser designada Núcleo Colonial de Dourados. (Incrá - Coordenadoria Regional de Mato Grosso do Sul - CR 16. Relatório e Exposição sobre Atividades Fundiárias. Dourados, 1984 apud Gressler e Swensson op. cit.: 82).

helenaria

As matas foram tomadas de assalto pelos engenheiros encarregados da medição e demarcação de lotes, e num instante, como por encanto povoaram-se os mais longínquos rincões. Levas e levar de colonos chegavam quase diariamente de todos os Estados, colocando-se nas Colônias Agrícolas, ou comprando terras para a agricultura.

Vieram depois os grandes capitalistas, dentre os quais se destaca a figura de Geremia Lunardelli que adquiriu 100.000 hectares de matas dispondo-se a imediatamente aplicar nessas terras vultuoso capital no plantio de café, como de fato já vem fazendo. Outros menores adquiriram matas e entraram rasgando estradas para explorá-las.

Os preços das terras subiam, como ainda sobem num ritmo acelerado.

Registraram-se vendas de 50, 100, 150, 200 cruzeiros por hectare e hoje tem se registrado até de 400 cruzeiros por hectare. Surgem Companhias corretoras, administradas por gente prática e experimentada e os negócios, hoje realizam-se diariamente, registrando-se de período a período novas valorizações.

Na cidade, também o progresso não ficou atrás.

Novas casas apareceram. Construções de alvenaria e de madeira surgiram em todos os quadrantes. Entretanto a construção de casas não comporta a entrada de novas e cada vez mais pessoas que para aqui se mudaram. Os preços dos aluguéis sobem e não se encontra casa vazia, nem com promessa.”¹⁷⁴

O então Núcleo Colonial de Dourados estava organizado em duas zonas: uma com 68.000 hectares, divididos em 72 quadras rurais (2.332 lotes); a outra, com 199.000 hectares, divididos em 66 quadras rurais (6.500 lotes)¹⁷⁵. A primeira zona, localizada entre os rios Dourados e Brilhante, começou a ser loteada em 1948. A segunda zona é delimitada em meados da década de 1950, na margem direita do rio Dourados (v mapa 11). Estas zonas hoje correspondem aos municípios de Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Jateí, Glória de Dourados e Deodápolis (Gressler e Swenson op. cit.: 33). Em carta ao então prefeito de Dourados, Jorge Coutinho Aguirre, primeiro administrador da CAND, nomeado em novembro de 1943 e afastado em 1950, narrou os primeiros anos de trabalho.

“...De imediato, nos propusemos a fazer o primeiro trecho da estrada que fazia a ligação Dourados - Rio Brilhante, na distância de 60 km... A medida que íamos desmatando a floresta virgem para a passagem da estrada¹⁷⁶, fomos loteando as terras em face da grande quantidade de colonos que nos procuravam, cientes de que seriam protegidos pelo Governo Federal.

¹⁷⁴ Jornal *O Progresso*. Dourados, 21.04.1951, p.5 apud Moreira 1990: 87. Ao analisar as matérias publicadas na imprensa a respeito dos loteamentos para fins de colonização em Dourados e na cabeceira do rio São Lourenço (este promovido pelo governo do estado) Lenharo afirma que os especuladores compram terras por Cr\$ 5,00, Cr\$ 10,00 revendendo-as por Cr\$ 100,00 Cr\$ 150,00. Em Dourados o valor de revenda chega a atingir Cr\$ 300,00 (Lenharo 1986: 53 apud Bezerra op. cit.: 85).

¹⁷⁵ Incra. CR 16. Relatório e Exposição sobre Atividades Fundiárias... apud Gressler e Swensson idem.

¹⁷⁶ De acordo com os Kaiowa, a estrada que faz a ligação Dourados - Rio Brilhante, ou seja, a BR 163, segue o mesmo traçado da estrada construída pela Comissão de Linhas Telegráficas.

[Assinatura]

Os trabalhos de construção da estrada principal, bem como de seus caminhos vicinais, vinculados ao loteamento para distribuição de terras com áreas de 30 hectares para cada família, foram extremamente difíceis e penosos para a Administração da Colônia que não possuía, à época, maquinaria própria...

Apesar de todos esses problemas, aos quais ainda se somam as dificuldades de acesso a Dourados anteriores a construção da estrada, a presença indígena, e inumeráveis outros, conseguimos construir a estrada - tronco Dourados - Rio Brilhante, incluindo uma ponte sobre o Rio Brilhante e, mais 200 km de estradas vicinais.

De 1943 a 1950 distribuímos 1.000 lotes de 30 hectares, construindo, em 200 deles, casas de madeira para os colonos..."¹⁷⁷

Impulsionado pelo baixo preço da terra e pela elevação do preço do boi, mas a revelia do decreto de criação das CANs, até a década de 1950 muitos desses lotes foram transformados em fazendas (Foweracker 1982: 81 apud Bezerra op. cit.: 84)¹⁷⁸. A estrada ligando Dourados - Rio Brilhante, concluída no início dos anos 1950, deu mais impulso à produção local, que, neste período, chegou a apresentar um crescimento de 254% na safra de arroz, de 163% na safra de feijão e 461% na safra de café. Na década de 1950, a população de Dourados cresceu 611% (Foweracker idem)¹⁷⁹. De acordo com o censo de 1940, o município de Dourados¹⁸⁰ apresenta uma população de 14.674 habitantes, dos quais 852 estão fixados na zona urbana (Glessler e Swensson op. cit.: 94-95). Considerando, como mencionada acima, que em 1907 a população de Dourados era cerca de 50 pessoas, em três décadas este contingente se multiplicou trezentas vezes.

Porém, toda esta expansão colonizadora se consolida em terras Kaiowa, a intensa onda de ocupação entre os rios Dourados e Brilhante, ou seja, a "primeira zona" loteada pela CAND se deu em Ka'aguirusu. As análises bibliográficas analisando a relação entre os Kaiowa, o SPI e a CAND são escassas, mas um conjunto de documentos permite observar a facilidade com que a CAND se sobrepôs aos dispositivos legais que garantiam aos Kaiowa o direito às suas terras de ocupação

¹⁷⁷ Carta de Jorge Coutinho Aguirre (s/d), enviada para José Elias Moreira, prefeito de Dourados apud Gressler e Swensson op. cit.: 85-87.

¹⁷⁸ O decreto de criação das CANs, em seu artigo 18 determina que antes da expedição do título definitivo da propriedade, o lote, a casa e as benfeitorias não podem ser: vendidos, hipotecados, transferidos, alugados, permutados, ou alienados; ficando vedado aos escrivões passar escrituras e procurações de qualquer natureza (Decreto 3.059, de 14 de fevereiro de 1941 apud Bezerra op. cit.: 77). e acordo com os colonos que se instalaram na vila Panambi (distrito de Dourados) os títulos definitivos começam a ser expedidos em 1953.

¹⁷⁹ O exemplo da CAND atraiu inúmeras companhias de colonização privada, inspiradas nas experiências de colonização paulista e paranaense, onde foram compradas extensas áreas de florestas e subdivididas em lotes de cerca de 30 hectares cada. Nos anos 50, estas companhias investiram em projetos de colonização dando origem aos atuais municípios de Bataiporã, Anaurilândia, Bataguáçu, Nova Andradina, Ivinhema e Naviraí. A estes também se somaram outros projetos de colonização encabeçados pelos governos do estado e dos municípios (Glessler e Swensson idem: 33).

¹⁸⁰ Neste período Dourados ainda englobava os atuais municípios de Itaporã, Caarapó, Naviraí, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Jateí, Ivinhema, Deodápolis, Angélica e Douradina.

bw

tradicional¹⁸¹. Inicialmente, a alternativa vislumbrada e diversas vezes imposta foi a transferência dos Kaiowa de Ka'aguirusu para o Posto Indígena (PI) Francisco Horta.

No mesmo ano de criação da CAND, o Ministério da Agricultura, que abrigava a CAN e o SPI solicitou uma inspeção junto às dependências do PI Francisco Horta. No relatório consta:

“Interessou-me especialmente a inspeção desse Posto, visto achar-se o mesmo localizado na zona da Colônia Agrícola de Mato Grosso.

Declaro-me inteiramente solidário com o diretor da Divisão de Terras e Colonização, o qual optou pela localização da Colônia no Município de Dourados. As terras da região de Dourados são incontestavelmente mais férteis e bem situadas, principalmente tomando-se em conta que se acha em construção um ramal da E.F. Noroeste, rumo àquela importante zona do Estado.”¹⁸²

Os Kaiowa de Ka'aguirusu observavam atentamente a movimentação no entorno de suas terras, onde as obras de infra-estrutura foram deixadas para a fase final dos trabalhos. Ação estratégica, pois visava cercear a possibilidade de deslocamentos futuros em direção às terras loteadas, por parte dos Kaiowa. Da mesma forma, ao adiar os conflitos territoriais, a CAND garantia a utilização da mão de obra indígena para a derrubada das matas e a construção das estradas vicinais. Por outro lado, pautados na concessão da posse de Ka'aguirusu, os Kaiowa não se sentiam ameaçados, pelo menos até o primeiro desacordo, quando procuraram o apoio do PI Francisco Horta, através do agente Acácio Arruda e da IR 5, através de Nicolau Bueno Horta Barbosa. Estes contatos desencadearam uma série de correspondências tratando da inserção da CAND em terras kaiowa, como mostro a seguir.

Em telegrama enviado através do PI Francisco Horta a IR 5, “Pedro Henrique¹⁸³ [capitão de Ka'aguirusu] solicita providências do SPI”. O telegrama informava a “entrada nas matas do Panambi” de uma “turma de paraguaios”, a serviço de Armando Campos Belo, para explorar os laranjais nativos, bem como a invasão de “uma turma da Colônia Federal”, que “está em desavença com os índios”¹⁸⁴. A exploração dos

¹⁸¹ Alguns documentos aqui apresentados me foram disponibilizados pelo historiador Antonio Brand, por ocasião da elaboração de relatório da perícia relativa a TI Panambizinho (Vieta 1998). Em sua compilação o pesquisador informou apenas a instituição na qual obteve a fotocópia do documento original, portanto é esta a referência que apresento. Entretanto, muitos destes documentos encontram-se anexados aos Processos Administrativos Funai 1.439/71 e 1.148/82, levando a crer que eles originalmente integravam os Processos Administrativos SPI 3.433/49 e 2.995/51. Tais processos, relativos à demarcação das “Terras do Panambi”, são fartamente mencionados em ofícios e outros documentos expedidos pelo SPI e pela Funai na época, porém eles não se encontram no setor de documentação da Funai. De acordo com a pessoa responsável pelo setor, possivelmente eles tenham sido perdidos durante o incêndio ocorrido na década de 1970.

¹⁸² Relatório de Inspeção nas Dependências do SPI no estado do Mato Grosso, realizado no ano de 1943 por Mário de Oliveira, e enviado ao Ministério da Agricultura 1943: 12 (Museu do Índio – FUNAI, RJ).

¹⁸³ Nasceu na parte mais meridional do Mato Grosso do Sul. Durante a guerra entre Brasil e Paraguai a sua família busca terras mais seguras ao norte. Pedro Henrique faleceu em 1981 em Panambi, com 86 anos.

¹⁸⁴ Telegrama de Acácio Arruda, agente do PI Francisco Horta enviado em 26.7.1946 ao Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa, chefe da IR 5, Campo Grande. (MI / CDMI / F.17/p.247 apud Bezerra o. cita: 105-

bo

laranjais é realizada pela companhia Petit-Grain¹⁸⁵ e, como pode ser observado nos documentos analisados a seguir, contando com o suporte da CAND. No entanto, parece que a solicitação de Pedro Henrique não atingiu o êxito esperado, pois passados quatro meses foi enviado outro ofício, reiterando as solicitações anteriores, pedindo orientação frente à invasão das terras kaiowa, e encaminhando o pedido do capitão para ir à sede da IR 5, em Campo Grande, a fim de conversar com Horta Barbosa¹⁸⁶. Pedro Henrique ainda buscou providências junto aos escalões superiores, pois no mesmo conjunto de documentos figura a seguinte carta:

“Aqui venho pedir-vos ao Sr General para mandar dividir as terras que toca para os índios Caiuas, porque os outros estão só fazendo intrigas para ver se tomam as nossas terras, e nós somos bastante índios precisamos de um pedaço de terra para minha Aldeia, para podermos trabalhar mais socêgados, minha Aldeia contém 869 índios entre homens e mulheres e crianças então vou pedi-lho o auxílio do Sr General e esperarmos as suas providências, desde já todos os Índios Caiuás ficam muitos agradecidos pelas suas caridade com eles, e pedimos a deus a recompensa sua. E muito agradeço ao exmo General.

[Pedro] Henrique Missael
Capitão dos Índios Caiuás”¹⁸⁷

Embora o general, para quem Pedro Henrique pediu para “dividir”, ou demarcar as terras kaiowa, não esteja identificado, considerando o papel de Rondon na história territorial destes índios é plausível supor que ele seja o seu destinatário¹⁸⁸. Tanto a carta, supostamente enviada a Rondon, como a intenção de conversar com Horta Barbosa parecem ter como motor o acordo envolvendo a delimitação de Ka'aguirusu, realizado décadas antes.

Em resposta a Arruda, Horta Barbosa informou que o Regimento do SPI, estabeleceu a competência do órgão para garantir a posse das terras ocupadas pelos índios, e que em primeira instância, esta tarefa seria responsabilidade dos PIs. Desta forma, o agente deveria comunicar as autoridades a respeito dos fatos e utilizar os meios legais e policiais a seu alcance. Assim, recomendou-lhe ouvir as reclamações dos índios e verificar pessoalmente o seu fundamento. Em caso positivo, requisitar a intervenção de autoridades locais – polícia, administração municipal e da CAND -, dando garantias para que as terras kaiowa fossem respeitadas. Ainda de acordo com Horta Barbosa, os “referidos estranhos” deveriam ser procurados e convidados a se retirar das terras indígenas, em caso de desacato seriam intimados, ou mesmo detidos, “com auxílio dos índios”, e conduzidos à presença das autoridades policiais locais. Frente à eventual ineficácia destes procedimentos, a força policial deveria ser acionada, garantindo a sua detenção. Horta Barbosa concluiu o ofício afirmando:

106. Bezerra apresenta em apêndice a “Cronologia dos eventos relativos à terra do Panambi”, que consiste em uma síntese dos documentos consultados pelo autor.

¹⁸⁵ Da flor e da folha da laranja nativa é extraído um óleo utilizado pela indústria de cosmética (veja Silva op. cit.: 15).

¹⁸⁶ Ofício assinado por Acácio Arruda, agente do PI Francisco Horta, 20.11.1946, enviado ao Cel. Nicolau Horta Barbosa, chefe da IR 5 (arquivo: Justiça Federal, Campo Grande).

¹⁸⁷ Arquivo: Justiça Federal de Campo Grande. A grafia deste texto coincide com a dos ofícios escritos por Acácio Arruda, indicando que esta carta foi redigida por ele.

¹⁸⁸ Bezerra também levanta esta possibilidade (op. cit.: 105)

RO

"Releva notar que o direito dos índios às terras de que têm a posse se acha garantido pela Constituição¹⁸⁹.

Que eu conheça, e tenha assistido a posse do Panambi data de 24 anos passados; porém o cemitério indígena e as tradições autorizam acreditar-se que seja secular. E desse direito natural e secular como primitivos donos da terra não há fundamento moral nem jurídico para serem expoliados."¹⁹⁰

No entanto, como pode ser lido em novo ofício de Arruda, o clima de conflito entre os "paraguaios" extratores de laranja nativa e os Kaiowa se acirrou mesmo antes que qualquer providência. Na manhã de 29 de dezembro, Pedro Henrique, Paulo Ortiz [ou Paulo Guasu, ou Paru Guasu], Alcides Misael, - respectivamente irmão e filho de Pedro Henrique -, além de Raimundo Serrano, "vindos das matas do Panamby", se apresentaram ao agente do PI, relatando o fato de um "paraguaio" de nome Roberto Nunes, residente na CMD, ter procurado Raimundo Serrano a fim de cobrar-lhe uma dívida e ameaçá-lo de morte em caso de não pagamento. Raimundo se negou a saldar a dívida, alegando que parte dela foi paga com a prestação de trabalhos.

Pedro Henrique interveio levando-os a um acordo, no qual ficou definido que Raimundo iria à casa de Roberto saldar o que ainda era devido. Quando os quatro Kaiowa chegaram à casa de Raimundo foram recebidos por sua esposa, que os convidou a entrar. Porém, Roberto chegou atirando. Pedro Henrique e Paulo investiram contra ele para tomar-lhe o revólver. Sem conseguir controlá-lo, Pedro Henrique gritou para o filho: "atire nesse paraguaio". Alcides disparou o revólver, atingindo Roberto no peito. Depois de se apresentarem a Arruda, os Kaiowa foram detidos e tiveram as suas armas apreendidas. O delegado Ruy Gomes foi chamado e os índios levados à delegacia¹⁹¹.

Passadas duas semanas, Arruda relatou as providências frente às recomendações da IR 5. Os responsáveis pelos trabalhos de extração dos laranjais nativos foram identificados como Armando Campos Belo e Vlademiro Muller, e, ao serem contados, alegaram ter autorização da CAND para efetuar a extração. Ao ser informado pelos inconvenientes causados, e afirmando querer evitar conflitos, o administrador da CAND chamou Campos Belo e Müller para a reunião proposta pelo com o agente Arruda. Nesta oportunidade, alegando prejuízos, eles se negaram a encerrar os trabalhos. O administrador da CAND conclui a reunião afirmando que as terras em questão foram doadas para colonização e em breve os índios seriam transferidos, portanto, qualquer acordo teria um caráter temporário. O ofício de Arruda é

¹⁸⁹ Além de determinar o respeito à posse indígena das terras habitadas, vetando a sua alienação, como já fazia as Cartas de 1934 e 1937, a Constituição de 1946 impedia a transferência dos índios de suas terras. (Carneiro da Cunha op. cit.: 76).

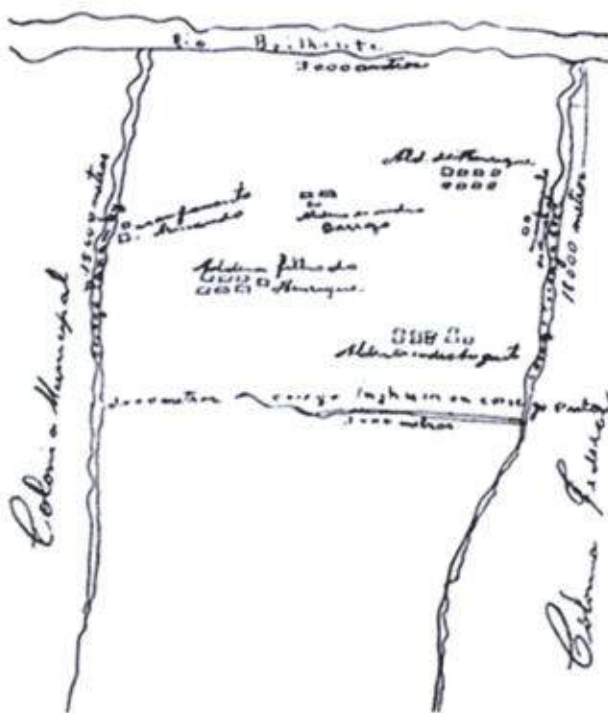
¹⁹⁰ Ofício 96, assinado por Cel. Nicolau B.H. Barbosa, chefe da IR 5, 17.12.1946, enviado ao agente do PI Francisco Horta (arquivo: Justiça Federal, Campo Grande).

¹⁹¹ Of. 28, assinado por Acácio Arruda, agente do PI Francisco Horta, 29.12.1946, enviado ao Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa, chefe da IR5 (arquivo: Justiça Federal, Campo Grande. MS).

Rv

acompanhado por um mapa identificando o local de habitação do grupo de Pedro Henrique¹⁹².

Desenho 2



Mapa confeccionado por Acácio Arruda indicando o acampamento de Armando Campos Belo e "aldeias" da parentela de Pedro Henrique. O mapa está anexado ao ofício enviado ao Cel. Nicolau Barbosa, em 14.01.1947.

Em carta de 23 de janeiro, Horta Barbosa mencionou ter sido procurado na IR 5, por duas mulheres e dois rapazes kaiowa, reclamando da prisão de Pedro Henrique, os quais orientou a entrar em contato com Arruda. No tocante à invasão das terras kaiowa, solicitou ao agente "propor a questão por escrito e receber proposta oficial, a fim desta chefia poder com segurança tomar a si a mesma e recorrer ao ministro, se for o caso"¹⁹³. Em resposta, Arruda informou que: - solicitou via ofício para Aguirre suspender o loteamento na margem esquerda do córrego Laranja Doce abaixo da barra do córrego Hum, bem como a retirada de três colonos ali instalados pela CAND; - os trabalhos de extração dos laranjais promovidos pela empresa Petit-Grain foram embargados; - o PI Francisco Horta foi atacado por um grupo armado, ligado ao "paraguaio" morto pelos Kaiowa; - Armando Campos Belo e "três paraguaios" prestaram depoimentos inverídicos ao delegado, no qual responsabilizaram os Kaiowa pela morte de Roberto Nunes; - comandados por Campos Belo, os extratores de laranja nativa se negaram a encerrar as atividades. Arruda encerra o ofício dizendo que estes

¹⁹² Ofício assinado por Acácio Arruda, agente do PI Francisco Horta, 14.01.1947, enviado ao Cel. Nicolau Barbosa. Chefe da IR 5.

¹⁹³ Carta 2, assinada por Nicolau Bueno Horta Barbosa, chefe da IR 5, 23.01.1947, enviada para Acácio Alves Arruda, agente PI Francisco Horta (arquivo PKN apud Bezerra 1994: 110)

RJ

acontecimentos tornam “a perseguição em Dourados contra os índios é quase geral, com exceção do delegado que muito tem ajudado.”¹⁹⁴

Em novo ofício Arruda informou que Campos Belo manteve os trabalhos de extração dos laranjais, e, portanto, deve contatar o delegado¹⁹⁵. Frente a este quadro, Horta Barbosa: - determinou a transferência dos quatro Kaiowa detidos para o PI Buriti¹⁹⁶; - comunicou Modesto Donatini Dias da Cruz, diretor do SPI, a respeito dos acontecimentos, responsabilizando o SPI pela ausência de “providências correlatas para a defesa das terras da aldeia Panambi”¹⁹⁷. Porém foi necessário mais de dois meses para Arruda informar o envio de ofícios a Vlademir Müller do Amaral e a Ruy Gomes¹⁹⁸. No ofício enviado a Amaral, lembrou-o que, apoiado no Regulamento do SPI e na determinação da IR 5, possui autoridade para efetuar a retirada de invasores das terras kaiowa e, baseado nessa autoridade, exigiu a sua retirada até o dia 19 do corrente¹⁹⁹. No mesmo dia enviou ofício a Ruy Gomes, delegado de polícia de Dourados, solicitando seis homens armados, igualmente referindo-se ao Regimento do SPI e a intenção da IR 5 efetuar a “retirada da turma de trabalhadores da área do Panambi”, caso eles insistam em permanecer no local depois do dia 19²⁰⁰.

A prisão de Pedro Henrique parece não ter se prolongado, pois no decorrer destes acontecimentos, acompanhado por mais de uma dezena de casais kaiowa, ele se deslocou a pé para Campo Grande a fim de conversar com Horta Barbosa. Conversa que de acordo com os Kaiowa rendeu o apoio do chefe da IR 5. No entanto, tal apoio teve um custo aos envolvidos. Para comemorar o êxito da visita a IR 5, Pedro Henrique

¹⁹⁴ Ofício 02, assinado por Acácio Arruda, agente do PI Francisco Horta, 28.01.1947, enviado ao Cel. H. Barbosa, chefe da IR 5 (arquivo: Justiça Federal. Campo Grande, MS).

¹⁹⁵ Ofício 3, assinado por Acácio Arruda, agente do PI Francisco Horta, 01.02.1947, enviado a Cel. Nicolau B. H. Barbosa, chefe da IR 5. (arquivo: PKÑ apud Bezerra 1994: 111-112).

¹⁹⁶ O PI Buriti abriga a população Terena e localiza-se no atual município de Sidrolândia, que faz divisa com Campo Grande. Ofício 14, assinado por Nicolau Bueno Horta Barbosa, chefe da IR 5, 29.01.1947, enviado para Acácio Alves Arruda, agente do PI Francisco Horta. (arquivo PKÑ apud Bezerra 1994: 111).

¹⁹⁷ Do chefe da IR 5, Cel. Nicolau Horta Barbosa, em 03.02.1947, enviado ao diretor do SPI, Modesto Donatim. (MI / CDMI / F.22/p.326 apud Becerra 1994: 112).

¹⁹⁸ Do agente do PI Francisco Horta, Acácio Arruda, em 15.04.1947, enviado ao chefe da IR 5, Nicolau B. H. Barbosa (arquivo: PKÑ apud Bezerra: 112-113).

¹⁹⁹ Ofício 12, assinado por Acácio Arruda, agente do PI Francisco Horta, 15.04.1947, enviado ao Sr. Vlademiro Müller do Amaral (arquivo: PKÑ apud Bezerra op. cit.: 113).

²⁰⁰ Ofício 13, assinado por Acácio Arruda, agente do PI Francisco Horta, 15.04.1947, enviado ao Sr. Ruy Gomes (arquivo: Justiça Federal, Campo Grande, MS). Entre os documentos localizados, este é o último que menciona Campos Belo e Müller do Amaral, contudo ambos se mantiveram no cenário dos projetos de colonização em Dourados. Em 1951, Campos Belo, considerado uma expoente liderança do Partido Trabalhista Brasileiro em Mato Grosso, interferiu nos rumos da administração da CAND (Moreira op. cit.: 86). Enquanto Vlademiro Müller do Amaral foi o articulador de transações realizadas pela Cooperativa Cotia, como pode ser lido em outro trecho da matéria publicada no jornal O Progresso, em 21.04.51: “Grande Aquisições de terras neste município...”, transcrito em Gressler e Swenson: “A afamada Cooperativa Cotia, uma das maiores organizações agrícolas do continente, acaba de realizar vultosa compra de terras neste município, adquirindo uma gleba de 36.000 hectares para imediata colonização... A transação foi realizada por intermédio do Sr. Vlademiro Müller do Amaral...” (op. cit.: 95).

Jo

promoveu um xixa²⁰¹. Porém, durante este evento, desavenças anteriores desencadearam uma briga, onde um filho do capitão matou o agressor²⁰². Esta foi a brecha, usada por Aguirre para afastar Pedro Henrique e ganhar força no seu pleito de retirar os Kaiowa das terras reservadas para a CAND.

Como informaram os Kaiowa, Arruda, agora apoiando Aguirre, promoveu a apreensão das armas de fogo em posse dos Kaiowa, para dias depois realizar uma violenta "invasão" a Ka'aguirusu, acompanhado da polícia indígena do PI Francisco Horta. Os alvos principais eram Pedro Henrique e Metério²⁰³, mas, com eles, vários índios foram detidos, agredidos, amarrados e levados para o PI. A situação se acalmou somente após a presença de Horta Barbosa no PI Francisco Horta, que exigiu a libertação dos Kaiowa. Logo após este episódio, Horta Barbosa foi afastado da chefia da IR 5. A função passou a ser ocupada por Carlos Olimpio Paes, e logo em seguida por Joaquim Fausto Prado. Em Dourados, Arnulfo Fioravante assumiu o lugar de Arruda no PI Francisco Horta²⁰⁴.

Em novembro de 1947, Fioravante solicitou a posição da IR 5 a respeito da "situação dos Índios que moram nas terras da Colonia, zona do Panamby"²⁰⁵. Em resposta, Olimpio Paes o autorizou "a ir ao Panamby a fim de convencer aos índios... que devem recolher a esse Posto, enquanto não forem legalizadas as terras que ocupam. Esta mudança deve ser feita com urgência." Paes finalizou afirmando: "confio em vossa habilidade que será posta à prova na solução deste problema"²⁰⁶. Porém, depois de conversar com o recém nomeado capitão Honório Mendonça, Fioravante concluiu que naquele momento a transferência dos Kaiowa não era viável, pois se aproximavam do período de colheita²⁰⁷.

O ano de 1948 pareceu iniciar com uma mudança favorável aos Kaiowa. Fausto Prado remeteu ao PI Francisco Horta "cópia do documento fornecido ao índio Honório Mendonça, do Panambi, a fim de que dele tomes conhecimento e ampareis os índios

²⁰¹ Ou *kagui*, bebida feita de milho. O termo também pode ser usado para se referir ao *Kotyhu* (ou *guaxire*), tipo de canto – e da celebração festiva em que ele é entoado -, geralmente acompanhado de dança junto ao qual, invariavelmente se consome o *kãgui*.

²⁰² Embora Pedro Henrique tenha sido responsabilizado e punido, na versão de alguns Kaiowa seu filho seria o responsável pela morte do oponente. Retomo estes fatos no próximo item.

²⁰³ De acordo com os Kaiowa, Pedro Henrique foi preso juntamente com Metério, "funcionário" nomeado por Rondon, para zelar pela linha telegráfica. Contudo Metério faleceu em decorrência dos ferimentos sofridos neste episódio. Os Kaiowa responsabilizaram Aguirre pelo ocorrido e afirmaram que a associação entre ele e Arruda rendeu a este um "pacotão" de dinheiro. Fato presenciado por alguns dos Kaiowa detidos no PI.

²⁰⁴ A cronologia da sucessão do comando da IR 5 e do PI Francisco Horta pode ser observada a partir da assinatura da correspondência expedida por estes órgãos.

²⁰⁵ Ofício 08, assinado por Arnulfo Fioravante, agente do PI Francisco Horta, 03.11.1947, enviado para Carlos Olimpio Paes. Chefe da IR 5.

²⁰⁶ Memorando 381, enviado por Carlos Olimpio Paes, chefe da IR 5, 12.11.1947, ao chefe do PI de Francisco Horta (arquivo: Justiça Federal, Campo Grande. MS).

²⁰⁷ Ofício 16, assinado por Arnulfo Fioravante, agente PI Francisco Horta, 24.11.1947, enviado para Carlos Olimpio Paes, chefe da IR5.

h

ocupantes das ditas terras contra a exploração de terceiros”²⁰⁸. Seis dias depois Fioravante escreveu:

“...já me entendi com o Snr. [Luiz] Egidio Cesar, que é assistente da Colonia Federal, e este Snr. prometeu não mais lotear aquela zona sem primeiro ser resolvido esse caso, tanto que a estrada que estava sendo feita nessa direção, foi mandada parar.”²⁰⁹

De acordo com os Kaiowa a abertura da estrada vicinal foi suspensa por um longo período, fato antecedido pela oferta de um “churrasco”, onde foram distribuídos alimentos, ferramentas, tecidos, entre outros bens manufaturados²¹⁰. Para os Kaiowa este momento era de comemoração da vitória frente à CAND, porém a situação não era exatamente esta. Em junho de 1949, Modesto Donatini, cobrou da IR 5 “providências a fim de impedir índios entrarem trabalhos ali sendo realizados” pela CAND, e autorizou o chefe da IR 5 ir ao local solucionar a questão com urgência. Donatini referiu-se ainda ao índio Henrique como insuflador de seus companheiros²¹¹.

Em pouco mais de um mês, Fausto Prado apresentou relatório a direção do SPI, referente à “missão de entendimento” com a direção da CAND, “no sentido de solucionar a estabilidade e assegurar a posse, pelos índios Caiuás, das terras da Aldeia Panambi”. Para tanto, ficou acordado: - a reserva, por parte da CAND dos lotes ocupados pelos índios, facultando aos mesmos o direito de dispor dos lotes e de suas benfeitorias, em favor de terceiros, mediante indenização; - a cessão, pela Colônia, de 500 hectares, entre o rio Brilhante e o córrego Panambi, para a “localização dos índios que nessa área queiram viver aglomerados”. No entanto, Prado “opinou” que o SPI solicitasse a cessão de 2.000 hectares, e, acrescentou que os Kaiowa “seriam grandes colaboradores para o aumento global da produção da Colônia”, uma vez que dispensavam “despesas de instalações, como: casas, cercados, abertura de poços, etc.” Informou também o interesse do diretor da CAND em alcançar uma solução satisfatória, “ante as justas pretensões expostas e pleiteadas em benefício e a favor dos índios”²¹². Prado, ainda, incorporou ao relatório cinco declarações de moradores de Dourados atestando à ocupação kaiowa das “terras do Panambi”:

Atesto que conheço e abito nesta região desde o ano de 1900 quando isto era habitado por puro índios já existia a aldeia de Panambi, cuja denominação dada pelos próprios Índios.

²⁰⁸ Assina Joaquim Fausto Prado, chefe da IR 5, 02.04.1948. Enviado para Arnulfo Fioravante, agente do PI Francisco Horta (MI / CDMI / F.07 / p.95 apud Bezerra op. cit.: 114).

²⁰⁹ Ofício 14, assinado por Arnulfo Fioravante, agente do PI Francisco Horta, 08.04.1948. Enviado para Joaquim Fausto Prado. Chefe da IR 5. Subst. Embora não haja elementos para estabelecer uma relação entre os fatos, é interessante lembrar que a Lei Estadual 87, que determina a reserva e os limites da área destinada a CAND é assinada em julho de 1948.

²¹⁰ De acordo com os Kaiowa, na ocasião, o SPI é representado por Fausto Prado (retomo este evento no próximo item). Conforme as correspondências analisadas a seguir, Fausto Prado está em Dourados em julho de 1949.

²¹¹ Telegrama do diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz, ao responsável pelo expediente da IR 5, enviado para Joaquim Fausto Prado, em 09.06.1949 (arquivo: PKN apud Bezerra op. cit.: 115).

²¹² Relatório de Joaquim Fausto Prado. IR 5, encaminhado para Modesto Donatino Dias da Cruz, em 23.07.1949 (Mf. 18 – Plan.264 apud Monteiro op. cit.: 123-125).

RV

Dourados 18 de junho de 1949.
Albino Torraca

###

Atesto que dez da data de 1912 que Eu estou residindo em Dourados já encontrei os índios morando nesta zona de Dourados sobre cabeceira água boa e ao córrego Panambi e forão meos trabalhador como empreiteiros de rosa e sobre o comando do Capitão Joaquim Fernande, índio já falecido.

Dourados, 18 de junho de 1949.
Januário Pereira de Araújo

###

Atesto que conheço a Aldeia de Panamby, neste Município de Dourados, a mais de trinta anos, em 1916 fui nomeado Sub-Delegado de Polícia, cargo que exerci até 1924, e no desempenho de meu cargo, por varias veses passei naquela Aldeia. E por ser verdade assino o presente atestado.

Dourados 18 de junho de 1949.
Gaspar Martins de Alencastro

###

Atesto por meio deste que a mais ou menos 30 anos, conheço o aldeamento da costa do Panambi, dos Índios Caiuás e Guaranys, sendo seu chefe o Índio denominado Pedro Henrique, entretanto não posso precizar a area que os mesmos ocupam.

Dourados 18 de junho de 1949
Cyro de Mello

###

Atesto que conheço a 30 anos os Índios acupando as terras na Zona de Panambi, onde por varias vezes entrei na Aldeia [ilegível] negociar de [ilegível]. Por ser verdade firmo o presente.

Dourados, 18 de junho de 1949
José de Mattos Pereira²¹³.

²¹³ Gressler e Swensson apresentam uma lista com os nomes dos chefes das "Famílias Pioneiras do Município de Dourados" (op. cit.:147-150). Entre os citados estão: Francisco Torraca (ano de chegada:

RV

No entanto, a troca de cartas entre Fioravante e Aguirre revelou outros elementos envolvidos neste acordo. Como afirma Fioravante:

"...Em julho do corrente ano, o Sr. Joaquim Fausto Prado, Chefe da I.R.5 e eu estivemos em visita a V.S. na Colônia Agrícola Nacional de Dourados, quando tivemos oportunidade de trocar impressões sobre as relações da C.A.N.D com os índios [trecho ilegível] no Panamby, na área reservada para a Colônia. Ficou resolvido então, que os índios que desejassem permanecer na área da Colônia seriam considerados [trecho ilegível] receberiam os seus lotes, os que não desejassem seriam localizados noutro a barra do Panamby e o Rio Brilhante, numa área de 500 ha, mais ou menos...

Nesta ocasião o Sr. Joaquim Fausto Prado solicitou que V.S. se interessasse junto ao Sr. Diretor do SPI sobre a minha permanência no Posto Indígena Francisco Horta, onde meus serviços seriam muito necessários, pois sendo bem conhecedor da região e tendo sempre zelado pelo bem estar dos índios faria todo o empenho para resolver quaisquer dificuldades que apareça entre a C.A.N.D. e os índios. Frisou o Sr. Joaquim Fausto Prado que minha continuação a frente do Posto I. Francisco Horta evitaria qualquer mal entendido entre os índios e a C.A.N.D. daquele momento em diante."²¹⁴

A resposta de Aguirre:

"Em atenção a vossa carta de 3 de setembro do corrente ano, tenho a informar:

- a) Da visita do Sr. Chefe da I.R.5 em vossa companhia a esta Colônia, ficou estabelecido quanto a localização dos índios em lotes demarcados na área do Panamby, ou melhor lhes parecesse, reservados quinhentos hectares, afim de que os mesmos aí se estabelecessem.
- b) Concordou ainda quanto a retirada de determinados capitães, como Henrique, etc, o que até o presente não se efetivou.
- c) Para a realização desse acordo, concordamos e mesmo solicitamos a vossa permanência a frente da chefia do Posto, pois como conhecedor dos Índios e da região, melhor poderia levar avante toda a cooperação necessária.
- d) Em relação ao item c, o Snr. Chefe da I.R.5 também pediu-nos que interferisse junto ao Sr. Diretor do S.P.I., afim de que permanecessem no PI Francisco Horta, dado a vossa utilidade na função.
- e) Esse acordo foi levado a efeito nessa Administração, a qual foi presenciada pelo Agrônomo 'K' Rafael Lino Souto Maior."²¹⁵

1900), José de Matos Pereira (ano de chegada: 1902), Januário Pereira de Araújo (ano de chegada: 1908), Cyro Silveira de Mello (ano de chegada 1908). Cyro Mello é vereador em Dourados na década de 1940 (Carli op. cit.: 75).

²¹⁴ Carta de Arnulfo Fioravante a Jorge Coutinho Aguirre. Dourados, 03.09.1947 (arquivo: Justiça Federal, Campo Grande. MS).

²¹⁵ Ofício 127, assinado por Jorge Coutinho Aguirre, 04.09.1949, enviado para Arnulfo Fioravante (arquivo: Justiça Federal, Campo Grande. MS).

Desta forma, cabe especular a respeito das motivações de Fausto Prado para efetuar tal acordo: frente à inviabilidade política para garantir o direito kaiowa em relação às suas terras, estaria ele criando uma estratégia para pressionar a demarcação de uma área entre 500 a 2.000 hectares; ou, articulado com Fioravante, simplesmente se aproveitou da situação para barganhar privilégios pessoais. De qualquer forma, nos bastidores do SPI, o acordo não foi um consenso. José Maria da Gama Malcher, chefe do Serviço de Orientação e Assistência (SOA), demonstrou sua inconformidade ao diretor do SPI, chamando a atenção ao desrespeito dos dispositivos constitucionais e destacando que este fato não se restringiu à Colônia de Dourados²¹⁶. No entanto, em resposta, Donatini pediu que "o SOA seja mais objetivo e apresente medidas cabíveis" (Bezerra op. cit.: 98). Malcher, então sugere a direção solicitar um parecer a Darcy Ribeiro, etnólogo da Seção de Estudos (SE), que recentemente retornou "da região ervaiteira do Mato Grosso", e que pode apresentar "sugestões para a resolução da questão Panambi"²¹⁷.

Darcy Ribeiro iniciou seu relatório esclarecendo, que apesar de visitar algumas "reservas indígenas" na "zona ervaiteira" do Mato Grosso, nunca esteve na "aldeia Panambi". Como já mencionado, também informou que entre os documentos do SPI nada consta a respeito da cessão, concessão, doação, ou reserva daquelas terras aos índios. Assim, aconselhou: - o prosseguimento das medidas tomadas pela IR 5, isto é, fazer prova de ocupação por documento testemunhal, tendo em vista evidenciar a ocupação em caráter permanente; - levar o assunto à consideração do DTC; - não havendo entendimento, apelar ao ministro; - em último caso, encaminhar uma ação rescisória do título de propriedade e a restauração da posse e domínio dos índios. Em seu argumento, mencionou os dispositivos constitucionais, e, ainda, demonstrou seu apoio aos Kaiowa, quanto a se negarem a aceitar a transferência para o PI Francisco Horta.

Ribeiro também apresentou uma explanação a respeito das formas de produção econômica kaiowa e o seu comprometimento frente à degradação das matas que habitavam, em decorrência da ocupação das áreas adjacentes. Assim, enfatizou a necessidade da reserva de uma "grande área", referendando a sugestão de Fausto Prado, para o pleito de 2.000 hectares. Ribeiro finalizou seu relatório afirmando:

"Queremos consignar que a Colônia Federal de Dourados é vista pelos mato-grossenses com a instituição oficial mais promissora, no seu Estado: nela depositam suas maiores esperanças de que uma parte das terras férteis do Sul de Mato Grosso sejam salvas das pastagens e dedicadas à lavoura, libertando da importação ao próprio milho, arroz e feijão, que, atualmente, lhes vem do Rio Grande do Sul. Entretanto, esta obra de emancipação que se deverá ao Ministério da Agricultura, não deve, e não precisa ser feita a custa do índio, ainda mais porque seria um luxo de despotismo sobre gente já tão sacrificada, tanto mais desumano porque partiria exatamente do órgão oficialmente responsável por sua

²¹⁶ Ministério da Agricultura. SPI 3433/49 25.08.49, assinado por José Maria da Gama Malcher, chefe do SOA, enviado para Modesto Donatini Dias da Cruz, diretor do SPI.

²¹⁷ Ofício de José Maria G. Malcher, em 30.08.1949. Enviado para Modesto Donatini, diretor do SPI (arquivo: PKÑ apud Bezerra op. cit.: 116 - veja também pp. 98-99).

R25

proteção em nome da República, e porque não se pede mais do que reconhecer ao índio seus direitos sobre 2 ou 3 mil hectares de uma reserva de 300 mil.

Sem dúvida as autoridades do Ministério da Agricultura, responsáveis pela questão, serão as primeiras a reconhecer o que dizemos e a mostrar aos índios de Panambi que também eles se devem juntar a todos os que depositam suas esperanças no sentimento de justiça e no labor patriótico da Colônia Federal de Dourados.”²¹⁸

No entanto os esforços de Malcher e Ribeiro não foram suficientes para abalar o rumo das negociações. A análise das correspondências, subseqüentes entre o PI Francisco Horta, a IR 5 e a CAND apontam para a intenção desta em cumprir apenas o termo do acordo tocante à possibilidade dos índios disporem de seus lotes em favor de terceiros. Em julho de 1950, o PI solicitou a CAND um mapa localizando os lotes concedidos aos Kaiowa, acompanhado do número do lote e o nome do seu beneficiário, bem como, que fosse evitado qualquer tipo de transação com estes²¹⁹. Anos mais tarde, referindo-se a este episódio Ilse Araújo de Souza acusou o então administrador da CAND Tacito Pace de:

“...sugerir que o colono primeiro marcasse o seu lote para depois ir pegar o Protocolo, procurando dest’arte furtar-se à responsabilidade por ter mandado cortar os lotes em questão. A par da finoria do diretor Dr. Pace, iam também os políticos de Dourados pressionando os governos da época e em fim receberam os títulos de propriedade de todos os lotes, que margeiam a esquerda do córrego Panambi”²²⁰.

Em maio de 1951, Malcher agora ocupando a direção SPI, incumbiu Hélio Jorge Bucker de “verificar a situação dos índios daquela localidade [Panambi] sobre os vexames que sofrem por parte da ‘Colônia Federal de Dourados’ e propôr as providências que deverão ser tomadas”²²¹. Em seu relatório, Bucker informa que a CAND, além de tomar de volta os lotes concedidos aos Kaiowa, “encontrando-se alguma benfeitoria do índio na parte loteada, a Administração da Colônia, faz o colono ocupador da area indeniza-lo”. Finalizou o relatório informando: “considerando a boa vontade demonstrada pelo Sr. Administrador da Colônia, que se manifestou por uma solução a contento”, fica acertada, desde que haja acordo entre as direções superiores, a demarcação de uma “área de 2.000 hectares geométricos entre os rios: Panambi e Laranja Doce fazendo barra com o denominado Brilhante”²²².

²¹⁸ Relatório elaborado por Darcy Ribeiro, 15.10.1949, enviado ao diretor do SPI (arquivo: Justiça Federal, Campo Grande. MS).

²¹⁹ Do PI Francisco Horta ao diretor da CAND, em 26.07.1950 (MI / CDMI / F.06 / p.88 apud Bezerra op. cit.: 118).

²²⁰ De acordo com Moreira o afastamento de Tacito Pace da administração da CAND fez parte de uma articulação do PTB mato-grossense, liderado por Armando Campos Belo. Ainda segundo a autora, o PSD, PTB e a UDN tinham grande influência na escolha dos administradores da CAND, o que normalmente originava muitas articulações e atritos políticos (Moreira op. cit.: 86).

²²¹ Ordem de Serviço Interno 19, de 26.05.1951, assinada por José Maria da Gama Malcher, diretor do SPI.

²²² Relatório do auxiliar de inspetor ref. 22, Hélio Jorge Bucker, 02.07.51. Enviado para José Maria da Gama Malcher, diretor do SPI (arquivo: Justiça Federal, Campo Grande. MS).

[Handwritten signature]

Com base neste relatório, Malcher buscou um entendimento com o diretor do Setor de Terras – ST-DTC, a quem enviou cópia do Processo 2.995/51²²³. Este, por sua vez solicitou o parecer de Tacito Pace, agora respondendo como engenheiro do DTC. Pace ponderou quanto ao fato da concessão de terras aos Kaiowa no interior da área destinada a CAND ser um tema debatido sob tantos aspectos que seria “fastidioso enumerar, quando é mais irracional verificar os processos anteriores”. Em relação à área indicada, esclareceu que em 1950, na qualidade de administrador da CAND, sondou a possibilidade de localizar os índios no “baixo Panambi”, mas eles não aceitaram por ser uma área de campo, pobre em caça. Acrescentou, ainda, que é uma área alagadiça, já concedida pelo estado a título definitivo. Por tais razões discordou de qualquer solução diferente da transferência dos Kaiowa para o PI Francisco Horta, embora a este respeito se dizia sabedor que eles não aceitam a “vida disciplinada do Posto”²²⁴.

Baseado no parecer de Pace, Dietrich propôs que, inclusive do ponto de vista jurídico “seja estudada a possibilidade de integração dos indígenas ao meio civilizado, tornando-os concessionários de lotes rurais na C.A.N.D.”²²⁵. Posição questionada pelo parecer do assistente jurídico do SPI, ao afirmar ser indiscutível e assegurado o direito dos Kaiowa às “terras do Panambi”. De qualquer forma, ele sugere uma solução interna, em último caso, mediada pelo Ministério da Agricultura, pois não é possível uma repartição mover ação jurídica contra outra, no mesmo ministério²²⁶.

Na expectativa de contrapor o parecer de Pace o SPI solicitou a Iridiano Amarinho de Oliveira, chefe da IR 5, uma “exposição” a respeito do processo 2.995/51. Em sua exposição Oliveira recolocou os argumentos relativos aos dispositivos constitucionais e destacou que, no “aldeamento de Panambi”, os índios estavam-se “na mais lastimável situação de seres humanos”. Porém foi informado por Luiz Egydio César²²⁷: “não haver nenhum caso entre aquela administração e os Caiuás”, mencionando como exemplo o fato da CAND ter organizado seu novo escritório no lote adquirido do índio Pedro Segundo [ou Segundo Pedro], recentemente falecido.

Por outro lado, Oliveira reiterou o parecer de Pace quanto às menções relativas às condições das terras localizadas às margens dos córregos Panambi, Laranja Doce e do rio Brilhante, ao informar que ali: “só há abundância de mosquitos, febre e aridez”. Fazendo uso de argumentos legais e morais, sugeriu a realização de um estudo mais apurado por parte do SPI e do DTC, afirmando que a demarcação de “uma gleba de 1.500 ha de terra, respeitando a localização onde se encontram os índios de Panambi, é

²²³ Ofício 587, assinado por José Maria G. Malcher, 23.07.1951. Enviado para Henrique Dietrich, diretor do Setor de Terras. A análise do conjunto dos documentos indica que o Processo 2.995/51 é referente à proposta de reserva e demarcação das terras Kaiowa nos termos expostos no relatório de Buckner.

²²⁴ Ofício 4724/51, 06.08.1951, assinado por Tacito Pace, enviado ao diretor da ST – DTC.

²²⁵ Do chefe da ST, Henrique Dietrich, 10.08.1951. Enviado para José Maria da G. Malcher, diretor do SPI (arquivo: Justiça Federal, Campo Grande. MS).

²²⁶ Do assistente jurídico, ref. 31, Dalmo Esteves de Almeida, 10.09.1951. Enviada ao diretor José Maria da Gama Malcher (arquivo: PKÑ apud Bezerra op. cit.: 120).

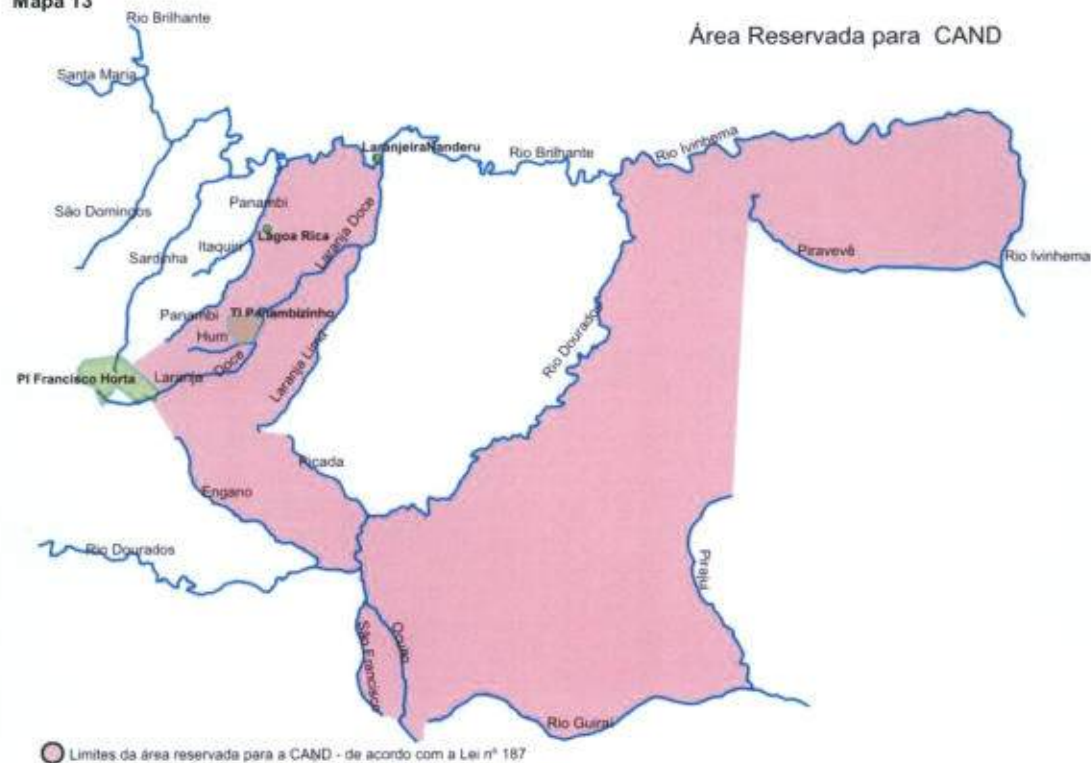
²²⁷ De acordo com a exposição de Oliveira (idem), Luiz Egydio César era o encarregado do registro e entrega dos lotes aos colonos, mas também estava respondendo pela administração da CAND.

Handwritten signature

medida justa e reparadora". E concluiu que os Kaiowa "só terão a lucrar com o exemplo de labor dos civilizados, que ali trabalham a terra"²²⁸.

O Conselho Nacional de Proteção aos Índios – CNPI, também rendeu seu apoio aos Kaiowa. O relatório de 1952 publicou a matéria: "A permanente cobiça das terras do índio", e apresentou uma análise do "minucioso histórico preparado pelo inspetor da IR 5", destacando o interesse na obtenção de concessões de terras com o único intuito de gerar grandes lucros²²⁹. Porém, o mesmo não se repetiu em um inconsistente parecer o assistente jurídico do SPI, que considerou o processo referente às "terras do Panambi" confuso, não lhe permitindo uma apreciação segura da matéria. Assim, se limitou a sugerir um acordo entre o SPI e o DTC, e "em caso de divergência" propôs que o assunto fosse exposto ao Ministro da Agricultura²³⁰.

Mapa 13



²²⁸ Exposição do Chefe da IR 5 Iridiano Amarinho de Oliveira. 09.07.1952 (Mf 19 – Plan. 294 apud Monteiro op. cit: 126-129).

²²⁹ MI / CDMI / F.280 / p.971 apud Bezerra op. cita: 120.

²³⁰ Do assistente jurídico, ref. 31, Dalmo Esteves de Almeida, em 24.07.1952, enviado para José Maria G. Malcher, diretor do SPI. (arquivo: PKÑ apud Bezerra op. cit.: 121).

h

O SOA, através de Eduardo Galvão, se posicionou frente aos pareceres de Oliveira e Almeida, solicitando à direção do SPI o envio de ofício a DTC propondo a reserva “aos Caiuá, habitantes da aldeia de Panambi, de aproximadamente 2.000 ha”, e sugerindo medidas “reparatórias” aos colonos ocupantes das terras kaiowa. Ele também propôs a entrega das terras reservadas ao SPI, e que o órgão se comprometesse em agir de acordo com programa da CAND, desde que atendidas as necessidades dos índios, para, assim, evitar a distribuição individual de lotes às famílias. Galvão destaca que tal prática, além de contrariar as normas do SPI pode transformar o índio, “ainda não integrado ao nosso sistema econômico em vítima de aproveitadores”. Ele finaliza sugerindo “uma íntima colaboração com a Colônia Agrícola de Dourados no sentido de maior desenvolvimento de programas agrícolas e a gradual participação do índio na economia local”²³¹. Malcher, acatando as sugestões de Galvão, remete ofício ao DTC, ressaltando que “se comprometeria a realizar seu programa de assistência e desenvolvimento agrícola em harmonia com o plano mais amplo que rege a CAND”.²³²

As propostas de Galvão e Malcher não fizeram cessar os conflitos em Dourados. Elpidio Moreira Prado, administrador da CAND se posicionou contrário às “instruções dadas aos Postos para os índios ocuparem áreas já colonizadas”, fazendo com que os colonos abandonassem as suas plantações, gerando-lhes grandes prejuízos. Prado solicitou a revogação da ordem até que o DTC e o SPI solucionassem a questão²³³. Em resposta, Oliveira invocou a responsabilidade da CAND ao contrariar as leis vigentes, mencionando o Regimento do SPI, a Constituição e o decreto 5.484²³⁴. Entretanto, quatro meses depois o quadro não se alterou. O diretor do DTC pediu medidas urgentes ao diretor do SPI, de forma a instruir o chefe da IR 5 para controlar “as ações dos índios”, a fim de que o engenheiro Paulo Ferdinando Thiry desse sequência ao “levantamento do perímetro da Colônia”²³⁵. Sem um retorno do SPI, a CAND fez nova solicitação, mas agora se comprometendo em “enviar instruções para essa IR prosseguir entendimento sobre área a reservar índios Kayowa”²³⁶.

De acordo com os relatos Kaiowa, pode se concluir que não houve iniciativas no sentido de garantir uma reserva de terras, como solicitado pelo SPI. A CAND apenas reorganizou a distribuição dos lotes aos Kaiowa, para em seguida novamente disponibilizá-los aos colonos²³⁷. Dado também inferido do informe do agente do PI Francisco Horta, onde afirma já ter encaminhado uma solução para a recente “invasão de terras”, como constava na reclamação de Pedro Henrique a IR 5, e explica:

²³¹ Ofício SPI. 3433/49, assinado por Eduardo Galvão, resp. p/exp. da S.O. A., em 05.08.52, enviado para José Maria Malcher, diretor do SPI.

²³² Ofício 687, assinado por José Maria da Gama Malcher, diretor do SPI, 07.08.1952, enviado ao diretor da Divisão de Terras e Colonização (arquivo: PKÑ apud Bezerra op. cit.: 122).

²³³ Ofício 119, assinado por Elpidio Moreira Prado, administrador da CAND, 07.08.1952, enviado ao chefe da IR 5, Iridiano Amarinho de Oliveira, com cópia ao DTC (arquivo: PKÑ apud Bezerra op. cit.: 122).

²³⁴ Ofício 95, assinado por Iridiano Amarinho de Oliveira, chefe da IR 5. 29.09.1952, enviado a Elpidio Moreira Prado, administrador da CAND.

²³⁵ Ofício 32, assinado por Renato Gonçalves Martins, diretor da DTC, 12.01.1953, a José Maria da Gama Malcher, diretor do SPI (arquivo: PKÑ apud Bezerra op. cit.: 125).

²³⁶ Telegrama do administrador da CAND, em 22.01.1953, ao diretor do DTC.

²³⁷ Veja também Silva op. cit.: 19-21.

"...Em janeiro quando houve uma grande invasão de terras particulares e na Colônia Federal, eu logo providenciei de abrir uma linha da barra do Panambi com o rio Brilhante até o primeiro travessão, no espigão, onde já tinha dois civilizados abrindo lotes. Aí eu expliquei a eles que ali seria para os índios e assim que eles fossem para o outro lado do rio Dourados e daí para cá não houve invasão"²³⁸.

Entretanto, neste mesmo informe o agente se diz incomodado com o excessivo apoio da IR 5 a Pedro Henrique, a quem desqualifica ao afirmar que não estava surpreso com presença do *ex-capitão* naquele PI portando um memorando assinado pelo chefe da IR 5, pois era seu "costume" queixar-se junto a esta inspetoria. E ainda acrescenta que Pedro Henrique "foi preso novamente e mandaram-no para o PI de Icatu, de lá fugiu novamente, foi preso e mandaram-no para a IR 7. De lá, ele veio parar novamente aqui", onde os Kaiowa têm feito "várias queixas" a seu respeito.

Em maio de 1953, o SOA informou a direção do SPI que as providências pedidas pelo diretor da DTC, no ofício 32, de 12 de janeiro, no sentido de definir um acordo a respeito da reserva das terras kaiowa foram acolhidas. Porém, como não houve um consenso entre as duas direções, a DTC sugeriu que o administrador da CAND e o chefe da IR 5 busquem "um entendimento pessoal"²³⁹. Mas entre estes não pareceu haver consenso, nem qualquer interesse da administração da CAND em alcançá-lo. Em setembro de 1953, Alaor Fioravante, agente do PI Francisco Horta, solicitou a IR 5 uma cópia do "processo de reserva dos 500 hectares" na margem direita do rio Brilhante com o córrego de Panambi, informando que o administrador da CAND ignora tal processo²⁴⁰.

Enquanto isso, os Kaiowa estavam expostos a outros contra-sensos. O agente do PI Francisco Horta, informou a IR 5, que o índio João Ferreira foi preso por ter vendido o seu lote a um "civilizado", e concluiu: "Assim, que peço a retirada deste índio para moralizar nossa ordem contra especulações"²⁴¹, porém a resposta foi, ainda, mais surpreendente:

"Em resposta ao objeto de vosso M/M n. 35, deveis reter preso esse índio durante um mês, trabalhando para o Posto, de maneira que circule a notícia de que todo índio que vender lotes sofrerá a mesma penalidade. É que ainda não recebemos verba para o custeio de movimentação de pessoal e índios. Deveis ir ao Panambi e notificar Pedro Henrique e aos outros índios categorizados de lá, que está proibida qualquer venda de lotes (...)"²⁴²

²³⁸ Do agente do PI Francisco Horta, em 31.03.1953, ao chefe da IR 5 (MI / CDMI / F.07 / P. 91 apud Bezerra op. cit.: 125).

²³⁹ De Eduardo E. G. Galvão, chefe da SOA, 05.05.1953, enviado José Maria da Gama Malcher, diretor do SPI. (Arquivo: PKÑ apud Bezerra op. cit.: 125)

²⁴⁰ De Alaor Fioravante, agente do PI Francisco Horta, 08.09.1953, enviado a Duocleciano de Souza Nenê, chefe da IR 5 (MI / CDMI / F.22/ apud Bezerra op. cit.: 325).

²⁴¹ M/M n. 35, de Alaor Fioravante, agente do PI Francisco Horta, a Francisco Henrique Fonseca, chefe IR 5 em 30.06.1953 (MI / CDMI / F.07 / p.91 apud Bezerra op. cit.: 125)

²⁴² M/M 364, de Francisco Henrique Fonseca, chefe da I.R.5, enviado a Alaor Fioravante Duarte, PI Francisco Horta, em 08.07.1953.

20

Para os Kaiowa participar do projeto da CAND nunca foi uma alternativa. Assim, apesar das medidas repreensivas adotadas pela IR 5, muitos continuaram abandonando ou negociando os seus lotes. João Karape²⁴³ afirmou a Silva que foi “obrigado a entregar seu lote”, fato ocorrido quase um ano depois da determinação de punição expedida pela IR 5. A autora transcreveu o documento onde constam os termos de negociação entre Karape e a CAND.

“Ilmo Sr. Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Dourados

João Caarapé - Índio - concessionário do lote nº 40, da quadra 46, não podendo mais trabalhar no mesmo, por motivos particulares e alheios ao regulamento da Colônia, faz a entrega do mesmo a esta Administração, sem direito a qualquer outro lote nesta Colônia.

P. Deferimento

Obs.: Recebi como pagamento das benfeitorias existentes no lote nº 40 da quadra 46, a importância de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) do Sr. Raimundo Freire de Almeida

[Assinada com a impressão digital de João Karape.]

Em 23 de abril de 1954.”²⁴⁴

No entanto, para aqueles que persistiram em permanecer nas terras reservadas a CAND, os temores quanto à perda de seus lotes gradativamente foram se confirmando. Em outubro de 1961, o chefe da IR 5 informou ao agente do PI Francisco Horta da solicitação do Sr. Lineu Amaral Soares, para a retirada dos índios instalados no lote 42 da quadra 66. O chefe da IR 5 ainda instrui o agente a averiguar os documentos de propriedade da gleba e providenciar a transferência dos índios para o PI Francisco Horta²⁴⁵. Mas este não foi um caso isolado:

“M/M 538

Em 4 de dezembro de 1961

Ao Sr. Encarregado do P.I. Francisco Horta

Comunico-vos que vieram até esta Chefia quatro indos da Aldeia ‘Panambi’, chefiados por Pedro Sanalero, apresentando a queixa de que fazendeiros estão invadindo sua aldeia de onde pretendem expulsa-los, pelo que solicito as suas providencias no sentido de que seja verificada a veracidade da queixa, comunicando esta Inspetoria o que se ocorre a respeito.

Certo de Suas prontas providências, apresento-vos
José Mongenot

²⁴³ Nasceu na parte mais meridional do Mato Grosso do Sul e faleceu em Panambi, em 1984, com 76 anos.

²⁴⁴ Arquivo: Funai – Campo Grande apud Silva op. cit.: 24

²⁴⁵ Do chefe da IR 5, em 10.10.1961 ao encarregado do PI Francisco Horta (MI / CDMI / F.06). Conforme os relatos Kaiowa, outra forma da CAND retomar os lotes concedidos, era não os informando a respeito dos procedimentos necessários para a sua regularização. Sem dispor de título definitivo o ocupante, kaiowa ou não, deveria deixar o lote ocupado.

Chefe Substº da I.R.5²⁴⁶

Em abril, o PI Francisco Horta, através de Salatiel Diniz, informou que os índios estavam sendo “ameaçados de despejo” por pessoas portando títulos de propriedade adquiridos em “época de campanha política”, as quais, com frequência têm se dirigido a o PI exigindo a retirada dos índios. Entre elas mencionou Lineu Amaral Soares e o topógrafo Gentil. O agente também levantou suspeitas contra a IR 5, ao dizer: “parece que a regional tem tendência a deslocar os índios”, porém pediu sigilo quanto este dado²⁴⁷. Entretanto, o SOA pediu a divulgação destas, alegando que “a quinta Inspeção Regional, responsável maior pela vida do posto não pode ficar à margem”²⁴⁸, resultando no seguinte ofício:

“Tendo chegado ao conhecimento desta Diretoria que índios que possuem uma área de terras em Panambi estão sendo ameaçados de esbulho por civilizados que alegam ser proprietários das mesmas, solicito que vos intereis da situação com autoridades estaduais, apresentando com urgência a esta Diretoria relatório minucioso a respeito, acrescentando inclusive croqui da área ameaçada.”²⁴⁹

No entanto, destoando do conteúdo destas correspondências, Silva transcreve um trecho da carta do “inspetor do PI Francisco Horta” enviada ao Cel. Moacir Ribeiro Coelho, diretor do SPI, em 23.03.1962:

“...limpamos as malditas glebas, onde estão os índios (os que se dizem donos) e mandamos entenderem-se com o chefe da 5ª Inspeção - Campo Grande, mas parece que a Regional tem tendência a deslocar os índios e com isso nós ficamos, além de tudo sobrecarregados com o serviço e ainda estamos convencendo os Índios que não estão de acordo a vir para este Posto, deixando suas moradias, arvoredos, etc.; destes casos, ainda são indisciplinados e rebeldes os que resistem na referida área de Panambi.” (Silva op. cit.: 23).

O SPI voltou a insistir na demarcação de terras para os Kaiowa, recomendando a instrução do Processo SPI 3.433/49²⁵⁰, mas sem obter resultados, pois em radiotelegrama enviado pela IR 5 ao diretor do SPI, em novembro de 1963, um telegrama procedente do PI Francisco Horta pedia providências, pois: “índios aldeia Panambi alarmados invasão civilizados em suas terras... Invasores possuem títulos propriedade expedidos governo do estado”²⁵¹. Em julho de 1964, o agente do PI Francisco Horta comunicou a IR 5 que no dia 22 realizou-se uma “diligência à aldeia do Panambi”, contando com a presença do chefe da polícia de Dourados, a fim de “sustar os abusos que se repetem constantemente naquela aldeia, motivados por

²⁴⁶ M/M 538, em 4.12.1961, de José Mongenot, chefe substituto da I.R.5, enviado ao encarregado do PI Francisco Horta (apud Monteiro op. cit.: 147).

²⁴⁷ De Salatiel Diniz, agente do PI Francisco Horta, 03.04.1962, ao Ten. Cel. Moacir Ribeiro Coelho, diretor do SPI (arquivo: PKÑ apud Bezerra op. cit.: 127-128).

²⁴⁸ Do chefe substituto do SOA, em 10.04.1962, ao diretor do SPI, Ten. Cel. Moacir Ribeiro Coelho (arquivo: PKÑ apud Bezerra op. cit.: 128).

²⁴⁹ Ofício 533, do Ten. Cel. Moacir Ribeiro Coelho, diretor do SPI, em 27.06.1962, ao chefe da IR 5 (arquivo: PKÑ apud Bezerra op. cit.: 93 e 128).

²⁵⁰ Carta de Salatiel Diniz, chefe da IR 5, 19.11.1963, enviada ao agente do PI Francisco Horta (MI / CDMI / F.19 / p.282 apud Bezerra op. cit.: 101e129).

²⁵¹ SPI. Radiotelegrama 300. 3.11.1963 apud Monteiro op. cit: 148.

lv

questões de terras de índios com civilizados”²⁵². E, ainda, em relatório elaborado por Salatiel Marcondes Diniz, encarregado do PI Francisco Horta, por solicitação da IR 5, em 1965, consta:

“Conforme Mm. n. 1/65 de 08-01-65 recebido desta Regional, e, cumprindo determinação de V.S., acompanhei o servidor Adão S. Amorim ao local da Aldeia Panambi, onde estão localizados os lotes nº 8 e 10 a fim de verificar invasão das terras do Índios. Constatamos não haver invasão e sim ameaça feitas por civilizados, vizinhos dos referidos Índios, que dizem para os mesmos retirarem-se da pequena gleba, por que estes lotes estão titulados em nome de civilizados. Saimos do Pôsto às oito horas da manhã do dia nove de janeiro de 1965 e percorremos os lotes juntamente com os Índios verificando o seguinte: existem 14 famílias indígenas-Caiuás, bem primitivos, morando em palhoças de sapé, com pequenas plantações de mandioca, milho e banana, vivendo pacificamente. O estado sanitário da tribo é bom, não existindo doença ou epidemia entre os mesmos. O chefe ou cacique Paí Chiquito²⁵³ nos recebeu com certa cortezia, ticou “Maracá” (ritual religioso) entre os Índios e disse ter grande desejo de viver em paz com os seus filhos.

Dali rumamos para Douradina, local da outra aldeia Caiuá, chegando ao local, entramos em contato com o capitão indígena - João Carapé que dentre de poucos minutos reuniu seu povo e pediu suas reivindicações dizendo desejar ter na Aldeia uma escola para os seus filhos. Percorremos a gleba habitada pelos Índios, que é composta pelos lotes nº 42, 44, 46, 47, 48 e verificamos que existe boa plantação de milho, feijão, batata e mandioca, verificamos que os Índios são trabalhadores, e confrontando com as diligências feitas por funcionários deste Pôsto, em datas anteriores, notou-se que os Índios progrediram muito. Hoje não existe mais mortalidade infantil e nas suas casas havia muito milho verde e as Índias estavam preparando seus manjares gostosos, como pamonha, curau, etc., notou-se muita fartura e até fomos obsequiados com milho verde assado e batata doce.

Regressando à tarde passamos pela Vila de Douradina com o fim de colher dados sobre os lotes em referência e colhemos as seguintes informações. O lote nº 48 já foi feita quatro transações - Angelo Hermano, Antonio Jair dos Santos, Pedro Soares e Florisvado do Oliveira, este residente em Douradina. Na sub-delegacia da Vila Panambi, onde paramos para recomendar os Índios dos lotes nº 8 e 10, colhemos esta informação: o sub-delegado de Polícia recebera uma carta de 24-12-64 de um Sr. Ângelo Moreira da Fonseca, advogado, residente em Umuarama - Est. Do Paraná, autorizando-o a vender os lotes nº 42, 44 e 46, da quadra 66 pelo preço de setecentos mil cruzeiros, ou seja dois milhões e cem mil cruzeiros, cujos lotes estão habitados pelos Índios da Aldeia Douradina, que tem também o nome de Aldeia Panambi. Verificamos no mapa e tiramos um croqui, (anexo a este) que nos foi fornecido pelo Sr. Gentil José Lopes, possuidor do título do lote nº 10 da quadra 21, cujo sr. é topógrafo, residente em Dourados - Rua Ceará nº 53. Quanto ao lote nº 8, o título está em nome do Sr. Agenor Ferreira dos Santos, residente em Alves Machado - Rua Duque de Caxias, 464- Est. De S. Paulo.

²⁵² Do agente do PI Francisco Horta, Salatiel Diniz, em 25.06.1964, ao chefe da IR 5 MI / CDMI / F.07 / p.97 apud Bezerra op. cit: 129.

²⁵³ Pa’i Chiquito Pedro, liderança xamânica e política importante em Ka’aguirusu e figura chave na resistência que garantiu a consolidação de Panambizinho no interior das terras da CAND. Chiquito nasceu próximo ao córrego Yakãju (Dourados) e morreu em Panambizinho em 1981, com cerca de 100 anos.

Rv

A verdade é esta Sr. Chefe, que nenhum dos senhores acima referidos residem, ou tem plantações nas duas referidas glebas de terras. Ali moram de longa data, alguns desde 1926, somente-Índios. Devo esclarecer que os lotes nº 8 e 10 da quadra 21 já foi titulado em nome dos índios, conforme relatório anterior e após dois anos foram recolhidos para Cuiabá. Quanto aos de Douradina, constam no mapa como reserva dos Índios. Segue junto a este a relação das famílias indígenas dos lotes 8 e 10.²⁵⁴

O relato de Diniz informou a extensão das terras mantidas em posse dos Kaiowa na região destinada a CAND quase 19 anos depois que Pedro Henrique formulou a primeira solicitação de providências junto ao SPI. Conforme Diniz, nos lotes 42, 44, 46, 47 e 48 se consolidou a tão disputada "aldeia Panambi" que, de acordo com as considerações de Pace e de Oliveira, não dispõe das melhores terras do conjunto da área loteada²⁵⁵. Os lotes 8 e 10 da quadra 21 foram entregues a Pa'i Chiquito - xamã e importante liderança política²⁵⁶ - e ao seu filho Martim Capilé, onde se consolidou Panambzinho. Mas estes sete lotes permaneceram sendo pleiteados por pessoas alegando possuir os títulos de propriedade.

Ministério da Agricultura
Serviço de Proteção aos Índios
5- Inspetoria Regional
Serviço Radio Telegráfico 211066800
Dourados-Mt N-12 Data 21 Hora 800
Agrindios inspetor chefe I.R.5
Campo Grande - Mt

N-12 de 21/10/66 - Recebemos esta madrugada comunicação encarregado Panambi que Florivaldo de tal ameaçou despejar índios de suas terras e envadir o posto Pt Índios amedrontados encontram-se alvoroço Pt tomarei providencias que se fazem necessarias Pt tomarei providencias junto Delegacia de Policia de Dourados Pt .SDS.

Salatiel Marcondes Diniz
Enc. Francisco Horta²⁵⁷

Desta forma, Bucker, chefe da IR 5, instruiu Diniz para realizar o levantamento da cadeia dominial e as suas condições de titulação. Em novembro de 1967, Diniz apresentou os resultados de seu levantamento. Neste ofício foi feita a primeira menção

²⁵⁴ Relatório referente ao levantamento da aldeia Panambi, elaborado por Salatiel Marcondes Diniz, encarregado do PI Francisco Horta, 09.01.1965. Enviado ao Chefe da I.R.5 apud Monteiro op. cit: 149. Os anexos mencionados no corpo do documento não são publicados pela autora.

²⁵⁵ Segundo Silva, os lotes correspondentes a Panambi corresponderiam à parte de uma área reservada pela CAND para os Kaiowa, onde algumas famílias indígenas se instalaram por volta de 1960 (Silva op. cit: 24).

²⁵⁶ Assim como Xiru, a expressão Pa'i agregada ao nome de uma pessoa indica a sua inserção no xamanismo, contudo um Pa'i não detém o mesmo prestígio ritual e política de um xiru.

²⁵⁷ Museu do Índio. Microfilme 008. Planilha 84

ao PI Panambi, ou seja, a primeira referência de alguma ingerência oficial do SPI sobre as terras loteadas pelas CAND²⁵⁸.

No entanto, mais uma vez, as medidas tomadas pela IR 5 foram insuficientes para oferecer aos Kaiowa as garantias necessárias para manterem o que resta de suas terras. Em 1970 Mario Bargodache e Tereza de Araújo Bargodache, através da ação reivindicatória 0365/87 contra Pedro Chiquito (ou Pa'i Chiquito Pedro) e sua esposa Ramona Ramonita Chiquito, buscaram o reconhecimento judicial dos títulos de propriedade referentes aos lotes 8 e 10 da quadra 21, isto é Panambzinho. Os requerentes alegavam que as terras foram adquiridas de Gentil José Lopes e de Agenor Ferreira dos Santos, em 21 de julho de 1966. Após a reestruturação do órgão indigenista federal, marcado pela criação da Funai, Bucker se manteve a frente da 9ª Delegacia Regional (DR), assumindo a antiga jurisdição da IR 5 no Mato Grosso e acompanhou o processo, instruindo os Kaiowa, e apresentando documentos "que atestam a posse [kaiowa] das terras" reivindicadas no processo²⁵⁹.

Estes acontecimentos motivaram uma nova tentativa, agora partindo da Funai, para a demarcação da Reserva Indígena Panambi. Bucker contratou o engenheiro agrônomo Ilse Araújo Souza, através da empresa Topagri para a realização de estudos voltados para a sua medição e demarcação. Os Kaiowa de Panambi se recordam deste evento e afirmam que Damiro Martins²⁶⁰, Paulito Aquino, Hélio Valério Galeano²⁶¹, Felipe Fernandes²⁶² e Amilton Aquino²⁶³ auxiliaram nas pesquisas e na confecção dos mapas. O relatório final foi entregue por Araújo de Souza em fevereiro de 1971, de acordo com o Protocolo 187 - Ministério do Interior (Bezerra op. cit.: 133), definindo uma área de 2.037 hectares. A correspondência expedida pela 9ª DR indica que Bucker tomou medidas para garantir a finalização do processo de demarcação, pois ele: - informa a Nona Região Militar do Estado de Mato Grosso a respeito das "medições de terras ocorridas no Distrito de Bocajá, Dourados"²⁶⁴; - contatou o Departamento de Patrimônio Indígena - Funai²⁶⁵. No entanto, a única conquista decorrente desta movimentação foi a expedição, em 1968, de uma declaração de posse sobre os lotes ocupados pelos Kaiowa:

²⁵⁸ De Salatiel Marcondes Diniz, em 30.11.1967. Enviado para Helio Jorge Bucker, chefe da IR 5 apud Monteiro op. cit: 150.

²⁵⁹ Ofício nº 368/70, assinado por Hélio Bucker, delegado regional da 9ª DR, 15.12.1970. Enviado a José Corbelino, procurador da Funai (arquivo: PKÑ apud Bezerra op. cit: 132). O processo movido pela família Bargodache ainda tramitava na primeira Vara Civil de Dourados, em novembro de 1985 (Bezerra op. cit: 133).

²⁶⁰ Tem 71 anos, nasceu onde é hoje Dourados e habita Panambi. Damiro é neto de Pedro Henrique e, juntamente a família do avô, viveu por 18 anos na prisão do SPI localizada na Ilha das Cobras (Paraná), em terras Kaingang.

²⁶¹ Nasceu onde é hoje Douradina e faleceu em Panambi com mais de 70 anos.

²⁶² Foi genro de Pedro Henrique. Felipe nasceu em Dourados e hoje vive na Reserva de Dourados.

²⁶³ Segundo filho de Paulito, tem 53 anos, nasceu onde é hoje Douradina. Até os anos 1970 habitava em Panambi, hoje reside em Panambzinho.

²⁶⁴ Ofício nº 081/71, assinado por Hélio Jorge Bucker, 24.03.1971. Enviado ao Gen. Raimundo de Souza, comandante da Nona Região Militar do Estado.

²⁶⁵ Ofício. nº 158/71, assinado por Hélio Jorge Bucker, delegado da 9ª DR - FUNAI, 11.05.1971. Enviado ao diretor do Departamento de Patrimônio Indígena. (arquivo: Funai Amambai, MS).

20

“Declaração

Declaro para fins de Direito que, de acordo com o Ofício nº 2/68 de 30 de janeiro do mesmo ano, expedida pela substituta do Chefe do Posto Indígena Francisco Horta, Sra. Emiliados Santos Diniz, Professora do referido P.I. Nivel 11, confirmo a todos os interessados que a Gleba de Panambi e Douradina, constituiu-se por Lei - Posse dos índios, em virtude que os índios que nela habitam são da tribo Kaiua bem primitivos e vivem nessa área desde que nasceram. Os mesmos nunca abandonaram a sua área e que a referida Gleba pertence a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), como posse legítima dos índios.

Augusto Nogueira de Matos
Chefe do P.I. Panambi”²⁶⁶

E a criação do PI em 1973:

I - Ficam criados, na jurisdição da 9ª Delegacia Regional, os Postos Indígenas Limão Verde e Panambi...

III – O Posto Indígena Panambi está localizado à margem direita do rio Panambi, afluente do rio Brilhante, no distrito de Douradina, Município de Dourados, a cerca de 20 km da sede municipal e terá jurisdição sobre toda a população Kaiuá (Guarani) existente entre os rios Panambi e Brilhante²⁶⁷.

Dos documentos aqui apresentados se pode inferir que o SPI e a Funai, até o início dos anos 1970, instauraram pelo menos três processos demarcatórios nas terras que correspondiam a Ka'aguirusu: 3.433/49, 2.995/51 e 1.439/71²⁶⁸, mas nenhum deles encontrou respaldo suficiente para interferir na força política da CAND, do governo Getúlio Vargas e daqueles que o sucederam. A proposta de Vargas, como constou na divulgação inicial do projeto de criação das CAN, estava voltada para a solução de conflitos urbanos e rurais, através do incremento do “povoamento”, da economia e da industrialização de regiões com de Dourados, porém transformou a terra em moeda de especulação financeira e política, amplamente disponível para dar conta de interesses pessoais.

Entretanto, no projeto inicial de Vargas, o núcleo de cada CAN, entre 10 a 15 anos, se constituiria em um centro urbano. Assim, a cidade de Dourados atingiu o objetivo, pois do ponto de vista do contingente populacional e da produção econômica Dourados rapidamente se colocou como o segundo município do estado do Mato Grosso do Sul, sendo superado apenas por Campo Grande. Mas é também o município de Dourados que, hoje apresenta a maior concentração populacional indígena do estado, incluindo Kaiowa, Guarani e Terena, vivendo em um absoluto estado de pobreza e

²⁶⁶ O documento estava em posse de Lauro Concianza, segundo capitão nomeado pela Funai em Panambizinho.

²⁶⁷ Portaria nº 151/N, de 19 de Dezembro de 1973, assinada por Oscar Geronymo de Mello, presidente da Funai.

²⁶⁸ Em 1982 um novo processo (Funai /BSB/1148/82), mas novamente sem apresentar avanço a esta questão.

Ru

dispondo da pior distribuição proporcional de terras encontrada entre as populações indígenas brasileiras.

II.8. O sentimento kaiowa frente à expropriação de Ka'aguirusu

Não tinha branco morando aqui. Branco aqui só atropelando! Os engenheiros [da CAND] vieram aqui. Não tinha entrada, só tinha trilho, só trilhozinho. Nem cavalo entrava aqui!... O governo tinha que saber bem: não pode vender nem um pedaço de terra que é do Kaiowa! Não pode vender nem um pedaço! Mas os civilizados montaram tudo! Porque, aqui não tinha nada! Aqui só morava Kaiowa! Só Kaiowa! Não tinha nenhum civilizado (Brasilino da Silva²⁶⁹).

As narrativas kaiowa explicitam como as diversas manobras políticas para garantir a instalação da CAND desencadearam uma dispersão sem precedentes entre as suas parentelas. Das antigas terras de Ka'aguirusu restou-lhes apenas Panambi e Panambizinho, conquistadas mediante muita resistência.

Aqui [em vila Panambi], faz tempo que Chiquito entrou. Foi ele que primeiro mexeu nesse no mato aqui. Ele cortou o mato com machete, para construir casa. Quando Chiquito, meu avô, entrou aqui, estava cheio de Kaiowa, até o braço morto [do Brilhante], até Bocajá. Naquela região que era a divisa da aldeia [de Ka'aguirusu]. Estava cheio de Kaiowa até lá no [córrego] Panambi.

Agora, os Kaiowa correram todos, foi para lá, foi para lá, foi para cá! Kaiowa não pode correr, tem que ficar em cima da sua terra. Tem que ficar igual a bicho brabo, segurando a sua terra...

Naquele tempo tinha muito bicho, muito mato, tinha onça. Então veio o Getúlio Vargas para invadir a nossa terra. Eles abriram o mato até virar campo. Terra de índio não tem porteira, então fica igual à água, quando abre, a água invade. É por isso que o branco foi entrando por tudo! (Francisco Severino)

De acordo com os kaiowa o encerramento dos trabalhos de coleta da erva mate foi imediatamente anterior ao início dos trabalhos de exploração dos laranjais nativos e a primeiros movimentos para as obras de infra-estrutura relativa ao loteamento da CAND.

Nessa época já tinham entregado aquele contrato da erva e os fazendeiros já vieram para requerer terra. Então vieram outros paraguaios para trabalhar com a laranjeira. Aqui era cheio de laranjeiras, de laranja azeda. Então veio esse colono

²⁶⁹ Nasceu onde é hoje a vila Vargas, residiu em Panambi até o início da década de 1980, faleceu em Panambizinho, em 2007, com 75 anos.

h

paraguaio²⁷⁰... Eles cortavam os galhos, depois picava todinho, para colocar no forno. Colocava tudo ali dentro e deixava o forno bem fechadinho. Aí saía aquele óleo, bem cheiroso! Depois levava o óleo para o Paraguai... Teve Kaiowa que trabalhou para eles... trabalhava em troca de roupa!... Tinha um grupo grande de paraguaios trabalhando com laranjeira. Mas depois eles sumiram e a Colônia já chegou marcando tudo. Eles [os funcionários que trabalhavam para a CAND] vinham beirando a estrada [BR 163]. (João Aquino)

Em um primeiro momento, as relações entre os índios e os funcionários da CAND não destoou daquelas estabelecidas com os demais novos ocupantes de suas terras, pois, inicialmente, tais funcionários foram vistos apenas como mais um “patrão” interessado em empreitar a mão de obra kaiowa para a derrubada do mato e a destoca necessárias para a construção das estradas (ou travessões) que cortavam as terras loteadas.

Quando a Colônia começou a fazer os travessões, os Kaiowa pegaram empreita com eles para abrir os travessões... Eles nos pagavam com mercadoria: trocava por mantimento, roupa, ferramenta, cavalo, sal, banha, aquilo que nós precisássemos... Colocavam toda a mercadoria lá na comissária, então o Kaiowa ia lá pegar a mercadoria que era [pagamento] para ele. Quando terminou de fazer a estrada aí fechou a comissária... A comissária era [na Vila São Pedro] perto do [córrego] Yasory, era do lado da cooperativa. (João Aquino)

Porém, nem sempre a CAND foi considerada um bom “patrão”:

O engenheiro nos fez trabalhar para ele, e não nos pagou pelo trabalho! Depois mandou o Kaiowa embora e tomou a nossa aldeia. Ele disse: - Vocês têm que sair daqui! Não tem mais terra para vocês! Muito Kaiowa foi embora para o Paraguai. Só os velhos ficaram! (Paulito Aquino)

Quando os Kaiowa compreenderam a extensão e a intenção das obras, eles se negaram a continuar trabalhando para a administração da CAND. Contudo esta atitude desencadeou medidas de coação para que a oferta de mão de obra fosse mantida.

Eles obrigaram os Kaiowa a trabalhar nas picadas. Diziam que eles iam matar quem não trabalhasse. José Guasu gritou com eles, disse que ele não iria trabalhar obrigado. Então, eles o surraram, mas surraram tanto, tanto! Ele ficou todo machucado, ele morreu... É por causa da surra!... Quem estava no comando eram Tônico e José Pinto²⁷¹. (João Aquino)

Paralelo a isso, outros conflitos foram registrados. Como indicado por João na transcrição acima, a administração da CAND estabeleceu a sua base na vila São Pedro, onde construiu o escritório e o armazém (ou *comissária*). Desde então teve início uma série de situações de intimidação envolvendo os Kaiowa que habitavam as margens dos córregos Guavira'i, Yasori e Guasu Piru, todos tributários do Laranja Doce, localizados onde hoje é a vila São Pedro.

²⁷⁰ Vlademir Müller do Amaral, um dos responsáveis pela exploração dos laranjais nativos, residia na CMD.

²⁷¹ José Guasu era filho de Aníbal Sanábria e Lídia Ruivito Jorge Galeano, e morava em Ka'atigüe.

João

Quando eu era nova, andava por aqui tudo e não via branco! Nós não acreditávamos que o branco entraria aqui. Mas foi o que aconteceu! Os brancos chegaram com a Colônia! Eles chegaram e foram empurrando os Kaiowa, foram empurrando até que acabou todo o mato!

Chiquito [residia e] sempre colocava armadilha ali perto do [córrego] Guavira'i. Mas eles quebravam e queimavam as armadilhas dele... Esse pessoal que era da Colônia. Então Chiquito resolveu mudar de lá! Ele disse: - Nós vamos nos mudar mais para o fundo! Passou um tempo, eles queimaram as armadilhas de novo!

Quando eles encontravam, no mato, qualquer coisa dos Kaiowa, eles quebravam, queimavam! Eles queriam que os Kaiowa ficassem com medo! Muita gente saiu daqui, foi embora... Nós nem sabemos para onde!... Enari, Lício, Kîa, Dico, Eurico, Kexô, Peoro, Augusto, Nassário²⁷², esses foram embora... Ficaram com medo dos colonos. Mas nós resistimos! Chiquito não quis correr...

Quando o branco começou a vir aqui não era para morar! Eles vinham só andar por aqui, acho que vinham para conhecer... Eles vinham lá do lado de Dourados. Chegavam aqui, pediam banana e outras coisas que nós tínhamos no terreiro. Às vezes, entravam nas casas, comiam conosco. A maioria dos Kaiowa não conversava com eles, porque não entendiam aquela linguagem. Meu pai [Chiquito] conversava com eles! Mas tinha gente que corria, ficava com medo!... (Alda Concianza Jorge²⁷³)

###

Roseli: Ainda não tinha dividido [loteamento da CAND]. A aldeia ia até depois de Indápolis. Naquele lugar que chama Guavira'i. Tem um córrego ali, que chama Guavira'i. Ali que ficava a tapera de Chiquito Pa'i. [A cidade de] Dourados ainda não tinha, só tinha o mercado [bolicho de Emílio Rosa]. Mercado não é grande, não!

Valdomiro: Esse mercado que compra couro de veado, e couro de todos os bichos.

Roseli: Eles colocavam o milho, banana, batata e levava na carroça. Colocava na carroça para ir para vender em Dourados.

Valdomiro: Depois começou a levar na [onde hoje é a] vila São Pedro. Fizeram ali a primeira casa. Foi Pedro que construiu²⁷⁴.

Roseli: Por isso coloca o nome de vila São Pedro.

²⁷² Os nomes citados correspondem às lideranças das parentelas que passam a se retirar de Ka'aguirusu.

²⁷³ Tem 75 anos, nasceu onde é hoje a vila São Pedro, reside em Panambizinho.

²⁷⁴ Em outro depoimento Valdomiro dá mais detalhes: "...Levantaram uma casa aqui na Vila São Pedro, foi a primeira casa. O morador ali chamava Pedro... Paulito sempre falava que foi ali que começou a colonização".

RJ

Valdomiro: Quando os colonos chegaram aqui, eles falavam assim: - Não, você vai morar ali, porque que aqui nós vamos ficar! Era assim que o Paulito sempre falava para a gente, e Pa'i Chiquito também!

Roseli: Só que Chiquito Pa'i, fez ñemôgueta [reuniu as lideranças de parentela]²⁷⁵. fez reunião ali perto de Indápolis, no lugar que chama Guavira'i²⁷⁶. Ali tem um corregozinho que chama Guavira'i. Então, ele falou assim: - Eu vou para lá, lá na aldeia velha!²⁷⁷ Eu vou lá e vou derrubar um pouco do mato e fazer a minha casa. Eu vou ficar lá mesmo! Vou rezar no lugar onde vivem as cobras e vou mandar guardar tudo! Eu vou conversa com o dono das cobras para ele guardá-las...²⁷⁸

Valdomiro: Ele reuniu os donos dos bichos e foi conversando com eles. Aí o dono já pegou os bichinhos dele, para levar embora!

Roseli: E, vai levando tudo lá para o Pantanal, para onde que não tem nenhum índio!

Valdomiro: O Paulito contou assim: do rio Brilhante pra cá, só tinha onça e cobra, e cobra braba mesmo! Cobra que tinha uma ponta, parecia um pezinho! Ela chama *ũirã*. Mas Paulito falou: - Daqui a sessenta dias elas vão embora! Vai embora tudinho! Tinha onça também. Paulito conta que à tardinha a onça começava a cantar. Aí ninguém mais saía de casa. Mas, dali mais ou menos sessenta dias, elas começavam a ir embora!

Roseli: Mesmo assim já mataram muita onça! Os Kaiowa mataram bastante.

Valdomiro: Então Pa'i Chiquito fez a reunião! Todas as famílias daqui foram lá no Pa'i Chiquito.

Roseli: Aí eles resolveram entrar no mato! (Valdomiro Aquino e Roseli Adão Jorge²⁷⁹)

###

Chiquito morava em Guavira'i, mas ele tinha vindo para o lado de cá [próximo à barra do córrego Hum] visitar os parentes dele. Só que quando ele voltou tinha gente morando na casa dele... Era pessoal da Colônia! E não o deixaram entrar [na casa]. Depois disso que ele mudou para cá [Tuju Pitã, localizado na vila Panambi]²⁸⁰. (João Aquino)

###

²⁷⁵ Refere-se às lideranças de parentela associadas ao *tekoha* de Chiquito.

²⁷⁶ Lugar onde na época morava Chiquito.

²⁷⁷ Hoje, os Kaiowa se referem aos dois lotes, que ficam em posse de Chiquito e que dão origem a Panambizinho, como "aldeia velha". Estes lotes estão inclusos na terra demarcada.

²⁷⁸ Refere-se a uma série de práticas rituais voltadas a contenção da presença de bichos considerados prejudiciais aos humanos.

²⁷⁹ Roseli tem 38 anos e nasceu na TI Panambizinho. Ela é neta de Pa'i Chiquito Pedro e Ruivito Galeano Jorge, duas lideranças político-xamânicas importantes na história recente dos Kaiowa desta região.

²⁸⁰ Esta é uma das estratégias utilizadas para intimidar os Kaiowa e se repete com outras famílias.

205

Como dito no item anterior, capitaneados por Pedro Henrique, os Kaiowa marcaram a sua posição contra a utilização de suas terras pela CAND junto às instâncias locais do SPI: o PI Francisco Horta e a IR 5. Porém, a comunicação com a IR 5 não se restringiu às correspondências, criou-se também um fluxo mais ou menos constante de visitas, a primeira e mais memorável é descrita como uma longa caminhada feita por pelo menos 15 casais e seus filhos pequenos.

Vem karai, vem karai! Ele falou vem karai, vem karai, vem karai! Naquela época ninguém sabia falar português! A minha bisavó e o meu avô Antônio Aquino²⁸¹, eles conversava sobre isso. Ele falou vai acabar nosso mato! Naquela época era matão ainda! Tinha só a estrada federal [BR 163]. Tinha anta, tinha bicho tinha tudo. Vivía tranqüilo! Ai apareceu aquele fazendeiro, a fazenda dele ficava lá para o lado da estrada federal, pra lá, ainda, na beira do [rio] Dourados. Aquele fazendeiro chamava Olivar, chamava Xiru Oliverio, Elizário, ele foi o primeiro branco que apareceu aqui falando português... Ai ele falou: - Vai acabar o teu mato!...

E os Kaiowa já tinham se reunido lá na barra do [córrego Laranja Doce no] Brilhante... Ali fizeram reunião. Era lugar de entregador de erva. Eles fizeram um acampamento bem grande ali²⁸²... E falaram assim: - Vai acabar o matão de vocês! Diz que falaram: - Vai acabar, vai acabar!

Então foram para Campo Grande! E lá, falaram: - Não, aquele matão lá, é de vocês! Ka'aguirussu, como é que chama: Kanideju. Kanideju vão entregar para vocês, porque é de vocês mesmo! Não precisa ficar preocupado! (João Aquino)

Ou como conta Valdomiro Aquino:

"Paulito [Aquino] também foi junto [para Campo Grande]! O cabeçante [liderança, *mboruvixa*] era Pedro Henrique. Eles gastaram sete dias para chegar lá. Foram a pé. Esses dias a minha avó [Balbina Francisca²⁸³] estava contando isso! Sete dias, você andando, não é fácil não! Ela falava que eles roubavam a noite! Eles começavam a caminha à uma hora da madrugada, então quando começava a amanhecer o dia, eles já estavam muito longe! Isso chama roubar a noite, andava roubando o tempo da noite! Ai, quando amanhecia, descansava um pouco e já começava a andar de novo...

Parece que chegaram lá e deixaram tudo numa ordem só! Disseram para eles: - Vocês vão ficar aqui! Comida vai ser tudo numa boa. E de lá, mandaram eles de volta aqui por Maracaju. Aqui em Maracaju tinha o trem que passava. A parada dele é ali em Itahum. Então fica mais perto para eles caminharem!"

No entanto, apesar das garantias da IR 5, os Kaiowa seguiram sendo constrangidos em suas terras, pois logo que o grupo retorna da visita a IR 5.

²⁸¹ Nasceu onde hoje é Douradina e faleceu na década de 1960, em Panambi, com mais de 100 anos.

²⁸² Na barra do Laranja Doce localizava-se um dos acampamentos da Cia Matte onde muitos Kaiowa trabalhavam e residiam.

²⁸³ Balbina estava no grupo que foi a Campo Grande se reunir com Horta Barbosa. Ela tem mais de 90 anos e nasceu onde é hoje o município de Dourados, às margens do rio Brilhante. Até os anos 1970 Balbina residiu em Panambi, hoje habita Panambizinho.

127

Eles fizeram uma xixa! Todo mundo alegre, porque ganharam a terra! E não tem engenheiro, ainda, nem nada cortado! Não tinham feito nada ainda! Ai xixaram lá [na casa de Pedro Henrique], mas veio um bêbado e já bagunçou! Bagunçou, e teve briga. Então a polícia dele [Pedro Henrique]²⁸⁴ surrou o índio que estava bagunçando... E [o moleque] correu lá no Dr. Aguirre para contar: - Nos surraram! Nós fomos à xixa deles e nos surraram! O capitão nos surrou! Então, Dr. Aguirre foi lá no Acácio e falou: - Nós temos que ir lá desarmar aqueles índios, porque eles tão bagunçando!...

Era a xixa do capitão [Pedro Henrique]. Quando chegaram de Campo Grande, porque tinham ido dar parte [sobre que estava acontecendo aqui] lá em Campo Grande, fizeram aquela xixa, e ele veio bagunçar! Então ele foi dar parte para o Dr. Aguirre, Dr. Aguirre foi dar parte para o Acácio e o Acácio mandou os índios [polícia indígena] para cá! Acácio veio armado! Desarmou os Kaiowa aqui, levou mais de 500 carabinas. De certo já estava pesquisando para fazer isso! Ai deixou os Kaiowa aqui tudo desarmado, sem ter como matar os bichos para vender o couro. Porque, a gente vendia o couro de mateiro, cateto!... Não tem mais nada. Desarmou todos!

Depois eles [polícia indígena] voltaram e falaram: - Agora viemos para matar o capitão [Pedro Henrique]! Mas não mataram, não! Ele atirou, mais a mulher dele virou o cano da carabina, e o tiro saiu fora. Mas acorrentaram os pés dele e o levaram. Passaram uma corrente no pé dele e o levaram preso... Só dois! Ele [Pedro Henrique] e o Metério... Amarraram os pés deles e disseram: - Vocês estão presos agora! E eles chamaram o Dr. Aguirre, e quando ele viu, falou: - Oh! Agora, nós vamos ganhar a terra! Vamos ganhar a Terra! Diz que ele falou bem assim! - Agora nós vamos ganhar a terra, porque o cavalerita está preso! Está preso, agora vai dar a terra para nós! Porque Pedro Henrique está ali na frente dele amarrado! E hoje cadê a nossa terra? Porque foi verdade mesmo, isso aí!

É, aí que eles foram lá! Eles saíram, saíram aqui pela picada que eles conheciam, que dava lá em Maracaju. Quando chegou lá em Maracaju mandaram um telegrama para o chefe, não me lembro qual é o nome dele! Então mandaram telegrama para o chefe lá em Campo Grande. Naquela época demora, para chegar, porque não anda de carro! Demorou seis dias para eles chegarem a Dourados para soltá-los. Esse tempo todo o capitão e o Metério ficaram com o pé amarrado. Então eles soltaram, desamarraram os dois²⁸⁵.

[Durante a investida da polícia indígena] E eu não sei para onde foi todo mundo! Todos desapareceram! E nós também, eu, meu pai e meu avô. Nós saímos correndo, lá para a beira do Brilhante [na barra do Laranja Doce]! Ficamos socados lá, bem no fundo do mato! Passamos fome! Carrapato, só tinha carrapato!

²⁸⁴ Como era praxe na época, por determinação do SPI, cada *capitão* indígena dispunha de um grupo armado e geralmente violento denominado *polícia indígena*. Em outra versão deste evento, desavenças anteriores desencadearam uma briga entre duas lideranças kaiowa e seus aliados, situação que levou, acidentalmente, a morte de um dos aliados do *capitão*. Embora Pedro Henrique tenha sido acusado e preso pelo homicídio, seu filho teria sido o responsável pelo incidente.

²⁸⁵ Durante o período que os Kaiowa foram obrigados a permanecer no PI Francisco Horta, Pedro Henrique e Metério foram mantidos amarrados por cordas colocadas em seus tornozelos e presas a postes.

[assinatura]

Quem não conseguiu fugir foi preso! Ficou no mato fugido! Nós fomos lá, na beira do Brilhante. Ai eles voltaram [do PI Francisco Horta]. Então foram lá falar para nós: - Pode chamar todo mundo, porque eles já voltaram. Foram chamar as pessoas, para voltarem, para morar aqui de novo. Mas ninguém queria mais voltar! Mas nós voltamos, voltamos todinhos aqui para a aldeia, de novo!... Quando voltamos, teve outra reunião, e eles [mais velhos] falaram: - A Colônia vai entrar!... (João Aquino)

#

César²⁸⁶ falou que era para nós ficarmos na nossa terra. Ele disse: - Essa terra é de vocês. Não precisa sair! Mas Acácio [Arruda] entrou aqui! Ele estava acompanhado da polícia [indígena do PI Francisco Horta]. Havia muito índio junto com a polícia. Acácio veio para desarmar os Kaiowa, ele tirou todas as armas que tínhamos na aldeia e levou embora... Ele era chefe em [PI de] Dourados, mas foi Aguirre que o mandou fazer isso. Aguirre era chefe da Colônia. Acácio mandou os Kaiowa saírem daqui, para o colono poder entrar.

Eles invadiram a aldeia, eles vieram nos atropelar. Tinha muita gente junto com a polícia. Acácio mandou a polícia prender todos os Kaiowa... Eles machucaram Metério, machucaram muito, era sangue, sangue, sangue, que saía! Era muito sangue! Ele tropeçou em um buraco, caiu e o pegaram! Machucaram muito ele. Ele morreu, por causa do machucado. O sargento [da polícia indígena] que o matou. João Uruxu é o nome do sargento. (Paulito Aquino)

Sem o apoio legal e sem encontrar a convivência esperada por parte da IR 5, a coação e a contravenção foram os caminhos buscados pela administração da CAND para pressionar os Kaiowa.

Primeiro a Colônia fez estrada, estradão! Atuba, Dr. Aguirre, Luiz César, esse era fiscal. Luiz César era fiscal da Colônia. Teniente Silva, Kili, esse era engenheiro²⁸⁷, Venito ajudante do engenheiro, Amaro engenheiro, Lauro também era engenheiro. Essa turma é antiga, já faleceu tudo!...

Eles diziam que os Kaiowa tinham que ir embora daqui: - Vai tudo para o [PI] Francisco Horta! Vai tudo, não pode ficar aqui! Nenhum vai ficar aqui! O governo não queria que o Kaiowa ficassem aqui, queriam nos obrigar a ir para o Francisco Horta! Mas Pedro Henrique ficou teimando. Ele foi lá, em Campo Grande! Ele foi a Campo Grande três vezes. [Na primeira vez] Trinta pessoas foram para Campo Grande, a metade delas era kuña [mulheres, acompanhando seus esposos]! Sete dias para chegar! Eles foram lá, em Campo Grande dar parte, para não deixá-los invadir a nossa terra, porque nós não tínhamos mais lugar para onde ir!

Depois, Aguirre e Luiz César, começaram o trabalho na barra do córrego Hum. Então, Acácio que era chefe de posto [Francisco Horta], mandou trinta índios da polícia [indígena do PI] entrarem aqui! Acácio queria levar todos para o posto de Dourados. Ele e as pessoas da Colônia combinaram para levar os Kaiowa daqui!

²⁸⁶ Luiz Egydio César é "assistente" da CAND

²⁸⁷ Refere-se a Paul Thiry, topógrafo que trabalhava para a CAND.

kr

Eles ganharam dinheiro para fazer isso!

Acácio fez a polícia entrar para prender os Kaiowa e tomar as suas carabinas. Eles iam entrando nas trilhas, então descobriam o lugar das casas, entravam e recolhiam tudo. Eles diziam: - Vocês não vão morar mais aqui, vocês vão morar lá! E levaram os Kaiowa para Dourados.

A polícia chegou aqui dizendo: - Vocês vão entregar tudo! Amarraram as pessoas e levaram embora! Quando as pessoas viram o que estava acontecendo, começaram a fugir! Acácio veio de carro, por aquela estrada antiga que puxavam erva. Ele ficava andando com o carro para procurar os Kaiowa. Quando encontrava juntava todos e levava embora!

Era a polícia [indígena], eram dois capitães de Francisco Horta, que vieram aqui! Pegaram todos, levaram todos para o salão da aldeia [de Dourados]. Ficaram três, quatro dias. Mas Pedro Henrique deu parte em Campo Grande. Então eles mandaram as pessoas embora. Porque chegou o diretor, o chefe lá de Campo Grande, de Brasília²⁸⁸. Eles chegaram lá e disseram: - Tem que soltar tudo! Manda todos embora! São Kaiowa legítimos, eles têm que voltar para o lugar deles! Então soltaram todos! Acácio soltou todos! Foi o diretor Acácio que ajudou Aguirre!

Quando o coronel [Horta Barbosa] lá de Campo Grande ficou sabendo, ele veio aqui e perguntou se era verdade que Acácio tinha recebido dinheiro para levar os Kaiowa para Dourados! E contaram para ele que ele recebeu um pacote [de dinheiro], deste tamanho! Diz que o pessoal de Campo Grande deu um duro neles mesmo!

Então, as pessoas que vieram de Campo Grande levaram todo o dinheiro, pegaram todo o dinheiro. Eles disseram: - Não pode tirar Kaiowa legítimo da aldeia, não pode trazer Kaiowa da aldeia! Então, soltaram todos! Acácio soltou todos os Kaiowa! Eu voltei! Todos voltaram! Quem mora aqui, no Itaquiri, até o rio Brilhante, solta tudo! Eu voltei aqui! Ah, eu não saio daqui!... (Lauro Concianza)

###

Quem cortou [os lotes] foi Kili e o companheiro dele, Manoel Dequinha. Foram eles que cortaram e depois deram a terra para o branco. Primeiro colono que entrou chama Kili. Ele é engenheiro, engenheiro Kili e engenheiro Manoel Dequinha. Aquele Dr. Tácio²⁸⁹ não era engenheiro. Tinha Dr. Nogueira, Dr. Manguera e, como que é o nome daquele que morava ali, aquele que deu força para eles? É Teniente Silva.

Teniente Silva que deu força pra tocar os Kaiowa daqui. Acho que Teniente Silva morreu, não sei! Ele era brabo! Ele disse: - É para sair! Todos os Kaiowa têm que sair, tem que ir para Dourados. Ele falou: - Aqui não era terra dos índios, aqui era

²⁸⁸ A menção à Brasília aparece em outras falas e funciona como uma referência ao centro de poder administrativo do Estado.

²⁸⁹ Refere-se a Tacito Pace.

Re

terra dos civilizados. Os índios não queriam sair, mas tiveram que sair! Tiveram que ir morar lá no Posto em Dourados. Mas depois entrou aqui de novo! Aqueles que moravam aqui, que tiveram de sair, voltaram... Ficou mais ou menos um mês lá em Dourados! Depois veio voltando pra cá de novo... Naqueles dias, eu tinha 12 anos, por aí! Eu estava novo ainda, eu não sabia de nada!

Pedro Henrique, aquele capitão, mandou carta para Brasília. Mandou carta para denunciar que estavam nos tocando daqui. Isso foi por causa do Acácio, ele foi o primeiro que mandou os Kaiowa saírem. Foi ele que mandou levar os Kaiowa para Dourados. Então, Pedro Henrique mandou a carta para Brasília. Eles chamaram Acácio, em Brasília, para prendê-lo, o prenderam lá. Ai, os Kaiowa puderam voltar para cá!

Meu pai e minha mãe também foram [levados] para lá, depois voltaram de novo. Perdemos tudo! Mantimento, arroz, feijão, mandioca. Tinha queixada, tinha muito bicho aqui, que comia [a roça de] mandioca, milho. Aqui era mato, então era assim mesmo. Nós deixamos tudo aqui: porco, galinha, cavalo, mantimento, tudo! Perdemos quase tudo!

Ai, depois apertaram, apertaram, apertaram, apertaram, até deixa só um pouquinho de terra. Pensam que a gente é algum novato, que não sabe nada! Ele falou que Kaiowa aqui era pouco! Mas não era não! Kaiowa aqui era muito, aqui era muito grande! Mas faz tempo. Agora já morreu quase tudo! Algum morreu velho, algum morreu novo. Velho, velha, novo, morreu quase todos! Por que isso? Aqui, primeiro era dos Kaiowa, tinha bastante Kaiowa, mas foram embora. Ficaram com medo! Agora já morreu quase tudo! (Brasilino da Silva)

Valdomiro, baseado em histórias narradas por Paulito, conta que quando os Kaiowa estavam detidos no PI Francisco Horta eles tiveram a oportunidade de ver Acácio Arruda recebendo suborno em dinheiro de uma pessoa ligada à administração da CAND, identificada por Paulito como o "colono" que atendia no escritório do órgão, localizado na vila São Pedro. Os Kaiowa também puderam ver a polícia indígena do PI portando as armas de fogo confiscada em Ka'aguirusu. Contudo, a menção de Brasilino à prisão de Arruda é a única referência a qualquer tipo de punição a funcionários do SPI ou da CAND envolvidos, seja nesta tentativa de expulsão dos Kaiowa de Ka'aguirusu, seja em outras situações de violência ou de ações ilícitas.

Como já dito acima, os Kaiowa contam que após este episódio as obras para a abertura dos travessões foram paralisadas, restando ainda para as suas habitações o trecho entre Bocajá, Pedro Japonês²⁹⁰, a barra do córrego Hum e córrego Panambi. Neste momento, o embargo das obras, a oferta de um "churrasco" e a visita de Joaquim Fausto Prado, novo chefe da IR 5, foram vistos como um alento, o mesmo pode ser dito a respeito de seu discurso e de seus presentes. Porém, não precisou de muito tempo para vir à tona a inconsistência de ambos.

²⁹⁰ Pedro Japonês é a designação para um local densamente povoado pelos Kaiowa no período de Instalação da CAND, situado na curva do córrego Laranja Doce, ao noroeste da atual TI Panambizinho. O nome Pedro Japonês relaciona-se ao primeiro colono, de nome Pedro Sizabro, a ocupar um lote da CAND neste lugar (veja mapa 9 e Locais de habitação: Carta Dourados).

Para entrar aqui, fizeram uma reunião na Vila São Pedro. Joaquim Flauto veio fazer reunião. Mataram vaca para fazer churrasco! Eles nos deram açúcar, nos deram roupa, agulha, linha. Eles deram mixaria, para nos enganar e poder entrar aqui! O nome dele é Manoel Rosa. Ele era [do PI] de Dourados. Ele disse que os Kaiowa tinham que sair da terra, porque Kaiowa não presta para nada, Kaiowa não sabe trabalhar na terra, por isso precisa ir embora, tinha que largar a sua terra... Manoel Rosa trabalhava para Aguirre. (Paulito Aquino)

###

Getúlio Vargas mandou o Dr. Aguirre aqui! Dr. Aguirre e Luiz César ficaram aqui! Teniente Silva também ficou! Eles mandaram buscar Joaquim Frado. Joaquim Frado mandou fazer reunião. Fizeram reunião lá na cooperativa! Os Kaiowa foram todos na reunião! Dr. Aguirre, Luiz César, Teniente Silva falaram: - Ele [Fausto Prado] vem de Brasília! E Joaquim Frado falou assim: - Não mexe não, esse não mexe! Não mexe não! Essa aqui é terra dos Kaiowa legítimo, Kaiowa, puro. Aqui é terra dos Kaiowa legítimos!... Não mexe não! Nem Colônia, nem fazendeiro. Não mexe não!

Mas depois que eles fizeram a reunião, aí já começou a Colônia! Eles começaram a trabalhar, a derrubar um alqueire, dois alqueires. Começaram a plantar soja, a plantar café, arroz, milho. Foi Dr. Aguirre que mandou as pessoas aqui para pegar lote, pegar lote, lote, lote. Pegaram todos os lotes.

Dr. Aguirre é branco, é brasileiro. Ele falou: - Kaiowa não trabalha, Kaiowa não tem trator, Kaiowa não tem caminhão, o Kaiowa não tem, Kaiowa não tem! Kaiowa não tem, porque não precisa! Kaiowa precisa de machado, machete, precisa de foice, precisa de qualquer roupa. Kaiowa precisa de um alqueire para plantar mandioca, feijão, arroz, também! Para criar galinha, para comer.

Colônia diz que não tem Kaiowa aqui! Então o branco chegou aqui para trabalhar! Plantou arroz, plantou feijão, plantou milho, plantou cana. Era 1950. Então falaram: Lauro Concianza você tem que sair, tem que ir para o Francisco Horta, Dourados! A aldeia toda tem que ir para lá! Kaiowa não pode ficar aqui! O diretor falou isso, diretor de [PI] Dourados. Ah, não sai! Ah não sai, não sai! Getúlio Vargas mandou! Todo tem que sair! Todos têm que sair! Esse vai mais para lá! Antonio Aquino vai mais para lá, vai mais pra lá, vai mais para baixo! (Lauro Concianza)

###

O trabalho ficou parado ali no Pedro Japonês ficou um ano parado, depois continuou, então chegou em Douradina. De Douradina foi até no Bocajá, do Bocajá veio até aqui [vila Cruz].

Então eles falaram que iam matar 40 vacas para fazer um churrasco. Eles disseram que iam dar um churrasco para nós!... Vieram de chimbica aqui, aquela chimbica mais antiga, para transportar os índios velhos, para levá-los para o churrasco! E falaram: - Vocês vão ganhar presente! Deram calça, roupa, coisa

lv

assim, sabe! Mas era engano, era só para destruir a aldeia. Então os Kaiowa foram, lá, pegaram a carga! Alguém pegou roupa, alguém pegou arroz. Naquela época já usávamos [plantávamos] arroz! Mas aí eles viram pacotão de arroz, e quiseram pegar! Porque nós não sabíamos nada de pacote de arroz. Nós pegávamos, assim, de bolsa. Então pegaram aquele pacotão de arroz! Mas depois descobriram que aquilo era para destruir a aldeia! Lá na hora, ficou tudo mundo batendo palma!

Mas depois já falaram de novo: - Vai lotear, vai fazer lote do mato de vocês! Vai, vai, que vamos enganar o índio. Diz que aquela molecagem, todo mundo batendo palma. Passaram 15 dias, 30 dias, o engenheiro já baixou para cá! Ai, já falaram: Olha! já vai chegar o engenheiro! O engenheiro chegou e já começou a cortar! Porque o serviço deles tinha parado ali em Douradina, mais ou menos por ali... Nós pensávamos que eles tinham largado o serviço. Ai eles chegaram lá, e começaram a fazer o serviço de novo. Foram abrindo [os travessões], até chegar no Brilhante! Quando chegou no Brilhante aí voltou... mas, vem fazendo só na beirada, só até a divisa da aldeia. Demorou uns dois anos, mais ou menos, aí então fizeram os travessões dentro da aldeia. Fizeram o Travessão do Café, Travessão do Renato, Travessão do Dácio e o Travessão de Vila Vargas. Travessão da Vila Vargas, passou o Travessão do Salfrei, passou [Travessão 44], passou [Travessão] 46, passou [Travessão] 60. A quadra 66 é para lá, fica para lá de Douradina. Aí chegou no Bocajá, quadra 68: Travessão do Ló e Travessão de Carmelândia. Hoje é que fala Carmelândia, naquela época tinha outro nome. Fica lá perto do rio Brilhante, e emenda naquele travessão que saiu daqui. (João Aquino)

Paralelo a isso, a substituição do *capitão* Pedro Henrique por Honório também mostra a força do acordo efetivado entre Fausto Prado, Fioravante e Aguirre. Honório não possuía expressão entre as parentelas Kaiowa, pelo menos entre as que hoje habitam Panambi e Panambizinho. Obteve poucas informações a seu respeito e desconheço a sua rede de parentesco. Ele habitava próximo ao Laranja Doce, não muito distante da vila Panambi, em um local designado pelos Kaiowa de Ruminguinho kue. Honório faleceu neste local, possivelmente antes do encerramento dos trabalhos da CAND. No entanto, quanto aos termos do acordo que deveriam beneficiar os Kaiowa, a posição da CAND foi bastante diversa, criando uma imensa instabilidade, como mostra os depoimentos dos filhos de Paulito:

Tem um pedaço lá, 500 hectares que nós requeremos. Hoje ali é aldeia Lagoa Rica [ou Panambi]. Pode ver lá no posto [PI Panambi] o documento. E fazendeiro também já comprou! Comprou por 8 milhões. Paulo Moraes foi quem comprou, só para destruir aquela aldeia. (João Aquino)

###

Nós morávamos lá onde hoje é Lagoa Rica [Panambi], mas a missão²⁹¹ requereu aquela terra e nós tivemos que largar a casa velha. Levamos mais de semana para encontrar um lugar bom! Aí construímos a *oygusu* [casa grande] nova, bonita que

²⁹¹ Refere-se à *Indianner Pionner Mission*, mais conhecida como Missão Evangélica Unida ou Missão Alemã que se instalou em um terreno, hoje contíguo a TI Panambi em meados dos anos 1960.

kv

estava. Mas eles tomaram a nossa casa!... Não ficou ninguém cuidando, todo mundo tinha saído: um foi para cá, o outro foi para lá. Então a casa ficou vazia. Aí, quando voltamos, os colonos já estavam dentro da nossa casa. Benedito Pancada foi quem tomou o lote do meu pai. Então foram todos de novo para Campo Grande, porque eles falavam que 500 hectares eram para ficar só para os Kaiowa. Então eles foram lá para requerer isso!... Foi depois que nos mudamos lá para [o córrego] Panambi. (João Aquino)

###

Paulito tinham dois lotes encostados no [córrego] Panambi. O colono chegou querendo expulsá-lo. Então Paulito foi conversar com o chefe da Colônia, mas não serviu para nada. Eles mandaram todos os Kaiowa saírem dali. Foi aí que Paulito mudou para Lagoa Rica. (Amilton Aquino²⁹²)

###

Em nasci lá onde hoje tem a missão [Alemã]... Primeiro Paulito morava em Douradina, em Guyra Puku kue, mas ficou com medo dos brancos e foi morar nesse lugar que eu nasci. Então, o colono veio e cortou de novo, e tivemos que ir embora... Então Paulito mudou para Lagoa Rica, foi morar junto com [seu irmão] Kapaju. (Maria Aquino)

O grupo de parentes de Teresa Aquino, também exemplifica como as parentelas que viviam em Ka'aguirusu foram permanentemente desalojadas de suas habitações, passando a perambular pelas, cada vez mais escassas, terras desocupadas. Sem opção, o grupo seguiu para terras paranaenses, onde viviam alguns de seus parentes.

Aqui no Ìpaparĩ [vila Panambi] tinha bastante *te'y* [parentes], tinha *tekoha* grande. Eu e meu marido tínhamos a nossa roça ali... Quando eu tinha 17, 18 anos eu estava casada. Mas antes eu já morava ali. Meu pai, minha mãe, os irmãos deles também moravam junto. Tinha muitas famílias morando naquele lugar... Ìpaparĩ era *te'y jusu*...

Primeiro, eles [empreiteiros ligados a CAND] chamaram os índios para trabalhar... Abrindo picada, derrubando o mato, roçando, roçando! Arrancando tudo! Naquela época não tinha trator. Meu marido também ajudou, ele trabalhou para abrir o mato...

Depois, os colonos vieram entrando e foram expulsando as pessoas. Foi expulsando devagarzinho. O Kaiowa foi indo mais para frente, mais para frente!

²⁹² Tem 59 anos, nasceu onde hoje é Bocajá. Em 2004 separa de sua esposa e deixa Panambi para morar em Panambizinho.

20

Os colonos vieram cortando, para poderem morar! Os índios foram mudando de lugar, mudando de lugar. Nós tivemos que ir para outro lugar! (Teresa Aquino²⁹³)

A este respeito Dorícia e sua filha Alda contam:

No tempo que eu era mais nova, nós já vivíamos aqui [vila Panambi]. Não tinha preocupação com nada. Trabalhava na roça, no mato tinha bastante comida... Morávamos junto com Chiquito...

César, João, Araldo, André, Kili, José da Cruz. Eram essas pessoas que trabalharam para abrir as picadas. César era engenheiro! Quando elas começaram a trabalhar aqui elas pediram licença para o Chiquito, para levar água, para puxar água para o acampamento deles. Chiquito também fornecia cana, banana, mamão. Essas coisas que eles pediam para poderem se alimentar. Então, eles traziam a carroça para carregar.

Primeiro eles puxavam as carroças pelas trilhas, mas depois disseram que iam abrir uma picada maior para poder entrar com o carro. Com essa desculpa, eles foram abrindo mais para o nosso lado. Foi aí que fizeram o Travessão do Cachorro... Travessão do Cachorro é o nome antigo do Travessão da Lagoa [divisa oeste da TI Panambizinho]. Abriram também esse travessão que vai dar lá na estrada para Dourados [estrada Gumercindo Pimenta]. Aí já fizeram o travessão que leva até Douradina, depois abriram até o Bocajá, abriram outro travessão em Cruzaltina, junto ao Travessão 48...

Só que o primeiro travessão que eles abriram foi só para colocar veneno. Aí veio o César, esse César que trabalhava no SPI²⁹⁴. Ele falou: - Vocês não podem mais andar nessa plantação, porque isso que tem aí queima! Isso aí é veneno! Então todo mundo ficou assustado! Eles botaram veneno para secar o mato, para depois queimar e arrancar os tocos. Esse foi o primeiro trabalho que eles fizeram!

Teve Kaiowa que espalhou... Teve medo e foi embora. Akãdare, Semanário, Mãduka, Nasario, Osório, Augusto, Enari... foram embora... Não sei [para onde foram], acho que foram para o Paraguai, lá para o lado do Paraguai. Mas meu pai [Chiquito] falou: - Nós não vamos embora! Vamos ficar aqui mesmo, firme! Eles podem nos mandar embora, mas nos não vamos sair daqui! Então nós não corremos! Meu pai ficou aqui, foi enterrado aqui! Vitorino faleceu aqui também. Mas Karão, a família dele esparramou... (Dorícia Pedro)

###

²⁹³ Teresa nasceu onde é hoje a vila Panambi, ela viveu durante alguns anos entre parentes no Paraná, mas faleceu na TI Panambi em 2002, com 72 anos. Em outro lugar transcrevo uma fala de Teresa onde ela afirma ter vivido no Paraguai, contudo os filhos que a acompanharam nesta viagem afirmam que Teresa nunca morou no Paraguai, mas tem estreitas relações de parentesco com os kaiowa que vivem no Paraná, estado onde ela morou durante alguns anos. A noção kaiowa a respeito da fronteira Paraguai-Brasil, suscita questões importantes que ainda não foram foco de estudos mais aprofundados.

²⁹⁴ Como indicado anteriormente, trata-se de Luiz Egidio César "assistente" da CAND. Porém, ao que parece, houve momentos onde as ações do SPI e da CAND estavam tão afinadas que os Kaiowa confundem os órgãos a que os funcionários estão ligados.

hr

...Foi depois que eles começaram a cortar [os lotes]. Roçaram [tiraram o mato] até onde era a divisa da aldeia [de Ka'aguirusu]. Aonde eles limpavam, iam colocando os postes. Ninguém se importou com os postes, porque nós não entendíamos para que servia aquilo! Pensávamos que eles estavam só abrindo a estrada na divisa da aldeia. Mas depois fomos entender, porque onde eles colocaram os postes foi onde os colonos levantaram as suas casas... Eles começaram a construir casas encostadas nas nossas. Então eles diziam: - Não aqui é minha terra, aqui você não pode vir mais!

Os colonos construíram uma casa bem pertinho da nossa. Então, já diziam: - Isso aqui é nosso! Vocês não podem mais passar aqui! Se passar de novo, vai levar tiro! Eu não entendia o que eles falavam, mas meu ñamói [meu avô] Chiquito já entendia bem, então ele nos contava isso! Foi assim que eles começaram a tomar conta da nossa região!... (Alda Concianza Jorge)

No entanto, neste período já tinham sido iniciados os estudos voltados para a demarcação das "terras de Panambi", desencadeados a partir da intervenção de Joãozinho Karape, na época uma das importantes lideranças de Ka'aguirusu. Como mostra Izaque João em sua pesquisa, Karape se dirige ao Rio de Janeiro para pedir a intervenção de Getúlio Vargas a fim de garantir o direito Kaiowa sobre suas terras.

"...[Joãozinho Carapé] resolveu assumir a responsabilidade de defender a sua terra, e resolveu levar o problema da invasão dos colonos até o *mburuvixa guasu* [o maior que está a frente, liderança], presidente Getúlio Vargas.

Joãozinho se preparou para a viagem e levou com ele Pedro Sanabrio, um parente de sua mulher. Faltando um dia para a viagem... colheu espigas de milho branco, e abóboras para levar para o presidente da república...

Joãozinho [que fez a viagem a cavalo] chegou ao Rio de Janeiro e foi recebido por uma tropa de soldados que não permitiu a sua entrada no local onde trabalhava o presidente, mas pediu para que os dois aguardassem algum tempo, e eles esperaram com muita paciência. Muitas horas depois o assessor do presidente foi falar com eles e perguntou: Por qual motivo vocês querem falar com o presidente? Os dois nada falaram, apenas ofereceram os produtos da roça, os colocaram no chão e começaram a cantar e dançar com a chaqualha [mbaraka]...

[Frente ao constrangimento da situação, eles são afastados do espaço público em que se encontram e alojados em um galpão, onde passam a noite.]

No outro dia um soldado entrou onde eles estavam hospedados e pediu para os dois o acompanhar. Então os dois ficam felizes e aliviados.

Joãozinho e Pedro subiram uma escada e finalmente chegaram a um porta onde havia cinco soldados cuidando dela, e dentro estava um homem bem vestido, que era o presidente Getúlio Vargas... Os dois mostraram novamente os produtos produzidos nas suas terras, para o presidente que abriu as portas do gabinete para eles.

Quando os dois saíram do gabinete foram levados por um soldado em lugar onde havia um buraco [pela descrição de Izaque um poço] de aproximadamente 100 metros de profundidade. Os dois teriam que passar por uma prova física de

resistência para ganhar a terra. A regra era um de cada vez, descer através de uma corrente com uma vela acesa na mão, e se saísse do buraco com a vela acesa ganhava a terra, e quem saísse com a vela apagada perdia a terra²⁹⁵. Os dois conseguiram sair com as velas acesas nas mãos daí, então o presidente disse a eles que mandaria um engenheiro para Mato Grosso para fazer a demarcação das terras.

Joãozinho e Pedrinho ganharam muitas coisas após este encontro com o presidente. Quando eles voltaram da viagem trouxeram muitas coisas além da boa notícia para a sua comunidade. Os dois chegaram com roupas novas e chapéus na cabeça. O pedido de Joãozinho foi atendido. O presidente enviou um engenheiro, que ficou hospedado em sua casa...²⁹⁶

Ainda de acordo com os índios teriam sido colocados marcos definindo os limites das terras kaiowa:

Porque na época que chego Jorge Erematos, ele falou: vocês têm que medir a terra de vocês já! Aí ele fez a medição! Aqui no Panambi, ele midiu aqui, até no Itaguasu, do Itaguasu ele midiu até aqui no braço morto, aqui no braço morto, eles fizeram assim, oh! [No chão, João desenha uma linha reta ligando o braço morto do rio Brilhante à foz do córrego Hum, no mapa já desenhado, onde me ensinava as relações dos kaiowa com o espaço habitado] Aí ele veio até aqui [Panambizinho]. Desse jeito que eles fizeram...

Foi índio que midiu: Paru Guasu, o Lídio²⁹⁷, o Palácio²⁹⁸, Paulito Aquino, e Pedro Henrique, aquele que era o capitão...

Ai levaram aquele ferro e colocaram ali na barra do Sardinha, ali na barra córrego Hum. Tá lá o ferro, assim oh!... Dizem que é o marco, né!... Eu não cheguei vê, porque eu tava em casa, mas meu pai viu! Ele conta que eles fizeram uma picada. Eles andavam a cavalo e foram fazendo uma picada com o machete [ampliando as picadas kaiowa]. Fizeram com machete, para poder entrar com o cavalo! (João Aquino).

Entretanto Ilia Karape²⁹⁹, filha de João e Juliana, afirma que a visita do "engenheiro do SPI" rendeu o reconhecimento de terras entre os travessões 40 e 44, junto na margem direita do córrego Panambi, próximo a foz do córrego Itaquiri, isto é, ao sul da atual TI Panambi.

Como mencionado na introdução deste estudo, o primeiro processo demarcatório das "terras de Panambi" data de 1949 e, ao que parece pode ter alguma relação com esta viagem de Karape. Por outro lado, pode se observar no texto de Izaque que a ausência de respeito à pessoa do índio ultrapassa em muito a questão fundiária. Izaque ao comentar comigo a "prova" envolvendo o poço e a vela, afirma não

²⁹⁵ De acordo com o relato que me fez Izaque, ambos tiveram muitas queimaduras nas mãos, enquanto "cumpriam esta tarefa".

²⁹⁶ João, s/d: 05-06. Izaque é historiador, formado pela UFGD e professor na Escola Indígena Joãozinho Karape Fernandes, localizada na TI Panambi.

²⁹⁷ Respectivamente irmão e filho de Pedro Henrique Misael.

²⁹⁸ Genro do pai de Paulito Aquino.

²⁹⁹ Ilia tem 58 anos. Ela nasceu em Douradina e habita na Reserva de Dourados.

lv

compreender exatamente o seu significado, mas defende a sua veracidade, pois o fato foi relatado com muita riqueza de detalhes e sem contradições por diferentes pessoas que conviveram com Karape e Sanábrio. Contudo, em nenhum momento Izaque levantou a possibilidade de a guarda da presidência da república estar fazendo algum tipo de troça com uma *liderança* indígena, o que, a luz dos acontecimentos pode ser uma explicação plausível. De qualquer forma, como demonstro na segunda parte deste estudo, Karape alcançou seu objetivo e a presença de um engenheiro, enviado pelo governo para assegurar a posse das terras kaiowa, associado a sua forte liderança e a crescente redução dos espaços disponíveis fez com que muitas parentelas convergissem para Panambi ou Lagoa Rica³⁰⁰.

No entanto, as associações entre a CAND e funcionários do SPI continuam a se impor aos direitos legais kaiowa.

Antes de o branco chegar, tinha índios até o porto Vilma. Douradina só tinha picada, Colônia chega em 1944. Raul estava em Dourados quando a Colônia chegou. Chamaram os índios em Dourados um a um, e explicaram que o branco ia chegar: se tinha morador índio, branco não entrava; quando não morava índio, era lote de branco.

Já misturou civilizado com índio para tomar tudo. Cortaram em lote e deram uma escritura para os índios velhos - enganado, tudo enganado. Era um papel pequeno. Ficou um ano misturado, depois o administrador chamou os índios para avisar que não pode misturar.

Ruivito, meu pai, que morava no lote 44, recebeu ordem para ir para a aldeia de Dourados. Foi assim com todos. Pedro Henrique, Dominginho [ou Ruminginho], Livino, Paraguasu [ou Paru Guasu ou, ainda, Paulo Guasu] brigaram com os colonos e conseguiram ficar em Lagoa Rica.

Raul vendeu terra dos índios para o colono e a escritura que deu para o índio teve que devolver.

Pedro Henrique morava no [lote] 43, na Beira do Braço morto, brigou com [os colonos] Antonio e Miguel Rosa - botou fogo na casa de Pedro Henrique e do Lídio e ainda sai risando do índio. Os dois saíram na marra e defendeu o que pode pegar" (Ricardo Jorge³⁰¹ - In. Silva 1982: 20).

Ainda de acordo com Ricardo, Raul Ageo era agente do PI Francisco Horta³⁰², ele teria "vendido" os lotes que estavam em posse dos Kaiowa: "...Ele pegou de volta os bilhetinhos (as escrituras) que a Colônia tinha dado para os índios, fez isso para poder vender os lotes para os colonos". Porém a CAND também se utilizou de outros expedientes para garantir a sua soberania na distribuição dos lotes.

³⁰⁰ Estes índios se concentraram em terras próximas a uma lagoa denominada Lagoa Rica, daí a adoção deste nome para o lugar. Por outro lado o SPI e, posteriormente, a Funai seguiram se referindo a esta região como Panambi.

³⁰¹ Tem 65 anos, nasceu em Montese e reside em Panambi.

³⁰² No entanto, este nome não figura nos documentos expedidos pelo SPI no período.

[no início dos anos 1960] ...Eu ouvi os colonos conversando, lá no [Travessão] 44, sobre essa coisa, de pagar requisição. Tinha que pagar requisição! Quem não pagava requisição, até colono perde o direito, perde o direito do lote que demarcaram. Então, aí que eu pensei: se tem que pagar a requisição, foi por isso que meu pai perdeu os lotes! Meu pai não pagou, ele não pagou e perdeu três lotes. Ele teve que dar três lotes bons! Porque o colono chegou lá e falou: - Não, aqui é meu, é meu! Você tem que deixar o lote, tem que largar o lote! Então ele largou os lotes. Por isso que o meu pai perdeu! Tem que pagar requisição...

Eles deixaram todos [os Kaiowa] com lote. Todo mundo ficou tranquilo, usaram o lote mais ou menos um, dois, três anos. Depois que vieram falando: - Não, aqui é meu! O branco chegou falando: - Não, aqui é meu! Eu paguei lá em Ponta Porã, é meu! Aqui é meu, aqui é meu! E o índio tem que largar. Foi indo, foi indo, foi indo, e acabou. Aqui estava cheio de Kaiowa, cada um tinha seu lote. Mais aí ele chegava, ele obrigava! Falava assim: - Oh, vou dar 200 pelo seu lote, quer vender? Naquela época 200, era dinheiro! Mas falava assim para enganar. Coitado do Kaiowa! Ele tem fome de dinheiro, ele foi deixando entrar, e foi indo, indo, até que acabou!

O Kili falou: - Aquela terra é de vocês! Mas era só história, também! Ele falou: - Aquela terra é de vocês, mas pegou para fazer estrada. Se não tivesse feito a estrada, eles não tinham feito a Colônia... O empreiteiro paraguaio veio para furar a estrada, então, o branco já veio, achando a oportunidade para poder fazer a divisa, para fazer os lotes! Isso que aconteceu, os paraguaio fizeram a estrada, se eles não tivessem feito a estrada, não destruíam a nossa aldeia! Porque quando não tinha estrada, ninguém entrava no mato, porque tem medo. Então fizeram a estrada, aí já vem caminhãozinho, aquele fordal. Fordal foi o primeiro caminhão que entrou aqui no Mato Grosso. Caminhão Ford, ele era de uma roda só, não tinha duas, não. Então o caminhão entrou e já vai levando a comida, lona, e essas coisas! Levava carne! Nós nem conhecia vaca, não via vaca, não via carne de vaca. A carne de vaca vinha de fora. Eles traziam no caminhão e deixavam lá no acampamento.

Agora, o branco fala que aqui não tinha índio. Está aí o índio! Se quiser provar eu levo lá na casa do Jacinto. Jacinto viu o Kaiowa. Ele chegou aqui e entrou no mato. Entrou no mato pulando, caindo. Porque branco não sabe andar no mato, ele cai, ele tropica, o sapatão dele cai! É desse jeito! Jacinto está lá ainda... Mora lá perto de Douradina. Ele foi o primeiro cara que entrou, que requereu o lote aqui na nossa aldeia! Para depois querer dizer que não viu índio!

Porque eles falam que não tem índio! Como que não tem índio? Eu vi os caras, eles vinham aqui comer da roça dos índios. Todo dia pegava batata, milho, arroz. Arroz eles não tinham! Para comer arroz eles tinham que ir até Campo Grande para poder comprar. Agora eles falam: - Ah! não vi índio, quando nós chegamos aqui não vi, mesmo índio! Não tinha mais índio! Tinha uns que estavam sempre encontrando com os índios no caminho!...

Depois que esse travessão chegou, mais, o Kaiowa correu tudo, depois morreu tudo! Não voltou mais! Então, é por isso que eu falo, o branco pode falar que é mentira! Mas é verdade! O Kaiowa saiu, saiu, foi embora. Mas o Kaiowa chegou aqui antes do SPI. Porque eles vieram, fazer esta estrada federal, e depois entregaram tudo para o Kaiowa.

Porque lá na barra [do córrego Laranja Doce], no Brilhante, quem comandava era Hilário... Então, hoje chega naquele lugar, só vê gado! Só vê gado, carneiro, peru, porco. Isso eu vi na televisão. Não fica longe daqui, fica mais ou menos 40 quilômetros. Fica pertinho, quase beirando a cidade. Aquela ponta era nossa aldeia. Era bem grande essa aldeia, era chão mesmo!

Eu andei aqui rapaz! Aqui em Itaporã, atravessando daqui, na reta do telegrama [BR 163] dá mais ou menos 30 quilômetros. Eu falei para minha mulher, esses dias que nós fomos de bicicleta até para lá de Itaporã: isso tudo aqui era aldeia. Primeiro a Colônia entrou, depois o fazendeiro foi aumentando a terra, então foi acabando. Eles ficaram ricos, ficaram os donos ricos. Ai, quem vai poder tirar eles daí? Eles falam: - Eu paguei, tenho todo o direito! Lá sei eu o que ele pagou, mas é desse jeito que está!

Ali em Itaporã, ali eles fizeram cidade! Itaporã hoje já tem mais de 150 mil habitantes, tudo dentro da aldeia. Ai, deixaram o Panambi, no córrego Panambi para nós. Ali no braço morto ficou para nós. Depois vieram os últimos colonos e acabou! (João Aquino)

Paralelo a concentração em Panambi, mais ao sul de Ka'aguirusu sob a liderança e Chiquito, os Kaiowa também disputam com a CAND a permanência em suas terras. Como dito anteriormente, várias parentelas deixaram às margens dos córregos Guavira'i, Yasori e Guasu Piru, depois que a CAND instalou ali seu escritório. Algumas delas, lideradas por Pa'i Chiquito Pedro, se instalaram em Tuju Pitã, local a oeste da barra do córrego Hum (vila Panambi), para logo em seguida serem novamente deslocadas para Panambizinho, local onde Chiquito e seu filho Martim Capilé³⁰³ receberam seus lotes.

As primeiras pessoas a chegarem nesse lugar³⁰⁴ foram Chiquito, eu e os nossos parentes. Porque ele [Chiquito] disse para mim: - Vamos mais para frente um pouquinho!.. Não havia nenhum branco morando aqui! Quando nós chegamos aqui, não havia ninguém. Eu não conhecia branco, nunca tinha visto um branco!

Eu ouço você perguntar sobre o tempo dos antigos, e me lembro de Chiquito, de quando ele estava vivo! Lembro de como era esse nosso lugar! Esse nosso lugar chama Ka'aguirusu... Primeiro, nós morávamos mais adiante [em Tuju Pitã]... um pouco depois do Xiru Karai³⁰⁵. (Ramonita Ramonita Faustina³⁰⁶)

###

Quem sempre fazia movimento, para organizar os Kaiowa, para não perderam o mato era Joãozinho Karape. Primeiro foi Pedro Henrique, depois teve Vitorino e Horácio Aquino também! Eles não queriam deixar cortar [lotear] a aldeia. Eles

³⁰³ Nasceu próximo à barra do córrego Hum (Dourados) e faleceu em Panambizinho, em 2002, com 90 anos.

³⁰⁴ Refere-se aos dois lotes onde se consolida Panambizinho.

³⁰⁵ Tuju Pitã e Xiru Karai estão incluídos na TI Panambizinho, homologada em 2005.

³⁰⁶ Ramonita era esposa de Chiquito. Ela nasceu próximo à margem do córrego Yakãju (Dourados), e faleceu em Panambizinho em 1998 com 120 anos.

queriam deixar o mato livre! Eles falavam para as pessoas que não podia deixar mexer no mato, porque se deixassem mexer, o mato acabaria! Eles fizeram muita reunião para explicar isso para nós!...

César era engenheiro, Kili era engenheiro, Dr. Tarcio, Dr. Mangueira, esse era engenheiro *huvixa* [que estava à frente, liderando]. Ele não deixava cortar [lotear], mas vieram outras pessoas e cortaram. Kili também não deixava fazer lote³⁰⁷. Mas eles fizeram picada e fizeram o loteamento. Depois que cortaram, deram-nos o lote. Eles estavam invadindo todo o lugar! Eu fiquei preocupada, porque eu tinha os meus filhos e não tinha mais terra para eles...

Eles chamavam os Kaiowa para fazer os travessões... Martim, Amâncio, Inácio, Enari, Nasario trabalharam com eles, mas depois eles ficaram com medo e foram embora! Porque queimaram tudo! Depois que terminou [de construir] esse travessão daqui [Gumercindo Pimenta], eles colocaram fogo para queimar tudo! Queimaram lá para o lado do Bocajá também! Depois que refrescou [que as brasas se apagaram], eles colocaram veneno. Eles diziam que era veneno para matar o mato. Eu estava na roça, pegando milho, já tinha enchido o *minaku* [cesto]. Então chegou César e disse: - Não pode usar esse aí! Pode jogar tudo fora! Se vocês comerem vão ficar doentes! Disse isso, porque eles tinham colocado veneno no mato!...

Chiquito foi falar com César e disse para ele: - Vocês estão matando o mato! Se vocês querem se prejudicar, para vocês isso pode não ser problema, mas nós estamos preocupados, porque vocês estão prejudicando a nossa comunidade! Mas ele respondeu: - Vocês quem sabem! Se quiserem ficar podem ficar, mas se quiserem ir embora, também podem ir!...

Zé da Cruz fez um rancho aqui! A casa era toda com tronco de jarakatia. Foi por causa dele que ficou o nome de vila Cruz³⁰⁸. A casa dele era naquele travessão que vai para Dourados [estrada Gumercindo Pimenta]. Esse é antigo! Ele trabalhava para abrir a divisa [ou os limites de Ka'aguirusu] Ele trabalhou mais ou menos uns cinco anos. Depois ficou morando ali. Ele dizia para nós: - Se vocês não querem sair daí, não tem problema! Pode ficar morando aí! Nós não queremos prejudicar vocês! (Aurora Catarina)

###

A primeira estrada aberta foi a estrada [Gumercindo Pimenta] que passa na vila [Panambi]. O primeiro colono que entrou ali chama José da Cruz, e o outro chama Francisco Freitas. José da Cruz foi o primeiro branco a abrir picada. A picada ia até a casa que ele fez para ele... Depois que terminaram esta estrada as pessoas da Colônia foram embora. Só esse José da Cruz e esse Francisco que ficaram morando ali.

³⁰⁷ As contradições entre as posições demonstradas por funcionários da CAND e do SPI em relação à sequência dos trabalhos de loteamento parecem refletir as controvertidas decisões apresentadas pelos órgãos, como demonstrado no item anterior.

³⁰⁸ Hoje vila Panambi.

Manoelito Akoa [ou Manoelito Pedro] é meu cunhado, ele morava aqui. Nesse lote morava Ruivito [Galeano Jorge], nesse morava [Xiru] Haku. Aqui era lote de Lauro [Concianza], aqui era de Nelson [Jakare], esse era de Cidinho [Pedro], e aqui Naim [ou Neico Pedro]... Eles são os meus cunhados. Aqui era de Pa'i Chiquito, e esse aqui era de Martim. Martim é filho de Chiquito e é o meu marido! Aqui morava meu irmão, João é o nome dele. Esse aqui é do Emílio, eu sou filha dele. Ele chama Emílio Barbosa, e aqui moravam as minhas irmãs. O lote delas já encosta no Laranja Doce...

Lotes ocupados pelas famílias do *tekoha* de Pa'i Chiquito Pedro

Pergunto a respeito da localização da casa de Chiquito e Maria Lidia fez esse desenho no chão, enquanto respondia minha pergunta.

Primeiro eles disseram que podíamos ficar, mais os colonos foram chegando e dizendo para nós que o lugar era deles: - Ah, você mora aqui? Mas aqui é o meu lote! Você tem que mudar. Depois vem outro: - Ah esse é o meu, você não pode morar aqui! Então tivemos que sair!... Largava tudo. Deixava a casa para trás! Assim que eles foram nos tocando, nos tocando, foi apertando, apertando! Até que sobraram esses lotes [Panambizinho], que o meu sogro pegou.

Alvirante também morou aqui [em Panambizinho], mas ele achou que ficou muito apertado para ele, então ele não quis mais morar aqui... Alvirante, Solteiro, Polaco, Xiru'i, Tua Pa'i foram embora... Eles foram para o Paraguai! O Porino também mudou! Ele ficou com medo, então mudou para [Reserva de] Dourados. Ele foi enterrado lá! Porino tinha lote, estava fazendo a roça dele, mas não quis ficar. Ele ficou com medo e foi embora.

RV

Juntou muitas famílias aqui na aldeia [Panambizinho], mas não tinha lugar para todas, ficou muito apertado, então as pessoas começaram a ir embora... Ia para outro lugar, tem gente que foi para [a Reserva de] Dourados, outros foram para o Paraguai. Lício também foi embora, Urete... Urete Concianza. Ele é irmão do Lauro, foi morar na aldeia de Dourados. Rokito [da Silva] ficou, está enterrado aqui! Ábrai, Segundo, Marcelo, Vasori, Pedro, Nicete, Tayri, Vicente, Teodorico, também ficaram! (Maria Lídia Marta³⁰⁹)

###

Fizeram a estrada [BR 163], depois veio o trator! Antes tinha só mato, de [rio] Dourados, pra cá, até o rio Brilhante, era só mato! Depois a Colônia mexeu e acabou! Os Kaiowa tiveram que se juntarem todos aqui [Panambizinho].

Eu morava ali na barra [córrego Hum]. Morávamos juntos ali! Eram quatro *oygusu*! Fazia xixa, fazia garapa, plantava cana, criava porco, plantava banana. Tinha muita planta na roça! Mas quando a Colônia entrou queimou tudo! Colono não quer saber de casa de sapé, então queimou tudo! (Ramona Mônica³¹⁰)...

Quando os Kaiowa dizem “tem que ir mais para frente”, “tem que ir mais para lá” eles estão se referindo as experiências como as transcritas a cima. Nas diversas narrativas apresentadas se percebe que quando é selado o acordo entre Fausto Prado e a CAND, permitindo a retomada do loteamento, mediante a distribuição de lotes aos Kaiowa, eles estão concentrados entre o Bocajá, o Pedro Japonês, a barra do córrego Hum e o córrego Panambi³¹¹. O critério para uma família indígena receber um lote era a posição da sua casa no conjunto do loteamento. Cada lote que possuísse uma casa kaiowa deveria ser entregue a família que ali habitava. Porém, tanto os documentos analisados no item anterior, como as falas kaiowa apresentadas acima mostram que a CAND não tinha a intenção de manter qualquer reserva de terras aos Kaiowa seja ela na forma de lote ou de área contínua com 500, 1.500 ou 2.000 hectares. Assim, qualquer negociata ou acordo político era suficiente para desalojar os kaiowa de suas terras.

Getúlio Vargas entrou em 1945, ele repartiu a terra dos Kaiowa para poder invadir. Todo mundo ficou com medo e correu, esparramou tudo. Ele mandou o engenheiro para repartir a nossa terra, para entregá-la para os brancos. Engenheiro chama Kili, tinha o Aquiles também, depois Aquiles ficou doente Marcolino começou a trabalhar no lugar dele. Eles foram cortando, cortando até o Bocajá! Eu morava perto do Bocajá, era lugar tranquilo. Nós tivemos medo, tivemos que correr! Eu, a mulher e os filhos tivemos que mudar de lugar!...

Mas teve Kaiowa que não quis correr. Nós dissemos que não íamos sair daqui. Então eles nos deram lotes, depois nos obrigaram a vendê-los para eles de novo. Eles pegaram toda a terra para eles de novo! (Paulito Aquino)

³⁰⁹ Tem 72 anos, nasceu ao norte da barra do córrego Hum (Dourados), reside em Panambizinho.

³¹⁰ Tem 98 anos, nasceu em Douradina e reside em Panambizinho.

³¹¹ Como detalho na segunda parte, esta concentração já foi fruto de diferentes deslocamentos.

kr

Como abordado no item anterior, os Kaiowa, em diferentes falas se referem a “entrega” ou a “venda” de seus lotes, porém isso precisa ser problematizado, pois, por força da regulamentação da CAND a venda dos lotes estava vetada. O procedimento usado ora pelos Kaiowa, ora pelo SPI, ora pela CAND, como mostra a documentação expedida por estes órgãos indica que tais procedimentos se deram, mais uma vez, de acordo com o disposto no acordo entre Fausto Prado e Aguirre, no qual consta “a reserva, por parte da CAND dos lotes ocupados pelos índios, facultando aos mesmos o direito de dispor de suas benfeitorias e lotes, em favor de terceiros, mediante indenização”³¹². Portanto, não se tratar de venda dos lotes, mas de indenização pelas casas e plantações abandonadas pelos Kaiowa em seus lotes. Aliás, como pode ser lido no documento fornecido a João Karape (transcrito acima), quando este entrega o seu lote para a administração da CAND.

Egon Schaden, que fez “visitas ao Panambi” em 1949 e 1951, e Orlando Andrade, na época diretor da Missão Caiuá comentam esta questão. De acordo com Schaden os Kaiowa “se desfazem dos lotes em troca de algum dinheiro, de uma espingarda ou de outra coisa de interesse imediato” (1969: 194). Enquanto Andrade indica a dificuldade deles em dividir o seu espaço com tantos não-índios³¹³, pois, como mencionado anteriormente, para os Kaiowa, participar do projeto da CAND não era uma alternativa viável. De qualquer forma, venda, troca, abandono ou expulsão foram as suas experiências frente às práticas impostas pela administração da CAND para consolidar o seu projeto de colonização, ora apoiado, ora contestado pelo SPI. Projeto este colocado como uma alternativa para a solução de problemas sociais enfrentados pelo país, como defendia Vargas em sua propaganda da “marcha para o oeste”, mas que em inúmeras oportunidades se mostrou mais a serviço de interesses individuais e/ou político-governamentais. Porém, indiferentes aos reais beneficiários finais, foram os Kaiowa que sofreram e ainda sofrem as consequências:

“Era muito Kaiowa nessa região! Mais, aí foi entregando, foi entregando, foi entregando! Não tinha mais lugar, então foram mudando para o lote do Pa'i Chiquito... Então vieram o Tamoio e o Marçal. Naquela época eles que eram chefe [?]. Então eles trouxeram o arame para o Chiquito fazer a cerca dele logo!... Eles passaram o arame para não venderam!”³¹⁴

Mas o Milton Milagre vendeu para o Lavorita, e depois ele queria tirar do Lavorita. Eu trabalhei com ele lá em Iguaçu [margem direita do córrego Laranja Doce]. Lavorita me falou: - Eu comprei aquele lote! O Lauro sabe contar direitinho, porque ele foi dar parte lá em Campo Grande! E o chefe [do SPI ?] falou: - Ali é aldeia! Então ele veio aqui e viu! Onde está a aldeia? Os Kaiowa foram embora. Eles diziam que era aldeia, mais não tinha mais nada!...

³¹² Relatório de Joaquim Fausto Prado. IR 5, encaminhado a Modesto Donatino Dias da Cruz, em 23.07.1949 (Mf. 18 – Plan.264 apud Monteiro op. cit: 123-125).

³¹³ Informação pessoal, como indicado acima.

³¹⁴ Parece que cercar os lotes ocupados pelos Kaiowa foi uma das medidas empregadas pelo SPI, para lhes preservar a posse. Em um dos documentos sumarizados por Bezerra consta: 03.07.1952 - Agente do PI Francisco Horta, ao chefe da IR 5. Comunico que fiz a medição dos dois lotes na lagoa do Panambi, cada lote medindo 300 metros de frente por 1.000 de fundo. Deixou lá seis rolos de arame para a construção de uma cerca (apud Bezerra 1994: 125).

Então, esse Milton Milaio era um fazendeiro comprador de lote aqui em Dourados. Ele comprava o lote e vendia, passava a diante! Mas aí quando o Lavorita chegou aqui ele disse: - Não, eu não vou tirar os Kaiowa dali! Eu sou crente, eu não posso fazer uma coisa dessas! Não pode tirar os Kaiowa de lá. Deixe-os ficarem lá mesmo! Então aconteceu isso! Por isso que ele nem conseguiu mais vender o lote para outro fazendeiro mais rico, para deixar para ele tocar o Kaiowa daqui!... O lote do Martim ficava junto, Lavorita tinha comprado os dois [lotes]!...

Já tinham entregado o lote para o Chiquito. O documento dele chegou em [19]50, ou foi em [19]53 que mandaram a documentação do loteamento desse travessão. Todo o travessão já foi recebendo o título, o documento. Recebia ali em Indápolis... Mas quando o Kaiowa não pagava, eles passavam o documento para o chefe deles!...

A Colônia vendeu os lotes, depois essa colônia repassava, vendia os lotes outra vez. Mais ou menos o terceiro, quarto, ou o quinto que comprava, é que ficava no lote. Depois veio também a lei da documentação. Tinha que ter a documentação para receber a escritura definitiva. Depois que eu aprendi isso tudo! Naquela época, nem ligava para estas coisas, porque não entendia! Aí então ficou o dono definitivo. Então, já veio o trator, depois veio a colhedeira, depois arrancaram os tocos, que ainda tinha ficado! Colonização que chamam isso, não é!

João Aquino, largamente mencionado neste estudo foi uma das pessoas que de diferentes maneiras me auxiliou a compreender esta parte da história kaiowa. O seu interesse pelos eventos que não vivenciou e a profundidade da suas reflexões a respeito dos fatos ouvidos e vívidos, expõe as inúmeras diferenças existentes entre do lugar dos kaiowa e lugar dos não índios na disputa pelas terras. João, assim como outros Kaiowa, ao descrever os inúmeros exemplos de contravenção praticados pelo estado, mostra a irresponsabilidade do poder público no trato desta questão. Enquanto os Kaiowa, historicamente à margem do reconhecimento de seu direitos jurídicos, têm pago um altíssimo preço pela garantia de vantagens individuais e pela promoção do aclamado desenvolvimento econômico da região meridional do Mato Grosso do Sul. Desenvolvimento este que muito deve aos Kaiowa que foram, à revelia da lei, usurpados de suas terras, mas também contribuíram através da sua mão de obra – absolutamente barata - largamente utilizada pelo barão de Antonina, pela Cia Matte Larangeira, pela CAND, durante mais de um século por diferentes fazendeiros e sitiantes e, ainda, mais recentemente pelos os usineiros. Portanto, não parece um exagero afirmar que muito do desenvolvimento da região sul do estado se deu e continua se dando às custas do espólio kaiowa. Neste sentido trago um desabafo de Valdomiro, registrado em 1998, quando Panambizinho possuía apenas 60 hectares e uma população de 258 pessoas.

60 hectares, para nós, é terrível mesmo! Terrível porque agente planta, mas é bem pouquinho. Hoje, a comunidade prepara a terra, mas o que é que tem? Mandioca, milho, arroz, uns plantam uma lata, uns plantam duas latas, ou um saco. Eu mesmo planto só dois sacos, não planto mais, porque eu não tenho mais terra. Então [a produção] não agüenta muito não! Um mês, dois meses já acaba! Aí já tem que ir para a changa [trabalho como diarista]. Também tem que ter dinheiro para comprar roupa, mas se a gente vender o que planta, aí não tem dinheiro para comprar óleo [para o trator], então não pode plantar outra vez.

kv

A minha roça tem só um alqueire. Eu tenho seis filhos morando comigo, eu tenho e mais duas crianças [netas], são oito. Então, o que eu planto não é para vender. Mas sempre está precisando do dinheiro. Porque tem que se vestir, tem que compra alguma coisa! De repente fura o pneu da bicicleta, tem que pagar para arrumar!

Agora eu tenho que vestir as crianças que estão entrando na escola: tem que comprar roupa, calçado. Mas eu não posso vender o que eu planto. Porque se eu vendo a minha mandioca, por exemplo, amanhã, depois aonde eu vou achar para comer. Essa é a preocupação que nós temos!

Nós não plantamos óleo [para o trator], nós plantamos sabão, nós não plantamos macarrão, nós não plantamos carne. Porque hoje, não tem mais caça e nem pesca. Hoje você vai lá para lá pescar, e o dono já fala assim: - Não, aqui não pode porque tem que cumprir a lei! Então não pode invadir! Acontece a mesma coisa quando a gente quer pegar lenha. Então a gente não pode nem pisar do outro lado [da divisa].

Lenha precisa comprar, mas também precisa de apoio para carregar a lenha para a aldeia. Aí quando vem o frio, fica difícil. E a criança chorava, aí, de frio! Eu fico preocupado. Não é só com a minha família que eu fico preocupado! Eu estou falando da aldeia inteira! Até hoje a Funai não mandou lenha para nós!... Nós sempre pedimos lá para o Núcleo da Funai, mas nem sempre vem! Então, agora com o frio, a minha preocupação é com a lenha, e não tem como comprar essa lenha! Às vezes, cada um contribui com um pouquinho, quem ganha salário contribui. Algum dá R\$ 5,00, algum tem R\$ 10,00, algum tem R\$ 4, 00. Então contribui para comprar a lenha. O caminhão cheio custa R\$ 120,00.

Às vezes também a gente sai na beira da estrada, um vai para cá, outro vai para lá! Perto da Vila Vargas, às vezes as pessoas limpam o campo, o terreno delas, então corta os galhos e deixa amontoado, assim, perto da estrada. Então a gente vai lá pedir, e se eles deixam a gente pegar, a gente traz. Nós, aqui, temos que nos virar!

Então o importante para nós é ter terra para poder plantar e trabalhar, para poder deixar o mato crescer de novo. Então, se nós conseguirmos acertar com o governo essa demarcação, vai ser muito legal, porque que a gente vai mudar muito a nossa vida! (Valdomiro Aquino)

Em 2001, a Funasa, através do Disei-MS, apresentou os resultados da sua primeira pesquisa, incidindo sobre crianças com até cinco anos de idade, tendo em vista avaliar o quadro de desnutrição entre a população indígena do Mato Grosso do Sul. De acordo com os resultados apresentados, Panambizinho detinha o maior índice registrado no estado, 63% das crianças desta TI foram diagnosticadas como desnutridas. Apesar dos esforços da Funasa, este quadro só apresentou sinais reais de reversão a partir de 2005, depois da ocupação da área homologada, quando a população de Panambizinho passou a dispor de 1.284 hectares e as suas roças foram significativamente ampliadas.

[Assinatura]

Os dados plotados em mapa representam os antigos sítios de habitação kaiowa. Entretanto, é necessário ressaltar que eles consistem em aproximações, uma vez que a coleta de dados não envolveu a utilização de Sistema de Posicionamento Global (GPS). Para a utilização do GPS seria necessário ingressar em terras que atualmente não se encontram na posse indígena, fato que contribuiria para acirrar o clima conflitivo evidenciado entre aquelas pessoas que, atualmente, detêm os títulos de propriedade, em relação aos índios e aos coordenadores de GT. No entanto estes mapas foram amplamente manipulados, analisados, completados e eventualmente corrigidos pelos Kaiowa, os quais detêm um profundo conhecimento a respeito da geografia local.

la

Locais de habitação Kaiowa

- 1 Água Boa
- 2 Morada dos Fernandes
- 3 Morada de Tukã (praça central ou praça Antonio João) acrescentar estes dados
- 4 Morada de Vitaliano Juka
- 5 Mbo'ijagua
- 6 Jukeni
- 7 Pakurity
- 8 Ygua Puku
- 9 Segundo kue
- 10 Pirali
- 11 Guavira'i (ou Yrypiju)
- 12 Guasu Piru
- 13 Kuati Guasu (e Cooperativa CAND)
- 14 Ikry
- 15 Morada de Ruivito Conciánza
- 16 Akurití
- 17 Ka'atigue
- 18 Ruivito Galeano Jorge kue
- 19 Mbokerô
- 20 Itajeguaka

- 21 Mykyriatí
- 22 Potrerito (ou Jahexapí)
- 23 Takuaripyma
- 24 Yrykity
- 25 Koxi'ygua
- 26 Nuãtitiã (ou Juatití)
- 27 Yguarusu
- 28 Tapy'ipido
- 29 Parakau Yvygua
- 30 Kurupa'ity
- 31 Yupegã Guasu
- 32 Macero kue
- 33 Guaroso kue
- 34 Itirí
- 35 Jate'ikue
- 36 Jatai
- 37 Yapohũ
- 38 Yakãjusu
- 39 Tuju Pitã
- 40 Xiru Karai
- 41 Yupakatý
- 42 Karatigui
- 43 Yrarety Guasu
- 44 Lagoa Hũ

- 45 Lagoa Pitã
- 46 Yju Mirí
- 47 Morada de Marciano Verga
- 48 Morada de Hebêta'ia
- 49 Ipaparí (ou Yupaparí ou Yoý)
- 50 Taranarã
- 51 Morada de Perdido Barbosa
- 52 Morada de Kiha
- 53 Syvyhãdoty (ou Pikírayry)
- 54 Yvyha Perô
- 55 Mboreviguague
- 56 Pikixi'í
- 57 Tuju Kua
- 58 Xiru Hina
- 59 Yrukuty
- 60 Kurupa'ity
- 61 Ygua Puku kue
- 62 Ñamo'i Ytavoí
- 63
- 64 Cantero kue
- 65 Yguasu
- 66 Yguasuzinho
- 67 Tuju Perô
- 68 Yupa'i

ks

- | | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------|--|
| 69 Jari Tari kue | 93 Jui'u | 117 Yariba |
| 70 Emilio kue | 94 Ytídy | 118 Yryky Ába |
| 71 Marcelo kue (ou Yrajety Guasu) | 95 Jaguarety (ou Aracelva) | 119 Nascente do Pikixi'i (ou Pikiti'i) |
| 72 Xiru Hovahonkue | 96 Takuari Tidy | 120 Yra Perô |
| 73 Guapoytã (ou Pedro Japonês) | 97 Itakiri | 121 Morada de Melito |
| 74 Yvyhahoga | 98 Takuatý | 122 Pombal |
| 75 Itamoroti | 99 Kose Felix | 123 Guyraka'i |
| 76 Takuaratý | 100 Jaraguatýgue | 124 Peiro |
| 77 Ño Puku | 101 Morada de João Karape | 125 Kuey Puku |
| 78 Lagoa Yakãju | 102 Itaguasu | 126 Yguasuzão |
| 79 Te'y jusu dos Tuniba | 103 Morada de Kuãde | 127 Pikiraryry |
| 80... Kau'i'y | 104 Ruminguinho kue | 128 Potreiro |
| 81.... Jaguarete | 105 Aña Hoga | 129 Mbeguai kue |
| 82 ...Potrerito (ou Tatuí) | 106 Cerrito | 130 Canteiro kue |
| 83 Yrutytyvygua | 107 Exatí Ába | 131 Tajirapó |
| 84 Picadakue (ou Picadinha) | 108 Tajyrapo | 132 Ábrae kue |
| 85 Cerrito | 109 Kua'iaka | 133 Guyra Kábi'i |
| 86 Mborevi'ygua | 110 Tupuja | 134 Yãboa'i |
| 87 Ypaju (ou Cerrito) | 111 Yãgusu | 135 Ynába'e |
| 88 Itororo | 112 Yjaka'i | 136 Kapi'itdyi |
| 89 Criolo | 113 Cantero kue | 137 Yvyju |
| 90 Guavira Poty | 114 Kapi'itdy | 138 Guyra Kábi'y |
| 91 Kãbaretã | 115 Nahã'ã Guasu | 139 Yrajire |
| 92 Kaja'a Hoga | 116 Morada de Ruivito Galeano Jorge | 140 Ñahãkarai |

Rv

- | | | |
|--|--|--|
| 141 Piraxa'iri | 165 Yraryty | 189 Jaguaretekue |
| 142 ... Guyrapokue | 166 Yvyja | 190 Yasori |
| 143 Yari'ba | 167 Yupa'i | 191 Karube |
| 144 Kokuere Guasu | 168 Ypikue | 192 Karubezinho |
| 145 Yvyhajire (ou Yrajire ou Parana kue) | 169 Kai Potã Arã | 193 Yako'i (ou Guaxireguague) |
| 146 Yvyhajire (ou Yrajire ou Parana kue) | 170 Yapoju | 194 Onofrereguague |
| 147 Jara Tuju | 171 Ñaehũ | 195 Tekoha de Ruminginho (Lúcio, Valério,
Solano, Palácio, Ramon) |
| 148 Ipa'i (ou Ipa'i, ou Yupa'i) | 172 Jaguakua | 196 Tukã hoga |
| 149 Furacão | 173 Ponta Puku | 197 Yvyhaho'i |
| 150 Jagua'igua (ou Jagua'igua gue) | 174 Kurusu kue | 198 Anísio Kue |
| 151 Yryapi | 175 Itatigui | 199 Makarêo |
| 152 Mbopi kue | 176 Lokue | 200 Akavañ (ou Sinuca) |
| 153 Jaraguatygue | 177 Kuña | 201 Adjaka |
| 154 Yvyamirã | 178 Kurugui | 202 Tekoha de Xiru Haku |
| 155 Yãgua | 179 Ñãbu | 203 Morada de Ijau'ia |
| 156 Yupakatĩ | 180 Guyraka'i (Xiru Aka'i) | 204 Xera'i kue |
| 157 Yuhãgua | 181 Morada de Duarte | 205 Suruviku'a |
| 158 Xiru Jakare | 182 Farinheiro | 206 Kua'iraka'i |
| 159 Itykyre | 183 Ita Pitã | 207 Itaguasu (ou Ipaguasu) |
| 160 Yramirã | 184 Jari Pysa Jatavi | 208 Pikixi't |
| 161 Guyra Puku kue | 185 Morada de Paulito e Palácio | 209 Guapoytã |
| 162 Oyhũ kue | 186 Moradas de Paru Guasu e Pedro Henrique | 210 Yraryty |
| 163 Toro Pire | 187 Guyra Xixi Kue | 211 Yasori |
| 164 Tajirapo | 188 Aguara | |

R25

212	Morada de Mborevi	236	
213	Jeguaka Guasu	237	
214	Itako'a (ou Itakuã)	238	
215	Kaguihû	239	
216	Yhû (marco)	240	
217	Yvyhajua'i	241	
218	Ipyriri	242	
219	Yrýbi'asa	243	Īkarapã
220	Morada de Paulo Kuã	244	Aroeira (ou Prudêncio Thomaz)
221	Vila Verde	245	Aroeirinha
222	Iguãju	246	Cerro Ī
223	Patory (ou Ysoro)	247	Ka'aty
224	Coqueirinho	248	Yaguaguasu
225	ÿpini		
226	Yasori		
227	Kãboru		
228	Kãbokua		
229	Pakurity		
230	Kãbaretã		
231	Ñanderu Laranjeira		
232	Juapiaty		
233	Takuru		
234	Kãgueri		
235			

Rv

III. Terras e organização social: algumas concepções kaiowa

III.1. O contexto dos conflitos territoriais

As histórias territoriais contadas pelos Kaiowa que ocupam as terras ao longo da bacia do rio Brilhante perpassam eventos que remontam à criação da Terra e das populações que a habitam, enfatizando os contatos com os *karai* (brasileiros) e os *opupuhũ* (paraguaios)³¹⁵. O fio que interliga as diferentes narrativas são os conflitos em que eles “*ganham*” ou “*perdem*” a Terra (ou terras) criada por Ñãde Ramoi³¹⁶ para o seu usufruto, mostrando que as situações de contato também são situações de disputa territorial. Ao modelo das narrativas míticas indígenas, para estes Kaiowa, os eventos que antecedem a guerra entre Brasil e Paraguai estão repletos de intervenções xamânicas e divinas, mostrando que história e construção da alteridade se dão, essencialmente, a partir das experiências territoriais e xamânicas. Neste sentido, as teorias kaiowa mostram como o vínculo instituído por cada uma das populações que habitam a Terra com os deuses, e, portanto, com seus conhecimentos (saberes xamânicos) é determinante para definir as suas condutas e para significar as suas relações com o espaço e seus habitantes (humanos e não-humanos).

Aqui, como em outras cosmologias ameríndias, os Kaiowa marcam a distinção entre aqueles que escolheram os objetos rituais em detrimento dos objetos de metal (e/ou manufaturados), e os saberes divinos em detrimento dos saberes escolar e bíblico. Para aqueles índios a escolha pelos objetos rituais e saberes divinos - feita por eles - marcam o seu vínculo com as práticas rituais e consequentemente com as boas escolhas de conduta e com a expressão do bom e verdadeiro - porque exemplar - modo de ser (*teko katu*). Este ideal de ser humano e, portanto, de socialidade está referendado na conduta dos deuses: sabedoria, reciprocidade, mansidão, alegria. Enquanto atitudes

³¹⁵ Como já analisado, o *opupuhũ* é essencialmente o trabalhador da companhia Matte Laranjeira, além de alguns dos primeiros fazendeiros a ocupar as margens do rio Brilhante e a margem direita do córrego Laranja Doce. O *opupuhũ* é mais um paraguaio pela sua proximidade cultural com os Kaiowa e pelo domínio da língua guarani e do espanhol, do que por ser um cidadão do Paraguai. Até a metade do século XX os Kaiowa e os Guarani são a população majoritária na faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai, portanto o idioma guarani, seguido do espanhol, predomina em terras paraguaias e na fronteira sul-mato-grossenses até o início da segunda metade do século XX.

³¹⁶ Nosso avô; nosso antepassado. Deus criador da primeira e da segunda Terra e pai de Ñanderu. Ñanderu (nosso pai), outro deus de destaque no panteon Kaiowa, é responsável pela criação da terceira Terra, esta em que vivemos, e dos seres que nela habitam, incluindo os *ava* (Kaiowa), os *karai* (brasileiros) e os *opupuhũ* (paraguaios).

bo

individualistas, marcadas pela vaidade, inveja, mesquinhez, violência, afastamento das práticas rituais, refletem a falta de discernimento, expressões de uma alma vazia (*ñemyro*) e, portanto, da anti-socialidade. É assim que os Kaiowa marcam a distinção entre o lugar social(-divino) que ocupam e o lugar anti-social dos usurpadores de terras, de recursos ambientais, de relações cordiais e de dignidade atribuídos aos brasileiros e paraguaios, responsabilizados por gerar conflitos e disseminar a pobreza entre eles.

No passado os Kaiowa pareciam dispor de suas terras, ou como eles dizem, das “*matas kaiowa*”, de acordo com o interesse ou a necessidade de mobilidade, pois como também afirmam: “naquele tempo ainda não tinham feito divisa...”, isto é, não havia propriedades e seus limites, nem havia fronteiras e interestaduais e internacionais capazes de impedir os deslocamentos das parentelas. Entretanto, qualquer lugar habitado ou explorado por uma Kaiowa precisava ser “*batizado*”, isto é, deveria lhe ser conferido, ou melhor, reconhecido um nome. Pois, quando Ñanderu refez a Terra (terceiro ciclo de criação-destruição), ele atribuiu nome aos locais destinados ao usufruto Kaiowa. Assim, o ritual para descobrir-atribuir o nome de um lugar significa reconhecer esta ação de Ñanderu, além de criar um vínculo com os *tekojara* (deuses – donos ou senhores do modo ser de suas criações (*xeriba* = minha criação): homens, animais, plantas, minerais animais, homens, associados a este lugar³¹⁷.

Porém, se muitos dos deslocamentos kaiowa se dão em busca de terras e de recursos naturais novos e/ou mais abundantes, tantos outros têm uma estreita relação com a intervenção dos *karai* e dos *opupuhũ*. Inicialmente, o eixo principal das relações oferecidas por eles aos Kaiowa baseava-se em relações de troca, mas já demonstrando o desequilíbrio instituído na relação, estes paraguaios e brasileiros eram designados pela expressão “*patrão*”. Como já analisado, os primeiros “*patrões*” – ervateiros, fazendeiros, ou bolicheiros -, aparecem nas falas kaiowa como exploradores cordiais e parceiros de trocas, agindo como provedores de bens que eram do seu interesse. Esta concepção também apresentava uma estreita relação com o fato destes primeiros “*patrões*” não imporem qualquer forma de cerceamento à circulação dos índios através da construção de cercas ou da imposição de qualquer outro limite fundiário. Pois como explicita a fala de Ireno Isnard apresentada mais afrente: Enquanto havia poucos fazendeiros, eles nos davam alguma coisa e a convivência era boa, porém as mudanças começaram quando eles passaram a ocupar a terra dos índios, ou seja, impor fronteiras excludentes a estes³¹⁸.

Entretanto, o reconhecimento da propriedade fundiária e a imposição de limites territoriais não eliminaram o “*patrão*”, apenas agregou-lhe a categoria de invasor e transformou a venda da mão de obra em um recurso para viabilizar locais de habitação, pois o acesso Kaiowa às terras privadas passou a ocorrer somente mediante a prestação de serviço. Embora ainda persista o trabalho temporário, ou por empreita, onde a colheita da erva e a derrubada da mata eram as atividades mais requisitadas, o “*patrão*”-

³¹⁷ Esta concepção evoca o ritual de nomeação da criança (“*batismo*” = *ñemõgarai*), ocasião onde o xamã identifica a origem de sua alma e invoca a “*proteção*” do deus (*ñãdejara*) que a envia. Mas, ainda há outras formas de atribuir nomes aos locais habitados e explorados, os quais podem estar associados: - ao nome de um morador, geralmente uma *liderança* de parentela ampliada; - às suas características ambientais; - ao nome de um *tekojara* (divindades, neste caso relacionadas às plantas aos animais e minerais) que nele habite; a algum evento ali ocorrido. (v. Vietta, 2007, capítulo 3).

³¹⁸ Veja mais acima.

fazendeiro poderia permitir que uma pequena parentela de trabalhadores se instalasse em suas terras. Em ambos os casos o trabalho era trocado por bens manufaturados, mas neste último, o fato de ter acesso a terra para morar e produzir uma pequena roça³¹⁹ era considerado o maior bem de troca. Desta forma, muitos "patrões", não apenas eliminaram o desgaste de expulsar os índios de suas terras, como garantiram uma excelente mão de obra por um baixíssimo custo.

Estes índios rapidamente perceberam que a disponibilidade e a segurança dos locais de habitação eram relativas, pois duravam de acordo com os interesses do "patrão" ou novo "proprietário". Contudo, viver em terras empossadas ou tituladas, rapidamente, passou ser a alternativa mais recorrente para aqueles Kaiowa que não alcançaram o reconhecimento jurídico de suas terras. Mas em um ou outro caso, os espaços para a consolidação das antigas formas de organização social, opulentas em suas redes de parentesco, em sua produção econômica, em suas práticas rituais e articulação política rapidamente deixaram de existir.

Para aqueles índios que conseguiram alguma independência do "patrão"-proprietário, a crescente restrição para o acesso aos locais de habitação e de exploração dos recursos ambientais, tais como: caça, pesca, coleta de alimentos e de matérias-primas, também foi responsável por desencadear sucessivas fragmentações e dispersões das parentelas, pois os espaços disponíveis decresciam e quantidade e em extensão, e, como que criando um ciclo de difícil quebra, a venda da mão de obra, mesmo que ocasional se colocava como a alternativa mais viável para equilibrar as necessidades de consumo.

Assim, a ausência de iniciativas por parte do Estado no tocante ao reconhecimento jurídico das terras kaiowa, nos termos das leis vigentes nos períodos de sua invasão, deixou estes índios a mercê do interesse de terceiros. Neste sentido é importante ressaltar que enquanto "patrão", pois também trocou trabalho por posse de terra Rondon, a Comissão de Linhas Telegráficas e o SPI parecem não inovar, mas apenas institucionalizar tal modalidade de troca. Neste sentido, outro legado deixado por Rondon, pela Comissão e pelo SPI foi mostrar a facilidade com que se pode desonrar os compromissos assumidos com os Kaiowa, aliás, desonra que ainda não encontrou o devido reparo por parte do Estado.

Como já dito, o processo de fragmentação e de dispersão das parentelas, decorrente das sucessivas expulsões desencadeou profundas transformações nas antigas formas de organização social kaiowa e de inter-relação dos grupos de parentes, tornadas incompatíveis com os exíguos espaços territoriais então disponíveis. Tais transformações repercutiram nas noções de família, produção econômica, exercício político, práticas rituais e guardam relações com a mudança do eixo da condução das relações políticas pelo *capitão* em detrimento dos xamã. Todas estas questões, por sua vez, contêm alguma chave para a compreensão do quadro de pobreza e de violência, atualmente, encontrado em muitas das TIs, acampamentos e reservas habitadas pelos

³¹⁹ Mesmo instalados em terras de um "patrão" a produção de uma pequena roça, a coleta de matérias-primas, o acesso a caça ou a pesca quando disponíveis eram atividades mantidas pelas famílias kaiowa, desde que não comprometessem o ritmo dos serviços prestados e fossem autorizadas pelo novo proprietário.

bu

Kaiowa, onde a superpopulação, a desnutrição e os suicídios são algumas de suas expressões³²⁰.

II.2. As formas de organização social no confronto com os novos ocupante³²¹

Os Kaiowa concebem as suas formas de organização social a partir de três referências: *te'y*, *tekoha*, *te'y jusu*. A parentela que reside em uma *oygusu*³²² ou que, atualmente, em suas casas conjugais, habita o em torno de um mesmo terreiro é denominada *te'y*³²³. Entretanto a expressão *te'y* remete a outros significados que podem ser complementares. De acordo com alguns kaiowa mais velhos *Te'y* ou *Ava*³²⁴ *Te'y* é, também, o termo que designa a população Kaiowa, que, grosso modo, habita parte das terras da bacia do rio Brilhante e de terras lindeiras a ela. Portanto um amplo grupo de pessoas que, como se vê no item a seguir, possui algum grau de parentesco. Assim, *Te'y* ou *Ava Te'y* representa uma forma de autodesignação, por delimitar aqueles que são parentes, isto é, aqueles que a consaguinidade e a afinidade permitem atribuir alguma relação de parentesco.

Portanto, filhos, genros, noras e outros que co-habitam uma *oygusu* ou o mesmo terreiro também são parentes ou *te'y*. Como discuto em outro lugar³²⁵, essa variedade de usos para o termo também se deve ao fato de no passado a parentela que vivia em uma *oygusu* não ser tida como um grupo autônomo, mas parte de um conjunto mais complexo de organização denominado *tekoha*³²⁶, e este, sim, ser a unidade mínima de

³²⁰ Veja: Vietta op.cit.: capítulo 4.

³²¹ Parte do material apresentado neste foi retirado de Vietta op.cit.: capítulo 4.

³²² Casa grande. *Oy*: redução de *oga* = casa, morada; *guasu* = grande. Os Kaiowa do Mato Grosso do Sul também utilizam os termos *ogapysy*, *ogusu* e *ogajekutu* para designar a casa grande. Contudo, para a população de Panambi e Panambizinho estas são tidas como designações incorretas. De acordo com eles, *ogusu* consiste em uma corruela de *oygusu*, enquanto *ogapysy* é uma expressão emprestada do guarani falado no Paraguai, portanto, tida como imprópria. A *Irüdyoga*: (*irüdy* = quatro) parece ser o modelo arquitetônico preferencial entre os Kaiowa até meados do século XX, antes da intervenção da Colônia Nacional de Dourados. Ela era erguida a partir de quatro esteios transversais (*okita*), podendo abrigar pelo menos quatro famílias conjugais. Atualmente, as poucas *oygusu* existentes são de menores proporções.

³²³ Ao analisar as formas de organização de um *tekoha* na Reserva de Takuaperi, Almeida afirma que um *tekoha* pode ser composto por diferentes *te'yi*, o que de acordo com a população de Takuaperi corresponde a uma "parentela que compõe o grupo familiar extenso" (Almeida 1991:243-246). Mura, igualmente, traduz *te'yi* por família extensa (2000: cap. 1), e Pereira afirma que *te'yi* é uma das expressões utilizadas para designar um grupo familiar extenso (1999: 84).

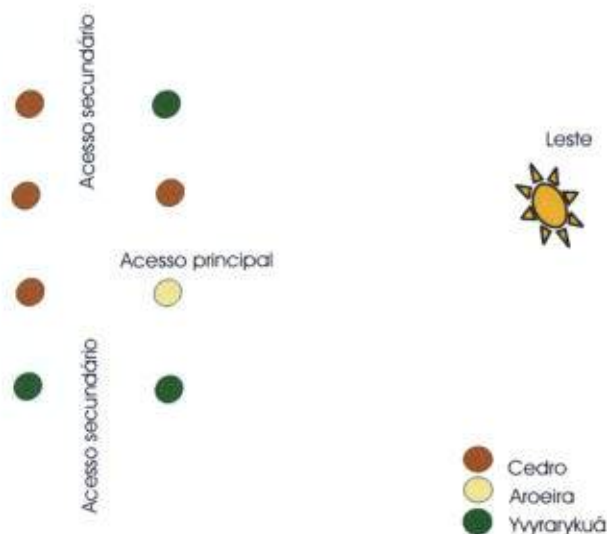
³²⁴ *Ava* = homem, indivíduo, pessoa, kaiowa.

³²⁵ Veja Vietta idem

³²⁶ Para os Kaiowa a expressão *teko* pode ser traduzida por "vida" ou por "forma, maneira de viver", o que em uma acepção mais ampla pode remeter a idéia de cultura. Contudo, todos os seres – humanos, animais, plantas – têm o seu *teko*. Enquanto *ha* é traduzido por "lugar" ou "onde algo acontece". Assim, *tekoha* pode ser dito como: "o lugar onde se vive", dado que remete a já difundida definição de Meliã (Veja Meliã, 1985: 105; 1989: 336; e 1990: 36 e Meliã; Grünberg e Grünberg op cit: 218-220). No

organização da vida Kaiowa naquele momento. Desta forma um *tekoha* reunia (e ainda reúne) grupos familiares liderados por filhos e genros (*xeru* = nosso pai), que gravitavam em torno de um pai-sogra (*ñamoi* = nosso avô). A maturidade e certa autonomia social permitiam a um *xeru* ter a sua própria *oygusu*, mas a vida em um *tekoha* seguia regras de compartilhamento de produção e de resultados das roças, das caçadas, das pescarias, das coletas, bem como das práticas rituais. A composição, o tamanho e a complexidade de um *tekoha* se deviam a habilidade política e xamânica de seu *ñamoi* ou *tekoahuvixa* (*huvixa* = que está à frente, principal), responsável pela condução política e ritual do *tekoha*. Idealmente um *tekoahuvixa* deve ser um *hexakara*, categoria de xamã que desfruta a posição de maior prestígio entre os xamãs kaiowa e, portanto, entre os humanos.

Desenho 4



Posição e matérias-
prima dos esteios
(*okyta*) para a
construção de uma
oygusu do tipo
Irúdyoga

Desenho feito por
Valdelice Veron.
Resultado de sua
pesquisa sobre
arquitetura kaiowa

Quando o prestígio político e ritual de um *ñamoi* era capaz de aproximar outros *tekoha* do seu, que apesar de apresentar relações de parentesco mais fluidas, reconheciam a sua liderança política e ritual, então se tinha um *te'y jusu*, ou seja, um conglomerado de *tekoha*, com suas lideranças próprias, amalgamados pelas relações de parentesco, mas também políticas, rituais, porém submetidos à liderança de um mesmo *tekoahuvixa* (ou um *tekoahuvixa guasu*). As mudanças responsáveis por promover a

entanto, embora este autor enfatize as relações sociais, seu conceito de *tekoha* atenta mais para a espacialidade do que para a socialidade. Do meu ponto de vista *tekoha* é uma noção muito mais inscrita nas relações sociais - que necessariamente se dão em um espaço -, do que o contrário (Veja também Pereira 1999: 201). Ainda é preciso considerar que este espaço articula uma série significados que são sociais, mas também econômicos, ecológicos e cosmológicos.

[Assinatura]

secção destes grupos advinham principalmente da ampliação do prestígio das lideranças de *tekoha*, quando estas conseguiam consolidar os seus próprios *te'y jusu*. Como pode ser lido na Segunda Parte deste relatório, estes grupos alcançavam um grande contingente populacional e uma forte estabilidade no tempo e no espaço, permanecendo por décadas em uma mesma região. Contudo, os *tekoha* que o compunham produziam pequenos deslocamentos, motivados por interesses econômicos ou sociais.

Quando as “*matas kaiowa*” ainda eram disponíveis, os *te'y jusu* se dispersavam, especialmente, próximo às nascentes dos córregos e às margens das inúmeras lagoas ali existentes³²⁷. Entretanto, as narrativas kaiowa mostram que eles não sobreviveram aos processos de exploração e colonização das terras kaiowa, pois eles começaram a encolher em tamanho e em complexidade após a liberação de terras para a constituição das fazendas, oportunizadas através da intervenção da Comissão de Linhas Telegráficas e do SPI, e se pulverizam quando teve início os trabalhos de implementação da CAND. Em meados do século XX as epidemias de gripe, sarampo, tuberculose, DSTs, além de surtos de diarreia também contribuíram para desmobilizar os *te'y jusu*.

Hoje, entre as formas de organização kaiowa predominam os *tekoha*, compostos por uma parentela, às vezes uma parentela ampliada, ou apenas famílias nucleares que mantêm relações mais ou menos frouxas com seus vizinhos, com os quais possuem alguma relação de parentesco. Em Panambi predomina o primeiro caso, onde se vê grupos de descendência habitando casas conjugais³²⁸, dispostas ao longo de um terreno. Cada família nuclear é responsável por sua pequena roça, a qual tende a ser preparada nos espaços entre as casas ou em um pequeno terreno contíguo a elas. No entanto, pelo menos durante o período em que os GT realizou as pesquisas, raras eram as famílias em Panambi que cultivavam a sua própria roça. A falta de apoio para viabilizar a produção, paralela à facilidade de deslocamento e dos vencimentos pagos pelas usinas sucroalcooleiras, como trato a seguir, levou a quase totalidade dos homens de Panambi para o trabalho nos canaviais.

A possibilidade de atrair e reter pessoas em um *tekoha* é facilitada pelo reconhecimento da descendência cognática e da ambilocalidade. Embora se evidencie certa tendência a fortalecer um viés patrilateral, há regras mais ou menos fixas. Um *key* (primeiro filho) deve ser retido na parentela, pois é o potencial herdeiro da liderança política e ritual³²⁹, enquanto um *xiriwi* (segundo filho) só é retido por quem dispõem de muito prestígio ou pouca necessidade de reforçar alianças, o mesmo pode ser dito para uma *haxã* (primeira

³²⁷ De acordo com os Kaiowa várias nascentes, lagoas e pequenos córregos desaparecem nas últimas décadas. Fato associado ao desenfreado desmatamento realizado pelos produtores.

³²⁸ Em Panambi, desde a década de 1980 se observa apenas a construção de casas dentro do padrão arquitetônico regional, em detrimento das *oygusu* (casa grande).

³²⁹ Entre estes Kaiowa, a transmissão de posições sociais e de objetos rituais é condicionada pela posição de nascimentos dos filhos do sexo masculino. Posição esta expressada através dos termos de tratamento utilizados por um pai em uma mãe: - *key* para o primeiro filho; *xiriwi* para o segundo filho; - *xiriwi parra* para o terceiro filho e seus irmãos mais novos. Um *key* é prioritariamente o sucessor da liderança de sua parentela, isto é das funções sociais rituais exercidas por seu pai. Neste sentido deve ser levado em conta que entre os kaiowa antigos as funções rituais e políticas se acumulam. Entretanto, se o *key* for jovem demais, não dispondo de prestígio político e xamânico necessário para ocupar a posição de liderança deixada pelo pai, ela deve ser transmitida a um irmão do pai, preferencialmente o irmão mais velho retido na parentela ampliada. Aliás, como parece ser a tendência entre os tupi-guarani (veja Vietta op cit: 380-384).

Desenho 5



Tekoha de Ricardo Jorge

Ricardo Jorge, liderança política e ritual, reside em uma casa ao centro do *tekoha*. Parte de seus filhos casados construiu casas próximas a dele.

O *key*, o *xiriwi* e a *haxã* de Ricardo são filhos de casamentos anteriores, os quais foram criados por suas respectivas mães. No entanto a *haxã* e o esposo Valêncio habitam o terreno ao lado do Ricardo.

No entanto, Valêncio vem conseguindo manter os filhos casados em seu *tekoha*. A articulação política entre os dois *tekoha* é bastante coesa, consolidada na liderança de Ricardo.

Desenho 6

Tekoha de Adelina Pedro

Há cinco anos Adelina é "viúva" (ou separada) de Amilton Aquino. Em seu *tekoha* os Aquino conseguiram manter o *key*, a *haxã* e outros filhos.

Ao que parece Adelina Pedro e Joel Hilton compartilham a liderança do *tekoha*, contudo Adelina se coloca mais a frente das práticas rituais, enquanto Joel – que segue uma igreja pentecostal – assume a condução política. Joel é o cônjuge de Teresinha, *haxã* de Adelina e Amilton.



filha)³³⁰. As possibilidades de reter ou ceder os demais filhos em prol, ora do fortalecimento de alianças ora do fortalecimento do *tekoha*, dependem do contexto político em que está inserida a parentela e do prestígio político e xamânico de seu *tekoahuvixa*. Contudo, cabe registrar que, idealmente, a decisão a respeito do destino conjugal das mulheres é uma atribuição de seu irmão mais velho, potencialmente a futura liderança do *tekoha*. Não é incomum um *tekoahuvixa* com bastante força política atrair os sogros de seus filhos para a periferia de seu *tekoha*. Entretanto, todas as opções acima podem ser reconsideradas frente a o fato de um dos cônjuges ter pais viúvos, pois no caso, esta deve ser a escolha residencial no novo casal. Porém, nenhuma das situações acima escapa uxorilocalidade temporária. Entre os Kaiowa, o casamento exige a uxorilocalidade temporária, que pode se estender por meses ou anos, pois atualmente a

³³⁰ Os termos de tratamento empregados para uma filha também se relacionam à sequência de nascimentos. Além de *haxã*, emprega-se *haxã mirĩ* (para a segunda filha) e *mirĩ parra* (para a terceira filha e todas as filhas subsequentes).

Handwritten signature

liberação desta obrigação também se condiciona a oferta de terras no interior e uma TI³³¹. Hoje, nem todo o pai possui em seu terreiro lugar suficiente para abrigar uma nova casa e uma nova roça. Portanto, a falta de espaço condiciona as expectativas kaiowa, fazendo com que muitas lideranças de parentela se ressintam quanto à inviabilidade de ampliar a sua representatividade ao verem o casamento afastar de sua casa a maioria de seus filhos. Assim sendo, não é incomum observar situações onde os processos demarcatórios ao garantir a ampliação da oferta de terras no interior de uma TI, promovem rearranjos políticos, permitindo a reorganização espacial tanto dos jovens casais que se libertam da uxorilocalidade, como uma maior independência de casais maduros na relação sogro/pai. Estes, com a clara intenção de consolidar seus próprios grupos domésticos, mediante a atração de seus próprios genros e noras³³².

Foto 3



Vista parcial do espaço residencial de Narciso Hilton. 04/2008.

³³¹ Até poucas décadas a este quadro deveria ser acrescentado a poliginia - com ênfase para a poliginia sororal -, bastante comum, especialmente entre as lideranças de *tekoha* e *te'y jusu*, e, ainda, mulheres adultas comumente mães de 10 ou mais filhos. No entanto, hoje, a poliginia é rara e os casais mais jovens tendem a controlar o número de filhos.

³³² A respeito destes temas veja Vietta 2007: capítulos 3 e 4.

Rt

Desta forma, pode-se dizer que a indisponibilidade de terras interfere nas regras de localidade, nas formas de organização política e nos planos de construção de novas famílias, na medida em que um futuro casal depende que o pai ou o sogro lhe ofereça um local para a confecção da casa e da roça. Entretanto, como a construção e a secessão das parentelas, ou seja, de um *tekoha* se inscreve no espaço e tem uma estreita relação com “os critérios do grupo para localização, construção e permanência da(s) aldeia(s), a área por ela(s) ocupada(s) e o tempo em que se encontra(m) as atual(ais) localização(ões) estes temas serão retomados na Segunda Parte deste relatório.

Quando aos deslocamentos das famílias ainda precisa ser dito que o falecimento de um parente próximo pode ser motivo suficiente para gerar o movimento de uma família nuclear ou parte significativa de uma parentela para outro local dentro da mesma ou de uma nova TI. De acordo com os Kaiowa, após a morte uma das almas constitutivas da pessoa se transforma em *ãguere*. Este, por sua vez, tende a vagar por lugares onde a pessoa andou em vida. Por expor os viventes a situações de perigo, um *ãguere* precisa ser afastado através de uma série de práticas rituais, visando conduzi-lo ao seu lugar entre os mortos, bem como, a casa onde o falecido residia deve ser abandonada e queimada³³³. Entretanto, a atual dificuldade de encontrar espaços disponíveis também reduz deslocamentos deste tipo, que já foram bastante significativos em períodos relativamente recentes, especialmente quando se trata de uma morte violenta, ocasionada por suicídio ou homicídio, ou atribuída à ação de feitiço (*paje vai*).

³³³ Para alguns Kaiowa, além do fogo consumir a casa e, portanto, um dos locais onde facilmente se fixa um *ãguere*, ele também pode consumir este espectro, caso ele já esteja ali instalado.

Segunda Parte
Habitação Permanente

- a) descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização;
 - b) explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência da(s) aldeia(s), a área por ela(s) ocupada(s) e o tempo em que se encontra(m) as atual(ais) localização(ões);
-

I - A trajetória espaço-temporal das parentelas que hoje habitam a aldeia Panambi – Lagoa Rica e de seus ascendentes

Como analisado na Primeira Parte deste estudo, durante a guerra entre Brasil e Paraguai os Campos de Vacaria foram palco de intensos confrontos entre os soldados brasileiros e paraguaios¹, levando a população que ali habitava a produzir expressivos movimentos. De acordos com seus descendentes, as parentelas kaiowa que habitavam entre os rios Dourados e Brilhante se deslocaram para a margem direita daquele rio ou para as margens do rio Carumbé e do rio Santa Maria, este também conhecido entre eles como Kãgueri ou Mamari. Tais deslocamentos podem ter alguma relação com a criação do Aldeamento Indígena Antonina, fundado em 1863, por iniciativa de Ângelo Caramonico, justamente, na confluência do rio Santa Maria com o Brilhante, como já foi dito.

Entretanto, como, igualmente discutido na Primeira Parte, seja em *busca da Terra sem Mal*, seja pelos incentivos oferecidos pelo governo imperial através do Barão de Antonina ou, ainda, buscando um lugar mais seguro durante a guerra, Nimuendaju (op. cit.) e Amoroso (op. cit.), assim como outros autores² registraram diferentes deslocamentos Kaiowa e Guaraní para a margem leste do rio Paraná. A fuga da guerra igualmente gerou movimentos entre os Kaiowa paraguaios, trazendo algumas de suas parentelas para terras sul-mato-grossenses e paranaenses.

¹ De acordo com Ivo Porto (Kaiowa, 60 anos, nascido em Tapy'ipĩdo – município de Dourados) seu avô mencionava a existência de um "cemitério", localizado próximo à nascente do córrego Hum, onde foram enterrados os soldados mortos durante uma batalha travada neste local. Os locais de habitação mencionados neste item estão plotados nos mapas apresentados na Primeira Parte.

² Cabe, igualmente, lembrar o registro de Nascimento, transcrito na primeira parte deste estudo, informando a respeito dos índios descontentes com "as gentes de Lopes" buscando refúgio "mattos do Iguassú", mais uma vez mostrando a relação dos Kaiowa com as duas margens do rio Paraná.

kv

Posteriormente, a aparente calma do pós-guerra alterou este fluxo, pois as intensas relações entre os grupos familiares kaiowa paraguaios e sul-mato-grossenses, como entre estes e os paranaenses seguiram produzindo deslocamentos para todas as direções. Tais deslocamentos tendiam a ser de pequena escala, mas de caráter permanente, pelo menos até a década de 1910, quando, os contratos relativos à construção da ferrovia, em território paranaense, permitiram a retirada de índios e não índios de suas terras, culminando com a guerra do Contestado. Alienados de suas terras e no interior do palco de uma nova guerra, muitos kaiowa dirigiram a sua rota de fuga para a margem oeste do rio Paraná. Aliás, as rotas nesta direção já vinham sendo percorridas pelos kaiowa inseridos nos acampamentos da Cia Matte Laranjeira e outros fazendeiros, que transpunham o rio Paraná a partir dos rios Iguatemi e Ivinhema.

Entretanto, em solo sul-mato-grossense a intervenção do SPI, a partir do final da década de 1910, desencadeou uma crescente redução das terras disponíveis para as populações indígenas. Dado que contribuiu para que as rotas oriundas do Paraná fossem rapidamente estancadas, pelo menos para aqueles deslocamentos espontâneos, pois como pode ser lido no relatório de Pimenta Barbosa (op. cit.), os capatazes da Cia Matte, assim como outros fazendeiros continuaram a trazer trabalhadores do Paraná. Porém, décadas mais tarde, quando da implantação da Colônia Municipal de Dourados - CMD e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND, as rotas de fuga novamente mudaram seu fluxo. Aqui, a parte mais meridional do Mato Grosso do Sul, o Paraná e o Paraguai passaram a ser o alvo daqueles Kaiowa desalojados por estes projetos governamentais de colonização.

A circulação kaiowa em suas terras, incluindo as diversas rotas de fuga utilizadas a partir da intensificação das ondas de ocupação não indígena é o tema que permeia a discussão apresentada neste item, onde analiso os movimentos produzidos pelas parentelas que viveram e que ainda vivem nas duas margens do rio Brilhante e seus tributários, tendo em vista demonstrar que muitos destes espaços já consistiram em terras de ocupação tradicional para a população mais velha que reside na aldeia Panambi - Lagoa Rica, bem como para os ascendentes da totalidade desta população. A guerra entre Brasil e Paraguai, a relação com os "patrões", as intervenções governamentais através dos projetos de incentivo ao povoamento, assim como outros movimentos kaiowa estão inscritos no espaço, portanto, a análise da trajetória das parentelas permite reconhecer tais inscrições e sustentar esta tese.

O material aqui apresentado foi compilado de diversos depoimentos, explicitando histórias de vida e histórias de parentelas, coletados ao longo de uma década de pesquisas realizadas junto a pessoas que viveram naquelas terras durante a sua infância, no início da fase adulta ou, ainda, que aprenderam a respeito destas vivências através dos velhos³. Aqui deve se levar em conta que para uma parcela representativa da população kaiowa contemporânea, a experiência territorial se restringe à ocupação de pequenas porções de terras. A estratégia metodológica empregada

³ Parte significativa dos dados aqui apresentados foi colhida durante as pesquisas geradas através do GT Panambi e do GT Brilhantepegua. Porém, a minha relação com os Kaiowa que vivem às margens dos rios Dourados, Brilhante e seus tributários se iniciou em 1996, e desde 1998 venho analisando a história das parentelas e as noções de territorialidade e de organização social destes Kaiowa. (veja Vietta: 1998; 2001; 2003; 2007).

20

permitiu alcançar grande riqueza de detalhes para consideráveis recuos de tempo, contudo, ainda persistem algumas lacunas, pois quanto maior o recuo, maior também são as possibilidades dos dados se tornarem fragmentários e perderem a consistência necessária para o tipo de estudo aqui proposto.

Assim, para períodos mais recuados consigo identificar o local de habitação de diversas parentelas, mas nem sempre consigo reconhecer as suas relações sociais ou o seu pertencimento a um dado *tekoha* ou *te'y jusu*. A partir dos mesmos argumentos me parece possível sugerir que, no passado, o número de filhos de cada casal e, conseqüentemente, o leque de alianças de casamentos a dar sustentação aos *tekoha* e aos *te'y jusu* eram bastante superiores ao aqui registrados. O mesmo vale para o número de esposas, pois, além das questões já apontadas, no contexto das temáticas pesquisadas, os homens tendem a ser mais facilmente lembrados que as mulheres. Por outro lado, em relação à população contemporânea, uma das dificuldades para o levantamento das genealogias se deve ao fato de muitos Kaiowa mais velhos não mencionarem os filhos falecidos. Deve ainda ser considerado que a descendência kaiowa é cognática, contudo a descendência paterna apresenta uma maior positividade.

Outro dado a ser destacado diz respeito aos nomes pessoais usados por um Kaiowa, pois ele pode portar diversos nomes pessoais usados concomitantemente: - um (ou mais) nome(s) em português; - apelido(s) em português ou em guarani; - um nome guarani recebido logo após o seu nascimento. Este último deve ser identificado por um xamã, através da inspiração, quando é capaz de revelar o vínculo da pessoa com um determinado *jara* (divindade). Entretanto é preciso destacar que os demais nomes nem sempre são escolhas aleatórias dos pais ou do indivíduo, pois os nomes pessoais de um Kaiowa – pelos menos daqueles que viveram em Ka'aguirusu – também podem expressar posições genealógicas e sociais.

Levando em conta as questões trazidas acima é possível dizer que a compilação dos dados mostra que parte significativa da população kaiowa contemporânea que conseguiu permanecer na porção mais setentrional de suas antigas terras, isto é, Aroeira, Sukury'i, Laranjeira Nanderu, Panambi – Lagoa Rica, Panambizinho e Reserva de Dourados, entre outros assentamentos, descendem majoritariamente de Xiru Ijau'ia, Xiru Jakare, Xiru Chico Mbegua'i, Xiru Suruku'a (ou Mborevi), Xiru Syvi (v. gráficos abaixo). Como dito na primeira parte deste estudo, antes da expropriação de suas terras os antigos *tekoha* e os *te'y jusu* kaiowa se dispersavam pelas nascentes e pelas margens das lagoas existentes na região. Em geral uma nascente (ou uma mina), é designada como o lugar onde um determinado morador – e sua família – bebia água (fulano - *iguague*⁴).

⁴*Iguague* (ou *ygua gue*): - *ygua* pode ser traduzido por nascente, poça ou porção de água (encontrada na natureza) considerada apropriada para o consumo; - o sufixo *-gue* (ou *-gue*) indica uma ação ou evento pretérito, neste caso, indicando que a água em questão era utilizada por uma determinada pessoa e sua família.

Rv

1.1.A parentela de Xiru Ijau'ia

Xiru Ijau'ia morou “na barranca do rio Brilhante”, próximo de onde é hoje Santa Teresinha (Itaporã) e junto à nascente do córrego Sardinha. Mas foi após a guerra entre Brasil e Paraguai e antes da entrada do século XX, que ele habitou a margem sul da lagoa Yju Mirĩ⁵, onde nasceram Xiru Pa'ito (*key*) e Suruwi (ou Luís Pedro - *xiriwi*)⁶, e depois entre as margens da lagoa Yju Mirĩ, e da lagoa Hũ⁷, onde nasceram alguns de seus filhos mais novos e muitos dos filhos de seus filhos. Neste local, Xiru Ijau'ia, com pelo menos três cônjuges, muitos filhos e noras se consolidou como *hexakara*, liderança de *tekoha* e de *te'y jusu*. É também nesta “região”⁸, mais precisamente entre a lagoa Yju Mirĩ e o Xiru Karai⁹ que ele faleceu. Estes dados mostram uma mobilidade relativamente restrita, tendência igualmente observada para outras parentelas, neste momento.

Porém, Ijau'ia e seus descendentes não eram os únicos a habitar as terras no entorno das lagoas Yju Mirĩ, Pitã¹⁰, Hũ, do Xiru Karai e do córrego Yakãju¹¹. Próximo às margens da lagoa Hũ estava o *tekoha* de Xiru Xepatã. Na margem sul da lagoa Pitã estavam os *tekoha* de Xiru Pira Ete e de Xiru Suruku'a. Na margem norte, em Ipaparĩ (ou Yupaparĩ)¹², estavam os *tekoha* de Xiru Vacidio Karape e de Xiru Xavaro, além dos *te'y jusu* de Xiru Syvi, de Xiru Ña'e e de Xiru Sinĩbu. Próximo ao córrego Yakãju viviam pelo menos os grupos familiares de Xiru Guyraka, Xiru Mbojusu, Misael Henrique e Xiru Chico Mbegua'i, além dos grupos de origem de Xiru Alvirante e de Kure'i. Quando teve início os trabalhos da CAND algumas destas lideranças e muitos dos seus descendentes permaneciam nestas “regiões”, mais uma vez indicando a pouca mobilidade das parentelas. Todos estes grupos de parentes estavam ligados por vários intercassamentos. Do *te'y jusu* localizado em Ipaparĩ, se originou um número considerável de esposas para os grupos que habitavam as proximidades da lagoa Yju Mirĩ e do córrego Yakãju e a recíproca deve ser verdadeira.

⁵ Yju Mirĩ = pequena lagoa de água resplandecente. Os locais de habitação estão plotados nos mapas dispostos ao final da Parte II.

⁶ Como mencionado na “Introdução” deste estudo, os Kaiowa empregam termos de tratamentos de acordo com a ordem de nascimento dos filhos. Assim, para os filhos do sexo masculino tem-se: - *key* para o primeiro filho; *xiriwi* para o segundo filho; - *xiriwi parra* para o terceiro filho e seus irmãos mais novos.

⁷ Hũ = preta, escura.

⁸ Utilizo a expressão “região” na forma como ela aparece nas falas kaiowa, ou seja, designando um amplo espaço, no interior do qual há diversos locais de habitação e/ou para exploração de recursos. Embora uma dada parentela possa permanecer por um longo período em uma mesma “região”, ela tende a habitar e explorar diferentes locais, no seu interior.

⁹ Local que já foi habitado por Xiru Karai.

¹⁰ Pitã = vermelho. “Ela é chamada de lagoa Pitã porque ela é suja, a água é de cor avermelhada”.

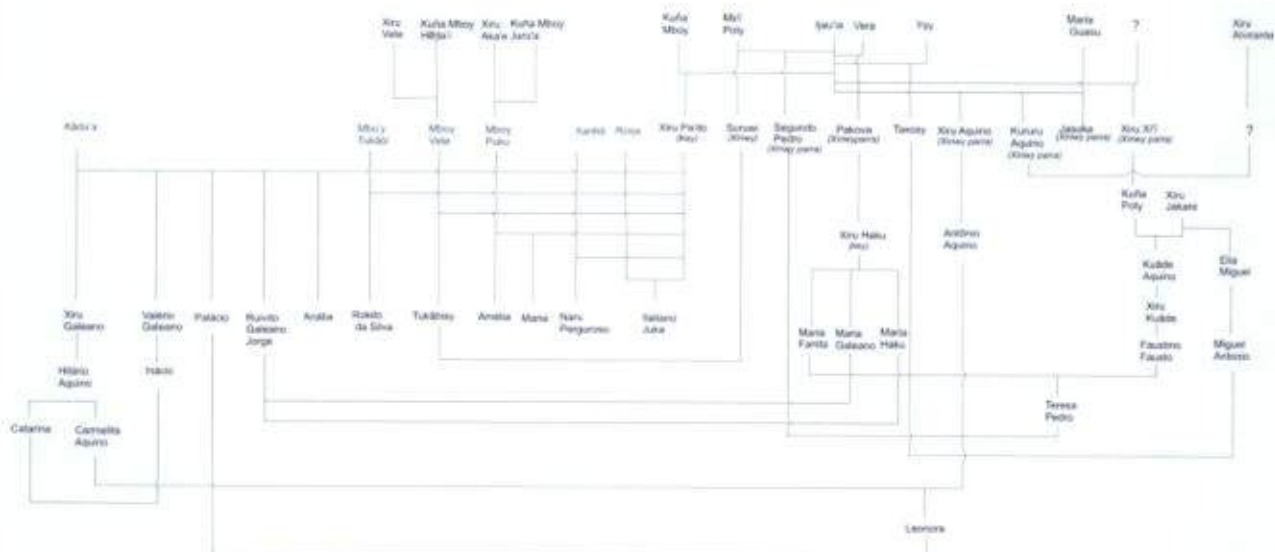
¹¹ Y = água; *akãju* = espécie de bagre cuja cabeça é de cor amarela (*akã* = cabeça; *ju* = amarelo, iluminado, brilhante, resplandecente). A “região” contígua a Ipaparĩ e a lagoa Pitã, que se estende até próximo à nascente do córrego Yakãju e à lagoa Yakãju é também designada por Mato-grossense. Ela recebe este nome, porque desde a instalação da CAND está cortada pelo Travessão Mato-grossense.

¹² Nome dado a lagoa e as terras de sua margem localizadas na vila Panambi.

Rv

Gráfico 01.

Os descendentes de Xiru Ijau'ia



ko

Quanto aos filhos de Xiru Ijau'ia, não sei ao certo se Xiru Pa'ito faleceu próximo à lagoa Yju Miri ou se faleceu depois que seu grupo de parentes se transferiu para Yasori¹³, às margens do rio Brilhante. De qualquer forma, o falecimento de Xiru Pa'ito, acrescido de intercasamentos entre descendentes dos dois irmãos, ampliou a liderança de Xiru Aquino (*xiriwi parra*) ao *tekoha* dos filhos de Pa'ito¹⁴. Este era composto por Xiru Galeano, Valério Galeano, cônjuges e filhos; Anália e o cônjuge Pa'i Carvalhinho; Amélia (ou Ana José Puku) e o cônjuge José Puku. O genro Pa'i Carvalhinho veio do *tekoha* Xiru Jakare e o genro José Puku veio do *tekoha* de Xiru Chico Mbeguai, ambos habitavam próximo à nascente do córrego Yakãju.

Dentre os filhos mais novos de Xiru Pa'ito, apenas Palácio permaneceu no grupo devido ao casamento com um das filhas de Antonio Aquino, que juntamente com o irmão Kapaxu integravam o *tekoha* de Xiru Aquino. Posteriormente, os casamentos de Rokito da Silva e de Ruivito Galeano Jorge, conduziram estes filhos de Pa'ito ao *tekoha* de Miguel Antonio e ao *tekoha* de Xiru Haku¹⁵, respectivamente. Desconheço a história de Naru Perguroso, apenas sei apenas que foi enterrado no cemitério mais antigo de Panambizinho e, portanto, a sua morte deve ter ocorrido depois dos primeiros anos da década de 1950.

Italiano Juka casou-se com Rosa e até meados ou final da década de 1920 habitava Mykyriati¹⁶. As pressões do SPI para a desocupação das terras kaiova o levou primeiro para a margem do córrego Laranja Doce, ao sudeste do PI Francisco e depois para o interior das terras reservadas para o PI, onde constitui e liderou a sua parentela até 1970, quando faleceu. Lourenço Juka, um de seus filhos habitou próximo à foz do córrego Cadeado, na margem esquerda do rio Brilhante. Erasmo, único filho de Lourenço nasceu neste local, mas, depois da morte prematura do pai foi levado para ser criado pelo *tamoi* Italiano e pela *jari* Rosa, na Reserva de Dourados.

O casamento levou Luís Pedro (ou Suruwi) para o *tekoha* do sogro Xiru Ijapeva, localizado às margens da lagoa Hũ. Luís Pedro habitou neste local pelo menos até o nascimento de seu filho Francisco Pedro (ou Pa'i Chiquito Pedro), depois se deslocou para as margens da lagoa Yakãju. Como afirmo em outro lugar (Vietta 2007), de acordo com Dorícia Pedro, filha mais velha de Pa'i Chiquito, este é o local do em que Suruwi foi sepultado, portanto seria aqui que seu grupo habitava quando teve início os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas e quando ele sofreu o ataque fatal de uma onça. Contudo, Alda da Silva de Oliveira¹⁷, *temĩrĩrõ*¹⁸ de Segundo Pedro, informa

¹³ *Yasori* é o nome de uma planta abundante nas margens de muitos córregos. A semente do *yasori*, de cor preta e em forma de esfera, é empregada na confecção de diversos adornos.

¹⁴ Como dito na *Introdução*, um *key* é o potencial herdeiro dos papéis sociais desempenhados pelo pai, porém se ele é jovem demais e não dispõe do prestígio político e xamânico necessário para ocupar a posição de liderança, esta pode ser transmitida para um irmão do pai, preferencialmente o irmão mais velho retido na parentela ampliada.

¹⁵ Xiru Haku é *key* de Pakova, *xiriwy parra* de Ijau'ia.

¹⁶ De acordo com Getúlio Juca de Oliveira, Mykyriati era o nome de uma lagoa, na época com cerca de quatro hectares de extensão, localizada ao oeste da nascente do córrego Hum. Mykyriati é uma das tantas lagoas presentes nesta região que secaram devido à ação dos situantes e fazendeiros locais.

¹⁷ Alda tem cerca de 60 anos e nasceu próximo à cabeceira do córrego Sardinha, na Reserva de Dourados.

¹⁸ Termo usado por um homem ou uma mulher para designar o(a) filho(o)s de seus filho(a)s e seus descendentes consanguíneos ou classificatórios; neto(a)s.

lv

que o grupo liderado por Luís Pedro – composto, pelo menos por seu filho Pa'i Chiquito e por seu irmão de Segundo Pedro – habitou Iparusu, local próximo às margens do Brilhante não muito longe do braço morto.

Araci Pedro, igualmente filha de Pa'i Chiquito, afirma que o grupo habitou próximo à nascente do córrego Cadeado até o início dos anos 1930, quando Luís Pedro e seu filho se transferiram para Guyra Kãbi'i e depois Ñahãkarrai¹⁹ e Guasu²⁰. A parentela de Luís Pedro permaneceu por vários anos nas margens do córrego Laranja Doce, não muito distante da barra do córrego Laranja Lima. Enquanto isso, Segundo Pedro foi para Mykyriatĩ, se reaproximando de Italiano Juka e, assim como ele, deixando a região após as pressões para o ingresso nas terras reservadas pelo SPI. Contudo, Segundo Pedro preferiu se fixar na margem esquerda do córrego Yakãju, retornando para as margens do Laranja Doce.

A estabilidade política angariada pelo governo brasileiro no contexto do pós-guerra e a definição da linha de fronteira entre Brasil e Paraguai permitiram que, a partir do final do século XIX, as terras das margens dos rios Brilhante e Santa Maria novamente atraíssem fazendeiros, além da Cia Matte Larangeira. A companhia manteve na fazenda Três Barras (Porto Murtinho) a sede da sua administração até a segunda década do século XX, quando ela foi dividida e transferida para a fazenda Campanário (Caarapó, MS) e para Guairá (Guairá, PR). Inicialmente escoando o produto dos ervais através da fazenda Três Barras e depois por Guairá, ao longo da bacia do Brilhante foram organizados pontos de extração de erva, ranchos e portos, com destaque para o porto Guasu (Dourados) e ao porto Novo (Douradina)²¹. De acordo com os Kaiowa, a ponte construída na altura da foz do córrego Laranja Doce fazia a ligação entre as duas margens do rio Brilhante.

Aqueles índios interessados em adquirir produtos manufaturados, promoveram alguns deslocamentos visando se aproximar dos novos “patrões”. Pelo menos, este é o argumento que aparece em algumas narrativas para justificar os deslocamentos em direção ao norte durante este período. Contudo, a crescente redução dos espaços habitáveis, cada vez mais disputados pelos fazendeiros e pelas parentelas Kaiowa rapidamente se transformou em um limitador para tais deslocamentos. O grupo de Xiru Aquino estava entre aqueles que cedo rumaram para o norte, inicialmente consolidando seu *tekoha* próximo à foz do córrego Panambizinho.

¹⁹ De acordo com João Aquino: “No outro córrego ali caía muita *nahã'ã*. *Nahã'ã* é laranja, aquela laranja azeda. Mas já colocaram o nome Laranja Doce. A mãe do meu pai falava: - *Nahã'ã, nahã'ã!* Eu era guri e não sabia o que era. Então, ela me levou lá e me mostrou: - Isso é *nahã'ã!* Foi nesse dia que eu conheci o Ñahãkarrai! Porque foi esse o nome que os Kaiowa deram, mas depois tiraram esse nome e colocaram Laranja Doce.” Aqui, João refere-se aos trabalhos de mapeamento elaborados pela Comissão de Linhas Telegráficas.

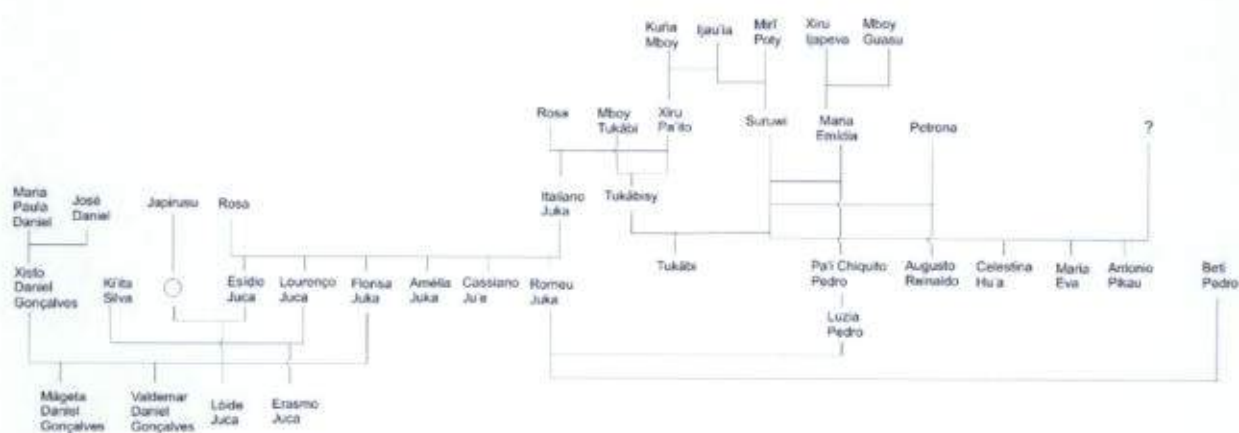
²⁰ *Guasu* = grande

²¹ Veja mapa 8. Como já dito a Cia Matte ainda mantinha nove fazendas dispostas em diferentes pontos da rota para o porto de Três Barras: a própria fazenda Três Barras (Porto Murtinho), localizada na margem esquerda do rio Paraguai; a fazenda Margarida (Bela Vista), localizada na margem do rio Caracol; a fazenda Santo Thomaz (Bela Vista), localizada na picada Chirigüelo; a fazenda Limeira localizada próximo à Colônia Militar de Dourados; a fazenda São Roque (Porto Murtinho); a fazenda Sete Voltas (Maracaju), vendida para a Cia Matte pelos herdeiros do Barão de Antonina, além das fazendas Perdido e Concórdia (v. mapa 7).

lv

Gráfico 2

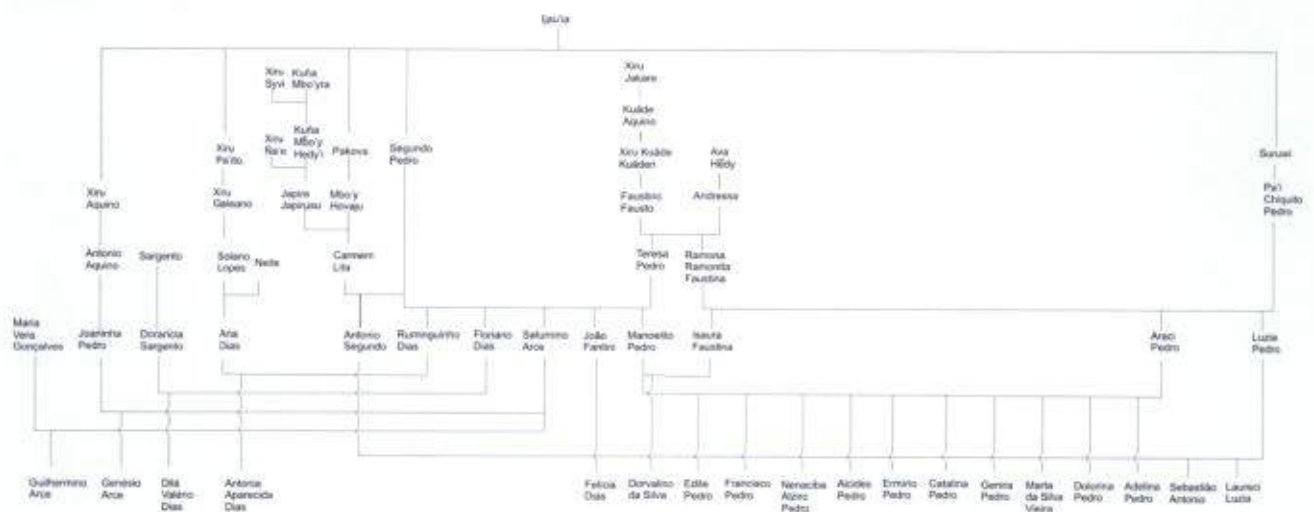
Os descendentes de Luis Pedro (ou Suruwi) e Italiano Juka



[Handwritten signature]

Gráfico 03

Os descendentes de Segundo Pedro



kv

“No tempo do paraguaio [ervateiros da Cia Matte Larangeira] é que colocaram esse nome [córrego] Panambi, [córrego] Panambizinho. O nome mesmo do córrego [Panambizinho] é Pikiti’i²². Jari Aquino [ou Marta Aquino] que achou o córrego, então Xiru Aquino pôs o nome Pikiti’i. No tempo em que o paraguaio chegou a minha mãe [Balbina Francisca] era menina. A minha mãe lembra bem, porque ela era menina grande, tinha 8, 9 anos, então ela já estava sabendo. Porque tinha muito peixinho pequenininho, aquele lambarizinho! Diz que estava cheio, de peixinho. Então, o Xiru Aquino deu o nome Pikiti’i. Depois, quando chegou o paraguaio é que colocaram o nome Panambizinho, porque paraguaio quer falar a nossa linguagem, mas não sabe! Era para ser Tanãbi’i, mas já falaram Tanambizinho...

Tanãbi’i é aquela borboletinha branca, que voa ali. Desova ali e sai lagarta. Desova a lagarta ela fica voando já borboletinha. Ela fica amontoadas, em cima da água, fica chupando aquela água, para carregar. Então esse que deveria ser o nome: Tanãbi’i, e não Panambi. Panambi é paraguaio, já é português, nem sei! Então quando ele chegou, viu que tinha bastante borboletinha e já colocou esse nome no córrego (João Aquino).

Os *tekoha* liderados por Xiru Aquino se fixaram próximo às barras dos córregos Panambizinho e Panambi, do braço morto do Brilhante e do córrego Coqueiro. Ao longo de algumas décadas eles habitaram em Suruviku’a²³, Pikiti’i, Itaguasu²⁴, Yrarity²⁵, Guapoytã, Itako’a (ou Itaku’a, ou Itaku’ã)²⁶, Patury²⁷, Ypiriri²⁸ e Coqueirinho. É nesta região que se encontrava o grupo de Xiru Aquino quando da intervenção da Comissão e Linhas Telegráficas. A Cia Matte, assim como os fazendeiros absorveram largamente a mão de obra destes Kaiowa, que permaneceram ocupando diferentes pontos nas duas margens do rio Brilhante, aparentemente sem encontrar restrições espaciais significativas, pelo menos até a solene entrega de Ka’aguirusu e da nomeação do capitão Hilário Aquino. Pois, como conta João em um trecho transcrito acima, coube ao recém nomeado capitão “chamar” os Kaiowa para o interior das fronteiras de Ka’aguirusu. Entretanto, isso não impediu que, ao norte do rio Brilhante, nas décadas seguintes, diversas famílias constituíssem novos espaços de habitação ou se mantivessem em seus antigos *tekoha*, mesmo na condição de “funcionário de fazendeiro”.

²² *Pikiti’i* (ou *Pikixi’i*) = lambari de rabo vermelho. Xiru Aquino e “seu grupo” são os primeiros a habitar este trecho do córrego Panambizinho.

²³ Local que já foi habitado por Suruviku’a.

²⁴ *Itaguasu*: *Ita* = pedra; *guasu* = grande.

²⁵ *Yrarity* = favo de mel.

²⁶ *Ita* = pedra; *ku’ã* (ou *ko’a*) = toca, buraco.

²⁷ *Patury* (ou *patory*) = designação para a espécie de pato selvagem comum nesta região.

²⁸ Ypiriri, era um principais dos locais de pesca para os moradores da região, o que incluía a parentela de Xiru Aquino e Xiru Jakare.

João



Desenho 7
Braço morto do rio Brilhante

Desenho feito no chão por Armíria Vieira da Silva

Entre os filhos de Xiru Ijau'ia também merecem destaque as posições sociais angariadas por: - Taxosy, cujo casamento com Miguel Antonio, levou-a a ingressar no *te'y jusu* de Xiru Jakare; - Xiru Kururu, casado com uma das filhas de Xiru Alvirante, se consolidou como *tekoahuvixa* próximo à lagoa Yakãju; - Xiru Pakova, um importante *tekoahuvixa* de quem eu trato a seguir; - Xiru Jasuka, assim como os irmãos mais velhos seguiu para o norte, se fixando em Coqueirinho; - Amélia (ou Amália) que trouxe o cônjuge Pa'i Carvalhinho para o grupo de seu pai. Mas, as margens do rio Brilhante também abrigavam outros *hexakara* e suas respectivas parentelas: - entre o braço morto e a foz do córrego Cadeado habitavam os grupos de Xiru Suruviku'a, Xiru Vilhermo, Xiru Kanõ Xiru Laranjeira, Xiru Kasõ Hovy, Xiru Karaguata, Xiru Guyra Xixi; - próximo ao acampamento da Matte Laranjeira, localizado junto à foz do córrego Laranja Doce viviam Xiru Vicente Puku, Xiru Takuary, Xiru Pirareku'a, Xiru Nãdu'a, Xiru Yvyhau'i, Xiru Inĩbe; - em Yvyha jua'i estava Sapery Soco; - próximo aos rios São Domingos, Carumbé e Santa Maria moraram Xiru Laranjeira, Xiru Geromo (ou Gerônimo Vargas), Xiru Guyra Xixi, Xiru Jakare, Xiru Mascarenho da Silva; - próximo ao rio Vacaria habitava Guara'i.

KV

1.2. As alianças de Xiru Jakare com Xiru Ijau'ia e Xiru Aquino

De acordo com Sofia Gonçalves da Silva²⁹, a parentela de Xiru Jaguarí está entre aquelas que durante a guerra entre Brasil e Paraguai se deslocaram para as terras banhadas pelos rios Santa Maria e Carumbé. Porém, o casamento de Xiru Jakare, filho de Xiru Jaguarí, com uma filha de Xiru Xi'ĩ o traz de volta para as terras mais ao sul, para onde está localizado o *te'y jusu* de Ijau'ia. A autonomia político-xamânica de Jakare veio com o casamento de seus filhos Kuãde Aquino, Félix e Elia Miguel, lhe garantindo, assim, os meios para compor o seu próprio *tekoha*, disposto próximo à margem direita do córrego Yakãju. Xiru Jakare e seus filhos habitaram Guapoytã, Takuaraty³⁰, Yrajeti Guasu³¹.

Em Yrajeti Guasu, o genro Valentino Valério se incorpora ao grupo, casando com uma das filhas mais jovens de Jakare, mais uma vez, reforçando os laços com a parentela de Ijau'ia. O primeiro casamento leva a filha Vetina para Ipaparĩ e o casamento com Joãzinho Karape a traz de volta para Guapoytã, onde habitavam as parentelas de Jakare e Xiru Chico Mbegua'i, *tamoi*³² de João Karape. O casamento de Xiru Manoel o levou para a parentela de Mascarenha Moraes, que habitava Karũbe³³, às margens do rio de mesmo nome. O primeiro casamento, com Noel Vera Gonçalves, levou Toribia Sirlei para as proximidades de um dos acampamentos kaiowa de ervateiros da Cia Matte, localizado junto ao córrego Farinha Seca, onde é hoje a Reserva de Dourados, e o seu segundo casamento, com Círio Melo a levou para a parentela de Mascarenha Moraes, ainda habitando o Karũbe. Acompanhando o grupo de seu segundo marido, Toribia habitou Jaguarete, Guavira Poty³⁴, Aguara, Aguara'i. Portanto, Xiru Manoel e Toribia fizeram o caminho inverso do *tamo'i* Jakare.

Assim como Xiru Aquino, Xiru Jakare seguiu com seu *tekoha* para as margens do rio Brilhante, onde habitou em Suruviku'a, no braço morto e em Yraryty, para mais tarde deslocar-se para Yasori onde se associou aos novos "patrões". Armíria Vieira da Silva³⁵, *temĩrĩrõ* de Kuãde Aquino, narra o deslocamento da parentela de Jakare para o rio Brilhante como uma longa e árdua caminhada em meio à mata, seguindo a margem do córrego Panambi, por um caminho até então desconhecido, mas forjado pelo desejo de fuga dos constrangimentos provocados por "colonos" que ocuparam as terras habitadas por seus ascendentes³⁶.

A proximidade espacial entre as parentelas lideradas por Xiru Aquino, que ainda incluía José Puku, e por Xiru Jakare expressava o estreitamento de vínculos garantidos

²⁹ Sofia tem 74 anos. Ela nasceu e habita na Reserva de Dourados.

³⁰ Taquaral: *takuara* = taquara; *ty* = agrupamento.

³¹ Como informa Paulito: "deram esse nome [Yrajeti Guasu], porque é um lugar bem limpinho, parece roçado".

³² Termo de tratamento para FF e MF (consangüíneo e classificatório) e seus ascendentes.

³³ Nome de uma espécie de tartaruga.

³⁴ Flor de guavira. *Poty* = flor

³⁵ Armíria tem cerca de 60 anos, nasceu em Dourados, habita a TI Panambi.

³⁶ Os dados fornecidos por Armíria, confrontados com a idade de sua mãe levam a supor que esta rota tenha sido percorrida nos primeiros anos do século XX.

ho-

pelos intercassamentos. Contudo, enquanto os *tekoahuvixa* de maior expressão mantinham as suas bases nas margens do rio Brilhante, muitos dos homens destes e de outros *tekoha* construíam habitações provisórias próximas a Bocajá, a Douradina e ao córrego Coqueiro. A construção de casas conjugais foi uma estratégia para dar mais mobilidade aos casais, que acompanhados apenas de seus filhos solteiros ganhavam agilidade para venderem a sua mão de obra. Entretanto, dispensar parte significativa da quantidade e da qualidade da matéria prima, bem como das práticas rituais exigidas para a construção de uma *oygusu*³⁷, também foi uma alternativa para aqueles kaiowa que tiveram que construir e reconstruir os seus *tekoha* num contexto onde as expulsões protagonizadas pelos novos ocupantes se tornavam cada vez mais frequentes.

Os locais “não privatizados” disponíveis para a habitação kaiowa começaram a se escassear, fazendo com que o acesso a uma parte significativa das suas antigas terras estivesse necessariamente vinculada a algum tipo de prestação de serviço, onde o desmatamento das fazendas e a extração da erva mate nativa eram as atividades mais comuns. Trabalhos temporários, dos quais os índios passaram a ser rapidamente dispensados, ou obrigados a se deslocarem, vão criando uma rotinização das expulsões e promovendo a dispersão de inúmeras parentelas para outras regiões do estado ou em direção às fronteiras paranaenses e paraguaias. Por outro lado, a redução das terras habitáveis, acarretava em uma maior disputa pelos recursos naturais, ampliando a dependência dos “patrões”.

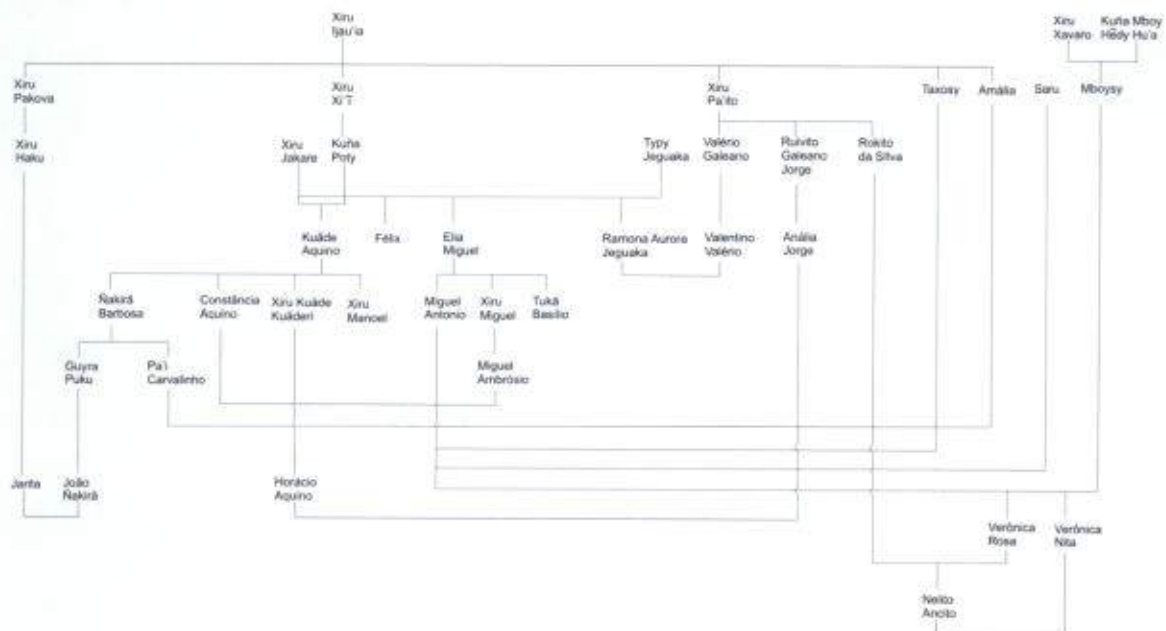
De qualquer forma a estratégia da mobilidade, angariada com a construção de casas menores, no estilo regional, permitiu que muitos homens revesassem a venda da sua mão de obra entre os fazendeiros e os capatazes da Cia Matte. Como visto mais acima, o capataz João Velasques assumiu a extração dos ervais no entorno do braço morto, Arlindo Ferreira atuava na região de Douradina e de Vila Vargas e um terceiro capataz era responsável pelo rancho localizado na barra do córrego Laranja Doce. Não disponho de dados a seu respeito, mas como menciona João Aquino em uma fala já transcrita: “... [na barra do córrego Laranja Doce] era lugar de entregador de erva. Eles fizeram um acampamento [ou um rancho] bem grande ali.”. É provável que a construção do porto Novo tenha sido responsável por ampliar a demanda de trabalho kaiowa neste local.

³⁷ Apenas xamãs estão aptos a construir uma *oygusu*, pois, além dos saberes arquitetônicos, é preciso conhecer os inúmeros procedimentos rituais que devem acompanhar desde a coleta da matéria prima até a finalização da construção.

Dr

Gráfico 4

A aliança entre Xiru Jakare Xiru Pa'ito



[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Diretoria de Proteção Territorial
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação
SEPS Quadra 702 Sul - Bloco A - Edifício Lex - 3º Andar
Brasília/DF - 70390-025
Tel.: (61) 3313-3721

Proc. nº: 26980/4
Fls.: 200
Rubrica: [assinatura]

Memorando nº 691/CGID/2011

Brasília, 9 de dezembro de 2011.

Ao: Setor de Protocolo – SEPRO

Assunto: Identificação e Delimitação da T.I. Panambi
Ref.: Processo nº 08620.02690/2011-46

1. Tendo em vista a legislação específica sobre as quantidades máximas de folhas por volume, estamos encaminhando 1º volume do processo em referência e, em anexo, documentação em ordem cronológica, para formação de novo volume.

Atenciosamente,

Giovana Acácia Tempesta
Coordenadora Geral de Identificação e Delimitação
CGID/DPT



Ministério da Justiça

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS/PROCESSOS MJDOC

FUNAI/SEPRO - Serviço de Expedição e Protocolo

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Proc. nº: 26980/11
Fis: 201
Rubrica: [Assinatura]

Ao(s) 12 dia(s) do mês de Dezembro de 2011, procede o encerramento deste volume, nº do Processo 08620.026980/2011-46, contendo 201 folhas, abrindo-se em seguida o volume nº 2.

Para constar, eu FABIANA OLIVEIRA DE ARAÚJO, sobrescrevo e assino.

Fabiana De Araujo
Carimbo e assinatura



Ministério da Justiça

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS/PROCESSOS MJDOC

FUNAI/SEPRO - Serviço de Expedição e Protocolo

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Proc. nº: 26980/11
Fls: 202
Rubrica: [assinatura]

Ao(s) 12 dia(s) do mês de Dezembro de 2011, procede a abertura deste volume, de nº 08620.026980/2011-46, que se inicia com a folha nº 202.

Para constar, eu FABIANA OLIVEIRA DE ARAÚJO, sobrecrevo e assino.

Fabiana O. Araújo

Carimbo e assinatura

Data: 12/12/2011

Hora: 10:34

Emitido por: FABIANA OLIVEIRA DE ARAÚJO

FUNAI/SEPRO

Ministério da Justiça

Página 1 de 1

Gradativamente Xiru Aquino e Xiru Jakare foram deixando as margens do rio Brilhante, para se fixarem nas proximidades de onde é hoje Douradina. Paulito Aquino, *temĩrĩrõ* de Xiru Aquino, nasceu próximo a Douradina nos primeiros anos do século XX. Mas há registros da permanência destas parentelas, pelo menos na margem direita do rio Brilhante até a década de 1940. O *capitão* Hilário Aquino faleceu no início dos anos 1940, quando os *tekoha* ligados a Xiru Aquino habitavam Itaguasu. No final desta mesma década epidemias vitimaram muitos Kaiowa, três filhos de Paulito Aquino estão entre eles. Isto ocorreu quando os Aquino habitavam Yrĩbi'asa³⁸. Entretanto, os movimentos das famílias lideradas por Xiru Aquino, em direção ao sul, não necessariamente estavam sincronizados com a parentela de Xiru Galeano, que ganhou autonomia política. Xiru Galeano liderava o *tekoha* composto por seus irmãos Valério Galeano, Ruivito Galeano Jorge (ainda solteiro) e o cunhado Pa'i Carvalhinho. Eles permaneceram por mais tempo que Xiru Aquino nas margens do rio Brilhante, onde, além de Suruviku'a, Pikiti'ĩ, Itaguasu, Yraryty, Guapoytã, Itako'a, habitaram Kaguĩhũ³⁹ (ou Kãguĩhũ) e Patury.

No entorno de onde é hoje Bocajá, o *tekoha* de Xiru Aquino habitou Ponta Puku e Oyhũkue, e, próximo de onde é hoje Douradina se fixou em Kokuere Guasu e Yryky ãba. O falecimento de Xiru Aquino deixa a liderança de um *tekoha*, bastante reduzido em sua população, para seu filho Antonio Aquino. Inicialmente, o *tekoha* de Antonio era composto pelo menos por três *oygusu*: uma habitada por ele, sua segunda esposa, seus filhos de dois casamentos, noras e netos⁴⁰; outra habitada por seu sogro Kure'i e família; uma terceira habita seu genro Palácio e família⁴¹. Associado a este *tekoha* também estava a *oygusu* de José Puku. Antonio Aquino, seu filho Paulito Aquino, Palácio e José Puku ainda habitaram em Jagua'igua⁴², Êxatĩ ãba⁴³, Yãgua, Itykyre, Toro Pire⁴⁴, Yri'apĩ. O casamento de Balbina Francisca e Paulito Aquino, no final dos anos

³⁸ Após a morte dos filhos de Paulito e Balbina em Yrĩbi'asa, os Aquino deixaram de habitar as margens do rio Brilhante.

³⁹ *Kaguĩ* (ou *kãguĩ*) = bebida fermentada feita de milho; *hũ* = preto, escuro.

⁴⁰ Antonio Aquino se separou de Carmelita, sua primeira esposa. A maioria dos filhos acompanhou a mãe. Eles se fixaram em uma fazenda localizada em Sanga Puitã (MS), seus descendentes ainda moram no local. Dos filhos que permaneceram com Antonio também ouvi falar a respeito de José Kose'i, que morreu ainda solteiro, vítima de tuberculose, e de Marcelina Aquino que contraiu casamento com um rapaz que residia em Potreirito, ao noroeste de Mbororo (Reserva de Dourados), para onde se transferiu. Mais tarde, a parentela do esposo de Marcelina cede às pressões, se transferindo para a Reserva de Dourados, onde ela viveu até a sua morte.

⁴¹ Como consta no relatório elaborado por Estigarribia em 1923 (op.cit.) em Bocajá se encontrava a "Aldeia do Aquino" e ali "há ainda muitos grupinhos".

⁴² Jagua'igua (ou *jagua'ygua*) = Lugar da onça beber água ou, em uma tradução literal: poça de água onde a onça bebe água. *Jagua* = onça; *ygua* = poça de água. De acordo com Valdomiro: "Os antigos deram esse nome para o lugar, porque em uma noite, depois da chuva, quando todos já estavam deitados para dormir, alguém ouviu um barulho: - cloc, cloc, cloc! E perguntou: - O que é isso? Então outra pessoa respondeu para ele: é a onça bebendo água! Desde esse dia, as pessoas chamam este lugar de Jagua'igua!"

⁴³ Êxatĩ - espécie de abelha. Em Êxatĩ ãba havia quatro *oygusu* do tipo *ihũdyoga*, elas pertenciam ao grupo de Xiru Aquino e de Xiru Jakare. *Ihũdyoga*: (*ihũdy* = quatro; *oga* = casa, morada) parece ser o modelo arquitetônico kaiowa preferido em períodos mais recuados. Ela é erguida a partir de quatro esteios transversais (*okita*), podendo abrigar pelo menos quatro famílias conjugais.

⁴⁴ Toro (ou Touro), nome atribuído a uma anta macho de tamanho e agilidade acima da média, o que tornava a sua caça bastante difícil. *Pire* = cobertura externa de um animal: pele, couro, escama. A anta Toro finalmente foi ferida por uma flecha kaiowa durante uma caçada coletiva, mas conseguiu escapar de seus perseguidores, vindo a morrer a muitos quilômetros de distância de onde foi atingida. O local onde

20

1920, consolidou a relação entre as parentelas de Xiru Aquino e Xiru Jakare, contribuindo para manter a proximidade espacial entre elas.

Foto 4



Terras de Jagua'igua. Ao fundo Panambi – Lagoa Rica. 10/2008

II.3. Outros descendentes de Xiru Jakare e de Xiru Pa'ito

Quanto aos filhos de Xiru Jakare, desconheço o destino de Félix e de seus descendentes, depois que eles deixaram às margens do córrego Yakãju. A respeito de Manõ sei apenas que viveu na margem esquerda do rio Brilhante, não muito longe da foz do córrego Cadeado, e que morreu de susto quando Raquixo expulsou sua parentela das margens do rio São Domingos, como consta na fala de Paulito transcrita na primeira parte deste estudo. Como já dito Kuãde Aquino, Elia Miguel e Valentino Valério compunham o grupo de Xiru Jakare. Os casamentos dos filhos Ñakirã Barbosa e Xiru Manuel consolidaram o *tekoha* de Kuãde Aquino, enquanto os casamentos de Miguel Antonio e de Kuati Guasu fortaleceram o *tekoha* de Elia Miguel.

Kuati Guasu, por sua vez, trouxe Tãgui para a parentela do pai. Ela é filha de Gerônimo Vargas e veio do *te'y jusu* de Xiru Laranjeira, um importante *hexakara* que habitou ao longo do rio Brilhante e do rio São Domingos, Carumbé e Santa Maria, na primeira metade do século XX. O casamento levou Xiru Miguel – filho de Elia Miguel – para as margens da Lagoa Pitã, junto à parentela do sogro Xiru Haku, onde parece ter

ela morreu, foi carneada e teve o seu couro abandonado, posteriormente, recebeu o nome de Toro Pire, ou seja, lugar onde se encontrava a pele da anta Touro.

ho

habitado por alguns anos, antes de retornar para a parentela do pai⁴⁵. Não sei com qual sogro co-habitou o casal Constância Aquino – filha de Xiru Kuãde Aquino – e Miguel Ambrósio – *temĩrĩrõ* de Elia Miguel –, mas de qualquer forma esta união fortalece a articulação do *te'y jusu*.

Com esta formação, o grupo de Xiru Jakare se instalou próximo de onde é hoje Douradina em um local que ganhou o seu nome, em Itykyre⁴⁶ e depois em Jagua'igua. De acordo Balbina Francisca, *temĩrĩrõ* de Elia Miguel, o *tekoha* em Jagua'igua era composto por quatro *oygusu*. Taxosy faleceu em Jagua'igua, contudo, a aliança com os descendentes de Ijau'ia se reatualizou através do casamento de Verônica Rosa – filha de Miguel Antonio – e Rokito, um dos filhos mais moços de Xiru Pa'ito, que ingressou na parentela de Elia Miguel.

A ampliação do *te'y jusu* de Xiru Jakare alcançou o seu limite, dando início a fracionamentos: Nkirã Barbosa se instalou em Kokuere Guasu e Guyra Puku seguiu um pouco mais a leste, em um local posteriormente designado Guyra Puku kue, onde liderava um *tekoha* composto por quatro *oygusu*. Ele viveu aqui por vários anos, até seu falecimento, na virada da década de 1940. No entanto, antes disso, Guyra Puku acompanhado de Manõ, Guaroso, Mãceró e Luisinho, foi ameaçado e expulso por Raquixo das margens do córrego São Domingos, como relatou Paulito. Ainda de acordo com os dados fornecidos por Paulito, este evento ocorreu entre o final da década de 1910 e a década de 1920.

Do entorno de Douradina, as parentelas de Kuãde Aquino e Elia Miguel se deslocaram para as margens do Laranja Doce, habitando em Nãhãkarrai, Potreiro Guasu e Guyraka'i⁴⁷. Aqui, Ariano Hilton amplia a parentela de Xiru Miguel, através de seu casamento com Maria Rita, enquanto Horácio Aquino, filho de Kuãde Kuãderi, se transferiu para as margens do córrego Itaquiri, fortalecendo o *tekoha* do sogro Ruivito Galeano Jorge. Dos tempos de Potreiro Guasu, Valdomiro Aquino relembra uma das histórias contadas pelo *tamoi* Paulito:

“O paraguaio entrou [nesta região] em 1934. Foi aí que Paulito conheceu o gosto de vaca. Em Potreiro Guasu o fazendeiro criava vaca, e as vacas entravam na roça dos índios e comia as plantas. Os Kaiowa falaram com o fazendeiro, mas

⁴⁵ Xiru Miguel casou com Júlia e com Carmelita, as duas eram filhas de Xiru Haku. Para as uniões do passado, a poliginia, em especial a poliginia sororal, aparece como um dado importante na composição dos grupos familiares. De acordo com os Kaiowa mais velhos a poliginia sororal era o formato preferencial para os antigos casamentos, mas o sororato também era uma prática bastante comum. No presente qualquer forma de poliginia é escassamente encontrada, mas o mesmo não pode ser dito a respeito do sororato. Veja: Meliã, Grünberg e Grünberg 1976: 254; Schaden 1974: 70; Pereira 1999: 82-83; Vietta op cit 449-450.

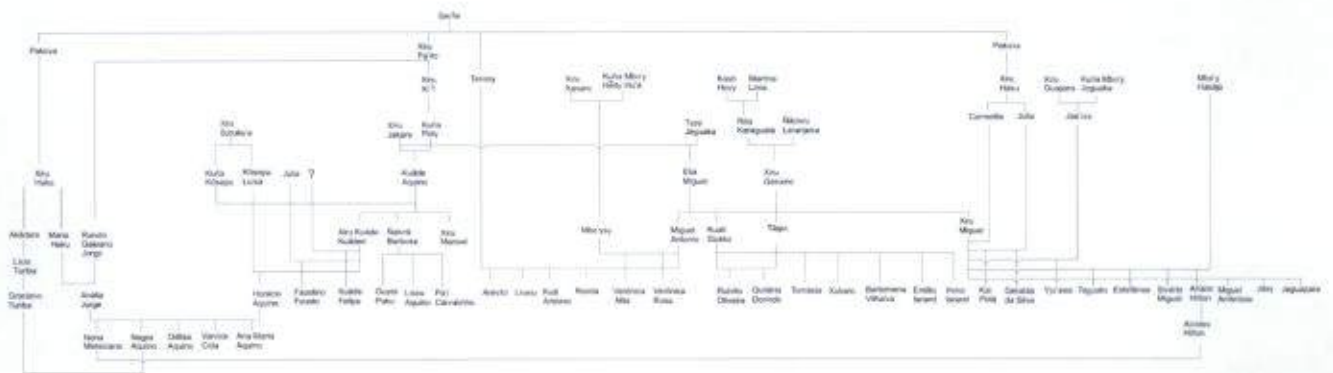
⁴⁶ *Itykire* = água represada.

⁴⁷ *Guayraka'i* = ariranha. Animal abundante nos córregos da região.

Ko

Gráfico 5

Os descendentes de Xiru Jakare



Q2 -

não adiantou nada! Então eles mataram uma vaca... Era Kuã Antônio e Kuãde [Kuãderi]. Foi Kuãde [Kuãderi] que matou a vaca... matou com flecha. Depois o prenderam... Foi um militar que morava em Dourados. Aí eles saíram dali e voltaram lá para o lado de Lagoa Rica.”

Para além deste incidente, uma epidemia de sarampo vitimou Miguel Antônio e Miguel Ambrósio. Kuãde Aquino também faleceu nesta região, mas não sei se vítima da mesma epidemia. Xiru Miguel assumiu a liderança da parentela e promoveu um novo deslocamento, agora para Toro Pire localizado próximo ao Bocajá. Aqui, a parentela de Alvirante também aparece associada ao grupo de Xiru Miguel, porém desconheço a base desta aliança. O mesmo ocorre com Măduka, que é apontado como integrante do grupo de Xiru Miguel, porém não sei afirmar por qual via.

Por sua vez, Ariano Hilton, um dos filhos mais jovens de Xiru Miguel, não acompanhou o pai. Ele se manteve em Năhăkarrai e em Guyraka'i, onde habitou até o final dos anos 1940. No período em que inicia a implantação da CAND, muitos dos fazendeiros assentados na margem esquerda do córrego Laranja Doce expulsaram as famílias kaiowa que estavam em “suas terras”, de acordo com Joel Hilton⁴⁸, a família de Ariano estava entre elas. Ao deixar as margens do Laranja Doce, assim como outros Kaiowa, ele se fixou onde é hoje a Panambi – Lagoa Rica. Entretanto, Rondon Mascarenhas de Moraes afirma que antes habitar Panambi – Lagoa Rica, Ariano se transferiu para as margens do rio Brilhante, junto ao Travessão Antonio Rocha. Taguato e seu filho João Kavaju também deixaram o grupo de Xiru Miguel, mas para morar em Aracelva e depois em Guasu. Em Guasu, Luís Pedro e seus filhos Pa'i Chiquito e Augusto Reinaldo aparecem associados a eles, porém desconheço por qual vínculo.

A ausência de Ariano Hilton, de Taguato e de João Kavaju não comprometeu a ascensão de Xiru Miguel, pois diferentes alianças de casamento sustentaram a sua liderança frente a um grupo bastante coeso. Este, por sua vez, contava, pelo menos, com a presença: - de Xiru Kuãde Kuãderi e o filho Faustino Fausto, também na condição de genro de Xiru Miguel; - da nora Constância; - dos filhos Kai Potă, Taguato e suas respectivas esposas e filhos; - das filhas Estefănea e Maria Guasu, aquela casada com Metério e esta com Faustino Fausto. O casamento de Metério com a filha de Faustino também serviu para reforçar tais alianças, o mesmo pode ser dito do casamento de uma filha de Xiru Miguel com um filho de Metério e do casamento de uma filha de Xiru Miguel e de uma filha de Miguel Antônio com dois filhos de Rokito e Verônica Rosa, garantindo a Rokito um lugar confortável na parentela. Os casamentos endogâmicos deram um novo fôlego ao grupo que se manteve, por alguns anos, próximo a Bocajă, onde ainda se avizinhava do *tekoha*, agora, liderado por Antonio Aquino e, também, da parentela ampliada, liderada por Xiru Galeano.

Em Bocajă, além do seu *tekoha*, Xiru Galeano liderava pelo menos os *tekoha* do irmão Valério Galeano e do cunhado Pa'i Carvalhinho, que incluía o genro Petiço. O *tekoha* de Xiru Galeano era composto pelos filhos Solano Lopes e Arlindo Lopes, Luísa e Maria Luísa Galeano seus cônjuges e filhos, o que inclui o genro Căncio Cantero. Solano Lopes também atraiu seu genro Ruminginho. O *tekoha* de Pa'i Carvalhinho

⁴⁸ Joel tem 50 anos, nasceu e vive na TI Panambi. Ele é *temĩrĩrĩ* de Ariano Hilton.

ku -

intensificou suas relações com Xiru Galeano através de um novo enlace, agora, envolvendo os filhos Inácio Carvalhinho e Maria Luísa Galeano. A viuvez de Maria Luísa a levou para o casamento com outro filho de Pa'i Carvalhinho, reafirmando, através do levirato, a aliança entre os dois cunhados. Áurea e Joãozinho Oliveira, respectivamente, filhos do primeiro e do segundo casamentos de Maria Luísa, nasceram em Toro Pire.



Desenho 8
 Travessão Antônio Rocha

Para me explicar a localização do Travessão Antonio Rocha, Rondon faz, no chão, este desenho.

A parentela ampliada de Xiru Galeano habitou em Yrarytỹ e em Toro Pire, mas antes disso, o grupo viveu em Yãgua⁴⁹ e em Furacão. De acordo com Isaura Isalina, que nasceu em Yãgua em 1920, foi seu *tamoi* Valério Galeano quem “abriu Yãgua”⁵⁰, ou seja, quando ele aqui se instalou, não havia Kaiowa ou *branco* morando nas proximidades. Algum tempo depois os descendentes de Xiru Jakare se fixaram no entorno de Douradina, permitindo a Valentino Valério uma reaproximação com o *tekoha* do pai. Mas esta reaproximação durou até o deslocamento de Valentino para o entorno do Bocajá, pois como outras lideranças de família nuclear, ele se associou à extração dos ervais nativos às margens do córrego Laranja Azeda. O restante da parentela também se dispersou, Solano, Arlindo, filhos de Xiru Galeano, o cunhado Cância Cantero e Ruminguinho, genro de Solano seguiram para o sul, enquanto Pa'i Carvalhinho se fixou em Toro Pire e em Tajyrapó⁵¹ (nas proximidades de Toro Pire).

⁴⁹ Yãgua = barreiro. Local onde a matéria prima para a produção das vasilhas e outros utensílios de barro era abundante.

⁵⁰ Os kaiowa também empregam a expressão *tekoha piaui*, para referir-se a ocupação de um local considerado novo, no sentido de “intocado”.

⁵¹ Tajyrapó = raiz de ipê. Tajy = ipê; rapo = raiz.

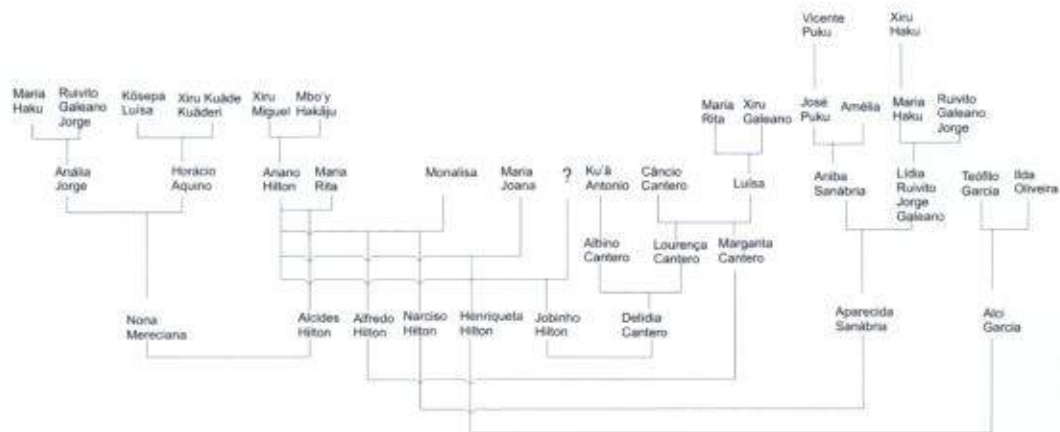
lu

Os descendentes de Xiru Miguel



Gráfico 7

Os descendentes de Ariano Hilton

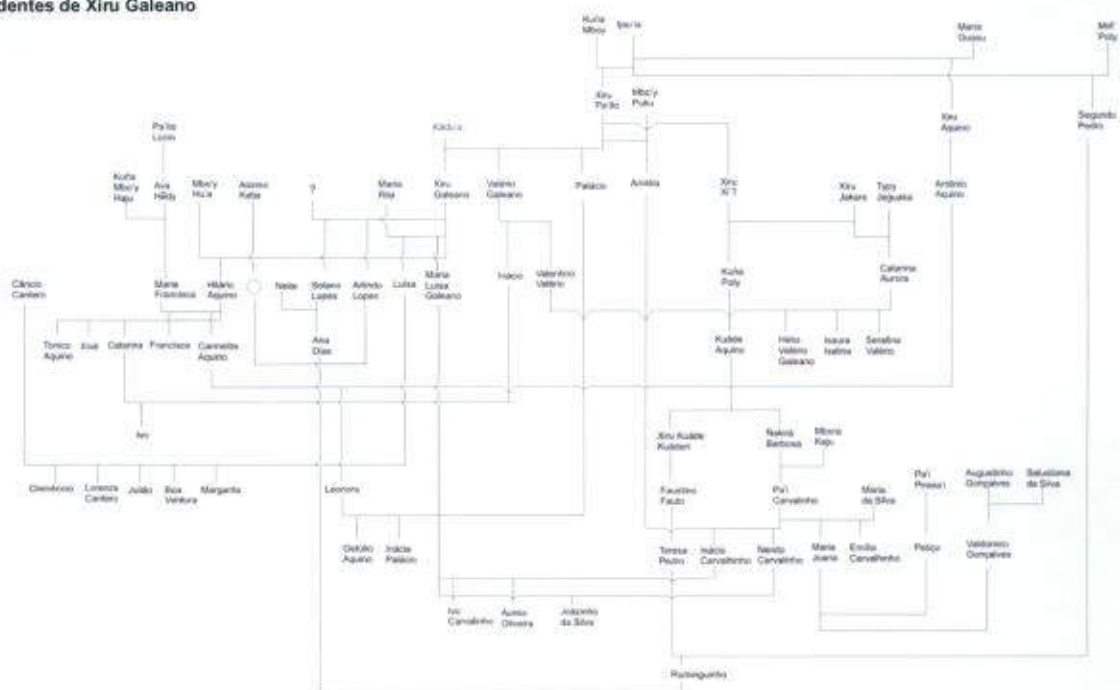


Atualmente, os descendentes de Ariano Hilton habitam Panambi – Lagoa Rica e Laranjeira Nanderu

be -

Gráfico 8

Os descendentes de Xiru Galeano



Atualmente os descendentes de Xiru Galeano, Valério Galeano e Pa'i Carvalhinho habitam Panambi – Lagoa Rica, Panambizinho, Nanderu Laranjeira e Reserva de Dourados.

Re -

Pa'i Carvalhinho e sua esposa Anália faleceram em Tajyrapo, mas seus filhos permaneceram no local até a instalação da CAND. Pois, como fez com tantas outras famílias kaiowa, a administração da CAND concedeu aos filhos de Pa'i Carvalhinho lotes em Toro Pire, para logo em seguida usar de subterfúgios para tomá-los de volta. Então, Nenito conseguiu trabalho em uma fazenda localizada em Verena kue, que fica um pouco mais ao norte de Bocajá. A família de Nenito também trabalhou na fazenda Arara, localizada às margens do córrego Arara, na margem esquerda do rio Brilhante, antes de se estabelecer em Panambi – Lagoa Rica, como conta seu filho Cláudio Carvalhinho⁵²:

“Em Verena kue o pai trabalhava para fazendeiro... Nós morávamos em fazenda... Meu pai mudou para lá antes de Lagoa Rica se formar. Quando o governo foi cortando [os lotes] é que meu pai pulou para cá... Antes nós moramos na fazenda Arara, fica lá para o lado do [córrego] Arara, [na margem esquerda] do rio Brilhante. Ficamos uns dois anos morando para lá. Aí então que veio para cá [Panambi – Lagoa Rica]!”

É preciso ressaltar que desde o final dos anos 1940, Karape consolidava a aldeia Panambi – Lagoa Rica, recebendo do SPI a função de *capitão*, bem como o já anunciado apoio para a sua demarcação.

Em Yãgua, Palácio e Antonio Aquino também se avizinharam de Valentino Valério, construindo suas *oygusu* próximas a *oygusu* dele. Durante o tempo em que estas parentelas habitaram Yãgua, elas dividiram a mesma mina, ou nascente, indicando uma redução na oferta de terras, assim como de minas. O antigo padrão de assentamento kaiowa mostra que a existência de uma nascente era um elemento essencial na escolha do local de construção de uma *oygusu*. Dado que garantia certo distanciamento espacial entre as *oygusu* que compunha um *tekoha* um *te'y jusu* ou, ainda, as parentelas ampliadas. Entretanto, a partir das décadas de 1910 e 1920 se observa muitas parentelas com relações de parentesco e, portanto relações políticas, bastante frouxas dividindo uma única mina, ou, ainda, parentelas que habitam nas margens de córregos e rios, consumindo exclusivamente estas águas. É possível que diversas das epidemias registradas a partir das primeiras décadas do século XX, tenham alguma relação com este dado.

Como pose se ver, nesta época, as terras que abrangem o atual município de Douradina eram densamente povoadas pelos Kaiowa. Além das parentelas anteriormente mencionadas, ainda há registros indicando a presença das parentelas de: - Xiru Tūgusu e de seu filho Pa'i Guaroso em Yariba; - Augusto Reinaldo em Tajyrapo e Toro Pire; - Alvirante, próximo a Douradina; - Pa'i Piraxa'iri e Zé Pa'i em Piraxa'iri, às margens dos córregos de mesmo nome. De acordo com Ricardo Jorge as terras de Piraxa'iri⁵³ estão inclusas na fazenda Recreio e Zé Pa'i está enterrado neste local.

Solano, Arlindo e Ruminguinho e Cantero deixaram Yãgua, para habitar Mykyriatĩ, onde se associaram à família de Ruminguinho e ao trabalho nos ervais.

⁵² Cláudio tem 53 anos, nasceu em Dourados e habita Panambi.

⁵³ *Piraxa'iri* = peixe de nome lobó ou traíra.

KV -

Como já dito, a partir de 1925, as famílias que habitavam Mykyriatĩ, assim como outras parentelas que viviam próximo ao PI Francisco Horta, foram pressionadas pelo SPI para ingressarem na terra reservada. Solano, Arlindo e Ruminginho viveram por algum tempo no PI, mas preferiram se vincular à Cia Matte, nas proximidades de Aracelva, para onde foram acompanhados por Alonso Ketia sogro de Arlindo, além de Floriano Dias, irmão de Ruminginho, este casado com Dorácia Sargento, filha de Sargento e oriunda da Reserva de Dourados.

Porém, com a transformação da companhia ervateira em autarquia federal e a consolidação da Colônia Municipal de Dourados – CMD, eles foram obrigados a realizar novos deslocamentos. Assim, Solano, Arlindo, Ruminginho, Floriano, Ketia e Cantero se mudaram para Itaguasu, de onde, logo em seguida, também foram obrigados a se retirarem. Daqui rumaram para Syvirãdoty, ou onde é hoje a vila Vargas, e para Guasu, onde novamente se aliaram a Segundo Pedro. Arlindo falece nesse trajeto e desconheço o destino de sua esposa e seu pai Alonso Ketia.

Enquanto isso, Kuati Guasu, filho de Elia Miguel, deixou o grupo do pai, para habitar Kaiu'i⁵⁴, onde nasceu Tukã Basílio. Kuati permaneceu por alguns anos em Kaiu'u trabalhando na extração da erva mate para Cia Matte Larangeira, depois se fixou na margem direita do córrego Yasori, na vila São Pedro, em um local denominado Kuati Guasu. Aqui, sua parentela se fracionou, os filhos Xukaro e Ireno Isnard se deslocaram para a margem direita do rio Dourados, se associando aos Kaiowa que habitavam Campo do Lídio (ou Lima Campo – Ponta Porã, MS). Na década de 1920, parte da parentela retornou a Ka'aguirusu com Ireno Isnard, quando ele foi designado, pelo SPI, como colaborador nos trabalhos de medição do PI Francisco Horta e, posteriormente, nomeado *capitão* do PI⁵⁵. Xukaro ficou na margem direita do rio Dourados, desconheço o seu destino, mas uma de suas filhas morreu durante a expulsão dos Kaiowa que habitavam Takuara (Juti), a qual foi promovida pelos fazendeiros que se instalaram no local, no início dos anos 1950.

Os filhos de Tukã Basílio cresceram em Jaguarete kue⁵⁶ e próximo ao córrego Santa Rosa. Porém, ele e sua família retornaram para o sul, se empregando nos ervais de Kaiu'i, de Itajeguaka⁵⁷ e de Ka'atigue, onde habitaram até o final da década de 1920, quando os funcionários do SPI pressionaram os Kaiowa para se transferirem para o interior da Reserva de Dourados. Sem alternativas, a família de Tukã se fixou nas terras reservadas, onde ele faleceu em 1980. Ruivito Oliveira, um dos filhos de Tukã contraiu casamento com Lóide Juka, filha de Esidro Juka, ingressando no *tekoha* de Italiano Juka, que como já dito também habitou a Reserva de Dourados.

⁵⁴ Kaiu'i é uma designação para uma categoria de *aña*, isto é, de uma vasta categoria de seres malfazejos.

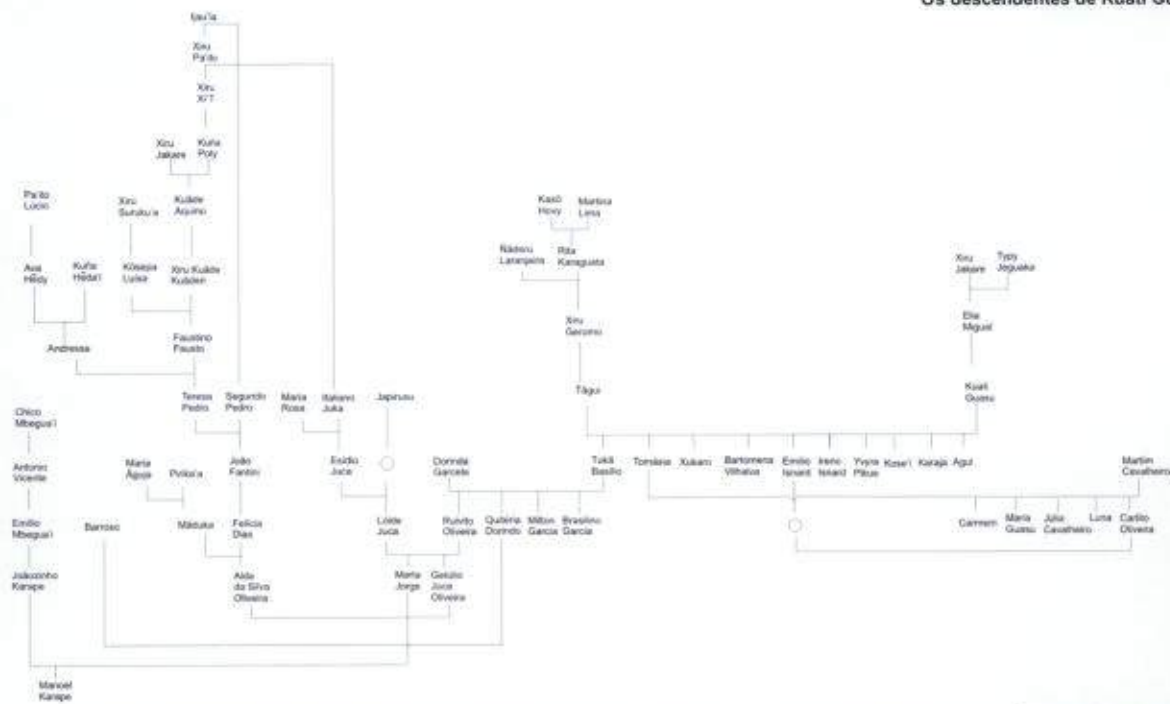
⁵⁵ A respeito de Ireno Isnard veja também entrevista com "capitão Ireno" (Meihy 1991: 39-50).

⁵⁶ Local que já foi morada da onça (ou jaguarete)

⁵⁷ Ita= pedra; Jeguaka = adorno ritual masculino.

ho-

Gráfico 9
 Os descendentes de Kuati Guasu



Atualmente, os descendentes de Kuati Guasu e de Carilo Oliveira vivem na Reserva de Dourados e em Passo Piraju, Panambizinho, Laranjeira Naderu, Takuara, Guyra Hoka.

Ar -

Como pode se observar na análise acima, a categoria *te'y jusu* deixou de ser aplicada. A crescente dispersão das parentelas kaiowa, seja incentivada pela busca de trabalho ou pelas cada vez mais freqüentes expulsões de suas terras, associada a uma redução da presença dos *hexakara* à frente dos *tekoha* e *te'y jusu*, parece dar origem a uma nova categoria de organização social, a qual venho denominando de parentela ampliada. Estas novas formas de organização não se assemelham mais aos *te'y jusu*, contudo elas ainda englobam diferentes famílias extensas, um contingente populacional e uma complexidade organizacional que extrapolam os *tekoha*. Alguns exemplos indicam que a ausência da liderança de único *hexakara*, ou seja, a ausência de uma chefia claramente hierarquizada, calcada no prestígio xamânico-político e no parentesco, definiu uma relação mais frouxa entre os *pa'i* e suas parentelas, embora os laços do parentesco, as práticas sociais e rituais ainda cimentem as relações e garantam a proximidade entre as elas.

A mudança de estatuto dos xamãs parece iniciar as crescentes transformações, desde então, vividas pelas lideranças xamânicas. Do meu ponto de vista este dado apresenta alguma relação com as dificuldades em dar conta da prolongada e complexa formação de um xamã kaiowa, neste novo contexto sócio-econômico. Esta formação, idealmente, deve ser um exercício permanente, iniciado ainda na infância, através da observação de uma série de regras sociais e de práticas rituais. Após o *kunumi* – ritual de passagem masculino para a fase adulta –, o jovem assume a posição de *yvyra'ija*, isto é iniciante nas práticas xamânicas e auxiliar do xamã (que geralmente é seu pai). Um *yvyra'ija* precisa observar uma série de cuidados, incluindo, principalmente, a participação assídua nos rituais, a evitação de diversos tipos de alimentos e a abstinência sexual⁵⁸. Tais cuidados devem ser atentamente observados até o rapaz deixar a sua posição de *yvyra'ija*, quando, então, está apto a contrair casamento e constituir família, dispensando os cuidados relativos à abstinência sexual⁵⁹. Entre outros aspectos, a rotina de trabalho que um jovem kaiowa passou a assumir, associado à fragmentação, mesmo que temporária das parentelas, que muitas vezes envolve o afastamento em relação aos de seus xamãs mais importantes, trouxe obstáculos para a formação dos seus substitutos⁶⁰.

⁵⁸ Os cuidados com o consumo alimentar e sexual são fundamentais para “abrir” a comunicação com os *ñãdejara*, onde o recebimento do primeiro canto tem um papel fundamental.

⁵⁹ Contudo, isso não é um consenso, segundo alguns os xamãs devem manter restrições sexuais, mesmo depois de encerrada a sua iniciação.

⁶⁰ Veja também Vietta op. cit. capítulo 4.

Ru

I.4. A parentela de Xiru Pakova

Xiru Pakova, o terceiro filho de Ijau'ia, deixou o *tekoha* do pai, para habitar entre a margem sul da lagoa Pitã e o Xiru Karai, onde se consolidou como liderança de *te'y jusu*, posição posteriormente ocupada por seu *key* Xiru Haku⁶¹. Xiru Haku liderava um *te'y jusu* composto por filhos, genros, noras, além de outros aliados, entre os quais estão, pelo menos, Akādare (ou Haku Garcia), Ruivito Galeano Jorge, João Ñakirã (ou João Haku), Xiru Miguel, Xiru Suruku'a, Haku Turiba e Joseka, filho de Kururu Aquino e *temĩrĩrõ* de Ijau'ia. Desconheço o vínculo de parentesco de Xiru Suruku'a, com Pakova e Xiru Haku, mas o *tekoha* de Suruku'a teve lugar no *te'y jusu* destas lideranças. O mesmo pode ser dito para Joseka, para além do vínculo com Xiru Ijau'ia. Akādare traz para a parentela do pai a esposa Maria Pu'i e o sogro Haku Turiba, vindos de Īpapaĩ. Ruivito Galeano Jorge ingressou no *tekoha* do sogro via casamento com Maria Galeano (ou Maria Guasu), cujo falecimento não encerrou o vínculo, pois Ruivito também contraiu casamento com Maria Haku, irmã mais jovem de Maria Galeano. Não sei dizer se este casamento ocorreu antes ou depois do falecimento de Maria Galeano.

Os filhos de Xiru Haku nasceram às margens da Lagoa Pitã, e ele habitava este local quando nasceram os primeiros filhos de Akādare e próximo ao Xiru Karai quando nasceram os primeiros filhos de Maria Haku. Estes dados mais uma vez indicam pouca mobilidade destes grupos para o período anterior a intervenção dos fazendeiros e dos exploradores, assim como da Comissão e do SPI. Desta forma, é possível que o deslocamento de Pakova e Xiru Haku para Kaja'a hoga⁶², local às margens do córrego Sardinha, na altura de Montese se relacione à oferta de trabalho nos ervais, pois muitos homens da sua parentela empregavam a mão de obra junto o rancho organizado pela Matte Larangeira em Aracelva, às margens do córrego Itaquiri. O grupo de Haku também habitou Jui'u e Aracelva. Aqui, Horácio Aquino, filho de Kuãde Kuãderi, ingressou no *tekoha* do sogro Ruivito, após o casamento com Anália Jorge. Com esta aliança Ruivito iniciou a formação de seu *tekoha*, uma vez que sua filha Lídia Ruivito Jorge Galeano, via casamento ingressou no *tekoha* de José Puku. Ricardo Jorge, o filho mais novo de Ruivito e Maria Haku conta algumas experiências deste período.

"Pegava [bicho] ali no arredor, tem muito! O bicho chegava no terreiro, Tem o mato, o mato chegava na casa então vinha mateiro, cutia, anta, os bicho de qualidade. O tatu vem, nós já carneava tudo ali no terreiro mesmo... A minha mãe pegava água na mina, uns cem metros dali tinham mude⁶³, tem três mundêu

⁶¹ Desconheço os *te'y jusu* de origem das cônjuges de Pakova, mas Xiru Haku e Akādare se casaram com mulheres procedentes de Īpapaĩ e da margem sul da lagoa Pitã. Tais casamentos podem ter exercido alguma influência na localização dos *te'y jusu* de Pakova e de Xiru Haku.

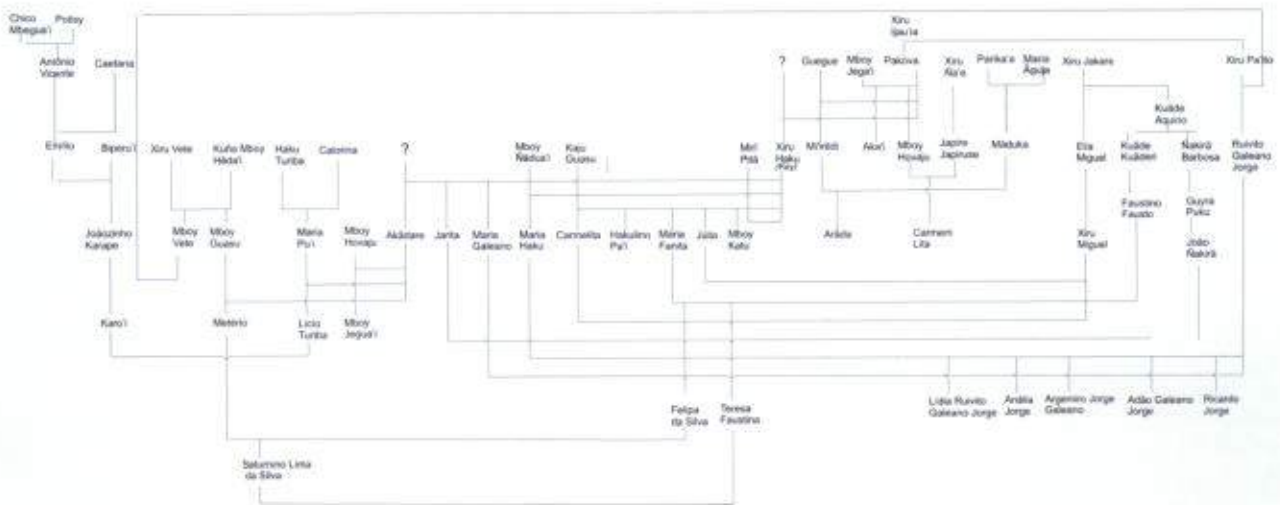
⁶² Kaja'ahoga = morada de Kaja'a. Hoga = casa, morada, lugar de alguém. Kaja'a é um *tekojara* ligado às águas.

⁶³ Tipos de armadilha utilizada para caçar animais de pequeno e médio porte.

20

Gáfico 10

Os descendentes de Xiru Pakova e Xiru Haku



25

lv

não pode mais nem entrar aqui, porque já diz: - Aqui é nosso! Já ficamos apertados, já diminuiu já!

Dai a gente já vai entrando, porque o mato tem vaga pra cá [aldeia Panambi – Lagoa Rica]! Então viemos para cá, porque vem combinando com meu cunhado [Horácio Aquino], aí vem combinando, vem mudando pra cá, para onde que não tem branco! Aqui era mato não tinha nada o dono nem nada aqui, até o braço morto [do rio Brilhante]! Então já começou empurrando os patrícios para cá... Aí já vem empurrando. Aí os índios já vão diminuindo, já vem chegando o jeito que nós estamos agora” (Ricardo Jorge).

Nas imediações de Aracelva, Cido (ou Círio) Melo e Toríbia Sirlei se associaram a Horácio Aquino, a Ruivito e a Suruku’a. Mas além da parentela de Xiru Haku, e daquelas ligadas a ele, outros Kaiowa vinculados aos trabalhos com a Cia Matte habitaram as imediações de Aracelva, entre eles estavam os *te’y jusu* de Xiru Guyra Xixi, Xiru Makarêo, Xiru Iníbe e as parentelas de Luís Capiteiro, de Kavaju, de João Pio, de Mbopi, de Ábrae, de Guaroso, esta composta pelo menos por seu irmão Karûbe e do genro João Dário. A parentela ampliada de Solano Lopes, Ruminguinho, Floriano e Cândia Cantero também vivia próximo a Aracelva, enquanto a parentela de Augustinho Gonçalves habitava próximo ao córrego Itaquiri. Depois de findados os trabalhos nos ervais, Augustinho permaneceu habitando em Ypitã, terras abarcadas por uma fazenda localizada entre o córrego Itaquiri e o córrego Sardinha. Contudo a sua parentela se dispersou e hoje habita em fazendas, na Reserva de Dourados, na Reserva de Amambai e em Pirakua⁶⁵.

Ainda em Aracelva, a parentela de Xiru Haku começou a apresentar fracionamentos, mesmo que alguns fossem temporários. Xiru Haku, Ruivito, Horácio e Cido permaneceram nas margens do córrego Itaquiri. Como dito mais acima, Xiru Miguel deixou a parentela do sogro para se reaproximar do seu grupo de origem, habitando as margens do córrego Yakãju. Akãdare se transferiu para próximo do córrego Jaguarete, onde é hoje município de Itaporã. Não sei ao certo se Lício Turiba, filho oriundo do casamento com Maria Pu’i, nasceu em Juatitĩ (ou Ñuatytĩ)⁶⁶, próximo a uma das nascentes do córrego Sardinha ou em Aroeira, contudo Maria Pu’i faleceu logo após o nascimento de Lício, e desde então Akãdare habitou em diferentes lugares, com deslocamentos geralmente associados à venda da mão de obra, seja junto a ervateiros ou fazendeiros. Entre os locais habitados por Akãdare estão: a margem direita do córrego Hum, o braço morto do rio Brilhante, Sukuru’i, Aroeira. Lício foi criado pela irmã de Akãdare, *jari* Ñakirã (ou Jarita) e por seu esposo João Ñakirã, que residiram em Juatitĩ, na parte ao norte das terras reservada para o PI Francisco Horta.

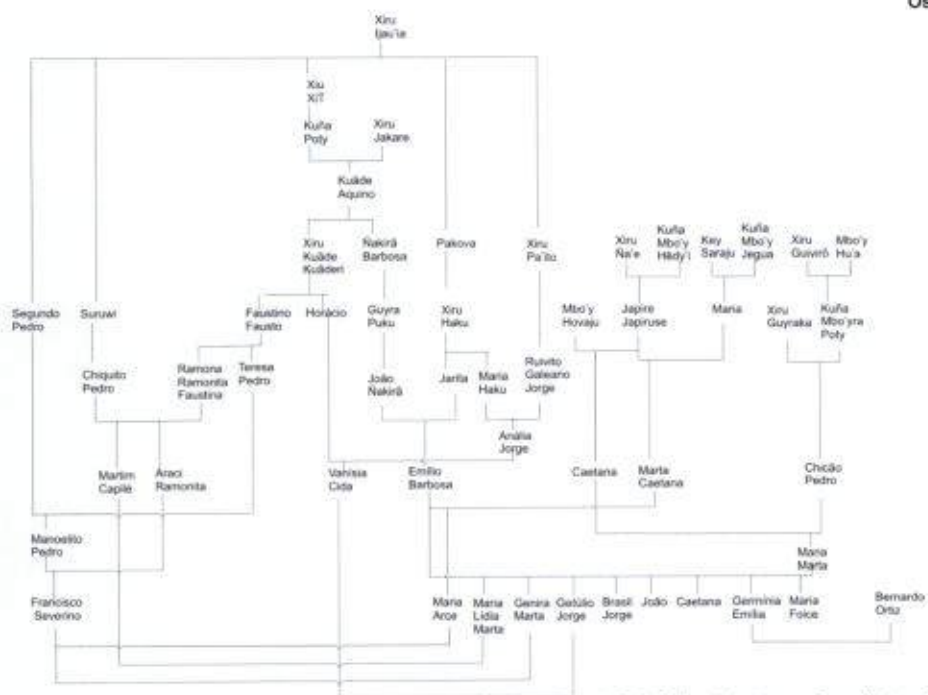
⁶⁵ Augustinho e o filho Valdomiro Gonçalves ingressaram na TI Panambi somente depois do casamento deste com Laurinha da Silva, Filha de Pa’i Carvalhinho e viúva de Petiço.

⁶⁶ Nome dado a uma espécie de planta espinhosa fartamente encontrada na beira do córrego sardinha, nesta região. *Ñuatĩ* = planta espinhosa (*ñu* = campo; *hati* = o que ou quem tem espinhos). Parte da localidade denominada Juatitĩ integra a Reserva de Dourados, correspondendo a região conhecida por Farinha Seca/Sardinha.

Ko-

Gráfico 12

Os descendentes de Emilio Barbosa



Os descendentes de Emílio Barbosa hoje vivem em Panambi – Lagoa Rica, Panambzinho e Reserva de Dourados.

by

O casamento com Maria Marta levou Emílio Barbosa, um dos filhos de João e Jarita, para o *tekoha* do sogro Xiru Guyraka, que habitava Guyraka'i. A respeito de Xiru Guyraka pouco sei. Como já dito ele também habitou próximo ao córrego Yakãju, e, de acordo com Cirso Jorge, neto de Emílio, Maria Marta também habitou Jytyrëdy, localizado ao sul do rio Dourados. Enquanto isso, em Juatitĩ, o genro Feliciano Davi (ou Periku'a), casado com Necinha, compunha a parentela de João, mas a morte prematura de Necinha deixou os filhos Ilda e Justino sob os cuidados dos avôs. Em meados dos anos 1930, João e Jarita deixaram as terras do PI, retornando para junto de Xiru Haku em Aracelva. Esta mudança teve como motor as políticas de ocupação da Reserva de Dourados as quais, como mostrei na primeira parte deste estudo, possibilitou a apropriação por particulares de uma faixa de terras ao norte do PI, abarcando Juatitĩ, Yguarusu⁶⁷, Takuaripyma, Yryktyĩ e Koxi'ygua (ou Koxiguagua, ou Koxigue)⁶⁸, entre outras. Em Aracelva, Emílio Barbosa retornou para o grupo do pai, trazendo o seu núcleo familiar, agora incorporando sua segunda esposa, Marta Caetana.

No entanto, as parentelas que habitavam as margens dos córregos Itaquiri e Panambi, o que inclui Aracelva, também tiveram que deixar a região no início dos anos 1940. A implantação da Colônia Municipal de Dourados, seguida do encerramento dos trabalhos da Cia Matte Laranjeira em Aracelva foram os motores desta dispersão. Com poucos espaços livres estas parentelas se dirigiram na direção do rio Brilhante e dos córregos Laranja Doce e Laranja Lima, ou ainda buscaram outros espaços mais afastados ao sul e ao norte do estado ou fora das fronteiras dele. A parentela de Haku seguiu para Itaguasu e Takuatĩ, próximo de onde já estavam as famílias de Kuãde Kuãderi e Faustino Fausto, respectivamente, pai e irmão de Horácio Aquino. Valentino Valério, também obrigado a deixar as margens do córrego Laranja Azeda, se uniu a eles. Contudo, os Kaiowa também foram rapidamente expulsos desta região, a parentela de Faustino seguiu para o sul e a parentela de Haku seguiu para as margens do córrego Laranja Doce.

Pakova, Xiru Haku, Ruivito, Horácio, acompanhado por Kuãde, Cido Melo, João Ñakirã, Suruku'a seguiram para Yvygua, Kapi'itĩdy e Patury, os dois primeiros localizados na margem direita do córrego Laranja Doce, o último na margem esquerda. É possível que Patury representasse mais um sítio de pesca do que um local para habitação permanente. Porém, uma nova expulsão os faz seguir em direção a Guasu, onde se aproximam de Pa'i Chiquito Pedro. Porém, as pressões dos fazendeiros para que os Kaiowa deixassem as terras banhadas pelo Laranja Doce os levou a investir na busca de um lugar mais seguro, distanciado dos fazendeiros e dos colonos que rapidamente se moviam sobre suas antigas terras. Como registro na primeira parte do estudo, eles se fixaram em um lugar relativamente isolado (um *tekoha piahu*), denominado Akavari, localizado às margens do córrego Sardinha, não muito longe de sua foz, no rio Brilhante. Neste local o nome de Xiru Guari aparece associado ao grupo de Haku. Embora sediados em Akavari, Ruivito, Horácio e outros homens do grupo buscaram trabalho com fazendeiros, junto às margens do Brilhante, eles habitaram

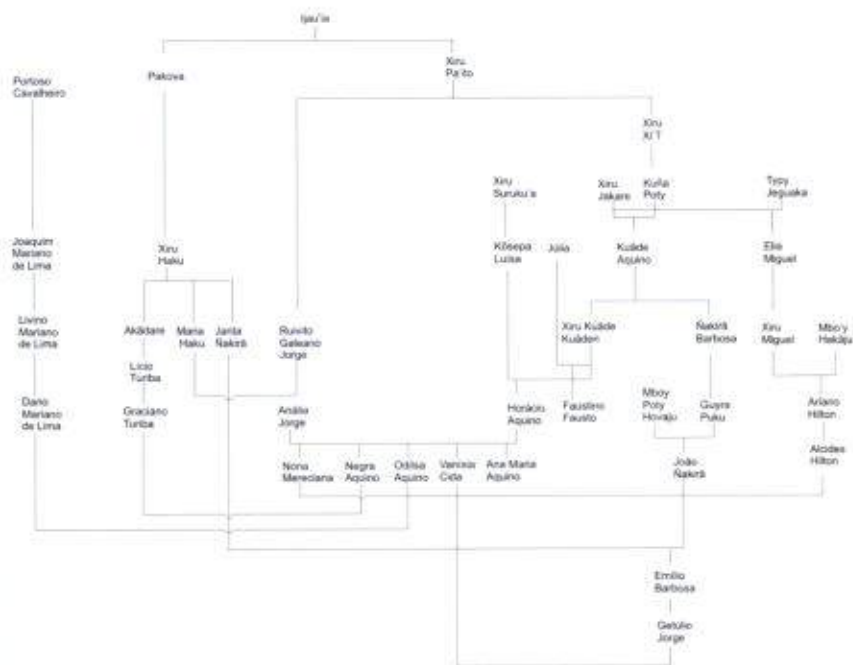
⁶⁷ *Ygua* = poça de água; *rusu* = grande

⁶⁸ Lugar do *koxi* beber água; morada do *koxi*; ou (*koxigue*) lugar que foi morada do *koxi*. *Koxi* = espécie de porco do mato.

h.v.

Gráfico 13

Os descendentes de Horácio Aquino



Atualmente os descendentes de Horácio habitam Panambi – Lagoa Rica, Panambizinho, Laranjeira Rianderu e Sukurú.

Handwritten signature/initials

Itako'a, Ka'aguihũ, braço morto e Yasori. Aqui, mais uma vez Valentino Valério aparece associado a ele. Porém, parece não haver mais lugar seguro para uma ocupação duradoura. Akavari, localizado próximo do bolicho da Teca e não muito longe do atual distrito de Santa Teresinha, que já começava a esboçar alguma estrutura habitacional relativa à ocupação não indígena, não foi um lugar seguro por muito tempo. Não tardou para que estas terras fossem apropriadas por um "alemão", como contou Rondon Locário de Moraes, filho de Ilda e *temîrîrô* de João Ñakirã e Jarita. As famílias que ali habitavam foram intimidadas por um 'arrastão' de homens armados, como pode ser lido na transcrição feita mais a frente, de um trecho da história contada por Ilda, na época com 10 anos de idade. Ainda de acordo com ela, a truculência da ação foi tanta que João Ñakirã "morreu de susto".

Depois deste evento o grupo se fragmentou, Ilda seguiu para Takuara (Juti)⁶⁹, Pakova, Xiru Haku, Ruivito, Horácio, Kuãde, Cido e Emílio rumaram para o sul. Inicialmente habitaram em Parakau Yvygua, na margem direita do córrego Hum. Não sei dizer se Joseka e o filho Antonio'i permaneceram com Haku em todo o trajeto aqui descrito, mas o acompanhava na estada às margens do córrego Hum. Como já dito, Akãdare também habitou na margem direita do córrego Hum, porém não sei dizer se foi no mesmo período. Suruku'a igualmente habitou esta região. Porém, as pressões exercidas pelos funcionários da CAND para a desocupação das terras reservadas para a Colônia fizeram o grupo buscar novas alternativas. A família de Joseka se estabeleceu na Reserva de Dourados. Horácio, Kuãde e Valentino Valério seguiram primeiro para Yrajety Guasu, depois para Jagua'igua e Guyra Puku kue, onde, dentro da política de ocupação da CAND, eles receberam e também perderam seus lotes.

Emílio buscou refúgio em Guasu junto a alguns parentes de Maria Marta. O casamento de Germina Emília fortaleceu a parentela de Emílio, pois seu primeiro genro é um "paraguaio" envolvido com o trabalho nos ervais. Porém a estada em Guasu também foi curta devido às pressões dos novos ocupantes. Então Emílio é convidado por seu segundo genro Martim Capilé, *key* de Pa'i Chiquito para se instalar em Tuju Pitã. Pakova, Xiru Haku, Suruku'a, Ruivito Galeano Jorge, também se refugiaram próximo a Tuju Pitã⁷⁰ e do Xiru Karai, junto com as parentelas de Faustino Fausto e Pa'i Chiquito. Uma aproximação facilitada pelas antigas e pelas novas alianças de casamento. No início dos anos 1950 Ruivito e Chiquito casaram Argemiro Galeano Jorge e Dita Concianza; Adão Galeano Jorge e Alda Jorge Concianza. Eles filhos de Ruivito, elas filhas de Lauro Concianza e Dorícia Pedro, primeira filha de Chiquito.

Mas os laços entre Ruivito e Chiquito não foram suficientes para manter a proximidade espacial. O falecimento de Pakova, aliado a intimidação para abandonarem seus lotes, fez Ruivito e Haku se deslocarem para o entorno de Douradina, onde reencontraram Horácio, Cido e Valentino Valério. Contudo, novas pressões os levaram a mais um deslocamento, agora para a aldeia Panambi – Lagoa Rica, como explica Ricardo Jorge:

⁶⁹ Como dito acima, os Kaiowa foram expulsos de Takuara, momento em que Ilda se transferiu para a Reserva de Dourados.

⁷⁰ Local onde havia um barreiro. *Tuju* = barro; *pitã* = vermelho.

KD

“Daí a gente já vai entrando... Porque o mato [ou as terras só] tem vaga pra cá! Então já vem mudando para cá!... O meu pai e o meu cunhado [Horácio], vêm combinando, vêm mudando pra cá! Pra onde ainda não tem dono! Porque aqui era mato, não tinha nada de dono, daqui [Panambi] – Lagoa Rica até o braço morto! Mais aí já começou empurrando os patricios [que habitavam outros locais] pra cá... Aí já vem empurrando. Aí os índios já vão diminuindo e já vem chegando o jeito que nós estamos agora”.

Sem outras opções, o grupo permaneceu em Panambi – Lagoa Rica. Cido morava no local que hoje é o cemitério, ele foi a primeira pessoa a ser enterrada nele. Valentino Valério e Ruivito Galeano Jorge também foram enterrados aqui. Ruivito morreu com cerca de 100 anos, no início dos anos 1990. Horácio faleceu alguns anos antes, em decorrência do ataque de uma onça, enquanto caçava com um de seus netos nas matas do córrego Panambi. Sua esposa, Anália Jorge – hoje com 88 -, suas filhas, netos e bisnetos ainda vivem na aldeia Panambi – Lagoa Rica, mas alguns deles recentemente ocuparam Laranjeira Nanderu⁷¹.

Foto 5



Ricardo Jorge 10/2005

Foto 6



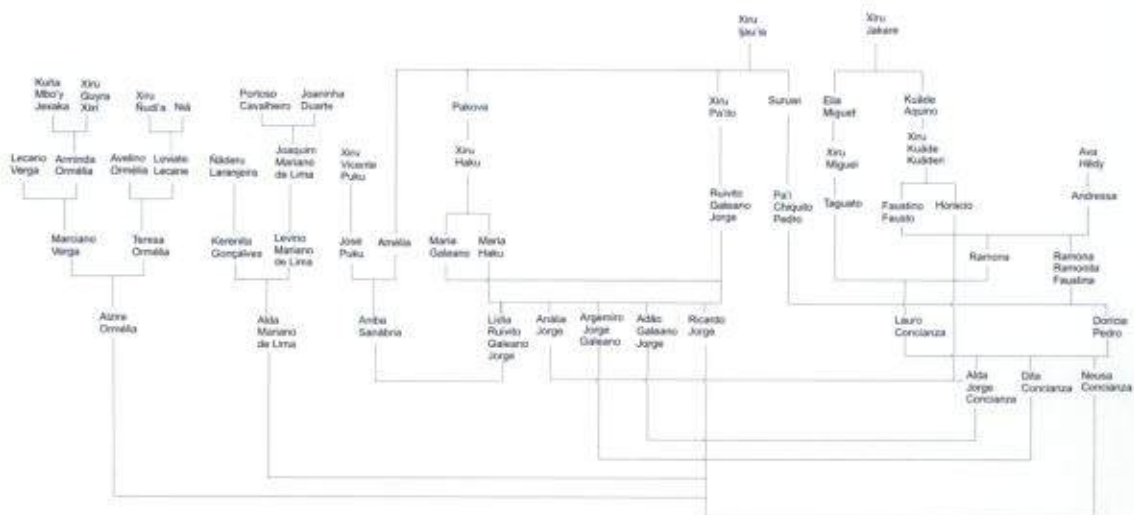
Neusa Conczan 04/2008

⁷¹ Nome dado em referência a Nanderu Laranjeira, um dos antigos moradores desta região, como demonstro mais abaixo.

ho -

Gráfico 14

Os descendentes de Ruivito Galeano Jorge



Os descendentes de Ruivito Galeano Jorge e Maria Haku vivem em Panambi - Lagoa Rica, Panambzinho e Laranjeira Nanderu.

RV

No início dos anos 1960, Ricardo Jorge, o filho mais novo de Ruivito contraiu casamento com Alda Mariano de Lima e se mudou para Kãbaretã, onde habitava seu sogro Livino Portoso (ou Divino Portoso, ou Levino Mariano de Lima). Kãbaretã localiza-se na margem do córrego de mesmo nome, um tributário do Ivinhema, portanto situada mais ao noroeste do estado. As margens deste córrego foram largamente habitadas pelos Kaiowa e exploradas pela Cia Matte Laranjeira. Além da família de Livino e de Floriano Dias que habitavam o local no início dos anos 1960, Kapata Galeano (ou Kapata Aquino), pai classificatório de Xiru Ijau'ia habitou este lugar entre o final do século XIX e o início do século XX⁷². Entretanto, o casamento de Ricardo não durou muito tempo e ele deixou a margem do Brilhante alternando períodos em que morou com Ruivito e Maria e outros em que buscando trabalho habitou em Porto 15 e em Buriti. No final dos anos 1970, Ricardo se casou com Neusa Concianza, outra filha de Lauro e Dorícia⁷³. Durante alguns anos o casal morou em Panambizinho, mas em 1979, Ricardo e Neusa escolheram viver em Panambi – Lagoa Rica, junto com Ruivito. Ricardo, Neusa, seus filhos e netos vivem na TI.

1.5. As alianças de José Puku com Xiru Pa'ito e Xiru Aquino

De acordo com Ricardo Jorge, os ascendentes de Joãozinho Karape são originários da região de Caarapó (MS), porém a parentela de seu *tamõ'i* Xiru Chico Mbegua'i se constituiu próximo à "curva do Laranja Doce", nas proximidades de Guapoytã e da lagoa Hũ, não muito longe de onde Ijau'ia consolidou seu *te'y jusu*. E, como registra Izaque João aqui nasceu Joãozinho Karape, em 1908 (João op. cit.: 07). Um *Telegrama de Serviço* enviado pela IR 5 em 1919 (op. cit.), também indica a presença da parentela de Mbegua'i nesta região.

"Índios Cayóas vindos de Campo Grande não tinham estado Inspectoria Pt trata-se agora de Beruviehã Antonio Pedro Vicente [ou Antonio Vicente] e seu irmão Santo Ygnacio [ou Inácio Puku – ambos filhos de Mbegua'i] Pt Habitam em cerca de quatrocentas pessoas Immemorialmente terras compreendidas entre córregos Laranja Doce e S Domingos que deságua no rio Brilhante - Pt Aproximadamente nove leguas quadradas Pt ..."

Mas, como tantas outras parentelas, Xiru Vicente Puku conduziu sua família para as margens do rio Brilhante, habitando pelo menos em Coqueirinho e em Kãbaretã, nas margens do córrego de mesmo nome.

José Puku também rumou para o norte, mas, como já dito, associado ao grupo de Xiru Aquino e, com ele percorreu Pikiti'i, Itaguasu, Yraryty, Guapoytã, Suruviku'a, Itako'a (ou Itaku'ã) e Coqueirinho e, posteriormente, seguiu em direção a Bocaja. Enquanto a parentela de José habitava Bocaja, seu *key* João Puku (ou Xiru Kusina),

⁷² A respeito da relação dos Kaiowa que habitam Panambi e Panambizinho com Kapata Galeano veja Vietta op. cit. capítulo 2 e capítulo 4.

⁷³ Antes do casamento com Neusa, Ricardo teve outro rápido enlace, sua ex-esposa e a filha oriunda deste casamento habitam a TI Panambi.

20

casado com Teresa Aquino, filha de Xiru Vacídio Puku, cumpria a uxorilocalidade temporária na parentela do sogro em Ipapari. Originário das margens do córrego Yakãju, Xiru Vacídio compunha o *te'y jusu* de Xiru Syvi, um de seus sogros. No início dos anos 1940, João e Teresa retornam para Bocajá, onde nasceu o seu filho Valêncio João. O filho Aniba Sanábria também auxiliou a consolidar o *tekoha* de José, trazendo para o grupo a esposa Lídia Ruivito Jorge Galeano, filha de Ruivito Galeano Jorge e Maria Haku.

A venda de mão de obra levou as famílias de José Puku, Antonio Aquino, seu filho Paulito, além de Palácio para a margem direita do córrego Laranja Doce, em Guyraka'i e em Yraykuara'i, onde trabalharam para o "patrão" Martim Velasques⁷⁴. Contudo, a permanência de Antonio, Paulito e Palácio às margens do córrego Laranja Doce não se estendeu por muito tempo, eles preferiram retornar para as proximidades de Douradina e Bocajá. José Puku, ao contrário, se manteve na região, mas se aproximando dos córregos Laranja Lima, Cruz Alta, Ypitã e Laranja Azeda. Aqui, a sua parentela habitou Guyraka'i, Guasu, Potreiro Guasu, Yãboai, Tajyrapo⁷⁵, Tujuku'a⁷⁶ e onde é hoje a vila Formosa.

Assim como eles, muitos outros Kaiowa se deslocaram para este trecho de terras, já largamente ocupado por fazendeiros. Entre os nomes citados estão: Xiru Hipoguasua e Haxã Guasu habitando Kapi'itĩdy; Xiru Guyra Xixi habitando próximo a Yvyju⁷⁷, um pouco mais ao norte dele habitava a parentela de Ji Peru e um pouco mais ao sul habitava Guyrapara; Guyra Pikue e seu filho Ruivito, habitando Guyra Kãbi'i; Xiru Vacídio Karape, seu pai Careca Antonio, seu filho Mãcero, além de Antonio Xagua e do capitão Honório⁷⁸ habitando Ñahãkarrai; Paru Guasu (ou Paulo Guasu), Xiru Aka'i (filho de Pakova), Xiru Ña'e, Japire Japiruse, Xiru Osório, Pikau, José Leão e João Dario e Alvirante habitando Guyraka'i; Lucero, Kue'y Puku, Xa'i, Gavino, Petição, Inácio, Haku Turiba habitando Tajyrapo; Xiru Hina e Macarenho Locário de Moraes habitando Tujuku'a e Potrero Guasu; Xiru Suruku'a habitando Kapi'itĩdy na foz do córrego Cruz Alta; Jakaira Guasu habitando em Pombal; Parakau e Cirilo habitando

⁷⁴ Não sei informar se Martim Velasques tem alguma relação com o capataz João Velasques ou com a Matte Larangeira. Cabe lembrar que Melo e Silva (op. cit), informou que, embora a Matte Larangeira explorasse grande parte dos ervais, havia cerca de 80 ervateiros autônomos no município de Dourados, na década de 1930.

⁷⁵ Como já dito *Tajyrapo* = raiz do ipê. Nesta região havia um ipê derrubado e a raiz servia de pinguela.

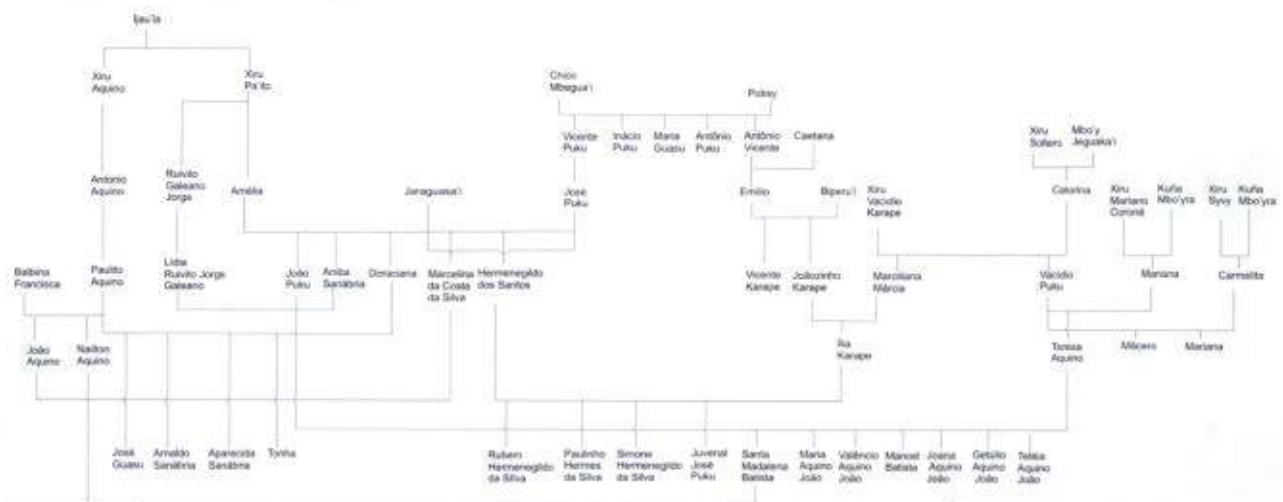
⁷⁶ *Tuju* = barro; *ku'ã* (ou *ku'a*) = toca, buraco. De acordo com Ricardo Jorge, Tujuku'a corresponde a Guasuzinho.

⁷⁷ *Yvy* = Terra (planeta), terra; *ju* = amarelo, iluminado, brilhante, resplandecente.

⁷⁸ Honório, o capitão que substituiu Pedro Henrique após a desmedida interferência do diretor da CAND, não parece ser muito popular entre os atuais habitantes de Panambi e de Panambizinho, pois obteve poucos dados ao seu respeito. Sei que ele habitou em próximo a Ruminginho kue e em Ñahãkarrai, onde faleceu antes da conclusão da implantação da CAND.

helenina

Gráfico 15
As alianças entre José Puku e Xiru Aquino



Atualmente, os descendentes de José Puku habitam em Panambi – Lagoa Rica, Panambizinho, Reserva de Dourados e Laranjeira Nanderu e em fazendas.

kv

próximo à vila Formosa, Ji Peru habitando Guasu, além de Xiru Guyrape, Ymarirõ, Japui, Xãdire, Luís Capiteiro e muitas outras parentelas como informado mais acima e mais abaixo.

Desta forma, se fazem necessárias algumas considerações a respeito das formas de ocupação kaiowa das terras localizadas a leste da rodovia construída pela Comissão de Linhas Telegráficas, ou seja, a atual BR 163. Terras que, aliás, de acordo com a proposta apresentada por Rondon deveriam ser desocupadas pelos índios. De acordo com os Kaiowa, a região genericamente denominada de Guasu (ou Guasu, Guasuzinho e Guasuzão) corresponde a fazenda Iguasu e a outras fazendas instaladas em terras vizinhas, em uma região de mata mais rarefeita e de campos que circundavam as terras de Ka'aguirusu ao leste, ou seja, na margem oposta da rodovia construída pela Comissão de Linhas Telegráfica.

Antes da intervenção da Comissão e do SPI, os Kaiowa tendiam a habitar nas áreas de mata, mas as terras do Guasu consistiam em locais privilegiados para a caça e para a coleta de alimentos, remédios e outras matérias-primas. Portanto, a delimitação de Ka'aguirusu não foi suficiente para cercear a ocupação e a exploração kaiowa destes espaços, muito embora o interesse em vender a mão de obra tenha se tornado um fator a mais a impulsionar os deslocamentos para a margem leste da rodovia. Aqui, o "patrão" poderia tanto ser um fazendeiro, como um ervateiro, pois as terras margeadas pelos córregos Laranja Doce, Laranja Lima e Laranja Azeda também abrigavam acampamentos voltado para a exploração da erva mate, mesmo depois da extinção da Cima Matte Larangeira.

Impulsionados pela oferta de trabalho e pela busca de locais de habitação, Guasu e outras terras dispostas ao longo dos córregos mencionados acima, além dos córregos Cruz Alta e Pingo D'água começaram a receber um expressivo contingente populacional, especialmente, a partir dos anos 1930 – pelo menos no que diz respeito aos ascendentes dos Kaiowa por mim pesquisados. Por outro lado, é preciso ressaltar que este movimento parece indicar o esgotamento dos pontos de habitação e exploração às margens do rio Brilhante e alguns de seus afluentes, que há décadas vinham oferecendo condições de trabalho e de habitação semelhante aos agora encontrados em Guasu e em seu entorno. Entretanto, seja aqui ou em qualquer outro local, enquanto "funcionários de fazendeiro" os Kaiowa ocupavam as terras do "patrão", dado que institui uma nova relação com o local de habitação. Neste contexto, a construção das casas conjugais ganha ênfase. Algumas destas famílias mantêm contato com seus *te'y jusu* de origem, mas muitas outras afrouxaram os laços sociais com suas parentelas depois que elas se fragmentaram e se dispersaram, quando as terras ocupadas foram apropriadas por terceiros.

Outro dado a ser considerado, para uma melhor compreensão a respeito dos deslocamentos kaiowa motivados pelo emprego da mão de obra, é o comprometimento da produção econômica, gerado a partir da redução das áreas de mata, pois muitos dos locais de caça, de pesca e de coleta (ou os seus acessos) foram rapidamente comprometidos e, conseqüentemente, houve uma queda na oferta de alimentos e matérias primas. Por outro lado, a redução das áreas de mata também contribuiu para ampliar a competição por alimento entre os animais selvagens, que cada vez mais se

20

aproximam das roças kaiowa comprometendo o resultado de suas colheitas. Ainda é preciso considerar que as constantes fugas nem sempre permitem a realização da colheita de grãos ou a reserva de sementes para novos plantios. A redução da oferta de alimento e de matéria-prima, aliada ao interesse em consumir uma série de produtos manufaturados, tais como: armas de fogo, machados, machetes, enxadas, pás, panelas, roupas, sapatos, sal, açúcar, arroz etc., foram outros motivadores a impulsionar os índios para a venda da mão de obra. De qualquer forma, se os kaiowa se beneficiaram ao encontrar locais para trabalhar, morar e garantir o acesso aos bens manufaturados, os fazendeiros e os ervateiros se beneficiaram ao receber uma mão de obra abundante e barata, como já foi mencionado em outro momento.

Retomando a questão anterior, a parentela de José Puku está entre aquelas que possuíam uma relação bastante estreita com as terras de Guasu. Hermenegildo dos Santos, seu filho mais novo, nasceu em Potreiro Guasu, no ano de 1944, depois a família mudou para Tajyrapo e para Tujuku'a. Em Tujuku'a, nasceram os filhos mais jovens de seu *key* João Puku e Teresa, bem como a reaproximação de José com o pai Vicente Puku. Foi também aqui que faleceu José Puku, deixando a liderança da parentela para João. Em Tujuku'a, João Puku e Teresa habitavam uma *oygusu*, mas o restante da parentela preferiu construir casas em estilo regional. Entre as famílias associadas a eles estavam: Valdomiro [Gonçalves -?] e Barreto. Embora mantivesse a sua base em Tujuku'a, a parentela de José e de João Puku descia até Ka'atigue, a fim de trabalhar com ervateiros locais. Aqui, se aproximando de Pa'i Chiquito e de Segundo Pedro.

Tanto Hermenegildo dos Santos como os filhos de João Puku e os descendentes de Aniba Sanábria informam terem sido expulsos das terras que habitavam pelos novos ocupantes não índios, fazendo com que João conduzisse o grupo para onde é hoje a vila Formosa. Porém, ao serem igualmente expulsos deste local, Joãozinho Karape acolheu os parentes na aldeia Panambi – Lagoa Rica. Aqui, Hermenegildo se reaproximou das suas irmãs que integravam a parentela de Paulito Aquino. O casamento de Hermenegildo com Ília Karape o levou para a parentela do sogro. Todos os filhos do casal nasceram em Panambi – Lagoa Rica, mas, hoje, apenas o *key* Rubens Hermenegildo da Silva vive nesta TI. No início dos anos 1990, Hermenegildo, Ília e os filhos mais novos se mudaram para a Reserva de Dourados. Mas, antes disso, ao deixar a vila Formosa, Aniba Sanábria preferiu se transferir para Bocajá, onde conseguiu permanecer até o início da década de 1960. Porém, as pressões promovidas pela CAND para a desocupação das terras, o fizeram ingressar na aldeia Panambi – Lagoa Rica, onde vive a maioria de seus filhos e onde ele foi enterrado⁷⁹.

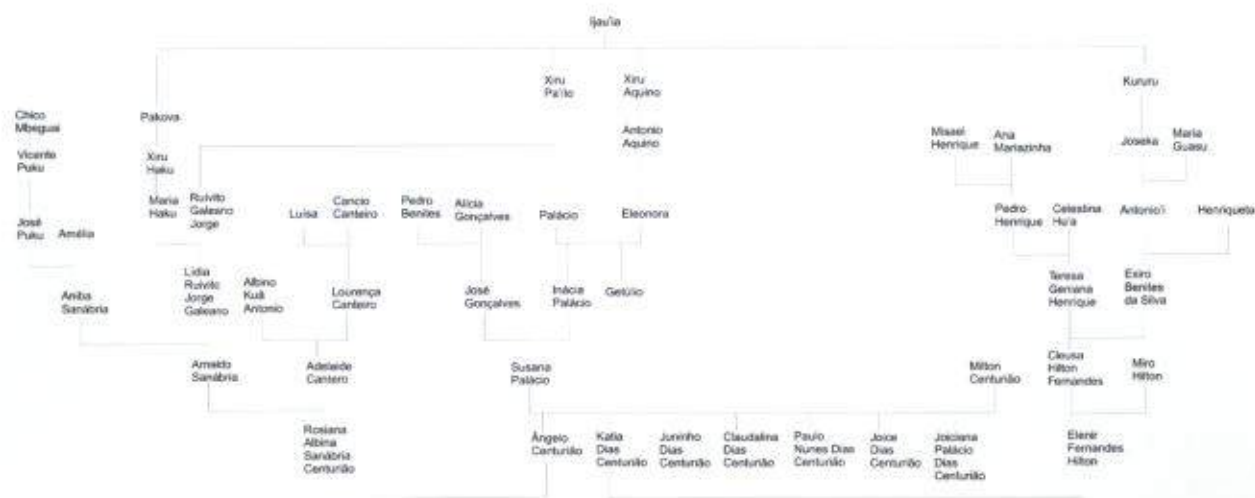
Por outra via, o destino dos Aquino também foi Panambi – Lagoa Rica. Ainda na década de 1930, ao deixarem Guyraka'i, Palácio, Antonio e Paulito se fixaram em Guyra Puku kue, enquanto Kure'i se dirigiu para Marcelo kue e Aña Hoga⁸⁰. Como dito

⁷⁹ José Guasu, o Kaiowa morto após ser surrado por se negar a trabalhar na abertura das picadas durante a implantação da CAND, como dito mais acima, era filho de Aniba Sanábria e Lídia Ruivito Jorge Galeano. José Guasu habitava próximo à barra do córrego Hum.

⁸⁰ Casa dos Aña.

Handwritten signature

Gráfico 16
 Os descendentes de Palácio

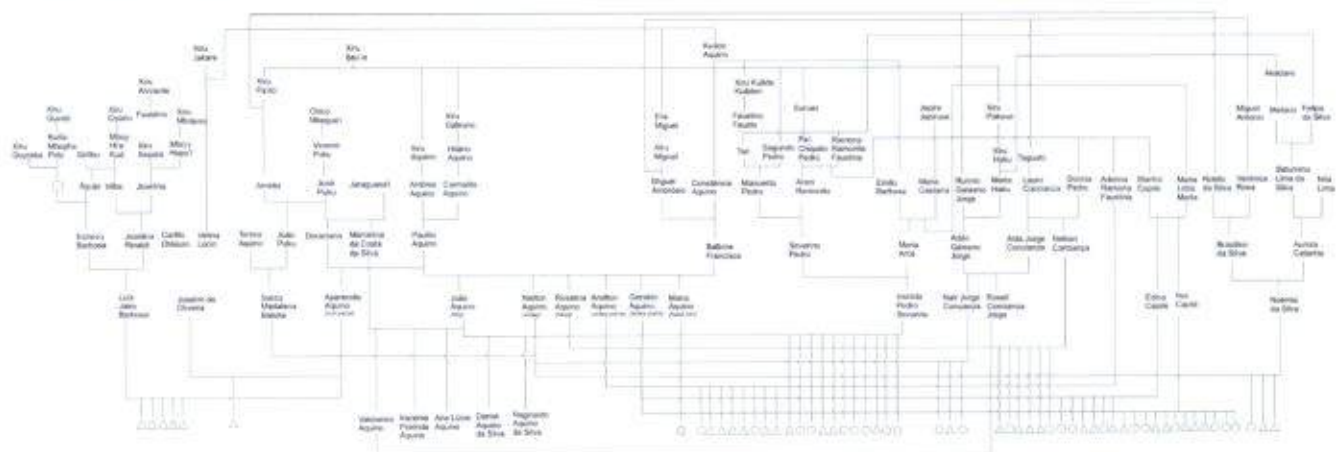


Atualmente, os descendentes de Palácio vivem em Panambi – Lagoa Rica, Panambizinho, Reserva de Dourados, Laranjeira Nanderu.

20

Gráfico 17

Os descendentes de Paulito Aquino



- As duas filhas mais velhas de João Aquino estão casadas e residem na Reserva de Dourados, os demais filhos de seu segundo casamento são solteiros.
- Nilton é viúvo de Santa e separado de Nair. Os filhos do primeiro casamento de Nilton são casados e residem em Panambizinho e na Reserva de Dourados. Os dois filhos mais velhos, do segundo casamento, são casados e residem em Panambizinho. Os filhos do terceiro casamento são solteiros.
- Os filhos casados e os filhos solteiros de Rosalina e Nelson habitam Panambizinho.
- Os filhos de Amilton e Adelfina – todos casados – habitam em Panambi e Panambizinho.
- Os filhos casados de Geraldo habitam em Panambizinho e na Reserva de Caarapó.
- A filha de Maria tem dois filhos e mora com a mãe e a jani Balbina Francisca.
- O primeiro filho de Luis e Aparecida está em seu segundo casamento e co-habita com os pais.
- Atualmente, os descendentes de Antonio Aquino e Paulito vivem em Panambi – Lagoa Rica, Panambizinho, Reserva de Dourados, Laranjeira Nanderu e em fazendas.

ku

em outro momento, no início dos anos 1950, em Guyra Puku kue foram demarcados os três lotes concedidos a eles pela CAND, os quais posteriormente foram ocupados pelos colonos. Com isso, eles construíram suas novas *oygusu* não muito distante da margem do córrego Panambi, a alguns quilômetros a noroeste da barra do córrego Itaquiri, local onde em 1955 nasceu Maria Aquino, a filha mais nova de Paulito e Balbina.

No final dos anos 1950, o casamento com Marcelina da Costa levou João Aquino, *key* de Paulito e Balbina para o grupo do sogro José Puku, que ainda vivia próximo ao córrego Laranja Lima, mas apenas para cumprir a uxorilocalidade temporária. Após o nascimento de seu filho Valdomiro, o núcleo familiar de João passou a compor a parentela de Antonio Aquino, que ainda habitava próximo do córrego Panambi. Em 1961 este local foi requisitado para a construção da sede da Missão Alemã, levando as parentelas de Antonio e Palácio a um novo deslocamento. Sem muitas opções territoriais, eles se instalaram onde é hoje a aldeia Panambi – Lagoa Rica, no lote concedido a Kapaju, um dos filhos de Antônio.

Foto 7



Balbina Francisca conversando com os *temirirô* ("bisnetos" e "tataranetos"). 10/2004

RW

O falecimento prematuro de Marcelina não comprometeu os laços entre as parentelas de Antonio Aquino e José Puku, que voltaram a se atualizar com o casamento de Paulito e Doraciana - sua segunda esposa⁸¹, e depois com o casamento de Nailton Aquino e Santa Madalena Batista. Marta Aquino e Antonio Aquino faleceram nos anos 1960, Santa Madalena faleceu no início dos anos 1970. Eles estão enterrados em Panambi – Lagoa Rica. Depois destes eventos, João Puku e sua esposa Teresa Aquino retornaram para Tujuku'a, onde João faleceu na década de 1970. Teresa contraiu um novo casamento e seguiu em direção ao Paraná, para encontrar alguns de seus parentes. Nos anos 1980 ela retornou para Panambi – Lagoa Rica, onde faleceu em 2002.

Foto 8



Paulito Aquino 06/1998

No final dos anos 1970, o núcleo familiar de Paulito deixou Panambi – Lagoa Rica, após uma série de situações conflitivas, envolvendo diversas parentelas, em especial suas lideranças xamânicas. Neste momento Pa'i Chiquito, *liderança do tekoha* que habitava Panambizinho e irmão classificatório de Paulito, o convidou para compor sua parentela ampliada. As parentelas de Paulito e Chiquito já estavam interligadas pelos casamentos de Amilton Aquino e Adelina Pedro, respectivamente filhos de Paulito e de Chiquito, que integravam a parentela de Paulito, e pelo casamento de Nelson Concianza e Rosalina Aquino que integravam a parentela de Chiquito. Nelson é filho de Dorícia

⁸¹ Doraciana faleceu logo após o parto de Aparecida Aquino, única filha do casal.

ko

Pedro, primeira filha de Chiquito, e Lauro Concianza. Paulito aceitou o convite, porém Amilton, Adelina e filhos permanecem em Panambi – Lagoa Rica.

Foto 9



João Aquino contando suas histórias. 10/2004

Respondendo uma pergunta feita por mim, em 1998, Paulito trouxe algumas das suas experiências territoriais em Ka'aguirusu, com destaque para aqueles locais habitados por sua parentela e pela parentela de origem de seu cônjuge Balbina Francisca. Os lugares mencionados têm no seu extremo norte a margem esquerda do rio Brilhante, ao oeste o córrego Panambi e ao leste os córregos Laranja Doce e Laranja Azeda.

Kanideju⁸² é o nome desse lugar. Os índios desse lugar são chamados ava ka'agui [homem (pessoa) do mato (floresta)]. Então, esse lugar chama Ka'aguirusu [Mato Grosso], e o morador desse lugar é ava ka'agui.

⁸² A respeito de Kanideju veja a primeira parte deste estudo.

ka

Tinha cinco lideranças dos Aquino que comandavam [eram hexakara] aqui. Kururu Aquino era hexakara... era parente. Kururu era irmão [classificatório] do meu pai... Mbosu'igua [ou Kapata Galeano], Ijau'ia, Xiru Pa'ito, Mbota'ia, Hebēta'ia, Guyra Puku, Kara Kara, Guarujara, Mbaku'a, Xiru Hi'i. Todos eram hexakara... Todos moravam aqui.

Cada lugar tem seu nome, que foi dado por Nāderu⁸³: Vakeria, Deuzorico, Aguada, Iro Kue, Coqueirinho, Pikiti'i, Ponta Puku [ou Bocaja], Ka'i Potā'arā, Yraryty, Toro Pire, Xiru Jakare, Ytykyre, Juguapi'a, Jagua'igua, Guadire, Īpa'i, Xaraju, Yābuku, Êxatī āba.

Êxatī āba, porque tinha muita abelha. Eu morei em Êxatī āba, ali havia quatro ihūdyoga. Perto de Êxatī āba fica Yupakatī. Yupakatī é onde há um banhado, por isso fica sempre um cheiro ruim, então colocaram esse nome: Yupakatī. Aí vem Yuhāgua, que era onde colocávamos armadilhas. Yāgua Tuju é o lugar onde pegávamos barro. Yāgua é o nome do barro usado para fazer panelas.

[Balbina pede para sua *temĩrĩrõ* Fabiana Conciana trazer uma vasilha confeccionada por ela, que é cuidadosamente colocada a minha frente, e diz:]

Antes de o branco chegar, trazendo suas panelas, nós cozinhávamos em panelas de barro... Esta panela não é pintada, mas eu sei pintá-las! Tem que usar outro barro. Sapytā é o barro que se usa para pintar. Para pegar sapytā tinha que ir lá no [córrego] Panambi, era perto do Panambi⁸⁴ que pegava o barro!

[Paulito retoma a fala:] Tajyrapo era o lugar onde os Kaiowa sempre iam pescar. Ali tinha um ipê [tajy] caído, o qual tinha uma raiz [rapo] muito grande. Era uma árvore muito velha, por isso que chamaram aquele lugar de Tajyrapo. Depois tem Itaipa [cachoeira], tem 11 itaipa, ali. Antigamente ia tomar banho naquelas cachoeiras. Era lugar bom para tomar banho... A água ficava no joelho.

⁸³ Entre os Kaiowa, os nomes pessoais e os nomes dos locais habitados apresentam algumas correlações. Assim como um xamã, através da inspiração identifica o nome e o *jara* associado a uma criança recém-nascida, no passado, um *hexakara* antes de definir um novo local (ou um *tekoha pyahu*) para ser morada de seu grupo de parentes, precisava identificá-lo, isto é, buscar através da inspiração o seu respectivo nome. Quem inspira um *hexakara* é Nāderu (Nosso Pai), divindade responsável por refazer a Terra depois do último dilúvio universal. Ao refazer a Terra, Nāderu delimita diferentes partes dela para a habitação de cada uma das parcelas de humanidade (Kaiowa, outros povos indígenas, brasileiros, paraguaios, etc.) Assim, dar (ou receber) o nome a um local significa identificar a intenção de Nāderu criá-lo para os Kaiowa. Esta ação ritual também cria um vínculo entre seus novos habitantes e os *jara* associados a lugar em questão. Como afirma Lauro Conciana: "O Kaiowa não pode mudar para outro lugar que ele não conhece. É esse o nosso lugar! Já foi dado nome kaiowa para todos os lugares daqui". Entretanto, como já visto, para os lugares habitados ou explorados há também designações associadas: - ao nome de um morador, geralmente uma liderança de parentela ampliada; - às suas características ambientais; - ao nome de um *jara* que nele habite; a algum evento ali ocorrido. Pois como diz Ricardo Jorge: "Cada lugar tem sua preferência". Descola assinala que as relações com o meio ambiente não são unívocas e não podem ser concebidas exclusivamente em termos de respostas adaptativas. Desta forma, um enfoque ecológico, em sentido amplo, consiste em mostrar como cada cultura socializa a natureza. Para tanto, se deve ter em conta as relações que os homens estabelecem entre si no processo de produção e reprodução, especialmente, no que diz respeito às formas de acesso aos recursos e as mobilidades de sua utilização, portanto considerando a totalidade da esfera das relações sociais (Descola 1988: 21-22; v. também Vietta op.ci.t capítulo 3).

⁸⁴ O barreiro localiza-se em Yradire, entre o córrego Panambi e Jagua'igua.

Rv

Yjaka'i, do outro lado fica Yguaguasu. Depois tem Yariba. Ali tinha muito peixe. Guaroso fazia miba⁸⁵ ali, para poder ficar sempre pescando. Naquela época não tinha o branco, então vivia sossegado!

Yrajety Guasu! Deram esse nome porque é um lugar bem limpinho, parece roçado. E, é grande ali são mais ou menos 2.000 alqueires, por isso que colocaram o nome Yrajety Guasu. Ali tinha muito bicho: veado, macaco, cateto, queixada, anta, quati. Kuãde Antônio, Horácio, Hélio, Felix, Marcelindo, moravam ali.

Ali encostado de Yrajety tem Karatiguy. Karatiguy é lugar que tinha muito cará! Não era plantado não, ele era do lugar mesmo! O cará que nascia ali era bem grande, era desse tamanho! Ali morava José, Ka'i Potã era o nome dele. Ka'i Potã é um hexakara, ele sabia como curar as pessoas, tinha muito poder para curar as pessoas.

Encostado em Yrajety tem Guapoytã, que é onde morava Elia Kyty [ou Elia Miguel]. Ali perto fica Takuaraty. Takuaraty era o lugar onde pegávamos taquara para fazer flechas. Antes de cortar a taquara, precisa medir o tamanho certo que você quer. Depois de cortá-la tem que colocar um pedacinho de pano no lugar que foi cortado... Se não fizer isso o pé de taquara morre!

... Eu esqueci de falar de Xaraju, que é onde pegava barro... Fica mais abaixo de Douradina. Ali tem um lugar chamado Yradire. Yradire é a dona [jara] do barro. Ali não morava ninguém! Era lugar só pra reservar erva! Ia ali para caçar também! Sempre tinha anta, tinha bastante ñabu. Tinha muito mato, era fácil caçar. Mas também tinha muita onça! E tinha muita ñakyrã. Ñakyrã é um bichinho que canta. O nome dele é cigarrinha. Ela também vive na cidade, você deve conhecer! Ela sempre faz tiin, iin, iin, iin!

⁸⁵ Miba = criação. Refere-se àqueles animais que estão sob os cuidados de alguém. Neste caso, envolve o hábito de jogar alimentos na água para atrair peixes. Isso é feito em locais considerados particulares, geralmente próximos da *oygusu*, onde sistematicamente é jogado milho pilado ou restos de alimento à base de milho, para atrair peixes e ampliar o estoque de pesca.

20

1.6. Descendentes de Xiru Jakare e de Xiru Ijau'ia: novos desdobramentos e novos vizinhos

No início dos anos 1940, o grupo de Xiru Miguel, mantendo mais ou menos a mesma composição assinalada anteriormente, deixou Toro Pire para habitar próximo a Jari Tari kue⁸⁶, em Yrajeti, Itamoroti⁸⁷, Ño Puku, Aña Hoga. Segundo Ricardo Jorge, o falecimento de Vitorino Kavaju os levou a abandonar esta região, promovendo a dispersão da parentela ampliada. No entanto, em Kararuryty e em Aña Hoga também habitava a parentela de Xiru Tūgusu, composta, pelo menos, pelos filhos Karūbe e Guaroso, além de João Dario e Lucídio, ambos são genros de Guaroso. Mãcero também acompanhava o grupo, embora desconheça o vínculo de parentesco que os une. De acordo com Brasil Jorge⁸⁸, em meados da década de 1940, a parentela de Guaroso, parte da parentela de Xiru Miguel, além das parentelas de Luís Pedro - que inclui seu filho Pa'i Chiquito -, de Segundo Pedro, de Milso e de Kure'i - sogro de Antonio Aquino - foram expulsas do entorno de Aña Hoga por um "fazendeiro correntino".

Gráfico 18

Descendentes de Xiru Tūgusu



Antes de se estabelecer nas margens do córrego Laranja Doce, o grupo de Xiru Tūgusu e Guaroso já havia habitado em Yariña e em Aracelva. Karūbe também habitou em Mykyriati.

Cabe anotar que a proximidade espacial entre as parentelas de Segundo Pedro, Pa'i Chiquito e Xiru Miguel não são aleatórias, pois os dois primeiros eram genros de Faustino Fausto. Segundo Pedro se aproximou de Faustino depois de deixar Mykyriati⁸⁹ e se fixar junto ao córrego Yakāju, em um local posteriormente denominado Jari Tari kue - numa referência ao local habitado por Tari (ou Teresa Pedro) sua primeira esposa - e em Aña Hoga. Segundo contraiu novas núpcias com Carmem Lita, filha de Japire Japiruse, contudo, este fato não foi suficiente para afastá-lo da parentela de Xiru Miguel. Enquanto Segundo Pedro habitava próximo ao córrego Yakāju, Ruminguiño e Floriano voltaram a se vincular à parentela do pai, trazendo Solano Lopes e Cânciao

⁸⁶ Local que já foi habitado por Jari Tari.

⁸⁷ Itamoroti = pedra branca. Ita = pedra; moroti = branco.

⁸⁸ Brasil tem 59 anos, nasceu em Douradina e habita a TI Panambi.

⁸⁹ Em Mykyriati, pelo menos Karūbe aparece associado à parentela de Segundo Pedro.

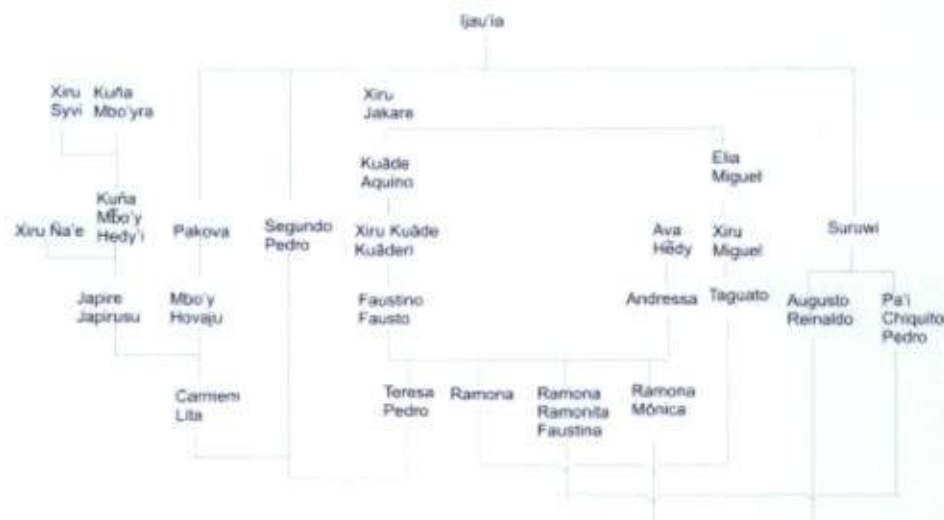
KV

Cantero com eles. O local habitado por Ruminguiinho também recebeu seu nome: Ruminguiinho kue.

Enquanto isso, Pa'i Chiquito, casado com Ramona Ramonita Faustina, começava a compor seu próprio *tekoha*, após o casamento de sua filha Dorícia Pedro com Lauro Concianza. Esta aliança estreitou ainda mais os vínculos entre as parentelas de Xiru Miguel e de Chiquito, pois Lauro Concianza era o filho mais novo de Taguato e Ramona, embora criado por seu irmão João Kavaju⁹⁰. A expulsão da margem do córrego Laranja Doce levou Chiquito Kavaju e Lauro para Syvirãdoty e para Guasu, onde empregaram, respectivamente, a mão de obra no trabalho dos ervais e de fazendas.

Gráfico 19

As alianças de Faustino Fausto



Neste movimento eles estavam acompanhados por Segundo Pedro e por Guaroso. Em Itaguasu Augusto Reinaldo, filho de Luís Pedro, aparece associado a Guaroso. Aliadas ao Faustino ainda estavam às famílias de seu sogro Ava Hedy, de Alvirante, de Xiru Osório e de Nassário. Xiru Osório, oriundo de Lima Campo, é sogro de Ramona Mônica, a filha mais moça de Faustino, e também genro de Japire Japiruse. Desde Kapi'itdy se observa uma maior proximidade espacial de Osório e Japiruse com Faustino e Chiquito. A respeito de Nassário, apenas sei que pertencia à parentela de Faustino Fausto foi casado com uma filha do *capitão* Pedro Henrique e era tido como

⁹⁰ A inclusão de Lauro Concianza na Parentela de Pa'i Chiquito tem um tom especial, uma vez que foi Chiquito quem realizou a iniciação xamânica de Lauro. Para este sogro a idéia de ter um genro leigo era inconcebível. (v. Vietta op. cit: 377)

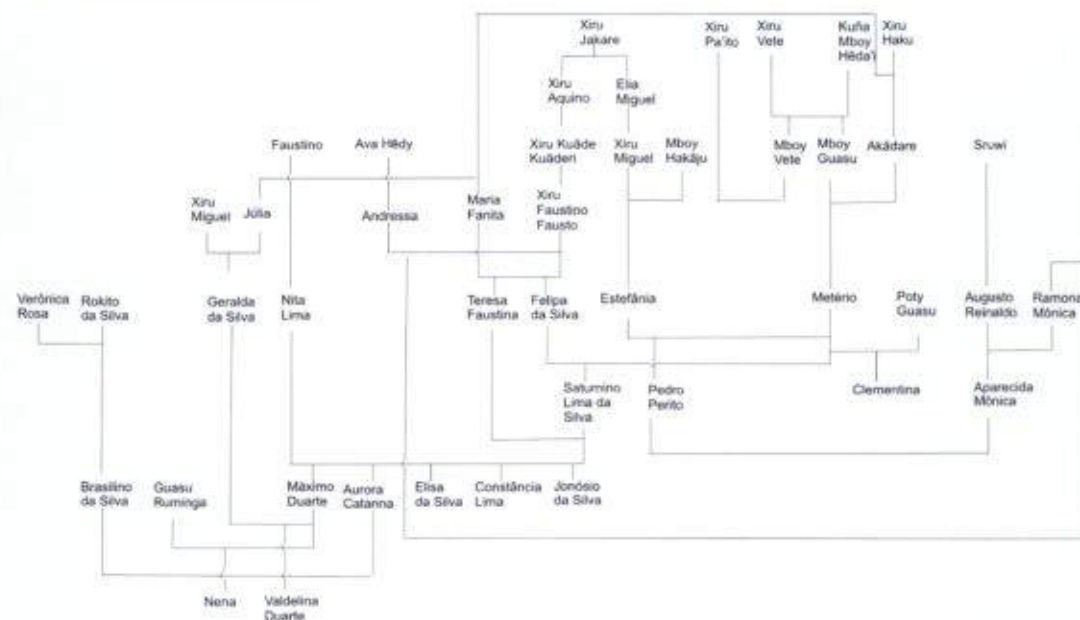
Rv -

um xamã importante, portanto deve ter tido algum destaque como liderança de parentela. Antes disso, Nassário também habitou Coqueirinho. Luís Capiteiro, Tamoio, Marcelino Tuja, João Rocha, Eduardo são outros nomes mencionados entre a população de Itaguasu neste período. Entretanto, Luís Pedro e Faustino Fausto não permaneceram em Itaguasu por muito tempo. Faustino, acompanhado de Alvirante e Nassário seguiu para Xiru Karai e depois eles se fixaram entre Yakãjusu e Yapohũ, ambos localizados na margem esquerda do córrego Hum, próximo a sua barra. Enquanto, Luís Pedro se transferiu para Guasu, próximo ao córrego Laranja Doce.

De qualquer forma, seja por temer as pressões do “fazendeiro correntino”, seja por temer o *ãguere* de seu parente, o grupo de Xiru Miguel, ainda composto, pelo menos, por Ka’i Potã, Kuãde Kuãderi, Faustino Fausto, Rokito, Metério, se deslocou para as margens da lagoa Pitã, onde faleceram Xiru Miguel e Metério. Desconheço as circunstâncias da morte de Xiru Miguel, mas Metério, em 1947, foi vítima da polícia indígena do PI Francisco Horta, incitada por Acácio e Aguirre para retirar os Kaiowa das terras reservadas para a CAND, como relatado na primeira parte deste estudo. Em um novo movimento, Kuãde e Faustino (que absorveu pelo menos parte do núcleo familiar de Metério) se deslocaram para as margens do córrego Itaguasu mais precisamente para Takuĩdy.

Gráfico 20

Os descendentes de Metério

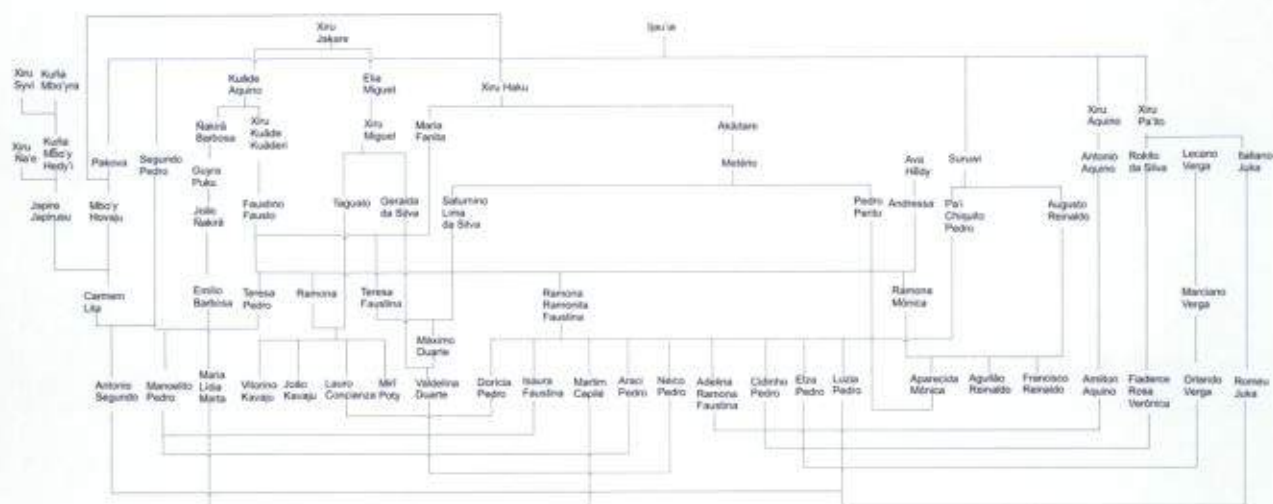


Os descendentes de Metério habitam a Reserva de Dourados, a TI Panambizinho e fazendas.

RP

Gráfico 21

As alianças entre Pa'i Chiquito, Segundo Pedro e Faustino Fausto

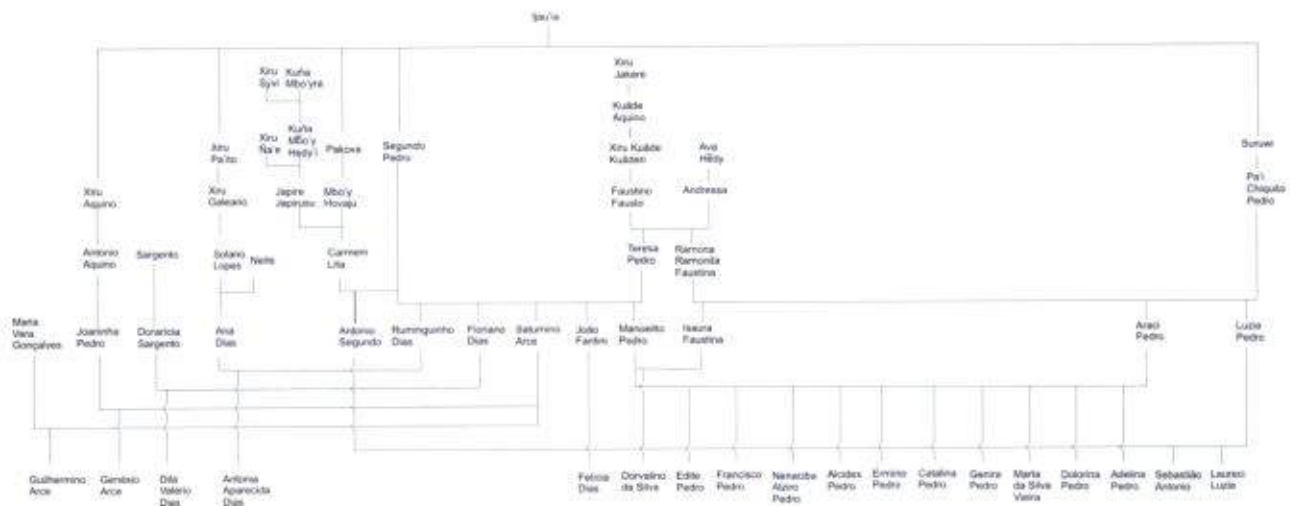


Atualmente os descendentes de Pa'i Chiquito Pedro habitam Panambizinho, Panambi – Lagoa Rica, Reserva de Dourados, Laranjeira Nanderu, Takuspery.

kr

Gráfico 22

Os descendentes de Segundo Pedro



Atualmente os descendentes de Segundo Pedro habitam Panambi – Lagoa Rica, Panambizinho, Reserva de Dourados, Laranjeira Nandey, Rancho Jakare

Ru

Como dito anteriormente, Rokito começou a marcar um distanciamento espacial e político da liderança de Xiru Miguel, quando o grupo se retirou de Toro Pire, ocasião em que a sua parentela se concentrou em Ytykyre e em Guyra Puku kue. Neste momento ele liderava um *tekoha* consolidado, sustentado pelo casamento de alguns de seus filhos, entre o quais estavam: Quintino Catalícia, Nelito Ancito, além de Brasilino da Silva e Fiaderce Rosa Verônica, ainda solteiros. O casamento com Kaju Guasu levou Abrae para as margens do córrego Itaquiri, mas não sei dizer a que parentela pertencia sua esposa. Enari, filho de João Kavaju acompanhava o grupo, mas desconheço o vínculo de parentesco existente entre eles. Ampliando a sua independência política, Rokito se transferiu para Syvirãdoty e para Guasu.

Além da busca pela venda da mão de obra para os ervateiros locais, esta mudança promoveu uma maior aproximação entre os grupos de Rokito, João Kavaju e Pa'i Chiquito, que também habitaram Syvirãdoty, Guyra Kãbi'i e Guasu. Guaroso e Augusto Reinaldo, se aliando a Pa'i Chiquito, também desceram para as margens dos córregos Laranja Doce e Laranja Azeda, habitando pelo menos em Syvirãdoty, em Guyraka'i e em Guasu. José Luís, Afonso, Mbopi são outros nomes associados a estas parentelas. Não demorou muito para Segundo Pedro, ainda acompanhado por Ruminguinho, Floriano, Solano Lopes e Câncio Cantero, deixar Itaguasu para se unir a eles. A parentela ampliada de Segundo Pedro habitou Syvirãdoty, Guyraka'i, Ñahãkarrai, Pombal, Guasu e Pikixi'i (igualmente nas margens do córrego Laranja Azeda).

Porém, quando o grupo de Segundo Pedro foi expulso de Guyraka'i, Câncio Canteiro, acompanhado pelo menos do genro Albino Canteiro e do filho Clemêncio (ou Clemente) Cantero, preferiu seguir para próximo de Douradina, onde o grupo de Kuã Antonio, pai de Albino, também buscou refúgio, quando foi obrigado a deixar Itykyre, (próximo a Bocaja). Kuã Antonio habitou em Guyra Puku kue, enquanto Canteiro se fixou em Kokuere Guasu e em um local que recebeu o seu nome: Cantero kue. Contudo, a inviabilidade de disputar estas terras com os novos colonos fez com que ele se vinculasse a João Karape na aldeia Panambi – Lagoa Rica.

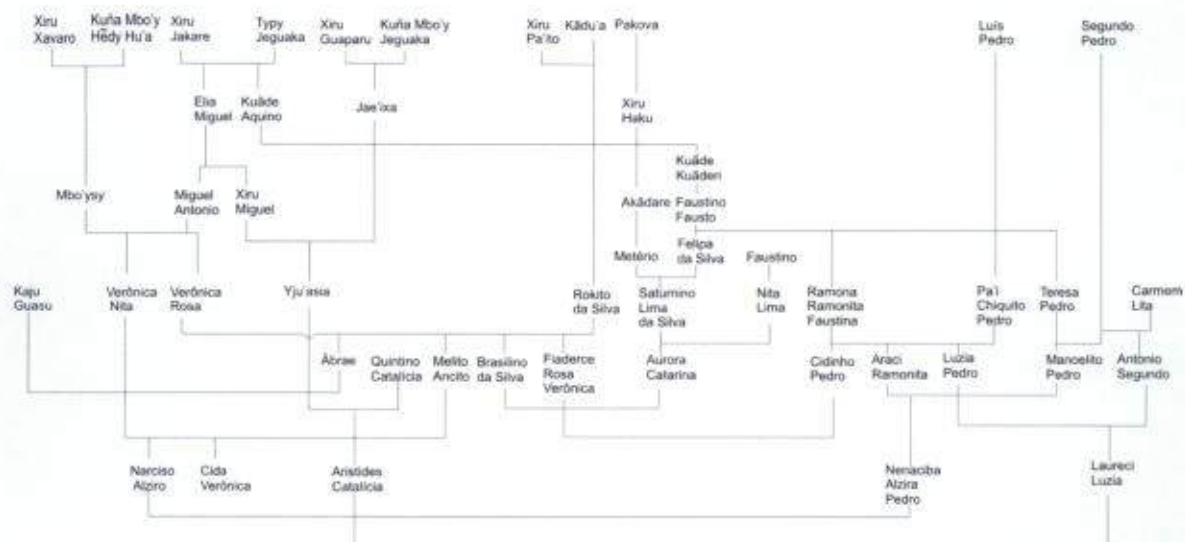
A parentela de Xiru Guyra Xixi também habitou próximo a Syvirãdoty. Guyra Xixi estava entre os Kaiowa que na década de 1910 deixaram o Paraná, fugindo da guerra do Contestado. Como outras parentelas que enfrentaram este êxodo, Xiru Guyra Xixi habitou diferentes pontos nas duas margens do rio Brilhante e do rio Carumbé, incluindo Guyra Xixi kue, local próximo a Santa Teresinha. Guyra Xixi e os homens de sua parentela também viveram próximo ao córrego Itaquiri, trabalhando para a Cia Matte. Findado os trabalhos nos ervais, sua parentela seguiu para as margens do córrego Laranja Doce, habitando Yvyju, para depois se transferir para Yakãju, perto da nascente do córrego Panambi e, ainda para onde é hoje a vila Vargas, local onde faleceu Guyra Xixi. Desde então sua parentela se vinculou a Kavaju e a Pa'i Chiquito Pedro.

Em Syvirãdoty, como em outros locais ao longo dos córregos Laranja Doce, Laranja Azeda e seus afluentes, os xamãs mais importantes mantinham as suas *oygusu*, mas as casas em estilo regional também se faziam presentes. Ao longo do Laranja Lima, o sapé era rarefeito ou inexistente, a matéria-prima preferencial para a construção das

Rt

Gráfico 25

Os descendentes de Rokito da Silva

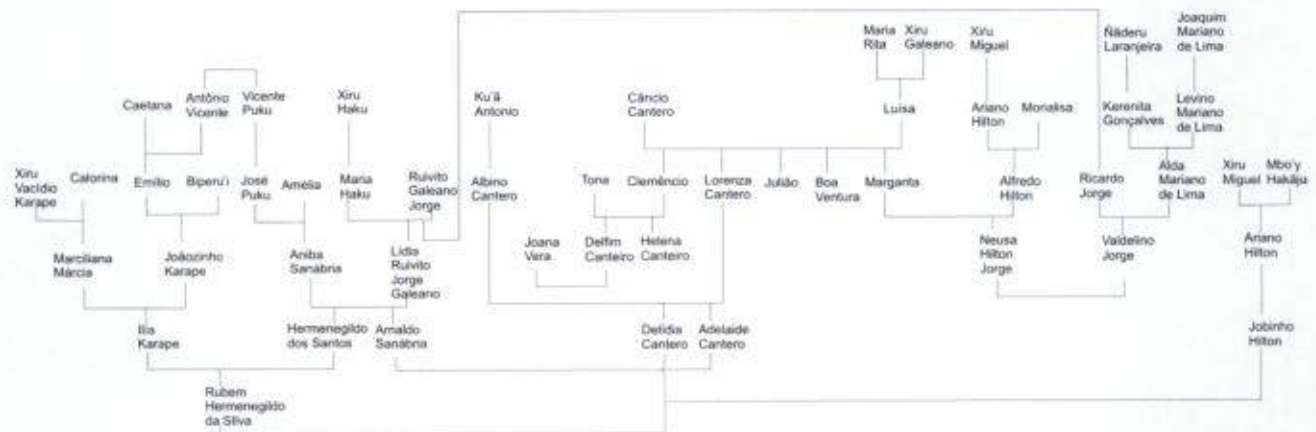


Atualmente, os descendentes de Rokito habitam Panambi - Lagoa Rica, Panambizinho, Laranjeira Rãnderu, Rancho Jakare, Reserva de Dourados, Reserva de Amambai, Reserva da Caarapó e fazendas.

Handwritten signature

Gráfico 26

Descendentes de Cância Cantero

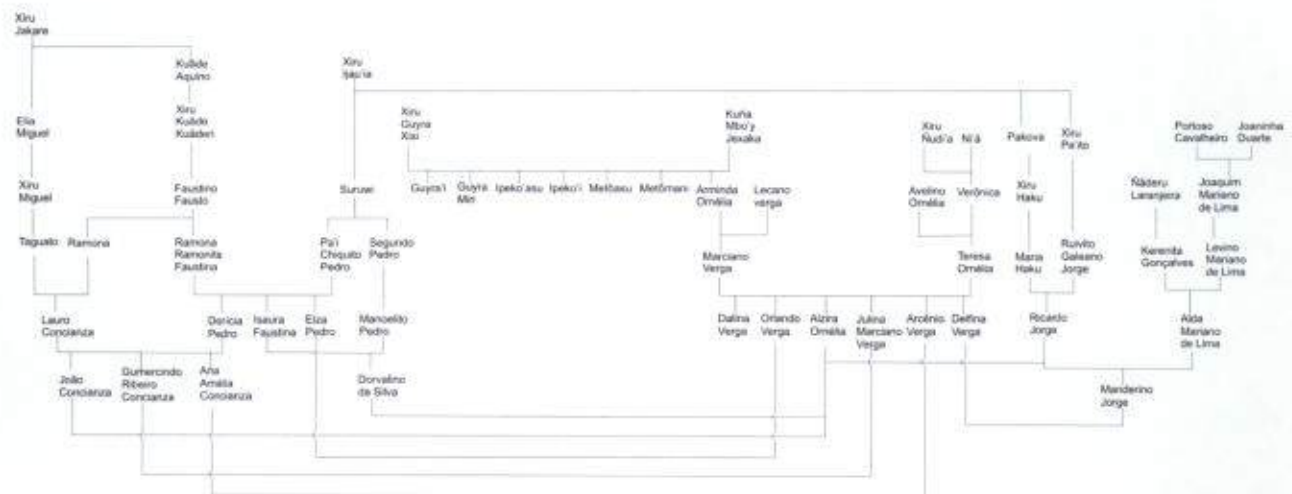


Atualmente os descendentes de Cância Cantero vivem em Panambi – Lagoa Rica, na Reserva de Dourados e no Paraguai. Nos anos 1960, disputas políticas fizeram Cância ingressar na Reserva de Dourados. A dificuldade de dispor das terras necessárias para atender a sua família, além da ausência de vínculos de parentesco consistentes com as famílias locais motivou a maioria dos filhos de Cância a buscar novos espaços em terras paraguaiás.

R

Gráfico 27

Os descendentes de Guyra Xixi



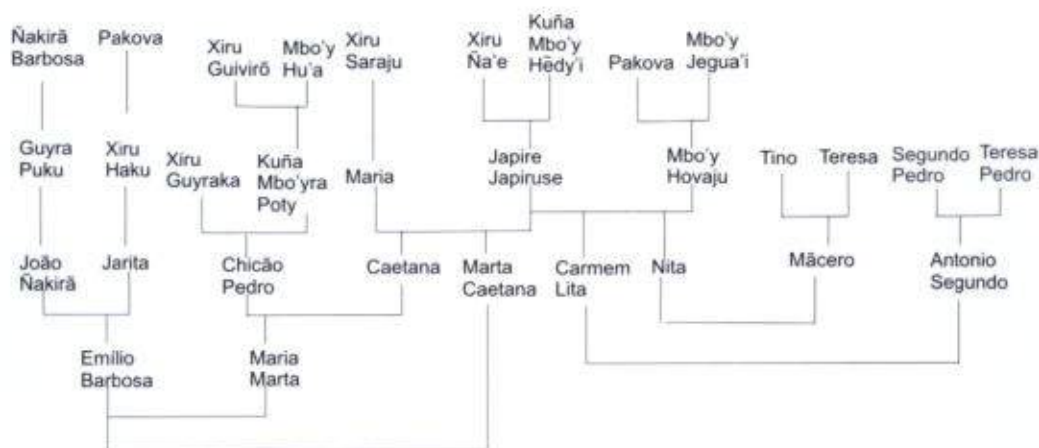
Atualmente, os descendentes de Marciano Verga habitam Panambi – Lagoa Rica, Panambzinho e em fazendas.

20 -

casas era a folha de palmeiras como *pindo* e bananinha, ou ainda, as folhas do *tibo'i*. As lideranças de parentelas habitavam em suas *oygusu*, fixadas principalmente nas nascentes existentes ao longo dos córregos Laranja Doce e Laranja Lima, mas o restante das parentelas tendia a viver em casas no estilo regional, geralmente temporárias, que se proliferavam e desapareciam de acordo com a demanda da venda da mão de obra para os fazendeiros ou para os ervateiros. De acordo com os Kaiowa nos anos 1940 ainda há vários pontos de trabalho oferecidos por ervateiros independentes. Entre os de maior destaque estão aqueles sediados na vila Vargas, na vila São Pedro e no entorno da Reserva de Dourados.

Gráfico 28

Os descendentes de Japire Japiruse



Os descendentes de Japire Japiruse hoje habitam Panambi – Lagoa Rica, Panambizinho, Reserva de Dourados, Reserva de Amambai.

Também nos anos 1940, Rokito, Pa'i Chiquito, Guaroso, Augusto Reinaldo, João Kavaju, Lauro Concianza se fixaram próximo a cabeceira do Yasori, onde é hoje a vila São Pedro. Enari continua compondo com Rokito⁹¹, e partir da estada em Yasori,

⁹¹ De acordo com Luis Jairo Barbosa, antes de se transferir para onde é hoje a Vila São Pedro, a parentela de Kexõ, filho de Enari, habitava próximo ao córrego Itaguasu. Neste local ele e sua família foram constrangidos por "colonos", interessados em tomar as suas terras, por esse motivo eles deixaram Itaguasu, em troca de um cavalo. Tal fato se repetiu com Joãzinho Karape, Pedrinho e Livino, quando habitavam as margens do mesmo córrego (Luis Jairo Barbosa tem 68 anos, nasceu em Dourados. Até a década de 1970 residiu na TI Panambi, hoje habita Panambizinho).

Ar

Antonio Kuasori, sogro de Augusto Reinaldo e filho classificatório de Xiru Aquino, igualmente aparece associado ao grupo. Enquanto isso, Segundo Pedro, ainda acompanhado dos filhos Ruminguinho e Floriano, se aproximou do sogro Japire Japiruse ao se fixar próximo à cabeceira do Yguapuku, também localizada onde é hoje a vila São Pedro. Japire Japiruse é filho de Xiru Ña'e e genro de Pakova e de Xiru Saraju. Antes de habitar Yguapuku, Japiruse habitava Kapi'itidy.

Como analiso em outro momento, a CAND montou seu primeiro escritório na Vila São Pedro e buscando afastar os índios das imediações, seus funcionários passaram a criar dificuldades para a obtenção da caça e pequenos constrangimentos para a livre circulação indígena. Na busca de se distanciar dos ataques dos funcionários da CAND, as parentelas associadas a Chiquito se concentraram próximo à cabeceira do Guavira'i. A primeira opção foi Yrypiju, mas novos constrangimentos as levaram para Marakana'i, ainda às margens do Guavira'i. De acordo com Lauro Concianza, quando Chiquito morava na vila São Pedro, próximo ao córrego Laranja Doce, outras famílias se avizinhavam a dele, isto é, "bebiam no Laranja Doce" entre elas menciona: Măduka, Xiru Osório, Pa'i Xo'i, Sapeme, Kurutau.

Foto 10



Homens da parentela de Pa'i Chiquito

Foto da coleção de Arnaldo Jorge Concianza⁹²

De acordo com Maria Lídia Marta, da esquerda para a direita: Italiano Juka, Francisco Severino, Manuelito Akoa (ou Manuelito Pedro), Chiquito Pedro, Cipriano, Lourenço, Ivo, Martim Capilé, Neico Pedro, Luito, Cidinho Pedro, atrás, com lenço na cabeça Ramona Ramonita Faustina. Ivo e Luito são funcionários do SPI.

⁹² Penso que esta fotografia possa ter sido feita por Schaden quando da sua visita a Panambizinho em 1951, pois Arnaldo obteve esta fotografia com Édina de Souza, filha de Marçal de Souza, um dos assíduos colaboradores daquele pesquisador.

Handwritten signature or mark.

Na margem direita do córrego Laranja Doce, na altura da vila São Pedro ficava Ka'atigue, local rico em ervais, cuja exploração era capitaneada pelo "patrão" Ciriaco. Ka'atigue atraiu muitos homens das parentelas de Chiquito, João Kavaju, Segundo, Rokito, Guaroso, além da parentela de Ruivito Oliveira, de José e João Puku como dito mais acima e muitas outras, pois entre os nomes mencionados também estão: Parri, Ciriaco, Mbopi, Metério e José Guasu. José Guasu, filho de Aniba Sanábria, ainda morava em Ka'atigue quando foi agredido e morto por pessoas ligadas a CAND. Aliás, a exploração destes ervais findou somente com o início dos embates entre os Kaiowa e a administração da CAND.

A impossibilidade de permanecer habitando o entorno dos córregos Yasori, Guavira'i e Guasu Piru e as margens do Laranja Doce na altura da vila São Pedro, gerou uma concentração de parentelas kaiowa na margem esquerda do córregos Hum, até a altura da lagoa Pitã. Somente após esta mudança que as famílias kaiowa receberam seus lotes, de acordo com a proposta implementada pela CAND e a revelia de seus interesses, bem como de diversos segmentos do SPI, como já foi fartamente demonstrado pela documentação apresentada. A análise das narrativas kaiowa trazidas abaixo dá conta da fragmentação e da dispersão dos grupos familiares que buscavam, com pouco sucesso, lugares mais seguros para habitarem, frente à alienação da quase totalidade de suas terras de ocupação tradicional.

Chiquito promoveu o deslocamento da sua parentela e de algumas daquelas a ele aliadas para Tuju Pitã e para o entorno de Xiru Karai, se aproximando também do sogro Faustino Fausto e das parentelas a ele vinculadas. Como já dito Xiru Haku, Ruivito Galeano Jorge e Emílio Brabosa habitaram com Chiquito em Tuju Pitã. O casamento com Isaura Pedro trouxe Manoelito Pedro (ou Manoelito Akoa), para o *tekoha* de Chiquito, na condição de genro. O grupo de Rokito, de Nassário e parte do grupo de Guaroso, incluindo Pa'i Mâceró, genro de Japire Japiruse, além do próprio Japiruse seguiram para próximo do Xiru Karai. Porém, mediante as pressões promovidas pelos funcionários da CAND, eles deixaram a região, desconheço o destino de Nassário e de Guaroso, mas a parentela de Japiruse se transferiu para o sul do estado. Porino Bastião, irmão de João Dário, juntamente com Hevaro e Avahu'a deixaram o grupo de Guaroso, ainda em Guasu, para ingressarem na Reserva de Dourados.

O *tekoha* de Rokito se desmantelou (v. gráfico 25). Ele e seu filho Melito Ancito (ou Humelito Alziro ou Homerito) seguiram para a Reserva de Dourados e depois para Rancho Jakare (Laguna Carapã). O falecimento da esposa Yju'asia, desencadeou a mudança de Quintino Catalícia para a região de Amambai. Mas o casamento de seu filho Aristides Catalícia com uma neta de Chiquito e de Segundo Pedro, trouxe Aristides para Panambizinho. Narciso Alziro - neto de Rokito - casou com Nenaciba, outra neta de Segundo Pedro e de Chiquito, e também se manteve na região. Narciso e Nenaciba habitaram em Panambizinho e na Reserva de Dourados. Atualmente viúva, Nenaciba Alziro, alguns de seus filhos e netos vivem na aldeia Panambi - Lagoa Rica. Brasilino da Silva, outro filho de Rokito habitou Panambi - Lagoa Rica até o final dos anos 1970, quando se transferiu para Panambizinho. Desconheço o destino de ãbrai, assim como o das demais famílias que estavam associadas a Rokito antes da execução do loteamento da CAND.

kg

Xiru Osório também se transferiu para próximo da barra do córrego Hum, associado a ele estava a parentela do neto Äguja. Äguja é filho de Sinibu (ou Barbosa Äguja), assim como Xiru Osório, é originário de a região de Campo do Lídio⁹³, mas ele já havia habitado Yvyxĩdy, próximo a Montese e no braço morto do rio Brilhante. Entre a barra do córrego Hum e o córrego Panambi ainda estavam as parentelas de seu filho Perdito Barbosa e de um parente de nome Kiha. Äguja foi enterrado próximo ao Xiru Karai, seu filho Estrevo Barbosa se fixou em Juatĩtĩ, mas os outros descendentes se dispersaram por diferentes TIs, entre as quais estão Panambi – Lagoa Rica⁹⁴, Panambizinho, Nanderu Laranjeira, Nanderu Marangatu, Jarara, Rancho Jacaré, Reserva de Caarapó, Reserva de Dourados.



Desenho 9

Morada de Perdito Barbosa e morada de Kiha

Desenho feito no chão por Luis Jairo Barbosa, filho de Estrevo Barbosa neto de Äguja

Mãduka, Zacarias Brites e seu pai Pa'i Xo'ĩ (ou Xiru Geromo) também acompanhavam Chiquito, habitando em Tuju Pitã. Conforme conta Dorícia Pedro em uma fala transcrita mais acima, Mãduka está entre aqueles que deixaram Tuju Pitã

⁹³ "Nome antigo de Lima Campo era Campo do Lídio Lima. Lídio Lima era um branco, ele era fazendeiro... Os Kaiowa já moravam naquela terra quando ele comprou a fazenda... Primeiro nome foi Campo do Lídio, depois chamou Campo dos Lima, porque aquela região ali era tudo campo, não tinha quase mato... Os índios foram saindo porque acabou o trabalho". (Valério Vera Gonçalves – Valério tem 69 anos, nasceu em Lima Campo, habitou a Reserva de Dourados e hoje vive na TI Panambi). A respeito de Campo dos Lima v. também Barbosa 2007:147-149.

⁹⁴ Desde 2008 Neca Rosa Sarati, juntamente com os filhos Lea Sarati e Bonifácio Sarati, reside na TI Panambi. Lea é nora de Ricardo Jorge (veja gráfico 42).

RJ

quando os funcionários da CAND “botaram veneno para secar o mato”. Ele se dirigiu para Mykyriatĩ, porém a impossibilidade de permanecer fora dos limites da Reserva de Dourados o levou para Farinha Seca, próximo da nascente do córrego Sardinha. De acordo com João Aquino Măduka foi morto por um “fazendeiro”. Zacaria Brites fez caminho semelhante, ele habitou Yrykytĩ, Yguarusu e Takuaripyma, na época, locais inclusos na parte norte das terras reservadas para o PI Francisco Horta, mas posteriormente, como já dito, apropriadas por particulares. A família de Zacaria buscou refúgio no interior do PI. Muitos dos descendentes de Măduka e de Zacarias ainda vivem na Reserva de Dourados. Xiru Geromo está entre os Kaiowa que na primeira década do século XX deixam o Paraná durante a guerra do Contestado (v. gráfico 32). A sua parentela habitou no entorno do braço morto e do córrego Cadeado, na margem direita do rio Brilhante. Sucessivas expulsões os levaram para as terras banhadas pelos rios Carumbé, Santa Maria e São Domingos e novas expulsões os trouxeram para as proximidades do córrego Laranja Doce.

Gráfico 29

Os descendentes de Parika'a



A parentela de Parika'a, pai de Măduka, habitou Yupajire Gusu, local não muito distante do córrego Laranja Azeda, contudo, antes do casamento Maria Águja vivia em Lima Campo (ou Campo do Lídio).

A parentela de Lecano e Marciano Verga também deixa as margens do córrego Laranja Doce para se fixar próximo ao Xiru Karai, para logo depois se transferir para as terras entre a vila Panambi e o córrego de mesmo nome. A aproximação entre Marciano e Pa'i Chiquito rendeu alguns intercasamentos (v. gráfico 27). Nas imediações do córrego Panambi, Hebēta'ia se avizinhou dos Verga. Entre as famílias que habitavam próximo ao Xiru Karai e a barra do córrego Hum, ainda estavam Alvirante e o genro

[Handwritten signature]

Apolinário, casado com Hekereasu. Junto aos conflitos promovidos pela CAND o casal se separou. Alvirante, Hekereasu e o filho Atanásio Teixeira buscaram terras mais seguras na região de Caarapó. Entre os vizinhos kaiowa desalojados ainda estavam: Peru Teju que morava próximo a Tuju Pitã, Amâncio que morava na barra do córrego Hum e Nicete, Tiororico, Ta'yri, Paulino Parmo, Hebêta'i e Antonio'i, que moravam próximo ao Xiru Karai.

De acordo com os Kaiowa, as terras próximas à nascente do córrego Hum, já haviam sido desocupadas há bastante tempo por um fazendeiro "paraguaio", de nome Rubem. Inicialmente ele se utilizou da mão de obra kaiowa para beneficiar a sua fazenda, mas após a conclusão dos trabalhos, os índios foram expulsos, muitos deles se transferindo para a Reserva de Dourados, que, aliás, se avizinhava a fazenda. Esta posição geográfica garantiu que entre as ações de beneficiamento realizadas na fazenda de Rubem estivesse o completo desmatamento de uma larga faixa na sua extensão sul. Segundo estes Kaiowa, a intenção era a de constranger qualquer tentativa de aproximação que eles, por ventura se interessassem em fazer.

A crescente restrição na utilização do espaço e dos recursos naturais fez os Kaiowa buscarem as alternativas possíveis. Afastados das terras junto às minas e às nascentes dos córregos, cada vez mais disputadas, eles aumentaram o consumo da água provinda dos grandes cursos. Muitas famílias aglomeradas nas margens do córrego Hum, do córrego Panambi e do rio Brilhante dispunham apenas das águas destes mananciais para o seu consumo. Entre estas foram registrados muitos óbitos decorrentes de epidemias de diarreia, fatos que podem ter alguma relação com a qualidade da água consumida⁹⁵.

Entre as vítimas que "bebiam no córrego Hum" estavam Faustino Fausto, Kavaju e Segundo Pedro. Chiquito absorveu parte da família de Faustino, o que foi facilitado pelo casamento entre Ramona Mônica e Augusto Reinaldo. Ela filha de Faustino recém viúva, ele irmão de Chiquito⁹⁶. Hoje os descendentes do casal vivem em Panambizinho, na Reserva de Dourados e em fazendas. A Reserva de Dourados foi também o destino de Saturnino Lima da Silva, genro de Faustino (v. gráfico 20). Enquanto a parentela de Kavaju "se esparramou", i.e., se fragmentou e dispersou por diferentes TIs e fazendas.

Pa'i Chiquito, assim como as demais parentelas kaiowa, não manteve o seu primeiro lote. Contudo ele e seu filho Martim Capilé conseguiram se transferir e garantir a posse dos lotes 8 e 10 da quadra 21, localizados no travessão da Figueira, nos quais como já dito se consolidou Panambizinho⁹⁷. Com eles co-habitaram filhos, genros e noras, além de seu irmão Augusto Reinaldo, seus filhos e seus respectivos cônjuges e da família nuclear e Emílio Barbosa, sogro do key de Chiquito (v. gráfico 12). A

⁹⁵ Como já foi demonstrado através dos registros de Schaden (op cit) e de Lóide Andrade (in Silva op cit), os Kaiowa informam a respeito do alto índice de mortalidade neste período, mencionando, especialmente, epidemias de sarampo e tuberculose, além da diarreia.

⁹⁶ Como já registrado em uma fala de Ramona Mônica o *tekoha* de Faustino, localizado na foz do córrego Hum foi incendiado por funcionários da CAND. A queima ou a invasão das casas Kaiowa como recurso final de intimidação e expulsão eram recorrentes neste momento.

⁹⁷ V. também Vietta 2007: capítulo 2 e capítulo 3.

205

escassez de espaço físico e a inconsistência das relações sociais fizeram os filhos de Emílio deixar o *tekoha* após o casamento, se fixando na aldeia Panambi – Lagoa Rica. As exceções ficaram por conta de Maria Lídia Marta e Genira Marta que obtiveram cônjuges dentro da parentela de Chiquito. Algum tempo depois dois filhos e Chiquito também deixaram o *tekoha*: Adelina ingressou no *tekoha* de Paulito Aquino, em Panambi – Lagoa Rica, após o casamento com Amilton, e Neico, acompanhado de sua esposa Valdelina Duarte se transferiu para a Reserva de Dourados.

Foto 11



Lauro Conclanza e Dorícia Pedro 01/2005

Até o início dos anos 1960 a família de Marciano Verga habitava o lote localizado a frente do lote de Chiquito, mas, sem condições de se manter no local, inicialmente se transferiu para Panambizinho. A falta de espaço, a fluidez nas relações sociais e o registro dos primeiros casos de suicídio⁹⁸ comprometem as relações, fazendo

⁹⁸ Os quatro primeiros registros de ocorrência de suicídio em Panambizinho aconteceram entre o início dos anos 1950 e início dos anos 1960 e envolveram pessoas das famílias de Lauro Conclanza e Marciano Verga.

RO

com que a maioria dos filhos de Marciano se transferisse para Panambi – Lagoa Rica. Permanecem em Panambizinho apenas Julina e Arcênio ambos tendo Lauro como sogro. Marciano faleceu em Panambi – Lagoa Rica, nos primeiros anos deste século. Ele estava com mais de 100 anos. A sua mulher Teresa Ornélia está enterrada em Panambizinho.

Manoelito Pedro também deixou a parentela de Chiquito depois do falecimento de sua primeira esposa Isaura Pedro. Manoelito e Araci, sua segunda esposa, buscaram novos espaços a beira do rio Brilhante, onde já estavam seus irmãos Floriano e Ruminginho, além de Solano Lopes. Manoelito, Ruminginho e Solano viveram durante algum tempo em Patury e em Yguaju, mas depois da morte de Solano, ambos retornaram para a Reserva de Dourados. Floriano habitou em diferentes locais nas duas margens do rio Brilhante, as terras ao sul de Santa Teresinha, próximas á foz do córrego Sardinha e Kãbaretã estão entre elas. Aqui Floriano está associado à parentela de Livino Mariano de Lima. Floriano e Livino deixaram Kãbaretã no início dos anos 1960. Desde então, Floriano se fixou na aldeia Panambi – Lagoa Rica, alguns de seus descendentes ainda vivem ali. Saturnino Arce habitou Kãguerí, até ser expulso pelos novos ocupantes e se transferir para a Reserva de Dourados. Antonio Segundo faleceu em Panambizinho.

I.7. A consolidação da aldeia Panambi – Lagoa Rica: João Karape, Pedro Henrique e os embates finais com a CAND

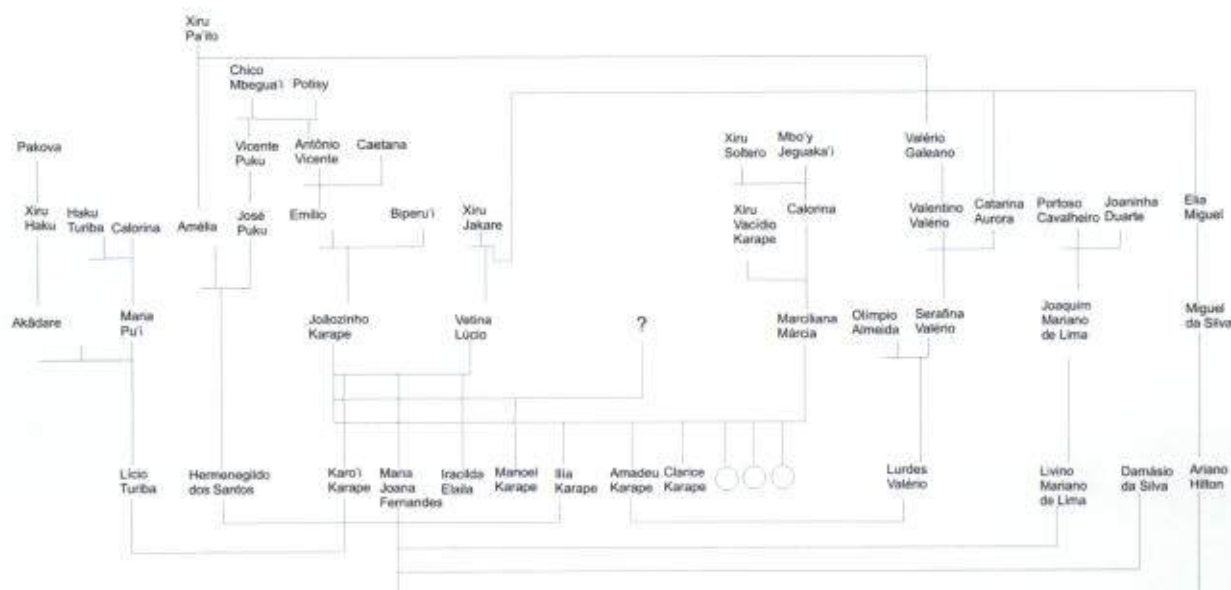
I.7.a) Joãozinho Karape

Como já dito, nas primeiras décadas do século XX Joãozinho Karape habitou próximo à lagoa Hũ e depois ao nordeste da Reserva de Dourados, junto ao córrego Jaguarete. Karape foi casado com Vetina Lúcio, filha de Xiru Jakare e com Marciliana Márcia (ou Juliana Karape). Lício Turiba, filho de Akãdare, ingressou na parentela de Karape através do casamento com uma de suas irmãs, mas o falecimento dela o levou as segundas núpcias com uma Karo'i, filha Joãozinho e Vetina. Antes de 1940 as pressões para a liberação das terras kaiowa fizeram Joãozinho, Vicente Karape e Lício ingressarem em Potrerito, no interior na Reserva de Dourados, mas por pouco tempo, pois eles preferiram buscar alternativa mais ao norte. Lício habitou em terras hoje localizadas nos municípios de Rio Brilhante, Maracaju e Bela Vista, enquanto João e Vicente se fixaram em Douradina.

Ko

Gráfico 30

Os descendentes de Joãozinho Karape



Atualmente os descendentes de Joãozinho Karape habitam Panambi – Lagoa Rica, Sukun'í, Panambizinho, Laranjeira Nanderu, Reserva de Dourados, Aroeira, fazendas.

Handwritten signature

Inicialmente os irmãos Karape habitaram próximo de Guyra Puku kue, mas foram intimidados por “colonos” que exigiram a desocupação do lote. Frente às suas reiteradas negativas, a *oygusu* foi incendiada. João e Vicente buscaram novas terras próximas a Jagua'igua, junto à nascente do Pikixi'i, porém mais intimidações os levaram a outra mudança, agora para Yryapi⁹⁹, ou junto à nascente do córrego Itaguasu. Depois de estabelecer a sua morada em Itaguasu, Joãozinho acompanhado de Pedro Sanábria se aventurou na viagem para o Rio de Janeiro buscando sensibilizar o então presidente Getúlio Vargas quanto à precariedade da situação vivida pelos Kaiowa. Porém esta, assim como tantas outras iniciativas não alcançou o êxito necessário para garantir lhes os direitos fundiários.

Foto 12



João Karape empunhado o *mbaraka* no terreiro de sua *oygusu* em Panambi – Lagoa Rica.
Foto da coleção de Abel Mariano de Lima.

Como informado anteriormente, de acordo com uma das filhas de Joãozinho, a visita do “engenheiro do SPI” rendeu a indicação de terras a serem demarcadas entre os travessões 40 e 44, junto na margem direita do córrego Panambi e próximo à foz do córrego Itaquiri. Portanto um pouco mais ao sul da atual TI, abarcando o local então habitado por João e Vicente, e que igualmente parece coincidir com o lote 40 da quadra

⁹⁹ *Yryapi* = nascente ou mina.

Am

46, devolvido por João Karape a CAND em 23 de abril de 1954. Algumas pessoas se referem a este local por Lagoa Rica kue. Próximo as nascentes do Itaguasu e do Pikixi'i havia lagoas junto às quais muitos Kaiowa começaram a se aglomerar entre o início dos anos 1950 e início dos anos 1960. Como já dito, Pa'i Carvalhinho, Kuãde Kuãderi, Horácio Aquino, Ruivito Galeano Jorge, Palácio, Antônio Aquino, Paulito Aquino, Cância Cantero, entre outros, foram se deslocando para cá, e se colocando sob a liderança política de Joãozinho Karape. Como se pode ler na documentação expedida pelo SPI ele foi reconhecido pelo órgão como *capitão* de Panambi – Lagoa Rica, independente do êxito logrado na demarcação destas terras.

1.7.b) Pedro Henrique

Como se observa na documentação expedida pela CAND e pelo SPI, apresentada mais acima, o afastamento da função de *capitão* não reduziu a posição combativa de Pedro Henrique, mesmo porque a atuação política de seu substituto foi bastante efêmera. No entanto, ao se envolver em um incidente, Pedro Henrique é preso e juntamente com sua família é afastado de Ka'aguirusu. De acordo com as narrativas de diferentes Kaiowa, e como também registrou Izaque João em seu estudo (op. cit.), desentendimentos entre as *lideranças* de parentela kaiowa quanto às formas de reagir às investidas da CAND para reaver (ou "comprar") os lotes kaiowa desencadearam enfrentamentos verbais entre Pedro Henrique, Joãozinho Karape, Solano Lopes, Cância Cantero e outros. Um destes enfrentamentos culminou com a morte de Solano, dando a CAND a brecha necessária para garantir a prisão e o afastamento de Pedro Henrique, apontado como responsável pelo ocorrido¹⁰⁰.

Pedro Henrique... Lutador de guerra, de primeiro lugar era aquele homem! Agora de segundo que foi Joãozinho [Karape]. Era lutador, mas já era menor... [Pedro Henrique] foi lutador! É por causa dele que nós temos um canto de terra. Por isso que ele é o primeiro lutador que teve aqui...

O que aconteceu é que o povo não concordou com ele. Ele estava trabalhando com a [questão da] terra, mas não estava entendendo o que alguns dos patrícios queriam. Eles não concordaram bem, então teve briga... Mataram um patrício por causa da terra. Então Pedro Henrique foi preso. Ele ficou muito tempo preso e quando voltou para cá ficou com menos força.

Depois que ele foi preso aproveitaram para despejar os índios, despejaram muitos... Aí já ficou menos patrício. Então o que nós conseguimos aqui foi por causa do Pedro Henrique. Mas depois eles lotearam e tomaram tudo! (Ricardo Jorge).

¹⁰⁰ A versão mais comum entre os kaiowa de Panambi atribui a morte de Solano a Lidio, filho de Pedro Henrique.

RJ

Foto 13



Na aldeia Panambi – Lagoa Rica, o nome dado à escola indígena homenageia João Karape. 04/2008.

Foto 14



E o nome dado ao posto de saúde homenageia Pedro Henrique

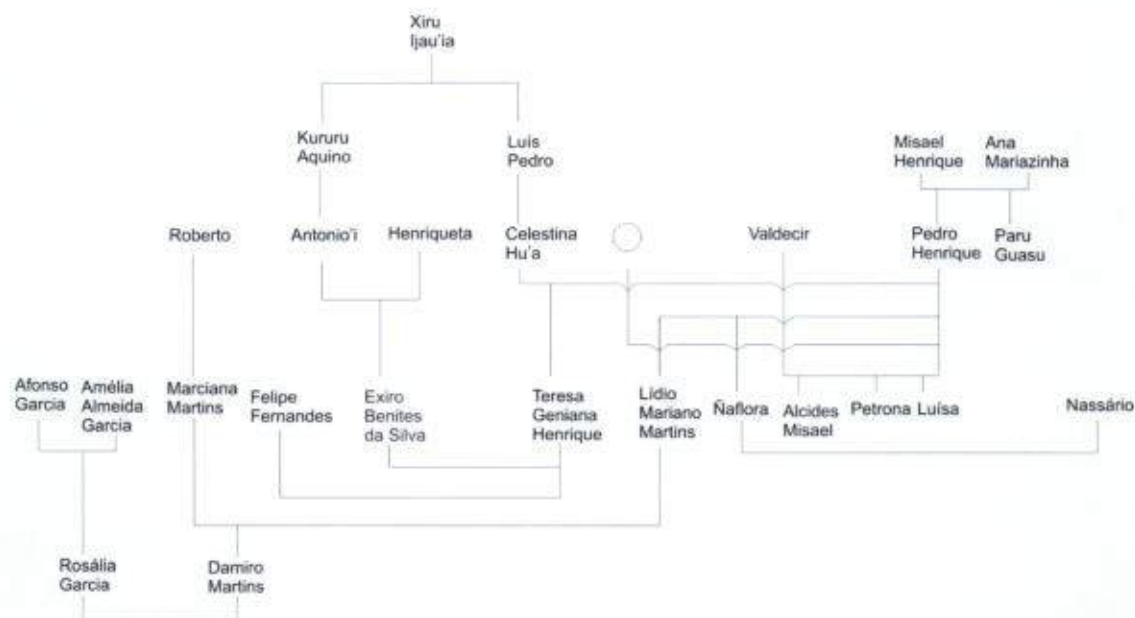
De acordo com Damiro Martins, neto de Pedro Henrique, as famílias nucleares de Pedro Henrique e de seu filho Lídio Mariano Martins foram levadas para uma colônia penal do SPI localizada em terras Kaingang, no Paraná. Nesta época Pedro estava casado com Celestina Hu'a, filha de Luís Pedro. Passaram 18 anos para que eles recebessem permissão para voltar a viver entre os Kaiowa no Mato Grosso do Sul. No retorno se fixaram em Panambi – Lagoa Rica, onde Pedro Henrique faleceu em 1981.

Mas, muito antes disso, conforme João Aquino, Misael Henrique, pai de Pedro Henrique veio da região do rio Iguatemi, quando Pedro ainda era um “molequinho”, enquanto Ricardo Jorge afirma que Pedro Henrique nasceu em Guyra Hoka (Caarapó) e

chegou em terras de Ka'aguirusu quando ainda era um rapaz novo¹⁰¹. Mas para ambos, a chegada da família de Misael coincide com o final da guerra entre Brasil e Paraguai. Eles habitaram próximo ao córrego Laranja Doce, entre o Pedro Japonês e o Marcelo kue, depois em Kokuere Guasu e as margens do córrego Itaguasu. Em algum momento seu irmão Paru Guasu (ou Paulo Guasu ou Paulo Ortiz) habitou Guyraka'i.

Gráfico 31

Os descendentes de Pedro Henrique



Atualmente os descendentes de Pedro Henrique habitam Panambi – Lagoa Rica, Sukury'i, Reserva de Amambai, Laranjeira Nanderu e fazendas.

As represálias promovidas pela CAND levaram Pedro Henrique seu filho Lídio, além se Paru Guasu, para Itatigui. Como registrado em uma fala de Ricardo Jorge na primeira parte deste estudo, foi neste local que Antonio Rosa e Miguel Rosa colocaram fogo nas *oygusu* de Pedro Henrique (Silva op. cit.). Depois deste evento eles se fixaram no braço morto do Brilhante, próximo da foz do Pikixi'ĩ e, ainda, em Kaguihũ, onde se aproximaram dos irmãos Joaquim e José Mariano de Lima. Para finalmente encerrar a sua resistência em Ìkaparã, como mostra o pedido de providências do SPI frente à ação dos novos ocupantes, encaminhado por Pedro Henrique e Olinto Martins, expresso no ofício

¹⁰¹ De acordo com o documento de identidade de Pedro Henrique, expedido pelo SPI, ele nasceu em 1895. Este documento é guardado por sua neta Maria e Fátima Fernandes, que habita Panambi.

Ry

assinado por Iridiano Amarinho de Oliveira, chefe da IR5, em março de 1956 (op. cit.). Alguns Kaiowa que ainda freqüentam Îkaparã para pescar informam a respeito da existência de artefatos de seus antepassados nesta região.

1.8. Outras parentelas que habitavam as margens dos rios Brilhante, Santa Maria, Carumbé e São Domingos

Como já foi demonstrado em diferentes momentos, entre o final do século XIX e o início do século XX os Kaiowa habitavam as margens dos rios Brilhante, Santa Maria, Carumbé e São Domingos, e, ao seu tempo, a guerra entre Brasil e Paraguai e a guerra do Contestado, contribuíram para dispersar, mas também atrair para estas regiões muitos Kaiowa que buscavam se afastar dos conflitos armados. Pois, se, por um lado, a crescente ocupação não indígena destas regiões representou um motor para os deslocamentos kaiowa, ao trazer um quadro de insegurança gerado pelas expulsões de inúmeras parentelas de suas terras de ocupação tradicional, por outro lado, as fazendas representavam um atrativo para a aproximação daqueles índios que pretendiam vender a sua mão de obra, bem como buscar locais disponíveis para habitação, ainda que por tempo determinado, submetido aos designs de um “patrão”.

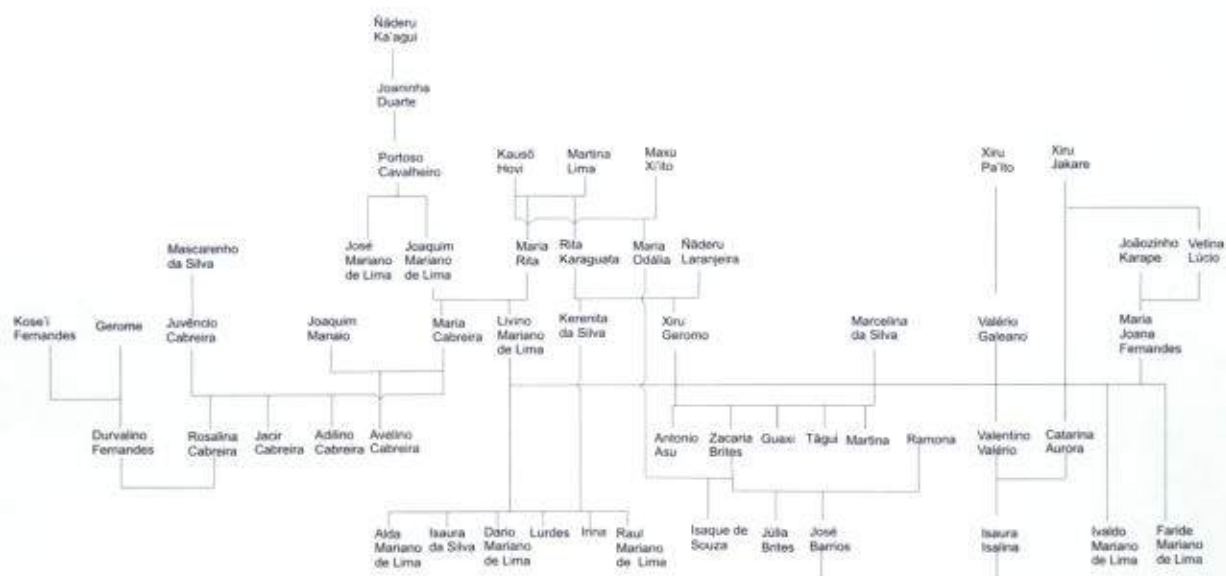
Ñaderu Ka'agui, Ñaderu Laranjeira, Kausõ Hovi, Xiru Karaguata lideravam algumas das parentelas que vieram de Conquista (Paraná), o que de acordo com João Aquino ocorreu antes de ter início os trabalhos do SPI e da Comissão de Linhas Telegráficas¹⁰². Conforme Avelino Cabreira e Ricardo Jorge, Ñaderu Ka'agui deixou as terras paranaenses depois que muitos de seus parentes faleceram em decorrência dos eventos ligados a guerra do Contestado (1912-1916). Em sua chegada as margens do rio Brilhante aquelas parentelas se fixaram na foz do córrego Panambizinho e em Juapiaty, este localizado “na frente da aldeia do braço morto”, próximo à foz do córrego Cadeado, como afirma João Aquino. Não sei precisar o caráter dos vínculos de parentesco destes grupos com a parentela de origem de Mascarenho da Silva, mas ela também chegou em terras sul-mato-grossenses depois de atravessar o rio Paraná, bem com, no mesmo período, estava instalada próximo ao córrego Chinelo.

¹⁰² Portanto antes de 1919. Em outra fala João Aquino informa que Portoso é originário de Capitavarro, localizado “no centro do Paraguai” (Vietta op. cit. 187). Contudo, ao se referir aos eventos ocorridos no início do século XX João afirma: ...Não tinha cortado [ou demarcado a fronteira entre Brasil e Paraguai]. Porque naquela época tudo é do Paraguai, daqui até o Porto Epitácio [localizado no estado de São Paulo] é tudo [terra do] do Paraguai. Desta forma, entendo ser uma unanimidade que estas famílias chegaram ao Mato Grosso do Sul atravessando o rio Paraná, na década de 1910.

bo

Gráfico 32

Os descendentes de Nāderu Ka'agui e de Kausō Hovi



Atualmente os descendentes de Portoso Cavalheiro e Kausô Hovi vivem nas Tls Laranjeira Nanderu e Panambi – Lagoa Rica, Reserva de Dourados, Reserva de Caarapó, em fazendas e na cidade de São Paulo.

kr

Em outro momento (veja fala transcrita mais acima), ao informar, que o braço morto do Brilhante era morada das parentelas de Sapery Soco, Kanño, Vicente Puku, Akãdare, Vilhermo, Portoso Cavalheiro, João também afirma: “no braço morto eles nos tomaram a terra” e associa esta expropriação a construção da ferrovia, cujos trabalhos de expansão para o sul do estado iniciaram nos anos 1930. Uma fala de Jonas Pedro, também transcrita mais acima, registra através das histórias contadas por sua mãe, Alda Mariano Pedro (ou Alda Mariano de Lima), a forma violenta como sua família foi expulsa desta região em meados dos anos 1930. Tal violência ocasionou o falecimento de Kerenita da Silva, que “morreu de susto” durante a investida de homens armados às terras ocupadas pela família. No entanto, ainda cabe ressaltar que, neste período, outras parentelas Kaiowa se avizinham destas, pois como já foi demonstrado, a movimentação desencadeada pela Matte Larangeira trouxe muitas parentelas para as duas margens do rio Brilhante, na altura da foz do córrego Laranja Doce e terras limítrofes.

A expulsão das terras próximas ao córrego Chinelo levou a fragmentação das parentelas oriundas de Conquista, as famílias de Macarenho da Silva e de Nãderu Laranjeira seguiram para o oeste, em direção aos rios São Domingos, Carumbé e Santa Maria. Mascarenho Locário de Moraes buscou refúgio em Potreiro Guasu e em Guyraka'i, junto às terras de Guasu. Enquanto Portoso Cavalheiro, seu genro e filhos foram para Itako'a e Kaguihũ. Eles também acamparam em Adjaka¹⁰³, local utilizado como sítio de pesca. Joaquim Mariano de Lima faleceu Kaguihũ, mas seu filho Livino, o irmão José Mariano de Lima e o cunhado Joaquim Manaio habitaram Itako'a até o final dos anos 1950, quando mais uma vez foram expulsos das terras que habitavam.

O novo êxodo levou José e Joaquim, agora acompanhados por Durvalino Fernandes, para Santa Teresinha. Aqui Floriano Dias, filho de Segundo Pedro também aparece associado a eles. Como conta Avelino Cabreira, o fazendeiro Constâncio (ou Hipólito Constâncio ou Neno) deu um pedaço de terra para seu pai morar em troca de trabalho. As famílias se instalaram nas terras de Neno até “que acabou o trabalho”. Ao deixar Santa Teresinha, Livino Mariano de Lima, filho de Joaquim, Avelino Cabreira, Durvalino Fernandes e Floriano Dias buscaram refúgio em terras hoje localizadas no interior da fazenda Vila Verde. Aqui eles habitaram por cerca de três anos, quando foram retirados por Raul Ageo, funcionário do SPI, ligado ao PI Francisco Horta, como conta Faride Mariano de Lima, filho mais novo de Livino e Maria Joana Fernandes. Faride nasceu no início dos anos 1960, em Kãbaretã, na margem do córrego de mesmo nome. Foi também aqui que Ricardo Jorge ingressou na parentela do sogro Livino. Este é outro local de onde as famílias de Livino e de Floriano foram expulsas.

Na trajetória destas famílias ainda consta uma expulsão acompanhada e registrada pelo SPI, como se lê na correspondência trocada entre Alaor Fioravante Duarte, agente do PI Francisco Horta e Eurico Sampaio, chefe da IR5, entre janeiro e abril de 1961¹⁰⁴. De acordo com os documentos Livino e Floriano informam ter comprado terras de “Mauricio Canhete, no lugar denominado 15 de agosto nas margens

¹⁰³ Este sítio de pesca ganhou o nome Ajaka, desde que um pescador perdeu seu cesto (*ajaka*) naquele local. Além dos Portoso, muitos Kaiowa pescavam neste lugar. Em Ajaka era comum pescar utilizando armadilhas de bambu (*erejavĩ pĩda*), para ampliar o resultado da pescaria.

¹⁰⁴ Os documentos estão transcritos na primeira parte deste estudo.

br

do rio Brilhante”, contudo as mesmas terras foram reclamadas por particulares, portadores de títulos emitidos pelo estado. Desta forma, o SPI garantiu o traslado das famílias para o PI Francisco Horta, onde as famílias não permanecerem por muito tempo, pois logo em seguida buscaram abrigo em Panambi – Lagoa Rica.

Desenho 10

Os “patrões” nas terras de Santa Teresinha



Desenho feito no chão por Avelino Cabreira¹⁰⁵ indicando a localização das terras de seu “patrão”

A família de Avelino já havia seguido por outros caminhos, ela deixou as terras banhadas pelo Brilhante, porque seu pai conseguiu “pegar empreita” em uma fazenda localizada nas margens do rio Carumbé e eles se mudaram para lá. Avelino e sua família habitaram Yraroytĩ, localizada as margens do córrego Aketĩ, bem como as margens do rio Santa Maria. Eles viveram aqui até a década de 1960, quando Avelino, já casado e com filhos, ingressou na Reserva de Dourados. Durvalino Fernandes, cunhado de Avelino também habitou próximo ao rio Carumbé, ele e Rosalina Cabreira ingressam na Reserva de Dourados em 1953.

A família de Macarenho Locário de Moraes, que incluía o genro Luís Cabreira, morou por algum tempo nas terras do Guasu, onde nasceu Leonel, seu filho mais novo. Porém, na década de 1940, quando os Kaiowa foram expulsos destas terras, Macarenho seguiu para o oeste, habitando inicialmente as margens do rio Santa Maria, para depois se transferir para as terras banhadas pelos rios São Domingos e Carumbé. Ao contrair

¹⁰⁵ Avelino Cabreira tem cerca de 80 anos, nasceu em Conquista (Paraná), habitou Rio Brilhante, Itaporã, Douradina e Dourados. Avelino reside na Reserva de Dourados há mais de 50 anos.

Kr

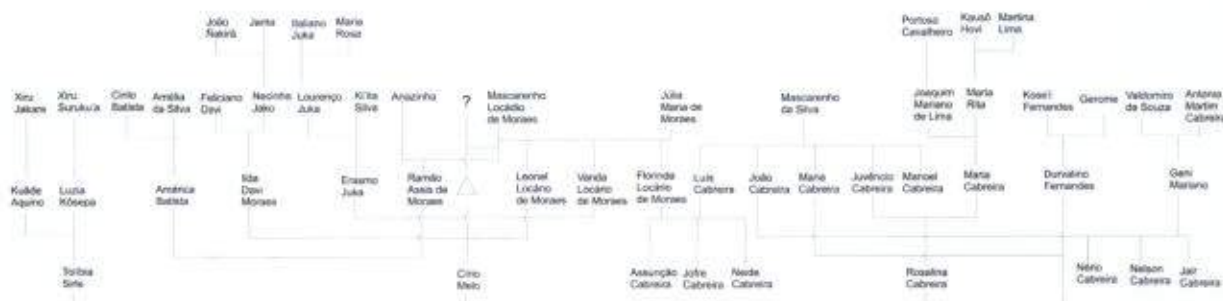
um segundo casamento, seus pais, que habitavam em Juatitã (ou Farinha Seca), no interior da Reserva de Dourados, assumiram a criação de Leonel. Juatitã já havia sido morada de Nãkirã Barbosa e sua neta Ilda Davi.

Anos mais tarde Leonel Locário de Moraes contraiu casamento com Ilda. O casal e os filhos habitaram o entorno da nascente do córrego Sardinha até o final dos anos 1960, quando se transferiram para Panambi - Lagoa Rica. Ramão Assis de Moraes, irmão de Leonel também ingressou em Panambi - Lagoa Rica no início dos anos 1970. Farinha Seca, igualmente, foi o destino de outros descendentes de Macarenho da Silva, além de alguns dos descendentes de Xiru Geromo. Eles deixaram as margens do rio Carumbé em meados dos anos 1970. Luís Cabreira estava Luís Cabreira, mas não se fixou na Reserva de Dourados por muito tempo. Luís Cabreira também habitou as TIs Panambi - Lagoa Rica, Takuara e na Reserva de Amambai, onde faleceu. Seus filhos Jofre Cabreira e Neide Cabreira ainda habitam Panambi - Lagoa Rica.

br

Gráfico 33

Mascarenho Locário de Moraes e Mascarenho da Silva



Os descendentes de Mascarenho da Silva e Mascarenho Locário de Moraes habitam Panambi – Lagoa Rica, Laranjeira Nanderu, Aroeira, Reserva de Dourados, Reserva de Amambai, Reserva de Caarapó, Sassoró e fazendas.

hve

I.9. Considerações finais a respeito da trajetória espaço-temporal das parentelas

Este é o quadro possível de ser formulado, a partir da compilação e da análise das narrativas colhidas entre os Kaiowa a respeito das trajetórias espaço-temporais de algumas das parentelas que historicamente ocuparam as margens de rio Brillhante e seus afluentes, cujos descendentes hoje habitam a aldeia Panambi – Lagoa Rica. As narrativas coletadas mostram uma história recente marcada pela presença não indígena - identificada pelos kaiowa como fazendeiros ou colonos de origem brasileira ou paraguaia -, a qual foi responsável por ampliar significativamente a movimentação da população indígena no interior de seu antigo território.

A crescente aceleração das antigas formas de mobilidade kaiowa culminou com rápidos ciclos marcados por sucessivas expulsões das antigas terras de ocupação tradicional, então tornadas particulares. Estes ciclos também envolveram, com cada vez mais frequência, a fragmentação e a dispersão das parentelas, pois os espaços disponíveis decresciam em número e em tamanho, até restarem apenas as reservas indígenas ou alguns focos de resistência, como é o caso de Panambi – Lagoa Rica e Panambizinho. Mas, a exemplo de seus ascendentes, muitas famílias kaiowa ainda perambulam pelas fazendas ou em pequenos núcleos urbanos em busca de trabalho e de locais de habitação. Em geral, elas consistem em famílias nucleares ou pequenos conjuntos delas, unidos pelos laços de parentesco.

Como já foi dito, o processo de fragmentação das parentelas decorrente das perdas territoriais enfrentadas, principalmente, ao longo do século XX está na base das profundas transformações enfrentadas pelos Kaiowa no tocante à organização social, pois as complexas noções de organização embutidas nos antigos *tekoha* e *te'y jusu* deixaram de ser compatíveis com os novos espaços territoriais e as relações deles advindas. Estas transformações repercutem nas formas de organização familiar, econômica, política e xamanica, pois apresentam profundas relações com a mudança do eixo da condução das relações políticas, assumida pelo *capitão*, liderança política de caráter laico, em detrimento dos xamãs, ou dos antigos *pa'i* e *hexakara*. Todas estas questões, por sua vez, estão estreitamente imbricadas com o quadro de pobreza e de violência encontrado em muitas das TIs e reservas habitadas pelos Kaiowa, onde a superpopulação, a desnutrição e o suicídio são as expressões mais visíveis.

20

II - A ocupação de Panambi – Lagoa Rica

II.1. Contingente populacional

Nas terras banhadas pelos rios Ivinhema, Dourados, Brilhante e Santa Maria, as raras menções a respeito do contingente populacional kaiowa e guarani, para períodos mais recuados, apresentam dados discrepantes e por isso não são aqui considerados. No entanto, documentos produzidos pela Funai, informam que em 1971, 156 Kaiowa habitavam um pequeno pedaço de terra de 366 hectares¹⁰⁶, onde eles e/ou seus descendentes vivem até o momento, o qual se situa no interior da proposta de limites da TI Panambi – Lagoa Rica, conforme o exposto neste relatório. Em 1976, 202 kaiowa viviam em Panambi – Lagoa Rica¹⁰⁷, e no início da década de 1980, conforme Silva (1982:25), este contingente atingiu a marca de 282 pessoas. Ainda de acordo com a autora, eles estavam organizados em sete famílias extensas, com uma composição numérica variável, como também era variável a projeção política ou religiosa de cada uma delas.

Ano	População
1971	156
1976	202
1981	282

Desde 1998 a Funasa/MS vem produzindo censos indígenas regulares. Em seu primeiro registro para Panambi – Lagoa Rica, como se vê no quadro abaixo, percebe-se que em duas décadas a população dobrou seu contingente, atingindo 560 habitantes. Porém ao observar os demais índices se percebe a tendência de queda na porcentagem de crescimento anual. Mesmo assim, em 2007 são 810 habitantes, indicando que ao longo de três décadas a população aumentou mais de cinco vezes. Contudo, estes

¹⁰⁶ Of. nº 158/71 de Helio Jorge Buckner, delegado da 9ª DR/FUNAI, em 11.05.1971.

¹⁰⁷ Levantamento de áreas indígenas para delimitação, medição e demarcação. Raimundo Nonato Rosa, Chefe do PI Panambi, em 1/11/1976. Nonato informa que a população de Panambi é de 314 habitantes, porém deste número deve ser abstraído os 112 habitantes de Panambizinho (Dourados), na época também atendidos pelo PI Panambi.

215

Imagem 2 Google Earth

Limite das terras atualmente habitadas



br

Entorno das terras atualmente habitadas

Imagem 3 Google Earth



índices não decorrem apenas do crescimento natural, pois, ao longo destas décadas muitas famílias chegaram a Panambi – Lagoa Rica, enquanto outras deixaram a aldeia, indicando um fluxo mais ou menos permanente de pessoas, associado a fatores de ordem social, política e econômica, não excludentes entre si. Como se vê a seguir, para os Kaiowa, como para outras populações indígenas, casamentos, óbitos, relações de trabalho e conflitos políticos são eventos que geram algum tipo de movimento.

Ano	População
1981	282
1998	560
1999	585
2000	626
2001	659
2002	692

Ano	População
2003	713
2004	743
2005	763
2006	786
2007	810
2008	699
2009	832 ¹⁰⁸

Fonte: SIASI- FUNASA/MS

II.2. A consolidação do grupo social

Os dados mostram como Panambi - Lagoa Rica se constituiu enquanto espaço habitado, ou “*lugar onde se vive*”¹⁰⁹ pleno em suas relações sociais sob a liderança de Joãozinho Karape. Se as relações de parentesco tiveram um peso para aproximar as lideranças de parentela que se associaram a Karape, aquelas nunca foram suficientemente fortes para promover a composição de um *te'y jusu*. Embora os intercassamentos tenham oportunizado o estreitamento entre as parentelas, a história de Panambi – Lagoa Rica está repleta de conflitos e de êxodos. Aliás, como só poderia acontecer em terras tão pequenas, populosas e com redes de parentesco tão fluidas.

¹⁰⁸ O decréscimo populacional evidenciado em 2008 relaciona-se ao deslocamento de algumas famílias para o acampamento localizado em Laranjeira Nanderu (Rio Brilhante), em março daquele ano. Além do crescimento natural, o contingente populacional atingido em 2009 reflete o retorno de algumas famílias de Laranjeira Nanderu, bem como o ingresso de cinco famílias ligadas por laços de parentesco a Valdomiro Gonçalves. Elas habitavam em fazendas, mas foram expulsas após o acirramento dos conflitos entre fazendeiros e índios instaurados, em 2008, quando a Funai criou seis GTs para realizar estudos de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à Identificação e Delimitação de terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowa e Guarani em terras sul-mato-grossenses.

¹⁰⁹ Que não deixa de ser uma das traduções para *tekoha*. Diversas vezes ouvi a expressão *tekoha* também como designativo para uma Reserva, uma TI, etc., se, por um lado, esta nova noção extrapola as relações de sociais, políticas econômicas e rituais até então implícitas no conceito, por outro ela também incorpora as novas territorialidades.

br

Como já foi demonstrado no item anterior, as famílias que se associaram a João Karape e ao seu irmão Vicente Karape durante a rota de fuga das expulsões promovidas pela CAND foram as lideradas por: Cância Cantero, Ariano Hilton, Ruivito Galeano Jorge, Horácio Aquino, Antonio Aquino e seu filho Paulito, Palácio, José Puku e os filhos João Puku, Aniba Sanábria, Hermenegildo dos Santos, além de Valentino Valério, dos filhos de Pa'i Carvalhinho. Inicialmente, estas famílias se concentraram às margens de lagoas e nascentes dispostas entre o córrego Panambi, na altura da foz do córrego Itaquiri (veja mapa 1 e 2) e as nascentes que formavam uma antiga lagoa, localizada na parte mais ao sul da atual aldeia, exatamente nas terras hoje circundadas pelo *tekoha* de Leonel Locário de Moraes, o Posto da Funai, o Posto de Saúde e a escola (veja desenho 11). O entorno da lagoa era morada de: Antonio e Paulito Aquino, Palácio, os descendentes de José Puku, Ruivito, Horácio e Valentino. Nas imediações ainda residiam Cância e Ariano. O *tekoha* de João Karape estava um pouco mais ao sudoeste, na altura de onde hoje passa a estrada que faz o acesso BR 163 – Douradina – MS 156. Desconheço o local do primeiro assentamento dos filhos de Pa'i Carvalhinho.

Nos anos seguintes, agora em rota de fuga das margens do rio Brilhante, novas famílias nucleares chegaram a Panambi – Lagoa Rica, como foi o caso das famílias: de Lício Turiba (início dos anos 1950), Luís Cabreira (meados dos anos 1970), dos irmãos Manoelito Pedro (entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960) e Floriano Pedro (primeiros anos da década de 1960), Maria Joana Karape e filhos (final dos anos 1960) - Maria Joana é filha de Joãozinho, e viúva de Livino Mariano de Lima. A família de Marciano Verga (entre final dos anos 1950 e início dos anos 1960) e os filhos de Emilio Barbosa (início dos anos 1960) vieram de Panambizinho, enquanto Leonel Locário de Moraes e o cunhado Erasmo Juka vieram da Reserva de Dourados (início dos anos 1970). Nos anos 1950, com o fim da prisão imposta pelo SPI, Pedro Henrique, filhos e netos retornaram a Panambi – Lagoa Rica.

Conforme os dados apresentados mais acima, em 1965 a população de Panambi – Lagoa Rica ainda não deveria ter atingido uma centena de pessoas e, ao que parece, havia conseguido se reorganizar de forma mais ou menos satisfatória na nova terra, como pode ser lido no relato de 09 de janeiro de 1965, realizado por Salatiel Marcondes Diniz, encarregado do PI Francisco Horta¹¹⁰

“... rumamos para Douradina, local da outra aldeia Caiuá, chegando ao local, entramos em contato com o capitão indígena - João Carapé que dentre de poucos minutos reuniu seu povo e pediu suas reivindicações dizendo desejar ter na Aldeia uma escola para os seus filhos. Percorremos a gleba habitada pelos Índios, que é composta pelos lotes nº 42, 44, 46, 47, 48¹¹¹ e verificamos que existe boa plantação de milho, feijão, batata e mandioca, verificamos que os Índios são trabalhadores, e confrontando com as diligências feitas por funcionários deste Posto, em datas anteriores, notou-se que os Índios progrediram muito. Hoje não existe mais mortalidade infantil e nas suas casas havia muito milho verde e as Índias estavam preparando seus manjares gostosos, como pamonha, curau, etc.,

¹¹⁰ Este relato está integralmente transcrito na Primeira Parte deste relatório.

¹¹¹ Cada lote demarcado pela CAND possui 30 hectares.

Rt

notou-se muita fartura e até fomos obsequiados com milho verde assado e batata doce...¹¹²

Até o final da década de 1970, se tinha famílias kaiowa morando em terras lindeiras aos atuais limites da aldeia, entre elas estava o *tekoha* de João Karape, agora vizinho de Leonel Locário de Moraes, que permanecia na outra margem da rodoia que dá acesso à aldeia. Como em sua maior extensão, o solo da aldeia é arenoso e de baixa produtividade, com raras nascentes, as famílias kaiowa levaram algum tempo para se dispersarem mais para o norte. O que só veio a acontecer em decorrência do aumento populacional e da necessidade de ampliar os espaços para abrigar os novos casais. Damiro Martins conta que, em 1977, quando era o motorista do trator do PI, ele destocou todo o terreno da atual aldeia, tendo em vista propiciar uma maior dispersão das famílias. Com isso, Damiro também informa que na década de 1970 o desmatamento de Panambi – Lagoa Rica já estava consolidado.

Imagem 4 Google Earth

Localização dos antigos *tekoha* de Joãozinho Karape e de Leonel Locário de Moraes



Os espaços “vazios” ainda disponíveis foram sendo apropriados para que algumas lideranças ampliassem seus *tekoha* - com mais vantagem para aquelas de maior tamanho e prestígio político e xamânico. Nos anos 1970 as parentelas lideradas por Horácio, Paulito, Lício e Ruivito estavam nesta condição, mas o êxodo de Paulito seguido do de Lício, colocou novas correlações para definir a espacialidade e a

¹¹² Relatório enviado ao Chefe da I.R.5 apud Monteiro op. cit: 149.

br

liderança política de Panambi – Lagoa Rica. Desta forma, a trajetória das primeiras lideranças de parentelas que habitaram a TI e seus descendentes pode ser resumida da forma como exponho abaixo.

Ruivito foi enterrado em Panambi – Lagoa Rica. O casamento levou dois de seus filhos para Panambizinho, mas o casamento também trouxe de volta alguns de seus netos. Ricardo Jorge (v. gráficos 41-43) e Anália Jorge, ambos filhos de Ruivito e ela viúva de Horácio Aquino (v. gráficos 34, 35, 55, 61), ainda vivem na TI. Lígia Ruivito Galeano Jorge (ou Olívia Karaguata), viúva de Aniba Sanábria (v. gráfico 40), juntamente com o filho Arnaldo Sanábria, recentemente, se mudou para Laranjeira Nanderu (Rio Brilhante). Ariano (v. gráficos 34, 35, 60) e Horácio também foram enterrados em Panambi – Lagoa Rica, onde ainda reside a maioria de seus descendentes. O mesmo pode ser dito para os filhos de Pa'i Carvalhinho (v. gráficos 39, 56, 57).

Antonio Aquino foi enterrado em Panambi – Lagoa Rica, onde ainda vivem alguns de seus descendentes (v. gráficos 37, 38). Mas nos anos 1970, conflitos envolvendo disputas de prestígio político e ritual levaram seu filho Paulito para Panambizinho. O mesmo aconteceu com os Turiba, que deixaram Panambi em busca do reconhecimento da TI Sukuri'y, de onde haviam sido expulsos no início dos anos 1950. Considerando a relação sogro-genro, entre João Karape e Lício, é provável que os Turiba tenham se associado ao *tekoha* do sogro, durante o tempo em que habitaram em Panambi.

Foto 15

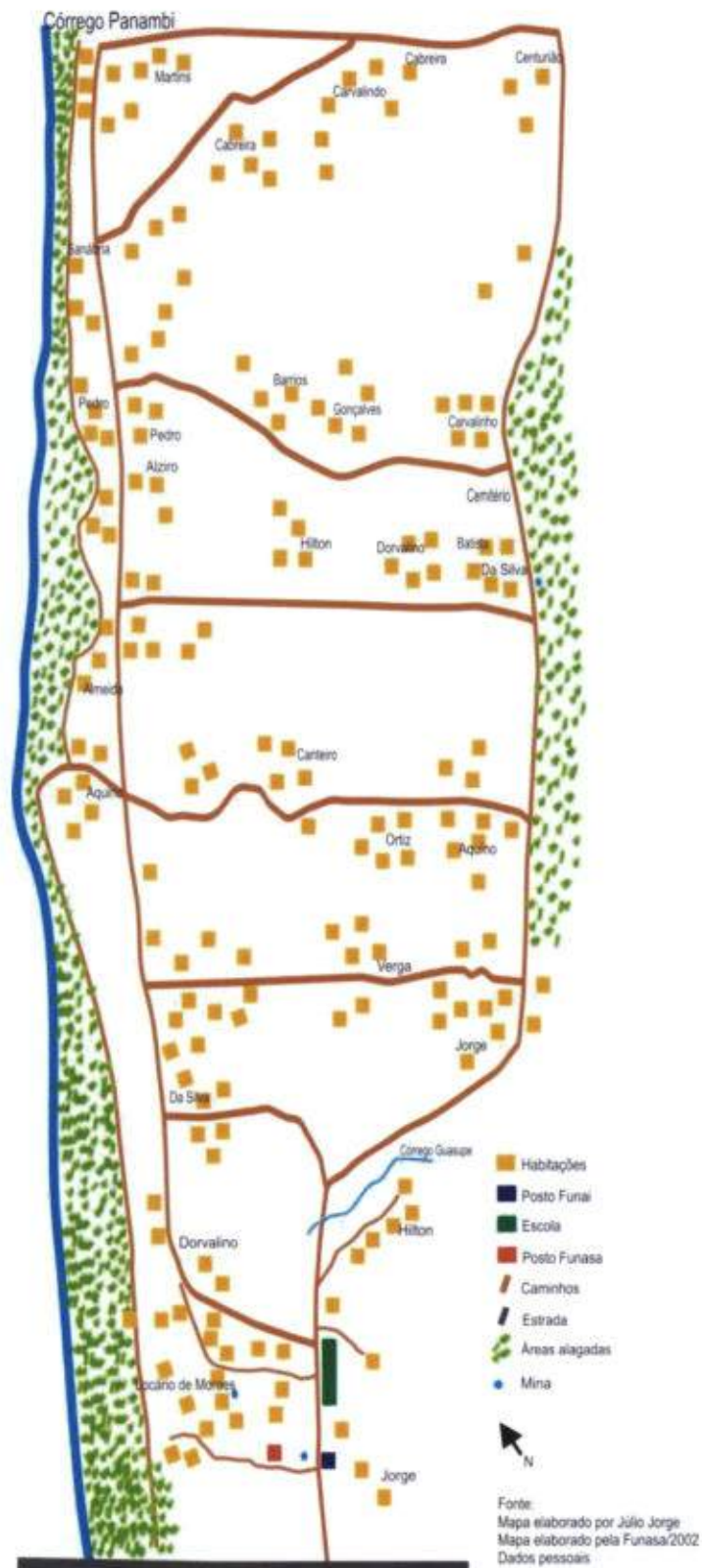


Espaço residencial dos filhos de Ivo Carvalhinho. 04/2008

Palácio tem apenas uma filha e alguns netos residindo em Panambi – Lagoa Rica (v. gráfico 36). O mesmo pode ser dito para Manoelito Pedro (v. gráficos 58, 59) e Floriano Pedro, ambos foram enterrados em Panambi – Lagoa Rica. Muitos dos descendentes de Manoelito aqui permaneceram, mas parte deles acompanhou as parentelas que se transferiram para Laranjeira Nanderu, em 2008. Os descendentes de Floriano Pedro, como também de Valentino Valério (v. gráfico 48) ainda residentes em - Lagoa Rica se restringem a neta de ambos: Ruth Valério de Moraes, os filhos e os

ba

Desenho 11
Aldeia Panambi – Lagoa Rica em abril 2008



27

netos dela. Os demais descendentes de Valentino e de Floriano se dispersaram. Hélio Valério era filho de Valentim e uma importante liderança política, ele deixou Panambi – Lagoa Rica em 2005, após desentendimentos políticos. Ele estava acompanhado de alguns de seus filhos e da esposa Dilá Valério. Dilá é filha de Floriano Pedro.

As alianças de casamento permitiram as filhas de Marciano Verga (v. gráfico 51) constituir um *tekoha* relativamente coeso. O mesmo pode ser dito para os filhos de Emílio Barbosa (v. gráfico 54, 55), para Leonel Locário de Moraes e seu irmão Ramão Assis de Moraes (v. gráficos 47-49) e para Damiro Martins (v. gráfico 45), neto de Pedro Henrique. Mas as netas de Pedro Henrique, filhas de Teresa Geniana se dispersaram pelas parentelas (v. gráfico 46). Atualmente, os Cabreira compõem três núcleos familiares, cada um deles tendo a frente Jofre Cabreira, Neusa Cabreira, filhos de Luís Cabreira, e Talíbio Cabreira, filho de Assunção e neto de Luís (v. gráfico 47). Apesar de uma vasta prole são poucos os descendentes de João Karape (v. gráfico 53) que ainda vivem em Panambi – Lagoa Rica, todos dispersos entre as diferentes parentelas. Vicente Karape, por sua vez, não deixou nenhum descendente na TI. Os descendentes de José Puku também são muitos, mas dispersos entre parentelas (v. gráfico 41). O *tekoha* mais coeso era o de Arnaldo Sanábria, mas hoje parte dele está em Laranjeira Nanderu.

II.3. A expectativa de abandonar a situação de confinamento

Os dados expostos acima explicitam a situação de confinamento vivida pelas famílias kaiowa que habitam Panambi - Lagoa Rica, bem como as suas escassas alternativas para gerir a produção econômica. Desta forma, a oferta de recursos naturais é um dos elementos a orientar as expectativas de realocação das famílias no interior das terras delimitadas, como pode ser observado no croqui apresentado a seguir. Muitas destas famílias pretendem habitar na porção norte destas terras, onde o rio Brilhante, o córrego Panambi e diversas lagoas oferecem pesca abundante e o entorno de suas várzeas abrigam fartos itens para a caça, na única área de mata preservada no interior das TI delimitada. A região é igualmente rica em recursos para a coleta de alimentos, matérias-primas, medicamentos. Enquanto, a porção centro-sul das terras delimitadas, onde existem inúmeras nascentes que alimentam os córregos Itaquiri e Panambi, além de outras minas passíveis de serem avivadas para o uso, alimentam as expectativas de garantir a sustentação de novas e grandes roças, bem como o reflorestamento.

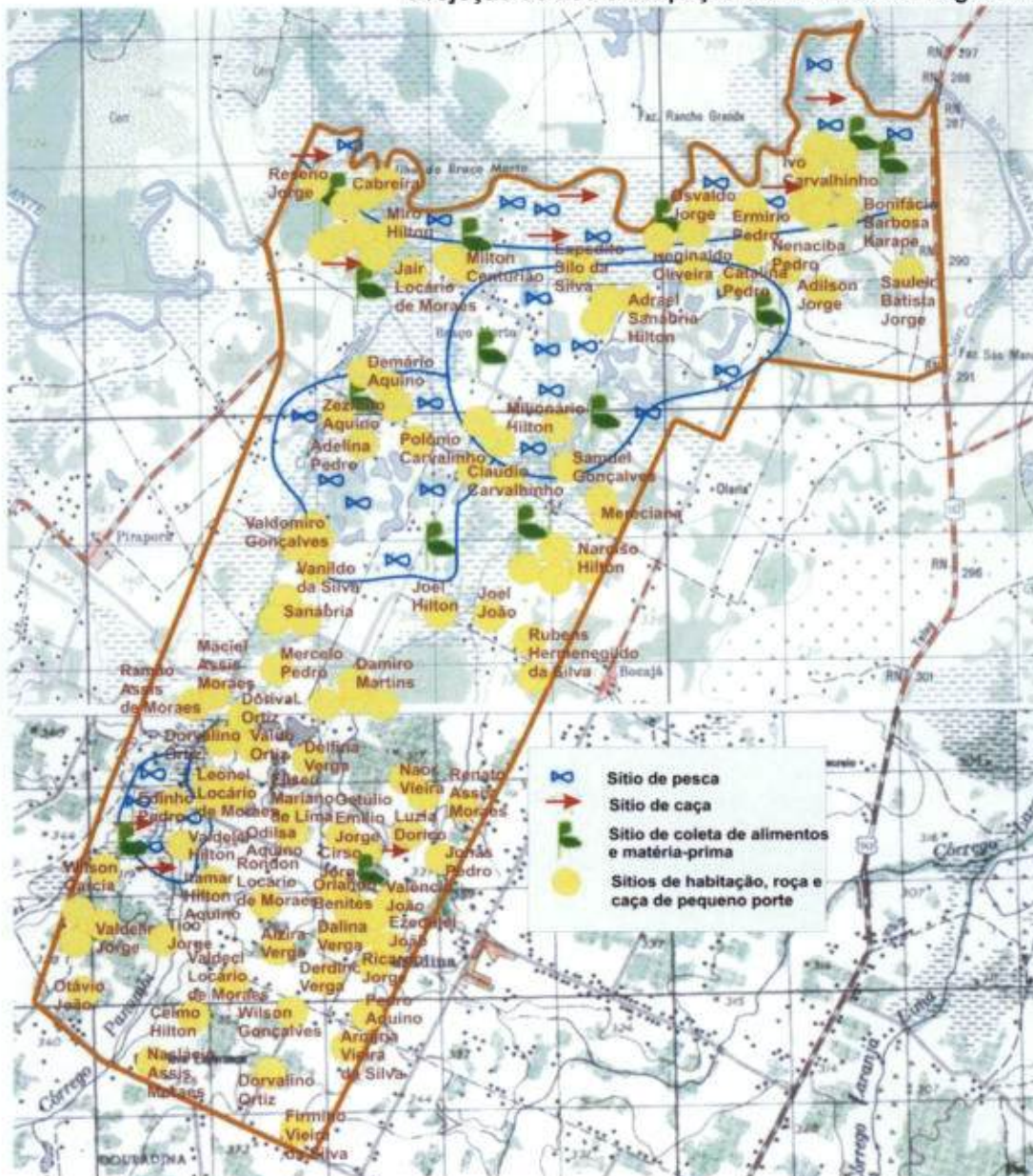
Como observados em outros momentos ao longo deste relatório, o largo conhecimento kaiowa da geografia e da oferta de recursos ambientais se ancora no intenso uso destas terras antes do esbulho renitente. Além dos aspectos ambientais e econômicos a possibilidade de construir sua nova casa no local já ocupado por seu *nanderu* é outro elemento a contar na hora de definir o local de sua nova morada. Todos

RT

estes elementos estão entre os motivadores da ocupação dos acampamentos Ita'y Ka'aguirusu e Guyra Kâbi'i Yvyresapa, ambos localizados em terras vizinhas a atual aldeia e erguidos, respectivamente, em 2010 e 2011, como uma resposta de pressão à morosidade dos encaminhamentos para a finalização do processo demarcatório.

Imagem 5

Projeção de uso e ocupação da TI Panambi- Lagoa Rica



bn

Foto 16



Rio Brilhante visto de um sítio de pesca próximo a BR 163. 11/2008

Foto 17



kr

Proc. n° 26980/1
Fls. 249 244
Rúbrica Helena

Foto 18



Foto 19



Nascentes localizadas e limpas
para o uso.
Acampamento Ita'y Ka'aguirusu.
12/2010

lv -

II.4. O exercício político

A proximidade espacial entre as parentelas, acrescida da fluidez nas relações, em muitos momentos deixou a condução política em dificuldades, fazendo com que os conflitos entre lideranças marcassem a história de Panambi – Lagoa Rica. Para compreender esta situação é importante ter presente que o modelo de intervenção trazido pelo SPI, ainda nas primeiras décadas do século XX, criou e valorizou a figura do *capitão*, como uma *liderança* paralela às formas de organização social indígena, responsável por estabelecer uma interlocução entre o órgão indigenista federal e a população local. Como raramente esta interlocução era uma via de mão dupla, pois visava essencialmente viabilizar as ações políticas de interesse do Estado, a atuação do *capitão* rapidamente extrapolou esta função, se sobrepôs os antigos *tekoaruvija*.

Entretanto, se a nomeação de um *capitão* já se deu apesar dos interesses kaiowa e já se sustentou exclusivamente nas relações externas às parentelas e no poder coercitivo, faz tempo que ele é uma figura incorporada às formas locais de fazer política. Hoje a nomeação de um *capitão* decorre de uma *eleição*, cujo resultado se vincula às alianças que cada candidato é capaz de constituir junto às diversas parentelas que habitam uma TI. Porém, a inserção de um aspirante a *capitão* em determinados segmentos não-indígenas relacionados a órgãos públicos, ongs, igrejas pentecostais ou outras instituições, pode lhe ampliar as oportunidades para costurar tais alianças. Entretanto, é importante ressaltar que ao extrapolar a sua parentela de origem o *capitão* se transforma, como dizem os Kaiowa, em um “líder da comunidade”¹¹³. Expressão tão complexa e difusa quanto a sua função e as alianças que o sustentam. Como já mostrava Schaden na virada da década de 1940, o registro de rivalidades e intrigas relacionadas às disputas pela função é bastante comum (1974: 100-101). Isso porque, um *capitão* oficialmente pode representar dezenas de parentelas, mas é incapaz de encarnar a antiga noção de *liderança* calcada nas alianças de parentesco, no prestígio político e xamânico que ainda, para muitos kaiowa, perdura na percepção do exercício político

Joãozinho Karape foi o primeiro *capitão* de Panambi – Lagoa Rica, tendo Cância Cantero como seu vice. Na segunda metade dos anos 1960 Cância assumiu a função de *capitão*, mas entre 1968-69, desavenças motivadas pela venda irregular de madeira, envolvendo índios e funcionários do SPI foi o pano de fundo para a sua destituição e o seu êxodo para a Reserva de Dourados. Os Kaiowa pouco falam a respeito deste episódio, portanto desconheço a maior parte dos eventos. Na época um índio foi preso e o chefe do posto foi afastado. A maioria dos descendentes de Cância reside na Reserva de Dourados e no Paraguai. Em Panambi – Lagoa Rica vivem apenas os filhos e netos de sua neta Neusa Hilton. Neusa é filha de Margarida Canteiro e Alfredo Hilton, e casada com Valdelino Jorge, este, por sua vez, filho do primeiro casamento de Ricardo Jorge (v. gráfico 42).

¹¹³ Veja Vietta 2007, Capítulo 4.

BR

A instabilidade entre as parentelas fez com que ao longo dos anos 1970 e início dos anos 1980, Panambi – Lagoa Rica tivesse seis diferentes *capitães* e, como já mencionado, entre a década de 1970 e meados da década de 2000, conflitos de motivação política promoveram êxodo de pelo menos três parentelas: Paulito Aquino, Lício Turiba, Hélio Valério¹¹⁴. Brasilino Silva da Silva também deixou Panambi – Lagoa Rica para co-habitar com sua filha em Panambizinho, ele foi *capitão* entre final dos anos 1960 e início dos anos 1970, porém desconheço os motivos da sua opção de morada. Em 1982, a habilidade política acrescida à liderança xamânica e um razoável número de parentes levou Ricardo Jorge à função de *capitão* em Panambi – Lagoa Rica. Ao que parece, trazendo alguma tranquilidade, Ricardo permaneceu na função até 2000, quando foi substituído por Joel Hilton. Embora Joel tenha um forte grupo de apoio o fato de ser ligado a uma igreja pentecostal ampliou em muito a sua rejeição. Em menos de quatro anos ele foi substituído por Faride Mariano de Lima, filho de Maria Joana Karape e Livino Mariano de Lima. Porém até 2008 Joel voltou a suceder Faride por uma ou duas vezes.

Embora com um minúsculo grupo de parentes, Faride aglutinou ao redor de si um grupo composto por diferentes parentelas coadunadas por alguma relação de parentesco, mas principalmente pelas práticas rituais. A articulação deste grupo deveu muito a seu vice-*capitão* Zezinho, ou José Barbosa Almeida, filho de Olímpio Almeida, um respeitado xamã, cuja mãe descende de famílias oiundas da margem esquerda do rio Brilhante e o pai descende de famílias oriundas da margem direita do rio Dourados. Olímpio é casado com Emiliania Barbosa, descendente do *te'y jusu* de Xiru Haku, o casal tem sete filhos os quais lhe garante a composição de um *tekoha* coeso¹¹⁵. A liderança de Zezinho e Faride também abarca a viúva e os descendentes de Manoelito Pedro, uma vez que seus filhos Adelina Pedro e Alcides Pedro são respectivamente cônjuges de Zezinho e cunhado de Faride.

Além disso, o mote de apoio do conjunto da população de Panambi - Lagoa Rica a Faride se embasava, justamente, em seu empenho em buscar a regularização fundiária da TI. A vitória ao garantir que a Funai, em meados de 2005, criasse um GT com a finalidade de realizar estudos necessários à identificação e delimitação da TI Panambi – Lagoa Rica, fortaleceu a liderança de Faride. Entretanto, a interrupção dos estudos gerou um sentimento de frustração que somados aos já habituais conflitos internos não demorou a pesar sobre o *capitão*. A incapacidade do órgão indigenista em viabilizar a conclusão do processo demarcatório só fez ampliar o quadro de crise, culminando tanto com a destituição do *capitão*, como com a consolidação de um novo modelo político, criado em janeiro de 2008, calcado em uma *Comissão de Lideranças*. Esta, composta por membros das diferentes parentelas, definiu a diluição do “poder” do *capitão* e novas bases para o exercício político em Panambi – Lagoa Rica.

¹¹⁴ No entanto estes êxodos não impediram os ‘parentes’ de Panambi – Lagoa Rica de continuar frequentando as festas e os rituais promovidos por seus ex-conterrâneos, nem interferiu na sequência dos intercassamentos.

¹¹⁵ Dois filhos de Olímpio residem na Reserva de Dourados e uma filha na TI Sukuri'y, mas as famílias nucleares destes três filhos, de tempo em tempos, co-habitam com Olímpio. Este fato reflete tanto a consistência do seu *tekoha*, como a falta de espaço para que ele se organize plenamente em uma única terra indígena.

12-

Descontente com a implantação do novo modelo político e com a prática indigenista da Funai, Faride reuniu o seu grupo de apoio para ocupar Laranjeira Nanderu, terras localizadas na margem esquerda do rio Brilhante no município de mesmo nome. Neste momento, o grupo de apoio de Faride é composto por 40 famílias nucleares, ou 120 pessoas, todas oriundas de Panambi – Lagoa Rica. A saída do grupo de Faride das terras de Panambi – Lagoa Rica coincide com a nomeação de um novo GT-Funai, agora coordenado por mim.

II.5. A população e as lideranças contemporâneas

Em 2008, quando da realização das pesquisas de campo, os 699 Kaiowa que habitavam a aldeia Panambi – Lagoa Rica estavam organizados em quatro grandes grupos de parentesco, além de diversas famílias com um peso numérico e político menor. Cada um deles compartilha algum grau de descendência com as parentelas que habitavam a bacia do rio Brilhante antes de serem pressionadas, pelos novos ocupantes, a deixar as suas terras de ocupação tradicional, como pode ser observado a partir da análise do material apresentado no item anterior, somado ao conteúdo das genealogias relacionadas mais abaixo.

De acordo com a população de Panambi – Lagoa Rica, atualmente, as parentelas com uma inserção política mais importante são as de: Ricardo Jorge – filho de Ruivito -, Odilsa Aquino – filha de Horácio Aquino e viúva de Dário Mariano de Lima -, Mereciana – filha de Horácio Aquino e viúva de Alcides Hilton -, Maria Joana Karape¹¹⁶ – viúva de Livino Mariano de Lima e filha de Joãzinho Karape - e Leonel Locário de Moraes. Aqui, os Kaiowa indicam as maiores parentelas e, também, aquelas que nestas últimas décadas aparecem com mais destaque na condução das questões políticas e rituais. Contudo, ainda há parentelas de peso como as de Damiro Martins – neto de Pedro Henrique - e dos descendentes de Pa'i Carvalhinho. Ocupando posições de *liderança* semelhantes a de Mereciana, Odilsa e Maria Joana também estão Dalina Verga – filha de Marciano Verga - e Germina Emília – filha de Emílio Barbosa.

Embora pareça inusitado para populações indígenas tupi-guarani, o fato de ter mulheres à frente de suas parentelas é algo que ganha força entre os Kaiowa, e, do meu ponto de vista, reflete as mudanças contemporâneas no campo social. A diversificação de interesses dos jovens, a diminuição dos espaços para habitação, a redução do prestígio e do papel político das lideranças xamânicas, entre outros aspectos, vêm contribuindo para transformar as noções de coesão dos grupos domésticos. Assim,

¹¹⁶ Ainda em 2008, Maria Joana se transferiu para Laranjeira Nanderu, onde co-habita com seu filho Faride

ky

viúvas que não contraem um novo casamento e que não conseguem manter em seu grupo os filhos homens mais velhos tendem a exercer a *liderança* da sua parentela¹¹⁷.

Foto 20



Araci Pedro 12/2009

¹¹⁷ Neste contexto, muitos genros também alcançam o lugar de liderança de um *tekoha* (veja Vietta op cit capítulo 4).

br-

Foto 21



Menina vestindo *jeguaka* (adorno – a princípio masculino - utilizado na cabeça) e empunhado seu *takuapu* (taquara empregada como instrumento de percussão – feminino – utilizado nos rituais). Reunião para discutir o processo demarcatório. 04/2005

Acrescente-se que, além de serem mulheres fortes a frente de suas parentelas, Mereciana, Odilsa, Maria Joana, são viúvas e filhas de importantes líderes, o mesmo pode ser dito para os pais de Dalina e Germina. Entretanto, se uma *jari*¹¹⁸ pode se destacar como *liderança* de sua parentela, isto até pouco tempo atrás não produzia

¹¹⁸ *Jari*: termo de tratamento para MM e FM (consangüínea e classificatória). Assim como *tamoi* (FF e MF consangüíneos e classificatórios), o termo *jari* pode ser extensivo aos ascendentes destes.

br

nenhum efeito na condução da esfera política mais ampla de uma TI, onde a posição de *capitão* e de seus auxiliares ainda era exclusivamente masculina. Porém, Panambi – Lagoa Rica tem inovado neste sentido ao introduzir a participação de mulheres na *Comissão de Lideranças*, que define a condução política local.

Como foi dito acima, na busca de uma maior estabilidade política, em janeiro de 2008 a população de Panambi - Lagoa Rica, acatando a intervenção da Funai local, decidiu mudar o regime político. Ao invés de um *capitão*, ou seja, uma única *liderança* e a imensa dificuldade para atingir minimamente uma posição consensual, sempre a mercê de parentelas descontentes com as decisões do *capitão* e preocupadas com a sua própria posição na hierarquia política, a função de *capitão* foi abolida em prol da criação de uma *Comissão de Lideranças*. A *Comissão* possui um presidente e um vice-presidente, escolhido entre seus onze membros, dos quais nove são homens e dois são mulheres¹¹⁹. Porém, o que mais chama a atenção é a pouca idade e a pouca representatividade política individual de parte significativa de seus integrantes. No entanto, cada membro da *Comissão* representa o seu grupo de parentes. Em março de 2008 a Comissão tinha a seguinte composição:

Composição da Comissão em março de 2008

Presidente:	Juliandro Barbosa Pedro - Neto de Alcides Pedro
Vice-Presidente:	Celso Alziro – Filho de Nenaciba Pedro
	Fátima Fernandes – Neta de Pedro Henrique
	Izaque João – Neto de João Puku
	Reseno Jorge Concianza – Filho de Ricardo Jorge
	Joel Hilton – Genro de Adelina Pedro, com quem divide a <i>liderança</i> do <i>tekoha</i>
	Zezinho Aquino – Filho de Adelina Pedro
	Delfina Verga – <i>liderança</i> de seu próprio <i>tekoha</i>
	Roberto Alziro – Genro de Joel Hilton
	Valdo Ortiz – filho de Germina Emilia
	Ricardo Jorge – <i>liderança</i> de seu próprio <i>tekoha</i>

A correlação de força e de prestígio entre as diferentes parentelas se acirra conforme o número de membros que cada uma conseguir incluir na *Comissão*. Os grupos majoritários se fazem representar por mais de um membro, enquanto as famílias minoritárias garantem lugar para pelo menos um de seus integrantes. Com isso o poder de decisão de cada grupo de parentes é proporcional ao seu tamanho e às alianças que é

¹¹⁹ No revezamento previsto para a função de presidente e de seu vice, está implícita a condução de mulheres para os postos. No segundo semestre de 2008, a primeira delas assumiu a presidência da *Comissão*.

RV

capaz de compor. Desta forma, se a *Comissão* não resolve o problema das famílias minoritárias, que permanecem à margem das decisões, ela é capaz de criar uma correlação de força mais equitativa, eliminar eventuais excessos e, principalmente, os conflitos. Pelo menos é o que se observa nos primeiros meses do novo regime político.

Foto 22



Casa de Odilsa Aquino 08/2008

Como se percebe nos itens apresentados acima, desde a sua constituição, as dimensões de Panambi – Lagoa Rica foram insuficientes para o padrão de assentamento kaiowa, ou seja, o modelo de *tekoha* baseado nas relações de parentesco, com uma liderança política e/ou xamânica própria e uma economia calcada na produção de roças, na caça, na pesca e na coleta. Mas se a escassez de bons locais trouxe transformações no modelo social e na produção econômica Kaiowa, as relações de parentesco ainda se inscrevem no espaço, como pode ser visto no desenho 11. Porém, em Panambi – Lagoa Rica como em outras aldeias Kaiowa quando um casal contrai casamento, além das regras de localidade (e felizmente para o novo casal, elas são flexíveis), ele precisa observar o tamanho do terreiro de ambos os sogros, a qualidade dos recursos ambientais oferecidos: solo (potencial de produção, desgaste provocado pelo excessivo

br

uso interrupto, recursos hídricos para a confecção de poços¹²⁰, etc.), bem como o número de irmãos ou cunhados que disputam aquele espaço. Hoje, uma das grandes questões colocadas para quem pretende se casar é ter um local para morar e, se possível, um terreiro para criar algumas aves (galinhas, patos) e, talvez, uma pequena roça.

Valdo Aquino e Leonel Locário de Moraes exemplificam bem esta situação. Valdo tem sete filhas e um filho ainda jovem, as três filhas mais velhas já estão casadas, mas apenas uma se instalou no terreiro da família Aquino (veja desenho 6: *Tekoha de Adelina Pedro*). A quarta filha de Valdo planeja casar em breve, porém ela já sabe, como afirma a irmã mais velha: "Se casar não vai ter onde morar!" Os demais filhos esperam que a demarcação da TI lhes permita mais sorte neste sentido. Leonel Locário de Moraes, por sua vez, conseguiu abrigar parte significativa dos filhos em sua vizinhança, no que foi favorecido pelo fato de a sogra de uma filha e de um filho terem casas próximas a sua. No entanto a solução de Leonel para garantir a roça de dois genros é pelo menos criativa, como o seu terreiro não comporta mais duas roças, os genros se intercalam na utilização do espaço, isto é, em um ano um deles faz a sua roça, no ano seguinte é a vez do outro.

Assim sendo, além de restringir a mobilidade, a superpopulação contribui para o acirramento das diferenças entre famílias vizinhas, especialmente quando as relações de parentesco entre elas são bastante fluídas. Aqui, deve ser levado em conta que a arbitrariedade envolvendo as formas de constituição das atuais TIs e Reservas Indígenas kaiowa no Mato Grosso do Sul, acabaram transformando-as em ajuntamentos de parentelas ou fragmentos destas. Neste quadro, não raro são desencadeados todo o tipo de desentendimentos e mesmo conflitos políticos quando das disputas locais pelas funções formais de *liderança*, ou seja, pela posição de *capitão* e de seus diferentes assessores.

A demora nos encaminhamentos para a finalização do processo demarcatório, agora em curso, também foi o motor de novas rupturas políticas e territoriais. As pesquisas de caráter histórico-antropológicas foram finalizadas em 2008 e uma primeira versão do respectivo relatório foi entregue em maio de 2009. No entanto os estudos ambientais e fundiários não produziram os mesmos passos. Aliado a estes fatores, os acessos diferenciados que cada uma daquelas parentelas foi capaz de angariar junto aos aliados não-indígenas, entre os quais se encontram a prefeitura de Douradina e a Funai regional, reativaram antigas desavenças. Estas se concretizaram através das disputas pela presidência da *Comissão de Lideranças*.

Assim, em setembro de 2010 um grupo, liderado por Joel Hilton ocupa um lote vizinho a Panambi - Lagoa Rica, localizado na outra margem da estrada do lado leste da aldeia (veja mapa 3). O acampamento foi denominado da Ita'y Kaguirusu. Joel levou com ele: filhas e genros, mãe, irmãos e cunhados, incluindo parte dos irmãos de sua esposa Teresinha Aquino. Além das famílias de Getúlio Jorge e de Rubem Hermenegildo.

¹²⁰ As redes de água recentemente oferecidas pela Funasa vêm se colocando como alternativa para a obtenção de água potável, contudo os arranjos habitacionais, assim como os novos casais, em geral, surgem com mais rapidez que a capacidade da Fundação em expandir a sua rede de água. Em Panambi toda a rede de água foi ampliada em 2008 e em vários terreiros foram construídos banheiros.

Ru

Foto 23



Acampamento Ita'y Ka'aguirusu 12/2010

Foto 24



Acampamento Ita'y Ka'aguirusu 12/2010. Foto Luiz Antonio Araújo

Contexto semelhante leva a secção do grupo de Ricardo Jorge, que ocupou em junho de 2011, um lote ao noroeste de Ita'y Ka'aguirusu, cujo acampamento foi

for

denominado Guyra Kābi'i Yvyresapa. Ricardo é acompanhado por todos os seus filhos, inclusive aqueles oriundos de seus primeiros casamentos, o que inclui o *tekoha* de Valêncio Aquino João, cujas novas alianças também reforçam os vínculos das irmãs Verga com o grupo. As demais famílias, todas de pequena expressão numérica e política permanecem nos 366 hectares da aldeia Panambi – Lagoa Rica. Para estas ainda é a *Comissão de Lideranças* quem geri a política interna. Desde meados de 2010, Voninho Benites, filho de Orlando Benites e Dejanira Pedro é o seu presidente.

Foto 25



Acampamento Ita'y Ka'aguirusu 12/2010. Construção da oygusu de Mereciana. Foto Luiz Antonio Araújo.

Foto 26



Acampamento Guyra Kābi'i Yvyresapa. 09/2011.

Dr

II.6. A consolidação do acampamento Ita'y Ka'aguirusu aos olhos da imprensa



Índios ocupam área em Douradina e são expulsos por donos

Quarta-feira, 08 de Setembro de 2010 18:35

Marta Ferreira - Funai/Dourados



www.campograndenews.com.br

Entre os índios, há crianças e idosos de aldeia vizinha à área reivindicada.

É tenso o clima em Douradina, em uma área disputada entre produtores rurais e índios Caiuá. Um grupo de cerca de 80 indígenas entrou em um dos lotes, no fim de semana, e foi expulso pelos fazendeiros, que colocaram fogo no acampamento montado por eles.

Os produtores estão de plantão no local e afirmam que vão ficar lá e expulsar os índios se for necessário. "Estamos tentando contratar seguranças, mas não conseguimos", disse o presidente do Sindicato Rural de Douradina, Carlos Pradella.

Os produtores afirmam que um deles foi ferido a pedrada pelos índios. A Funai, que acompanha a situação, diz desconhecer essa informação.

Não houve registrado policial da invasão nem pedido à Justiça para desocupação da área, que fica ao lado das aldeias Lagoa Rica e Panambi. "Não queremos mexer com Justiça", disse Pradella. Ele não soube informar o nome do dono do lote invadido, que faz parte de uma área de 2000 mil hectares desmembrada. Parte da terra, 300 hectares, está em posse dos índios, que reivindicam os outros 1,7 mil hectares.

A Funai (Fundação Nacional do Índio), a Polícia Federal e o Ministério Público Federal enviaram representantes ao local. Segundo a coordenadora da Funai em Dourados, Maria Aparecida Mendes de Oliveira foi feito um acordo ontem para que os índios permaneçam em uma área, mas logo que a polícia deixou o local, os proprietários das áreas passaram a pressioná-los com fogos de artifício.

Em nota distribuída à imprensa, a Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS) afirma que os índios estão na entrada da propriedade montando novas barracas.

De acordo com Maria Aparecida, a área faz parte das que estão em estudo para demarcação em Mato Grosso do Sul. De acordo com ela, na década de 1970, chegou a haver estudos considerando a área indígena, mas não houve a homologação oficial.

A terra faz parte da antiga Colônia Agrícola de Dourados, formada no governo Getúlio Vargas para povoar a região, que depois, após muita polêmica, teve uma parte grande transformada em aldeia indígena.

kv



Índios estão acampados na entrada de área em Douradina
Quinta-feira, 09 de Setembro de 2010 11:59
Marta Ferreira
Funai/Dourados



www.campograndenews.com.br
Acampamento dos índios foi destruído por fazendeiros na segunda.

Os índios que foram expulsos por proprietários rurais em Douradina, após invadirem a área no fim de semana, continuam acampados na estrada, próximo à terra reivindicada. Donos de terras e seguranças fizeram plantão no local, durante a noite, para evitar uma nova ocupação pelos índios Caiua.

Na segunda, chegou a haver confronto, quando os proprietários rurais colocaram fogo no acampamento que havia sido montado na área. O MPF (Ministério Público Federal) e Funai (Fundação Nacional do Índio) em Dourados enviaram representantes ao local e hoje a situação é considerada sob controle.

Apesar disso, os proprietários prometem voltar a fazer plantão, caso os índios voltarem para a área, como informou o presidente do Sindicato Rural de Douradina, Cláudio Pradella.

Não houve registro policial da invasão nem pedido à Justiça para desocupação da área, que fica ao lado das aldeias Lagoa Rica e Panambi. Parte da terra, 300 hectares, está em posse dos índios, que reivindicam os outros 1,7 mil hectares. De acordo com a informação da Funai, a área faz parte das que estão em estudo para demarcação em Mato Grosso do Sul. Na década de 1970, chegou a haver estudos considerando a área indígena, mas não houve a homologação oficial. A terra faz parte da antiga Colônia Agrícola de Dourados, formada no governo Getúlio Vargas para povoar a região, que depois, após muita polêmica, teve uma parte grande transformada em aldeia indígena.



Índios estão acampados na entrada de área em Douradina
Quinta-feira, 09 de Setembro de 2010 11:59
Marta Ferreira
Funai/Dourados

Os índios que foram expulsos por proprietários rurais em Douradina, após invadirem a área no fim de semana, continuam acampados na estrada, próximo à terra reivindicada. Donos de terras e seguranças fizeram plantão no local, durante a noite, para evitar uma nova ocupação pelos índios Caiua.

Na segunda, chegou a haver confronto, quando os proprietários rurais colocaram fogo no acampamento que havia sido montado na área. O MPF (Ministério Público Federal) e Funai (Fundação Nacional do Índio) em Dourados enviaram representantes ao local e hoje a situação é considerada sob controle.

Apesar disso, os proprietários prometem voltar a fazer plantão, caso os índios voltarem para a área, como informou o presidente do Sindicato Rural de Douradina, Cláudio Pradella.

bo

Não houve registro policial da invasão nem pedido à Justiça para desocupação da área, que fica ao lado das aldeias Lagoa Rica e Panambi. Parte da terra, 300 hectares, está em posse dos índios, que reivindicam os outros 1,7 mil hectares. De acordo com a informação da Funai, a área faz parte das que estão em estudo para demarcação em Mato Grosso do Sul. Na década de 1970, chegou a haver estudos considerando a área indígena, mas não houve a homologação oficial. A terra faz parte da antiga Colônia Agrícola de Dourados, formada no governo Getúlio Vargas para povoar a região, que depois, após muita polêmica, teve uma parte grande transformada em aldeia indígena.



Cimi diz que capangas impedem índios de terem até água

Segunda-feira, 13 de Setembro de 2010 15:33
Paulo Fernandes

Cerca de 80 índios da etnia Guarani Kaiowá 'Y' poi estão cercados e sob ameaças de capangas contratados por fazendeiros, em Paranhos (469 km de Campo Grande), segundo o Cimi (Conselho Indigenista Missionário). Os índios estão em fazendas que reivindicam como suas terras ancestrais. De acordo com o Conselho, os índios estão impedidos de deixar o acampamento e estão sofrendo com falta de acesso à água, comida, educação e saúde. Crianças estão ficando doentes. A Funasa (Fundação Nacional de Saúde) não atende à comunidade alegando falta de segurança. Durante a noite, os capangas fazem disparos com as armas. Em outubro de 2009, os professores indígenas Genivaldo Vera e Rolindo Vera desapareceram após se envolverem em um conflito com homens armados na Fazenda São Luiz. O corpo de Genivaldo foi localizado em um córrego. A cabeça estava raspada e ele estava coberto de ferimentos. Rolindo até hoje não foi localizado. Para o Cimi, é preciso que autoridades garantam a presença da Funasa e da Polícia Federal no local para providenciarem cuidados adequados à comunidade indígena.



Fazendeiros usaram seguranças contra índios em Douradina

Terça-feira, 21 de Setembro de 2010 18:11
Marta Ferreira

Havia, além de peões, seguranças e donos de terras na área que foi palco de conflito envolvendo indígenas nesta manhã, em Douradina. A Polícia Federal teve de intervir para controlar a situação. O presidente do Sindicato Rural da cidade, Carlos Pradella, que estava no local, disse que os donos de terras na região decidiram tirar os índios por conta própria, mas a situação fugiu ao controle. Segundo ele, eram cerca de 80 pessoas do lado dos proprietários de áreas reivindicadas como indígenas. A dona da terra, identificada apenas como Letícia, agora vai entrar na Justiça para pedir a reintegração de posse, segundo informou Carlos Pradella. Pradella admite que foram contratados seguranças. Segundo ele, não houve uma ação judicial antes porque os donos de terras não queriam "mexer com a justiça", para não demorar muito. Em nota, a PF informou que houve depredação, por parte dos índios, de dois veículos, um trator e um carro pequeno, os quais após a negociação foram retirados do local e entregues aos seus proprietários. Os indígenas informaram que foram apreendidos fogos de artifício, usados para ameaçar as famílias a deixar o lugar, mas a nota da polícia não traz essa informação. Os Guarani Kaiowá, que estão no local desde o dia 4 deste mês, reivindicam a área e pedem estudos antropológicos para que seja demarcada como indígena. São cerca de 70 crianças, 90 mulheres e 100 homens no acampamento, totalizando 86 famílias. No dia 6, a PF também teve de intervir em uma confusão. Na ocasião, ficou acordado que não haveria mais ameaças, mas o acordo não foi cumprido.

PN



PF termina confronto de índios e peões em Douradina
Terça-feira, 21 de Setembro de 2010 11:42
Denis Matos

A Polícia Federal chegou ao local do confronto entre índios e peões, em uma fazenda em Douradina, de acordo com a professora da comunidade Efigênia Guaraní Kaiomá.

Os agentes colocaram fim as hostilidades e apreenderam um carro, com armas e fogos de artifício, disse Efigênia.

Por volta das 7h30, um grupo de 22 capangas atacou o acampamento Ita'y Ka'aguyrusu, local invadido pelos índios desde o dia 4 de setembro.

Os Guaraní Kaiowá reivindicam a área e pedem estudos antropológicos na área. São cerca de 70 crianças, 90 mulheres e 100 homens no acampamento, totalizando 86 famílias.

No dia 6, a PF também teve de intervir em uma confusão armada pelos peões. Na ocasião, ficou acordado que não haveria mais ameaças. Os capangas não cumpriram o acordo.

A professora diz ainda que o proprietário da fazenda, um "japonês", está no local e o carro apreendido seria dele. O MPF (Ministério Público Federal) e a Funai também estão a caminho do acampamento.



PF diz que não recebeu chamado para atender confronto
Terça-feira, 21 de Setembro de 2010 09:45
Denis Matos

A Polícia Federal de Dourados disse que não foi comunicada do confronto entre índios e capangas de uma fazenda em Douradina. Hoje, por volta das 7h30, um grupo de 22 capangas atacou o acampamento Ita'y Ka'aguyrusu, local invadido pelos índios desde o dia 4 de setembro.

Arquivo/Funai



Os índios Guaraní-Kaiowá estão acampados na fazenda desde o dia 4 de setembro

Os Guaraní Kaiowá reivindicam a área e pedem estudos antropológicos na área. São cerca de 70 crianças, 90 mulheres e 100 homens no acampamento, totalizando 86 famílias.

O proprietário da área, que seria um japonês, também estaria no local e teria feito disparos de arma de fogo em direção aos índios. Capangas também teriam tentado bater em algumas das mulheres, com galhos de eucalipto.

O MPF (Ministério Público Federal) envia equipes ao local. O pelotão da PM em Douradina também disse que foi avisado, mas passou a ocorrência para os federais.

Esta é a 5ª vez que os índios são assediados pelos peões, desde o dia 4. Na primeira, no dia 6, os peões ameaçaram as famílias e, após a chegada da PF,

205

houve um acordo entre os grupos. Porém, os capangas voltaram a atacar poucos dias depois.



Fazendeiros e índios entram em confronto em Douradina

Terça-feira, 21 de Setembro de 2010 09:14

Ângela Kempf
Arquivo/CGNews



www.campograndenews.com.br

Índios foram atacados por peões. É a quinta vez que eles são ameaçados.

O Cimi (Conselho Indigenista Missionário) divulgou há pouco nota denunciando ataque nesta manhã contra 86 famílias Guaraní Kaiowá, do acampamento Ita'y Ka' aguyrusu, em Douradina.

Desde o dia 4 os índios estão em área que reivindicam como tradicional, mas nesta terça-feira capangas de fazendeiros da região entraram no acampamento e agrediram as famílias, protesta o Cimi.

Efigência Guaraní Kaiowá, professora da comunidade, contou que os fazendeiros entraram cortando galhos de árvores para bater nas crianças e nas mulheres.

Um guarani quebrou a perna depois de cair ao fugir dos tiros disparados em sua direção, diz a professora. "Na terceira vez que eles vieram, eles tentaram atropelar as pessoas com o carro, aí os índios responderam com flechadas", relata. Ela também garante que os seguranças estão soltando fogos de artifício com pólvora para assustar e queimar os indígenas.

"As crianças estão apavoradas, correndo sem rumo!", declarou a professora.

Segundo o Cimi, esta é quarta vez, em 17 dias, que produtores rurais invadem o acampamento e atacam os indígenas, inclusive com tiros.

"A comunidade está bastante assustada e tentou entrar em contato com a Polícia Federal, mas não obteve sucesso", diz nota da entidade.

A equipe do Cimi de Dourados já entrou em contato com a Funai na região e com o Ministério Público de Dourados.

Agência Brasil 23/9/2010 - 10:42:00

Disputa de terra gera confronto entre índios e pequenos agricultores em MS
O conflito se deu no acampamento indígena Ita'y Ka' aguyrusu, de 3 hectares (ha) de área.

Agência Brasil

A indefinição quanto à demarcação da Terra Indígena Panambi, em Mato Grosso do Sul (região de Douradina, centro-sul do estado), gerou novo confronto entre pequenos produtores rurais e um grupo de índios que representa 86 famílias indígenas Guaraní-Kaiowá.

O conflito se deu no acampamento indígena Ita'y Ka' aguyrusu, de 3 hectares (ha) de área. Conforme nota da Polícia Federal, os índios disseram que os produtores utilizaram fogos de artifício e tiros para o alto na tentativa de amedrontá-los e levá-los a sair da terra. Já os produtores, de acordo com a nota, contam que houve

br

somente a utilização de fogos e que os índios reagiram com pedras e pedaços de pau. Os indígenas ocupam a área há cerca de 20 dias.

O embate entre indígenas e agricultores naquele ponto do estado começou no fim da década de 40, quando o governo Getúlio Vargas promoveu a colonização de 300 mil ha na região. Nos anos 50, os indígenas ocuparam definitivamente uma área de 400 ha (cerca de 15 lotes do projeto de colonização).

Em 1971, a Fundação Nacional do Índio (Funai) fez a demarcação de 2.037 ha para uma reserva indígena. Essa demarcação, no entanto, não resultou em assentamento indígena na região, onde atualmente pequenos agricultores (com títulos de lotes até 200 ha) usam a terra para o plantio de milho e soja, entre outras culturas.

Em 2005, os indígenas promoveram a ocupação de uma área na região e os proprietários rurais, em protesto, interditaram a BR-163. Ainda naquele ano, a Funai criou um grupo de trabalho para retomar a demarcação, mas apenas no ano passado o laudo antropológico foi finalizado. Conforme o Decreto 1.775/1996 e a Portaria 14/1996 do Ministério da Justiça, o estudo é fundamental para a demarcação.

O laudo foi protocolado na Funai no dia 4 de maio do ano passado, mas a demarcação ainda não foi retomada. Segundo o Ofício 337, de 1º de setembro de 2010, do presidente da Funai, Márcio Meira, o laudo não apresentava "os conteúdos em conformidade" com a legislação de demarcação e uma reunião (sem data marcada) será feita na Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação da Funai para adequação.

Márcio Meira defende, porém, que o laudo antropológico comprova "inegavelmente o vínculo das parentelas áqueles de tempos mais recuados e o doloroso esbulho [retirada forçada] praticado contrariamente à ocupação indígena no decorrer do tempo".

Para Egon Heck, coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Mato Grosso do Sul, "quem criou o problema foi o governo federal. A Funai se omitiu", reclamou. O presidente do Sindicato Rural de Douradina, Cláudio Pradella, disse à Agência Brasil que os produtores rurais entrarão com um pedido de reintegração de posse para que os índios desocupem a área do acampamento.

A Justiça Federal (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) negou recurso do município de Sete Quedas (no extremo sul do estado) que pedia o cancelamento dos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas. De acordo com o

Ministério Público Federal, Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país - cerca de 70 mil pessoas.



Fazendeiros vão à Justiça para barrar invasão de índios

Quinta-feira, 23 de Setembro de 2010 08:34

Denis Maior
Divulgação/Funai



www.campograndenews.com.br

Fazendeiros tentam acabar com invasão de índios, judicialmente

A proprietária da fazenda que foi ocupada por 260 índios Guarani Kaiowá desde o dia 4 de setembro, em Douradina, ingressou com pedido de reintegração de posse da área. A solicitação foi protocolada ontem, na Justiça Federal em Dourados.

Handwritten signature or initials.

Ontem pela manhã, índios e peões da fazenda entraram em conflito. Esta seria a quinta vez que os grupos se enfrentam. A Polícia Federal foi chamada para acabar com as hostilidades. A PF informou que houve depredação, por parte dos índios, de dois veículos, um trator e um carro pequeno, os quais após a negociação foram retirados do local e entregues aos seus proprietários.

Já os índios, disseram que os peões deram tiros e soltaram fogos de artifício em sua direção. Eles também teriam surrado alguns índios.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Douradina, Cláudio Pradella, os produtores rurais da região esperam que o judiciário autorize e providencie a retirada dos índios ainda nesta semana.

Pradella disse que um grupo formado por aproximadamente 80 donos de terras da região decidiram tirar os índios por conta própria, mas a situação fugiu ao controle. Segundo ele, eram pelo menos de 80 pessoas do lado dos proprietários de áreas reivindicadas como indígenas.

Os índios reivindicam a área e pedem estudos antropológicos para que seja demarcada como indígena. No dia 6, a PF também teve de intervir em uma confusão. Na ocasião, ficou acordado que não haveria mais ameaças, mas o acordo não foi cumprido.

II.7. A consolidação do acampamento Guyra Kabi'i Yvyresapa aos olhos da imprensa

<http://www.grandefm.com.br/rural/ruralistas-solicitam-pf-para-impedir-retomadas-de-terras-por-indigenas>

Ruralistas solicitam PF para impedir retomadas de terras por indígenas

03 de junho de 2011 às 17:13



Foto: Divulgação. Legenda: Para os produtores rurais, as ocupações prejudicam a economia do Mato Grosso do Sul.

Handwritten signature or mark.

No sábado passado, aproximadamente 20 famílias de índios Kaiowá da Aldeia Lagoa Rica retomaram um dos seis lotes de terra da antiga colônia agrícola de Douradina.

Produtores rurais de Douradina, município distante 196 quilômetros de Campo Grande, estiveram na manhã de quarta-feira (01) na sede da Polícia Federal de Dourados para pedir apoio na tentativa de impedir que indígenas retomem mais propriedades naquele município.

No sábado passado, aproximadamente 20 famílias de índios Kaiowá da Aldeia Lagoa Rica retomaram um dos seis lotes de terra da antiga colônia agrícola de Douradina.

De acordo com o assistente técnico da Funai em Dourados, Diógenes Cariaga, essa área está sob investigação dos peritos da Funai, mas os ruralistas dificultam esse trabalho. "Os peritos têm dificuldade de chegar a essas áreas por elas serem particulares e os produtores impedirem a entrada", afirma.

O presidente do sindicato rural de Douradina, Cláudio Pradella, disse que os agricultores prometem se mobilizar contra novas invasões no município. "O primeiro passo é de informar ao delegado da Polícia Federal sobre a situação em que se encontram estes produtores, diante a ação dos indígenas no local. Após isso, se não houver acordo vamos entrar com pedido de reintegração de posse, sendo que até o momento não existe a intenção de confronto com os índios", afirmou.

Para os produtores rurais, as ocupações prejudicam a economia do Mato Grosso do Sul, além de trazer prejuízos para os agricultores que tem as terras invadidas. Eles ainda acusam a Funai de incentivar novas retomadas.

Outro lado

De acordo com o assistente técnico da Funai, Diógenes Cariaga, há uma ideia equivocada por parte dos produtores rurais, quando eles, sem entender a função do Órgão, acreditam que as retomadas de terras são estimuladas pela Funai. "Os ruralistas não entendem que o papel do Órgão é promover e proteger a população indígena no território nacional. Nós não incentivamos nenhuma retomada", diz (CG News).

<http://www.midiams.com.br/>

Indígenas reocupam área particular em Douradina com 180 pessoas

08-06-2011 14h48DA / RB



ocupação indígena. Foto de: DV

for

Pela força. Indígenas das etnias guarani e kaiowá reocuparam uma área particular ao lado da aldeia Panambi (Lagoa Rica) em Douradina. Em 2005 o grupo já havia montado acampamento no local, mas temendo conflitos com fazendeiros recuaram. Na época um acordo entre as partes teria sido feita.

No acampamento denominado pelos índios como Gwyra Kambi Y estão vivendo 180 pessoas, distribuídas em 56 famílias. O grupo está no local desde o último dia 25 como forma de protestar contra a morosidade no processo de demarcação da propriedade, que eles afirmam ser indígena.

O líder dos kaiowá, Voninho Benites, diz que a aldeia se tornou pequena para a população, que cresce a cada dia. Sem espaços eles afirmam que é impossível plantar e sustentar a família com dignidade. A preservação da cultura é algo preocupante para a comunidade. Segundo ele, a comunidade não quer que os filhos aprendam a viver de cestas básicas, mas do trabalho da terra. Segundo a liderança, a Fundação Nacional do Índio (Funai) precisa garantir agilidade no processo de demarcação o quanto antes. Para ele, as crianças e os idosos são os mais prejudicados com o impasse. Ele lembra do frio que se aproxima e diz que as crianças não dispõem de agasalhos e cobertores para se protegerem. Ele diz que por esta razão a comunidade teme que as crianças fiquem doentes. O líder diz que enquanto há demora no processo, a comunidade vive de forma miserável. "temos o mínimo para sobreviver", destacou. A ocupação já seria motivo de preocupação para produtores rurais, que já teriam procurado apoio para a Polícia Federal. Os proprietários também já teriam ingressado com pedido de reintegração de posse. O grupo teme prejuízos econômicos.

FUNAI

A coordenadora da Fundação Nacional do Índio (Funai) Maria Aparecida Mendes de Oliveira, disse ao O PROGRESSO/Douradosagora que a área ocupada em Douradina já é objeto de estudos antropológicos para a demarcação. Segundo ela, ao todo, o Conesul dispõe de pelo menos seis grupos de trabalho (Gts) com a finalidade de identificar terras indígenas (Tis). A coordenadora disse ainda que não incentiva nem pode impedir que a comunidade ocupe a área, porém assegurou que vai intervir o quanto puder para evitar conflitos. Lembrou ainda da política adotada em 1930, quando o governo federal implantou política de expansão da economia no país cedendo áreas da União, supostamente indígenas para agricultores. "Na época os índios foram sendo empurrados para os fundos dessas fazendas já que estavam em número reduzido. Porém hoje a população cresceu e precisa de espaço para manter as atividades de sobrevivência. A comunidade se sente sufocada e reivindica seus direitos. Os agricultores que se sentem prejudicados devem ingressar com pedido de reintegração de posse", explica. Segundo Maria Aparecida, os grupos de estudos pretendem entregar os relatórios de áreas indígenas no mês de julho. Assim que a Funai receber a documentação encaminha para o Ministério da Justiça, que se encarrega de comprovar ou não as hipóteses levantadas. Não há previsão de quando esta etapa será finalizada.

20

08/06/2011 14h39

Canibal Grande
NEWS

Titular de área ocupada por índios em Dourados vai pedir reintegração de posse

Funai diz que acompanha a situação e, em Douradina, outro grupo está em área rural que já havia sido ocupada em 2005

Vanda Escalante



Em Dourados, guarani-kaiová ocupam área vizinha à reserva indígena. (Fotos: César Firmino/Douradosagora)

A ocupação de uma área de aproximadamente 26,8 hectares, nas proximidades do Anel Viário de Dourados, por índios guarani-kaiová que vivem na reserva indígena do município deve ir parar

na Justiça. Darci Lago Decian, filho do dono oficial do terreno (Achilles Decian) e responsável pela área, disse que pretende, até o início da semana que vem, entrar com pedido de reintegração de posse.

A reserva de Dourados tem que tem 3,6 mil hectares e abriga duas aldeias, a Jaguapiru e a Bororó. O terreno ocupado é uma área contígua à aldeia Bororó. Afirmando que não quer conflito e que sempre procurou "o caminho da Justiça", Darci Decian afirmou que teme pelo acirramento dos ânimos e pelo aumento da tensão no local.

"Eu esperava que as autoridades tomassem uma providência. O produtor não aguenta mais ser tratado como bandido e, do jeito que está indo, a situação caminha para um lado perigoso aqui na região", avalia.

De acordo com Decian, no entanto, o terreno ocupado estava sendo negociado para se tornar um loteamento. "Como é próximo da cidade e ficou valorizado com a construção do Anel Viário, a gente achou que era uma boa hora para vender, mas agora ficou tudo complicado", diz. Ele afirmou ainda que a área foi adquirida por seu pai no final da década de 1980.

Funai - A coordenação regional da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Dourados tem acompanhado a questão e, segundo o assessor técnico do órgão, Diógenes Cariaga, a prioridade é atender as necessidades básicas das famílias que estão no local, como cuidados com saúde e alimentação.

As informações são de que, desde o dia 29 de maio, quando começaram a ser montados barracos de lona, aproximadamente 30 pessoas estejam ocupando a área. No entanto, a expectativa dos indígenas seria de reunir no local cerca de 120 famílias e o grupo estaria pleiteando uma área total de 6 mil hectares.

120

Cariaga disse que a Funai ainda não tem um levantamento a respeito da quantidade de pessoas. O assessor técnico afirmou também que a Funai está preparando um diagnóstico e acompanha a situação "observando ambos os lados".



Em Douradina, outro grupo ocupa área rural e pede agilidade na demarcação das terras.

Douradina - Em Douradina, outro grupo guarani-kaiowá está ocupando, desde o dia 25 de maio, uma área ao lado da aldeia Panambi (Lagoa Rica). Em 2005 os índios já haviam montado acampamento no local, mas um acordo entre as partes teria encerrado a questão. Segundo informações do site Douradosagora, no acampamento denominado pelos índios como Gwyra Kambi Y estão vivendo 56

famílias, num total de 180 pessoas. A ocupação da área seria um protesto contra a morosidade no processo de demarcação da propriedade, que eles afirmam ser indígena.

De acordo com o assessor técnico da Funai, esse movimento de retomada das áreas tradicionais tem sido constante nos últimos 20 anos. Segundo Diógenes Cariaga, a Funai também "acompanha e observa" a situação em Douradina.

Em Douradina a situação também é tensa. De acordo com o presidente do Sindicato Rural de Dourados, Marivaldo Zeuli, os proprietários já entraram na Justiça para desocupar a área onde, segundo ele, estaria havendo prejuízo a pequenos produtores.

m midiamaxnews
O melhor conteúdo de mídia online do Brasil

Polícia
29/08/2005 23:36

PF reforça segurança em fazenda invadida por índios

Douglas Torrucci

Pelo menos cinco viaturas da PF (Polícia Federal) de Dourados e outra da PM (Polícia Militar) passaram à noite na fazenda Kechevi, em Douradina, ocupada desde a madrugada desta segunda-feira por índios da etnia kauiá.

Segundo informações da Polícia Civil local, a fazenda localizada a 12 quilômetros do município tem 270 hectares e pertence ao empresário Valdir Pedro Piassanti. Ele ameaça expulsar os índios amanhã pela manhã. Todo o efetivo do Distrito Policial está no local invadido, deixando a cidade desguarnecida.

A invasão começou na madrugada de hoje, quando cerca de 900 índios da aldeia Lagoa Rica, ocuparam a três fazendas em Douradina. No início da noite de hoje, os índios foram expulsos da fazenda Irmãos Spessatto, do empresário Cleto Spessatto e outra propriedade de 220 hectares, pertencente a Moisés Leite.

bn

Proc. nº 26980/14
Fls. 300
Rúbrica *Lorenna*

II.8. Narradores e Personagens: a genealogia da população de Panambi-Lagoa Rica

As genealogias apresentadas neste item têm por objetivo indicar a população contemporânea de Panambi – Lagoa Rica, bem como a sua descendência dos antigos moradores de Ka'aguirusu. Os dados populacionais foram obtidos durante as entrevistas realizadas junto às famílias que habitam a aldeia, os quais também foram confrontados e ampliados nas muitas conversas com integrantes da *Comissão* e, ainda, completados a partir de lista populacional produzida pela Funasa em 2007, igualmente disponibilizada pela *Comissão de Lideranças* e apresentada mais abaixo.

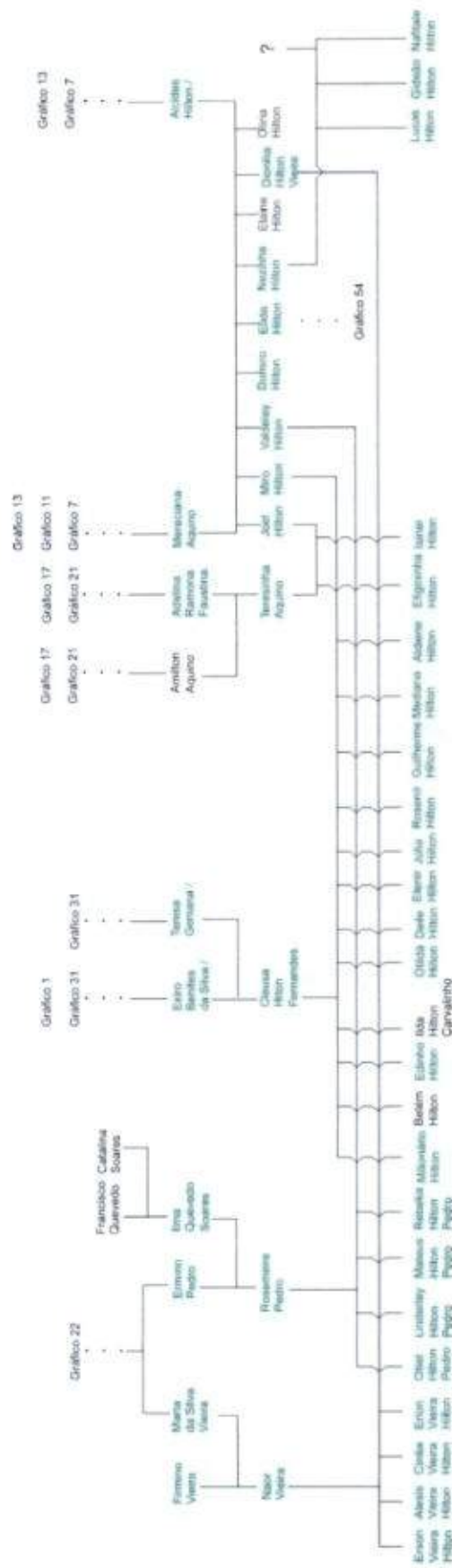
Convenções

- Os nomes e as figuras grafados em verde indicam os moradores de aldeia Panambi – Lagoa Rica.
- Os nomes seguidos de / indicam falecimento. Os nomes grafados em verde e seguidos de / indicam moradores falecidos que foram enterrados no cemitério da aldeia Panambi – Lagoa Rica.
- Os gráficos 01 – 33 estão na Segunda Parte deste relatório, no item: *A trajetória espaço-temporal das parentelas que hoje habitam a aldeia Panambi – Lagoa Rica e de seus ascendentes*

pn

Gráfico 34

Emerenciana Aquino e descendentes



Proc. nº 26980111
Fls. 301
Rúbrica *laurenaria*

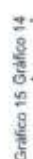
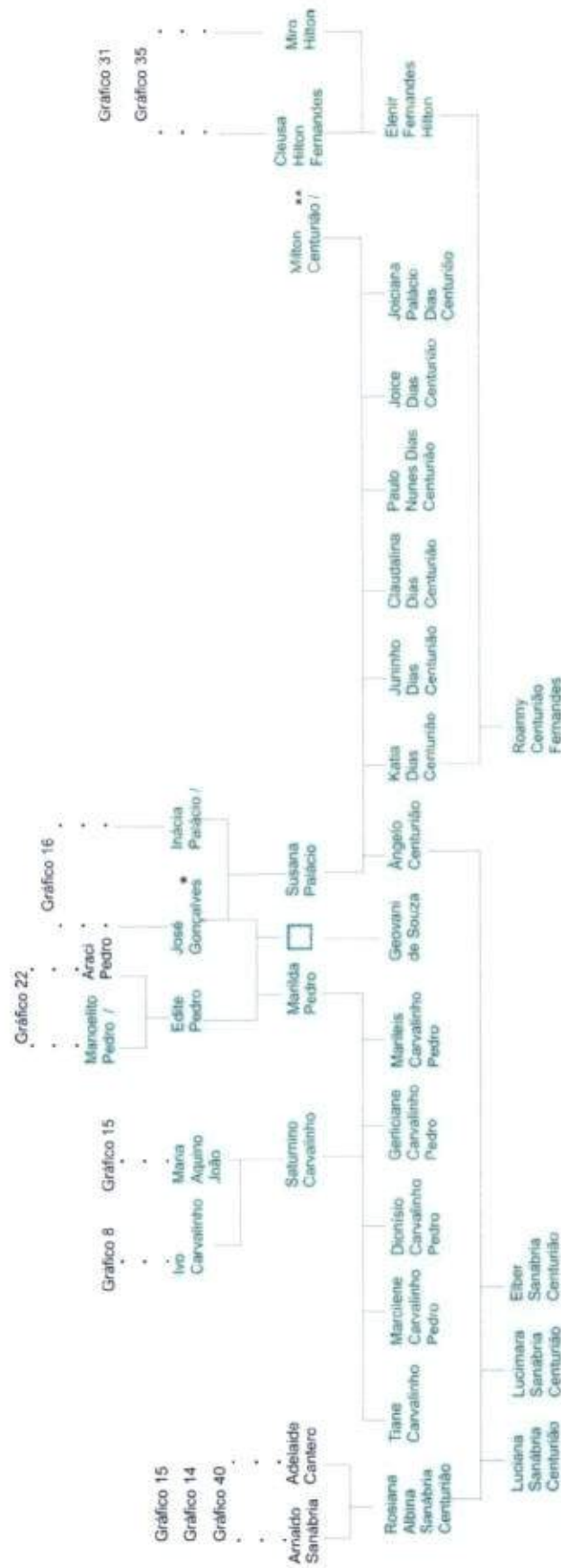


Foto 27



Emereciana Aquino 03/08

José Gonçalves, Susana Palácio e descendentes



* A família de José Gonçalves vivia na Reserva de Dourados

**** Milton Centurião nasceu no Paraguai**

Gráfico 37

Adelina Aquino e descendentes

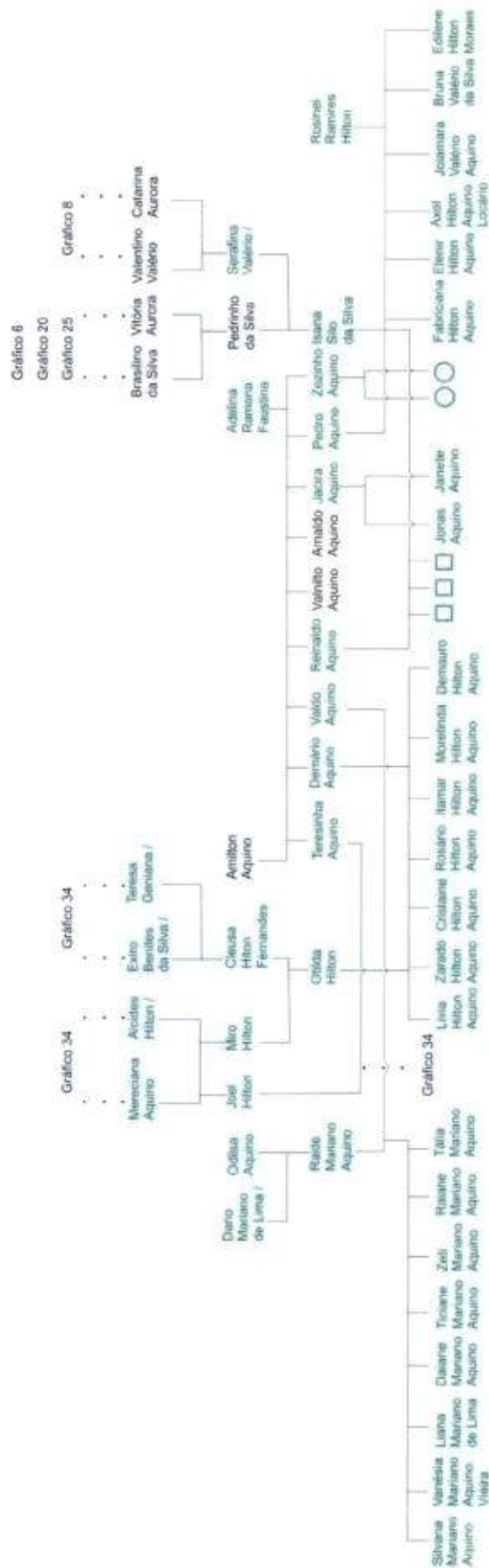
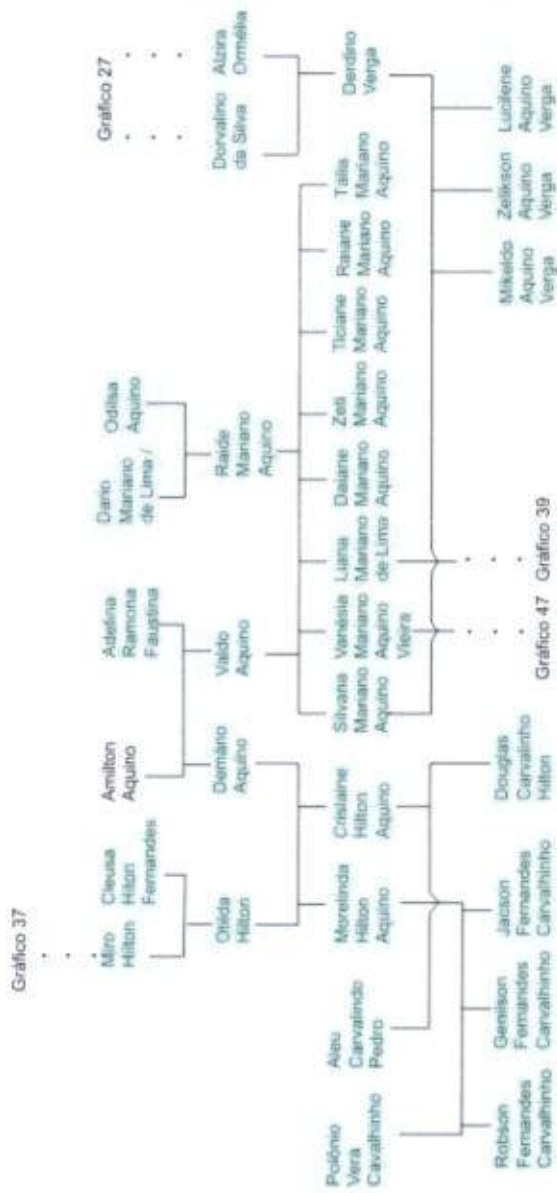


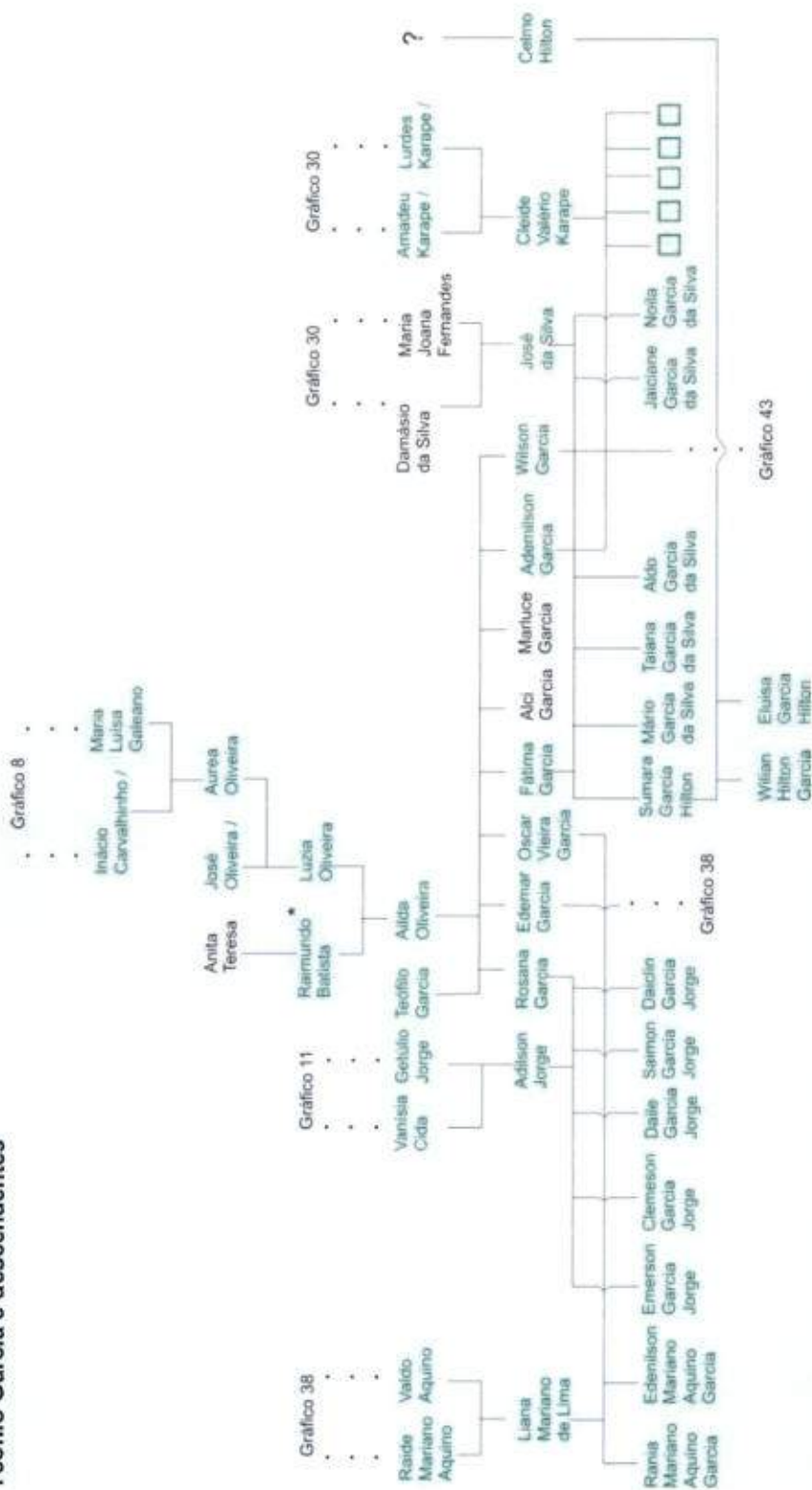
Gráfico 37



A photograph of a woman standing outdoors. She is wearing a light-colored, patterned blouse and a dark skirt. She is holding a small object in her hands. A small dog is visible in the background.

Adellina Pedro, 03/2008

Gráfico 39
Teófilo García e descendentes



Durante algumas décadas, a família de Teófilo habitou fazendas da região, para depois se fixar na reserva de Dourados. O casamento com Alida trouxe Teófilo para Panambi - Lagoa Rica.

* Raimundo nasceu e viveu em fazenda até casar com Luzia, quando ingressou em Panambi - Lagoa Rica.

Gráfico 40

Arnaldo Sanábria e descendentes

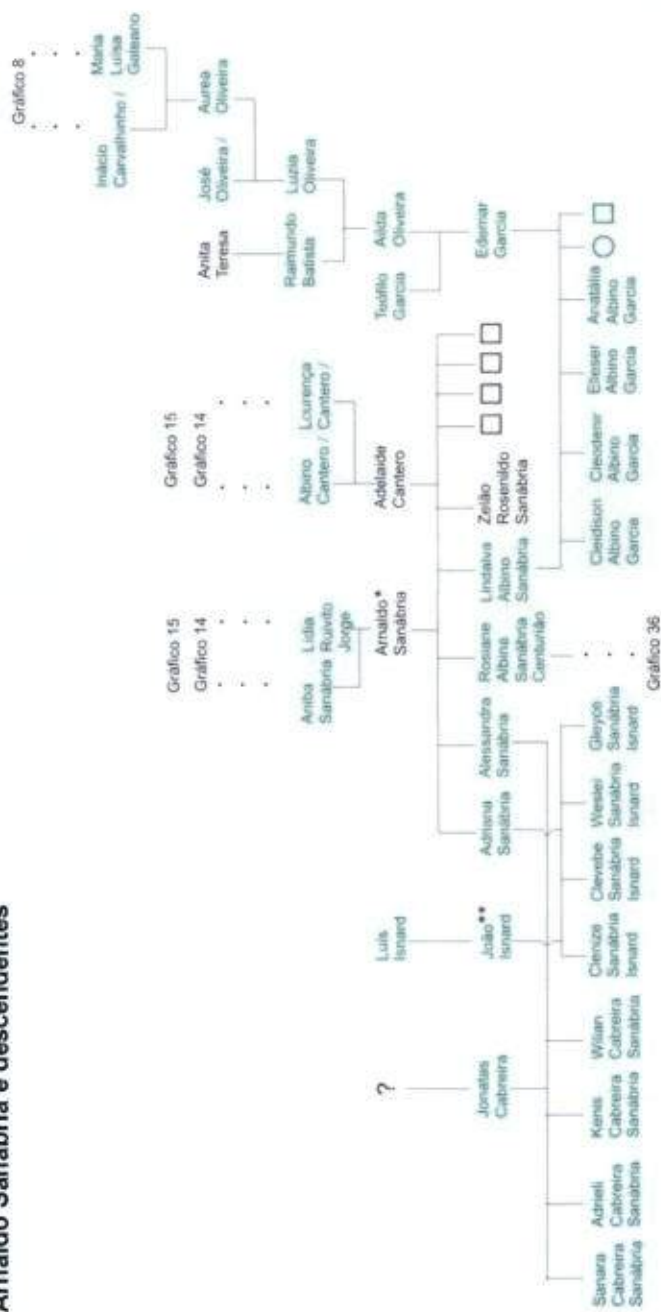


Foto 29

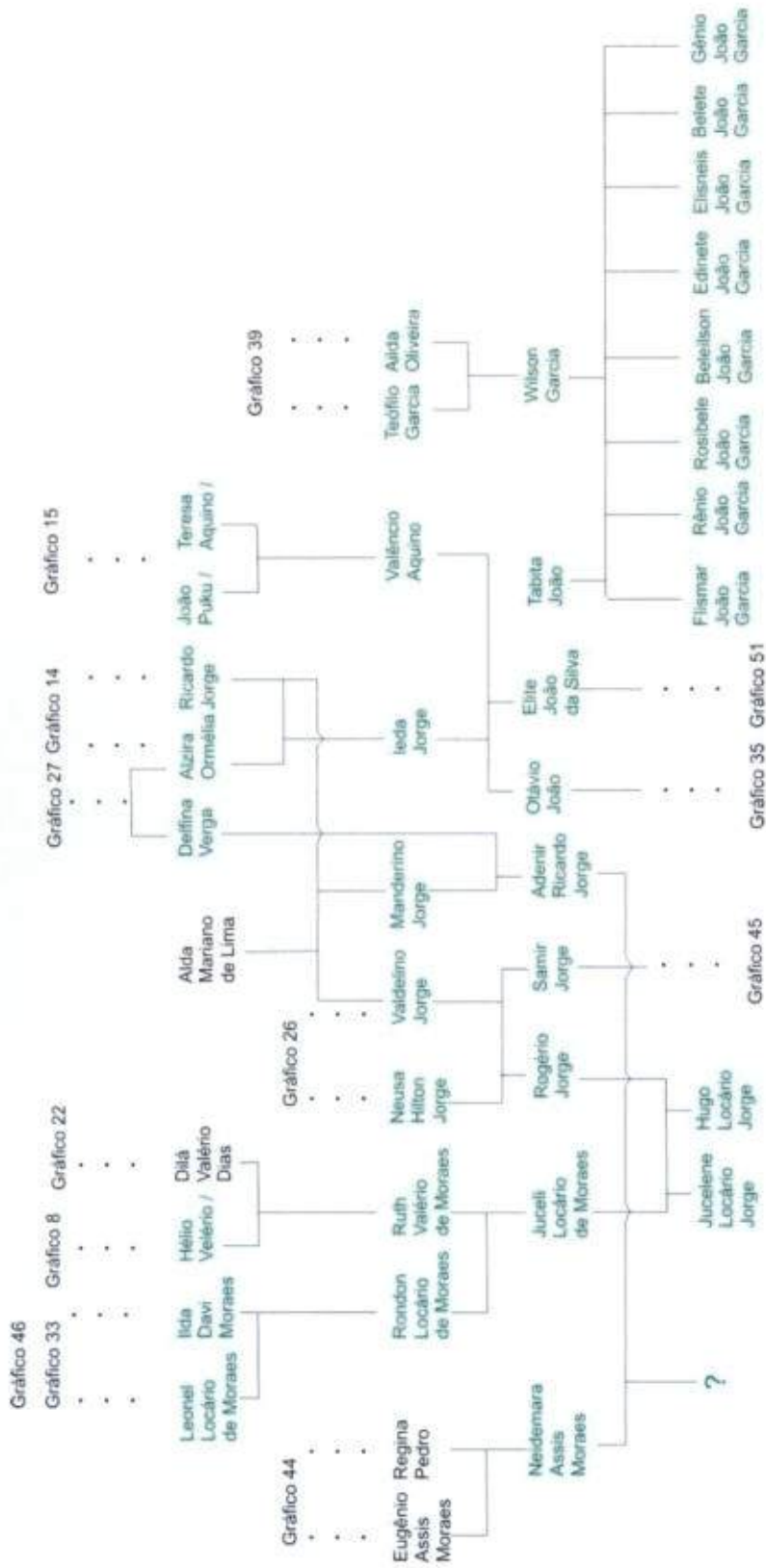


Lidia Ruivito Jorge 11/2009

* Arnaldo, Adelaide e seus filhos mais jovens recentemente se transferiram para Laranjeira Nanderu.
** João Isnard nasceu em uma fazenda localizada no antigo Campo dos Lima e ingressou em Panambi - Lagoa Rica via casamento com Adriana. Alguns anos após o casamento ele trouxe o pai para Panambi - Lagoa Rica.

[Handwritten signature]

Gráfico 42



* Como consta acima, Desde 2008 Neca Rosa Sarati, juntamente com os filhos Lea Sarati e Bonifácio Sarati, reside na aldeia Panambi - Lagoa Rica. Lea é nora de Ricardo Jorge.

